Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da
Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos

Simone Silva Fernandes

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da
Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos

Simone Silva Fernandes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências e Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de
Doutora em História

Orientação: Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo.

Data:

Assinatura:

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FERNANDES, Simone Silva
F345l Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos / Simone Silva FERNANDES; orientadora Profa. Dra. Heloísa Liberalli BELLOTTO. - São Paulo, 2018. 331f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. HISTÓRIA CONTEMPORANEA. 2. HISTÓRIA DO BRASIL. 3. IGREJA CATÓLICA. 4. AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. 5. ARQUIVOS HISTÓRICOS. I. BELLOTTO, Profa. Dra. Heloísa Liberalli, orient. II. Título.

FERNANDES, Simone Silva. Lux in Arcana (a luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos. 2018. 331f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Em memória, mesmo que não à altura do que essa amiga merece, dedico este trabalho a Viviane Tessitore. Mais do que qualquer apoio, verdadeiramente essa companheira de longa data formou-me na arte da Arquivística e da História.

AGRADECIMENTOS

Quão grande é o meu reconhecimento de gratidão às pessoas e às instituições que acolheram as minhas inquietações.

Desde o início, pude contar com o incentivo da professora dra. Heloísa de Faria Cruz. As primeiras palavras esboçadas sobre um papel, a respeito do tema que desenvolvo nesta pesquisa, foram encorajadas por esta grande profissional-amiga. Agradeço-a também enquanto minha Coordenadora no Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP, entidade na qual trabalho e que custodia os arquivos explorados nesta tese. Sem o seu apoio e dos demais membros da equipe do CEDIC, facilitando o uso do meu tempo e o acesso ao acervo, esse intento não lograria sucesso.

Igualmente pude contar com o acompanhamento, as leituras, as sugestões e as críticas da minha orientadora professora dra. Heloísa Liberalli Bellotto. Não é preciso aqui reconhecer a sua grandiosidade intelectual e contributos para com esta pesquisa. Contudo, não tem como deixar de registrar os laços afetivos que a professora Heloísa estabelece nas relações com o orientando, assim como a poesia que ajuda a construir ao longo do nosso trabalho.

Agradeço ao Centro de Documentação e Informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em especial a Caroline Lustosa que prestou ricas informações sobre os arquivos eclesiásticos e abriu-me o acervo com generosidade.

Muitos parágrafos e ilações foram elaborados a partir de conversas informais com muitos amigos. Aliás, parte da trama vivida pelos vieses da pesquisa contou com amizades genuínas, como as de Arianne Mieco, Maria Ângela Andreotti, Maria Helena Uliami e Alice Aparecida Duarte. Cada qual a sua maneira oferecia sempre uma escuta atenta para o que eu não conseguia expressar em relação à própria vida, durante esse período de intenso estudo. A Alice Duarte, em especial, ofereceu-me também os seus olhos. Gentilmente se pôs a ler com afincos os capítulos dos meus devaneios.

Sem contar o apoio incondicional da família. Minha mãe Maria do Carmo, meus irmãos e sobrinhos estão presentes nas entrelinhas da tese, com suas palavras de estímulo.

*Pois nada há de oculto que não venha a ser revelado,
e nada em segredo que não seja trazido à luz do dia.*

Evangelho de Marcos 4:22

RESUMO

FERNANDES, Simone Silva. *Lux in Arcana (a luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos*. 2018.331f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a natureza da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação dos seus arquivos. A ACB desenvolveu-se entre os anos 1935 e 1966, calcada no projeto de conversão católica da sociedade. Baseada no método indutivo e no cotejo das fontes, a pesquisa debruçou-se sobre as obras religiosas e jurídicas que circularam entre os militantes e sacerdotes, além dos próprios documentos da Ação Católica Brasileira e das diferentes instituições envolvidas na custódia dos arquivos do movimento. Como resultados, a tese apresenta as particularidades da natureza e da institucionalidade da associação e nuances das relações estabelecidas entre leigos e sacerdotes ao longo de sua história. Igualmente desvela como o projeto fundante da ACB e as transformações pelas quais passou impactaram na produção e acumulação documental da associação. Por fim, pondera a respeito dos preceitos religiosos e das circunstâncias históricas que reverberaram no destino final e na apropriação do espólio documental por parte de diferentes custodiadores vinculados à Igreja Católica.

Palavras-chave: História Religiosa. Igreja Católica. Associação católica. Movimentos eclesiais. Movimentos católicos. Arquivos privados. Arquivos eclesiásticos. Arquivos eclesiais. Arquivos religiosos. Ação Católica Brasileira

ABSTRACT

FERNANDES, Simone Silva. Lux in Arcana (the light in the secret): the essence of the Catholic Action in Brazil (ACB) and the configuration of its archives. 2018. 331f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This study aims to reflect upon the nature of the Catholic Action in Brazil (ACB) and the configuration of its archives. The Catholic Action in Brazil was developed between 1935 and 1966, grounded in the project for society catholic conversion. Based on the inductive method and the comparison of sources, the research focused on the religious and legal works that circulated among militants and priests as well as on the Catholic Action's own documents and documents from different institutions involved in the custody of the movement's archives. The thesis presents the peculiarities of the association nature and institutionality as well as the nuances in the relations established between laypeople and priests throughout history. It also reveals how the Catholic Action founding project and the transformations it has been through have impacted on the production and documental accumulation of the association. Finally, it ponders over the religious precepts and the historical circumstances that reverberated through the final destination and in the ownership of the documental legacy on the part of the different custodians attached to the Catholic Church.

Key words: Religious History. Catholic Church. Catholic Association. Ecclesial Movements. Catholic Movements. Private Archives. Ecclesiastic Archives. Ecclesial Archives. Religious Archives. Catholic Action in Brazil

Sumário

1. Introdução	11
2. A Ação Católica Brasileira	24
2.1. A dinâmica totalizante e a unificação do apostolado leigo	24
2.2. O progresso do apostolado leigo rumo à especialização, autonomia e descentralização	46
3. A busca por uma essência da Ação Católica Brasileira (1920-1950)	70
3.1. As origens de uma fundamentação teórica e dogmática para a Ação Católica Brasileira	70
3.2. A consolidação das notas essenciais da Ação Católica Brasileira	83
3.3. A exegese jurídica da Ação Católica Brasileira	98
4. A transubstanciação da Ação Católica Brasileira (1950-1960)	108
4.1. A Ação Católica sujeita ao tempo: a transfiguração de sua essência	108
4.2. A condição humana da Ação Católica Brasileira: indefinições e incertezas	123
4.3. A trindade da Ação Católica Brasileira: apostolado geral, apostolado hierárquico e apostolado especializado	135
5. A redenção da Ação Católica Brasileira	146
5.1. A Ação Católica à espera de uma definição	146
5.2. A Ação Católica Brasileira a caminho da cruz	163
5.3. O calvário da Ação Católica Brasileira	178
6. A natureza do espólio documental da Ação Católica Brasileira	195
6.1. A gênese e acumulação documental: formação do fundo ACB	195
6.2. A história custodial dos arquivos da Ação Católica Brasileira e seus efeitos na integridade do fundo	228
6.3. Intervenção arquivística: classificação e descrição do fundo Ação Católica Brasileira	241
6.4. A redenção religiosa dos arquivos da Ação Católica Brasileira	279
Considerações finais	290
Referências Bibliográficas	305

1. Introdução

A Igreja é uma realidade sujeita à História e não uma realidade imóvel. A Igreja não é excêntrica ao mundo. Mas uma realidade viva, dialógica. Não é uma estrutura jurídica. Mas uma vida. O leigo participa da Igreja. Isto é, o leigo é o povo de Deus.
(VILLAÇA, 1975.p.150)

A presente tese objetiva refletir sobre a natureza da Ação Católica Brasileira (ACB) e a consequente configuração de seus arquivos, dentro do contexto da própria Igreja Católica que fundou este movimento e herdou o seu espólio.

A pesquisa é decorrente do trabalho arquivístico que realizo enquanto integrante da equipe técnica de um Centro de Documentação Universitário, o Centro de Documentação e Informação Científica, CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que custodia acervos oriundos da Igreja Católica de reconhecido valor histórico e social. Inicialmente, a ideia foi a de investigar a respeito da natureza do arquivo da Ação Católica Brasileira, objeto material e imediato a que me dedico cotidianamente.

Havia, entretanto, o interesse em desvendar se os arquivos da Ação Católica poderiam ser contemplados pelo termo “arquivos eclesiásticos” ou não. Porém, à medida que se buscava resposta a essa questão, tornou-se visível a complexidade da ACB e como suas singularidades acabaram por conformar o seu espólio documental.

Assim, dessa forma, a investigação tomou uma direção diversa. Ela se iniciou com a reflexão a respeito da essência dessa organização e, por decorrência, a dos seus arquivos. Com isso, traçaram-se os objetivos: o de desvendar os fundamentos religiosos e teóricos que permearam a instalação da Ação Católica no Brasil e seu desenvolvimento; o de articular os conflitos e as tensões dentro do movimento em torno da questão da sua natureza e institucionalidade e, por último, o de encadear tais problemáticas a seus arquivos.

Consideraram-se dois aspectos principais para alcançar tais objetivos. O primeiro aspecto era o de que existia uma demanda da Igreja romana em torno da Ação Católica e uma fundamentação teórica, dogmática e juriscanônica que surgia a partir disso. O segundo aspecto era o de que a Hierarquia brasileira, compreendida pelo conjunto do clero, correspondia a essa demanda e reiterava o que se teorizava lá fora, sem que isso tornasse menos complexo o processo de instalação e de desenvolvimento da Ação Católica Brasileira, entre os anos 1930 e 1960.

A pesquisa partiu também da presunção de que mesmo que os movimentos mais explorados pela historiografia fossem subordinados à Ação Católica, eles não foram a representação fiel de seu organismo titular, a ACB. Igualmente, o termo “movimentos de Ação Católica”, modelado pelo senso comum, incorreu no erro de incluir a própria ACB nas reflexões que decorrem do uso desta expressão generalizante. Diante disso, tornaram-se prementes o estudo e os esclarecimentos sobre a entidade que era hierarquicamente superior a estes movimentos.

A expressão “*lux in arcana*” cunhada no título da tese tem exatamente o sentido de posicionar luminosidade ao que representou a Ação Católica Brasileira individualmente.

Tratando-se de um estudo em torno do debate sobre a essência da Ação Católica Brasileira, a análise é focada, sobretudo, na literatura sobre o tema que circulou dentro do movimento e nos atos registrados nos documentos de arquivo. Outrossim, é concentrada nos códigos de direito canônico, estatutos e regulamentos devido aos aspectos jurídicos que permearam a questão da institucionalidade e da herança do espólio documental. No seu devir, conceitos de leigo, de Hierarquia e de apostolados foram formulados e modificados ao longo do tempo. Nessa relação entre prática e teoria, a Igreja e a própria ACB enquadraram a experiência vivida, tanto pela Hierarquia, conjunto dos membros que governam a Igreja, quanto pelos leigos, conjunto de membros que não recebeu a ordem sacra, em diferentes moldes.

A Ação Católica Brasileira oficializou-se em 1935, em decorrência da necessidade de trazer o leigo para o seio da Igreja. Nasceu com intuítos religiosos e espirituais e com modos organizativos bem particulares. O movimento passou por vários regimes governamentais e conviveu com tantos outros movimentos políticos e religiosos que então surgiam.

A ACB era formada por ramos de adultos e de jovens, separados por gênero e idade, além de departamentos e confederações católicas. Nos anos finais de 1940, tais ramos tornaram-se especializados por meio social – eram os segmentos agrário, estudantil, independente, operário e universitário. Após a deposição de Getúlio Vargas, em janeiro de 1946, e com a abertura política dada pelo general Eurico Gaspar Dutra, a Igreja Católica resolveu reanimar a Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1932, subordinando-a à Ação Católica Brasileira também.

De outro lado, a ACB proporcionava transformações também na Hierarquia. A reunião dos bispos em torno do movimento motivava a ideia de uma unidade do clero e

uma proposta de organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, efetivada em 1952 (INP, 2003.p.28-30; QUEIROGA,1977. p.170-7).

A produção historiográfica a partir dos anos 1970, em grande parte, vislumbrou a Ação Católica Brasileira e seus movimentos especializados em relação às problemáticas sociais e políticas. A partir dela é possível compreender que a Ação Católica Brasileira permaneceu incólume durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), mesmo que muitos movimentos, que eram concorrentes do movimento católico, tivessem sido perseguidos. Por exemplo, a Ação Integralista Brasileira (AIB), surgida em meados de 1930 e com uma bandeira contra o liberalismo e o socialismo, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), surgida em meados de 1935, com comunistas e tenentes a sua frente. A justificativa era o pacto entre a Igreja e Getúlio Vargas (AZZI, 2008. p.232; BANDEIRA, 2000.p.45-8; BEOZZO, 1984.p.30-1; DUSSEL, 1989.p.14; FAUSTO, 2007.p.167-8).

Ao longo dos anos 1950 a 1960 o ambiente social e político em que a Igreja Católica no Brasil se desenvolveu, apesar de ocorridos avanços econômicos, não era dos melhores, marcada que foi por muitas diferenças sociais. Mesmo com a geração de empregos, que advinha do apoio público ao desenvolvimento industrial, as classes de trabalhadores, tanto do setor público quanto do privado, não estavam satisfeitas com as políticas salariais que não acompanhavam o aumento do custo de vida. Os núcleos urbanos, com inchaço populacional devido à migração vinda do campo, já sinalizavam a necessidade de uma reforma que possibilitasse a obtenção de moradia, saneamento e mobiliário urbano correspondentes aos anseios sociais. De outro lado, era crescente a reivindicação por reforma agrária em colisão com os latifundiários (FAUSTO, 2007.p.311-21).

O episcopado então insistia no apostolado leigo como solução para a então situação do Brasil. Assim, a Ação Católica Brasileira e a CNBB figuraram mais fortemente no regime desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek de Oliveira, presidente da República de 1956 a 1961. A Igreja tentava influir na política econômica e social, difundindo a doutrina social da Igreja para conquistar os trabalhadores e os estudantes e deixá-los menos à mercê da influência marxista (BEOZZO, 1984.p.32; 1994.p.46-8; DALE, 1985.p.12).

A situação favorecia a participação da sociedade no debate político. Eram os presidentes Jânio da Silva Quadros (1961) e João Belquior Marques Goulart (1961-1964) que enfrentavam a sucessão de greves populares, nas quais diferentes classes sociais reclamavam por reformas estruturantes. Alguns setores da ACB não estavam alheios a

tudo isso. No campo, a Juventude Agrária Católica (JAC) contribuiu na questão do sindicalismo rural. No meio urbano, as juventudes estudantil (JEC), independente (JIC), operária (JOC) e universitária (JUC) contribuíram nas lutas por melhores condições de trabalho, de infraestrutura urbana e de educação.

Como efeito, tudo isso levou a que os movimentos de adultos e de jovens subordinados à ACB perdessem parte do seu vigor religioso. Houve então o deslocamento da proposta original de conversão cristã da sociedade para a de transformação social pela participação política, embora houvesse conflitos internos entre os próprios militantes e entre a própria Hierarquia, uma vez que tal deslocamento não foi adotado homogeneamente (BANDEIRA, 2000. p. 248-51, 310-25; BEOZZO, 1984. p.69, 1994.p.65; BRUNEAU, 1974.p.180-8; DALE, 1985.p.16; DUSSEL, 1992; MAINWARING, 1989.p.82-87; SOUZA, 1984.p.64-72).

Para Beozzo (1984.p.69), a Juventude Universitária Católica (JUC) dividiu-se entre uma ala mais à direita, no Rio de Janeiro, e outra mais à esquerda, que viu nascer a Ação Popular. O mesmo autor, em outra obra (1994. p.65), escreve que a “questão espinhosa estava sendo a crescente colaboração entre os militantes de Ação Católica e os organismos de esquerda no meio estudantil, rural e operário”. Logo depois de 1964, “a Juventude Universitária Católica (JUC) [...] e a Juventude Estudantil Católica (JEC) [...] se desligaram da hierarquia e, com a repressão política ajudando, acabaram desaparecendo. A Juventude Operária Católica (JOC) [...] toda a cúpula nacional - presa e torturada – quase desapareceu [...]. A Juventude Agrária Católica (JAC) [...] desaparecendo” (FENELON, KHOURY, 1987.p.130).

Nas concepções de Dale (1985.p. 10) que, ao retomar as origens do termo “ação católica”, diz que para Pio X (1903-1914) se tratava de uma “ação articulada dos leigos, mas em função de um objetivo delimitado: contribuir para a solução da questão social [...]”. Por sua vez, as autoras FENELON e KHOURY (1987), baseadas também em frei Romeu Dale, situaram os movimentos de Ação Católica Brasileira e das Juventudes Católicas, ainda que os denominassem de “movimento leigo”, como uma “atuação dos cristãos em movimentos sociais”. Outrossim, Dussel (1992, p.23) incluía na “luta social” os movimentos de juventude católica, demonstrando ao longo da história da Ação Católica Brasileira suas aproximações com um “catolicismo direitista e com simpatias fascistas” (p.230) e, posteriormente, com as questões da terra e as da reforma agrária (p.247).

Da mesma forma, outros autores situaram a questão em torno da politização da Juventude Universitária Católica e da Juventude Operária Católica ou nas articulações

entre a Igreja e as proposições políticas e sociais de então. Como exemplo, a autora Marina Bandeira (2000) pautou o seu ensaio em demonstrar como a Igreja e o laicato intervieram na questão social, incluindo aí os movimentos de Ação Católica. Por sua vez, Emmanuel de Kadt, na sua obra *“Católicos radicais no Brasil”*, publicada em 1970 e traduzida no Brasil em 2003 somente, denominou a Ação Católica como um “movimento social do qual surgiu, após muitos anos sem uma direção clara, um catolicismo realmente social e progressista” (p.93). Além disso, considerou que os protagonistas foram os movimentos de juventude, dando destaque à Juventude Universitária Católica. Assim como Della Cava (1975.p.43-5), além de refletir sobre a Hierarquia, reiterou aspectos de uma atuação política da JUC.

Há ainda que sublinhar que parte destes autores citados teve envolvimento com a Ação Católica e a Igreja, como a autora Marina Bandeira, secretária leiga da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e frei Romeu Dale, Yara Aun Khoury e Luiz Alberto Gómez de Souza, todos da Juventude Universitária Católica.

Na perspectiva dessa abordagem recorrente sobre a Ação Católica Brasileira, em 1966, já sob o regime militar, a Hierarquia preferiu recuar e, aos poucos, apresentava outras soluções para a questão do envolvimento político dos movimentos de adultos e de juventude, até enfim decidir pelo fim da Ação Católica Brasileira (BRUNEAU, 1974. p.213-5; MAINWARING, 1989.p.82-5;92-6; MORAIS, 1982.p. 103; MURARO, 1985; SOUZA, 1984.p.72; SOUZA, 2006.p.57).

Dentro da produção bibliográfica sobre o tema, é um caso singular a obra de Dale (1985), pois não apenas enfatiza a questão social que permeou a Ação Católica Brasileira. A obra traz compilação de documentos e trechos de livros sobre a fundação e o desenvolvimento majoritariamente da ACB. O autor indaga-se sobre a natureza da institucionalidade da AC depois de decorrida a sua oficialização. Dale propunha que para entender a ACB alguns pontos deviam ser considerados, tais como: o que significava exatamente a participação do leigo no apostolado da Hierarquia e as relações com as Congregações Marianas, se estas seriam ou não Ação Católica (p.16).

Olhando a Ação Católica Brasileira e seus movimentos por este prisma, envolvidos, em graus diferentes, com as questões políticas e sociais de então, percebe-se que se produziu uma teorização acadêmica que enfocou com destaque o caráter laical e temporal destas entidades subordinadas à ACB. Ainda que os históricos delas, como os elaborados pelo Centro de Documentação e Informação Científica, dissessem que “enquanto movimento de Igreja e parte da Ação Católica[...] a JOC [Juventude Operária Católica]

muda a concepção de sua missão e como suas práticas sociais, sua luta política, moldam-se pelo modo como veem a si mesmos na realidade social e enquanto membros da Igreja” (CEDIC, 1991.p.23-5).

Tanto que foi difícil traçar a trajetória particularizada da Ação Católica Brasileira que não implicasse os seus movimentos de Juventude ou levantar aspectos de sua institucionalidade diante da Igreja.

Nesse sentido, o presente estudo pretende contribuir com algumas respostas a respeito do desenlace institucional da ACB, ainda que se tenha de dissertar mais uma vez sobre os seus movimentos especializados de juventude.

Não tendo sido intenção estudar as ligações entre o Estado e a Igreja, visto que muitos estudos já se debruçaram sobre o tema, situamos a ACB naquilo que Della Cava (1976. p.31-2;43) definiu como “romanização”, ocorrida no início do século XX em diferentes lugares. Baseado no conceito do autor Roger Bastide, a “romanização” consiste na afirmação da autoridade da Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo. Consiste também no controle por parte dos bispos da doutrina, da fé, das instituições e da educação do clero e do laicato.

A “romanização” objetivava construir um estreito laço institucional e doutrinário entre as Igrejas locais e a Santa Sé e, quando possível, entre as Igrejas locais e os governos políticos. Tal proposta buscava a consolidação de um modelo organizacional “com características homogêneas, com procedimentos comuns e uniformizados, com o objetivo de ‘cerrar fileiras’ contra a contínua laicização das instituições públicas e civis” (ROSA, 2011. p.9).

A Ação Católica pode ser compreendida também pelo que foi cunhado como “catolicismo integral”, entendido como uma resposta ampla, regeneradora e restauradora da sociedade aos impactos negativos do liberalismo e da industrialização (POULAT, 1969 apud FONTES, 2011.p.92)¹.

No que se observou na prática então, em virtude dos encadeamentos de instauração das Repúblicas e da consequente separação do Estado e Igreja, as Ações Católicas que surgiram pelo mundo vieram, de um lado, cumprir um papel importante de restauração do catolicismo, diante dos fenômenos de secularização da sociedade e do Estado. De outro lado, vieram para efetivar o alinhamento entre a Santa Sé e as Igrejas locais. Na visão de Dussel (1989.p.14), a Igreja criava um modelo de compromisso dos

¹ POULAT, Emile. *Integralisme et catholicisme integral*. Tournai: Casterman, 1969.

leigos sob a direção da Hierarquia episcopal. Essas associações laicais que emergiram eram canalizadas para atuarem como veículos de cristianização.

Especificamente no Brasil, tal política de “romanização” constituía-se na dependência cada vez maior, por parte da Igreja, de padres estrangeiros (europeus), principalmente de ordens e de congregações missionárias, para realizar “a transição do catolicismo tradicional e colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”, independentemente das características locais e dos interesses políticos. Também se constituía na integração sistemática das Igrejas locais nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, no plano quer institucional quer ideológico (BASTIDE, 1951.p. 341 apud DELLA CAVA, 1976. p.43²)

Em meados de 1920, além de exortações pontifícias que aqui chegavam para que se organizassem os leigos, a vivência de religiosos na Europa e a experiência com associações laicais estrangeiras deram novo impulso à evangelização. A Igreja, para difundir essas novas ideias, organizou o Concílio Plenário, em 1935, e outros Congressos Eucarísticos pelo Brasil. Criou também a Ação Católica Brasileira.

Outrossim, os leigos organizados da Ação Católica Brasileira passaram a ser uma extensão da Igreja dentro das esferas ditas temporais: no interior da família, do trabalho e do Estado (AZZI, 2008.p. 111-5; 255-6; BRIGHENTI, s/d.p.2). Logo, para efetivar a restauração da sociedade, configurou-se o que ficou conhecido como “neocristandade”, ou seja, um conjunto de práticas pastorais diferenciadas para a conversão de novos fiéis ao cristianismo católico nos quais era imputado o desejo de transformação social pela via religiosa.

A “nova cristandade” forjou-se a partir de concepções teóricas, sobretudo de Jacques Maritain, que reforçava a ideia de crise da civilização moderna (MAINWARING, 1989.p.44-9; FONTES, 2011.p.322-8). Os militantes católicos inspiravam-se no “método ver-julgar-agir” e na noção de “revisão de vida e da ação”, em que o papel do leigo era o de transformar a realidade; na concepção do primado espiritual sobre o temporal e no “ideal histórico concreto”. Igualmente, baseavam-se na noção de “consciência histórica” de Emmanuel Mounier, em que o papel do católico era o de inserir-se na história e na cultura contemporânea e de poder atuar em partidos e organizações não cristãs.

Com o aperfeiçoamento das estruturas da ACB e de sua metodologia de agir, em meados de 1950, um discurso reformador em relação às questões sociais – pautado no

2 BASTIDE, Roger. Religion and Church in Brazil. Smith and Marchant, 1951.

método ver-julgar-agir – levava a que os militantes tomassem uma ação efetiva no temporal, colocando a Igreja a serviço da sociedade. Tal transformação foi compreendida como um fenômeno de “pós-cristandade” (BRIGHENTI, s/d.p.7).

Dessa forma, os dois conceitos “neocristandade” e “pós-cristandade”, utilizados como meio de entendimento da realidade da ACB, auxiliaram-nos na compreensão do que foi inicialmente a arregimentação e a formação de novos fiéis católicos e o que foi, posteriormente, a ação dos leigos já formados e conscientes de seu papel católico.

Todas estas tendências, que emergiram com a experiência de Ação Católica dos diferentes países e de seus movimentos subordinados, foram reunidas e refletidas no Concílio Vaticano II, 1962-1965 (BEOZZO, 1994.p. 87; BRIGHENTI, s/d. p.10; FONTES, 2011.p. 886-7).

A visão teológica de Igreja também serviu para compreender o apostolado laical constituído pela Ação Católica pelo mundo. A ideia de “sociedade desigual” disseminada pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) perdurava até os anos 1940, denominada pelos próprios teólogos de “hierarcologia”, ou seja, “a Igreja não é uma sociedade de iguais” e “uns são clérigos e outros leigos” (FONTES, 2011. p.190; PIÉ-NINOT, 2009.p.13).

Entre os anos 1940 e 1950 essa visão foi se modificando e um novo marco teológico principiava reformulando a Igreja, denominado de “Corpo Místico”, que significava dizer que “todos integram a Igreja com igual dignidade”. Tal visão foi disseminada e explicava de outra maneira o próprio apostolado leigo, dando novas conformações também à Ação Católica Brasileira. Nesses termos, advieram os estudos sobre a eclesiologia, ou seja, sobre a instituição Igreja em sua gênese, conceito, fundamentos e implicações (AZEVEDO, 2007; FONTES, 2011.p.340).

Por sua vez, as Ações Católicas contribuíam com uma nova teorização a respeito do apostolado laico, chamada de “teologia do laicato”, também adotada pelo Concílio Vaticano II (AZEVEDO, 2007; PIÉ-NINOT, 2009). Essa concepção acabou por privilegiar outras formas associativas laicais, gerando impactos na percepção da ACB pelo clero e pelos leigos e, por conseguinte, culminando no seu fim.

Em suma, os pressupostos teóricos da romanização, neo e pós-cristandade, hierarcologia, “corpo místico” e teologia do laicato serviram de instrumentais para compreender a essência da Ação Católica Brasileira.

Além de desvendar a instalação e o desenvolvimento da ACB, considerando as articulações em torno da questão da sua natureza e institucionalidade, a pesquisa buscou apresentar as conexões de tais problemáticas com os seus arquivos; logo, a outra face da

tese é a de compreender a natureza dos arquivos da Ação Católica Brasileira no âmbito do patrimônio documental da Igreja.

Isto porque existe uma tradição nos estudos que, pautados nos códigos canônicos, estabelece uma intrínseca relação entre o termo “arquivos eclesiais” e os arquivos administrativos da Igreja, em seus diferentes níveis hierárquicos – paróquias, dioceses e arquidioceses. Os autores de modo geral buscam descrever as condições dos arquivos eclesiais e suas potencialidades, sua conformidade em relação aos códigos canônicos, dentre outros aspectos (ABIB, 1981, 2012; ABREU, 2000; ASSIS, 2006; BERTO, 2012; MONTENEGRO, 2012; PINHEIRO, 2012; SANTIAGO, 2011; SANTOS, 2005, 2007, 2008, 2012; SILVA, 2012).

Com o fechamento da ACB e de seus movimentos especializados, com exceção da Juventude Operária Católica que existe ainda hoje, o espólio documental ficou com os próprios leigos, sacerdotes e com algumas arquidioceses. Passados muitos anos, uma pequena parcela, oriunda da Arquidiocese de Recife, foi transferida para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a qual passou a pertencer ao Instituto Nacional de Pastoral (INP).

Em 1993, o Instituto Nacional de Pastoral depositou temporariamente o acervo da ACB e de seus movimentos de juventude no Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no qual trabalho. Tal procedimento visava à realização do projeto de organização, descrição e microfilmagem dos fundos dos movimentos de ACB. Desde então o CEDIC custodia os tais fundos e até o momento não foi reclamada por parte do INP esta parcela do acervo³.

O presente estudo baseou-se fundamentalmente no Fundo Ação Católica Brasileira, custodiado pelo CEDIC/PUC-SP. Suas significativas séries documentais registram as articulações da entidade quanto à definição de sua natureza institucional no interior da Igreja, a mística religiosa que envolve os atos do movimento e as conexões entre os membros da Hierarquia e os leigos. Além disso, o arquivo também traz consigo parte da biblioteca utilizada pelos militantes e clero. São obras que tratam dos aspectos teóricos, religiosos e jurídicos que envolveram a ACB, dissertadas, em grande parte, pelo clero.

³ A documentação veio somar ao que o CEDIC já havia reunido dos arquivos da ACB e de seus Movimentos de Juventude, no caso preservados por militantes, sacerdotes e ou por instituições diversas.

Os intentos de se estudar a história e a que natureza pertenceu a Ação Católica Brasileira no bojo das instituições católicas e os reflexos disto na conformação e preservação de seus arquivos no âmbito da Igreja, ainda que não explicitamente citados no decorrer da tese, basearam-se nos preceitos de “monumento/documento” (LE GOFF, 1996; KNAUSS, 2009), “lugares de memória” (NORA, 1993; GONÇALVES, 2009) e de “escrita historiográfica” (CERTEAU, 2000), mesmo que explorados massivamente por tantos estudos no âmbito das Ciências Sociais e da História. O próprio Pierre Nora fez a crítica em relação ao uso da expressão ‘lugares de memória’, que “forjada pelas necessidades da causa, escapou do seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum” (NORA, 1997, v.2, p. 2219 apud GONÇALVES, 2012, p.33)⁴.

Não obstante, a adoção destes prismas possibilitou a leitura crítica dos documentos de maneira a transpassar os significados mais imediatos. Vistos como patrimônios, acabam por representar falsamente uma síntese bem resolvida, no lugar de apresentar um processo que na verdade foi bastante paradoxal, como foi a história da ACB.

Na perspectiva de Le Goff (1996, p.545), citando Paul Zumthor (1966), o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder que, voluntária ou involuntariamente, torna o arquivo testemunho de um passado que se intenta perpetuar. Este poder pode estar reservado aos “lugares de memória”, os quais também devem ser objetos de uma crítica histórica (NORA, 1993; COOK, 2012; GONÇALVES, 2012).

Faz-se então necessário elaborar sobre os tais lugares de memória uma “história de segundo grau responsável [...] por examinar o seu papel na construção do conhecimento histórico e na consolidação das narrativas de caráter histórico” (GONÇALVES, 2012, p.33). Daí o intento de se problematizar as intenções de guarda e os resultados que os agentes envolvidos na perpetuação dos arquivos da ACB realizam.

Contudo, para Nora (1993, p.21-2), não somente as instituições são “lugares de memória”. Os lugares são aqueles onde a memória se refugia e se cristaliza, são também os restos, são também as próprias unidades documentais, os fundos arquivísticos – apenas para nos limitar à problemática da tese. São lugares que convergem três dinâmicas: material, simbólica e funcional. O arquivo, seja a instituição, seja o conjunto documental mais imediato, diz o autor, é uma reminiscência material revestida de uma aura simbólica e que cumpre uma função social, de cristalização da lembrança e sua

⁴ NORA, Pierre (dir.). Les lieux de mémoire. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.

transmissão. Portanto, a crítica histórica não se realiza somente sobre as práticas institucionais das entidades custodiadoras, mas também sobre o documento que elas preservam.

Igualmente, as entidades custodiadoras de acervo realizam também o que o autor Michel de Certeau (2000, p.15) analisou quanto à operação escriturária no âmbito da História, repensando o sujeito historiador, as suas relações de poder com o seu objeto de estudo durante a escrita historiográfica e o lugar de onde pratica o ato de historiar. A escrita da História produz o relacionamento paradoxal entre dois termos, o ‘real’ e o ‘discurso’, em que o sujeito possui a palavra enunciativa sobre o objeto estudado e se coloca como aquele que sabe dizer a “respeito daquilo que o outro se cala”.

Com estas matrizes teóricas, empreendeu-se a análise das fontes documentais em duas direções. Uma primeira dirigida ao conteúdo dos documentos para assim alcançar a ACB; e uma segunda dirigida aos aspectos formais do espólio documental para assim alcançar as características do arquivo.

Isto posto, buscou-se então criar um procedimento de escrita que refletisse a “romanização”, o que significou iniciar os capítulos com os enunciados pontifícios e, na medida do possível, com a literatura estrangeira aprovada pela Santa Sé. Sendo ela produzida na Europa, concomitante à práxis das ACs, buscou-se apresentá-la detalhadamente e situar suas nuances na composição dos discursos elaborados sobretudo pela Hierarquia brasileira no interior da ACB. Assim, outros livros citados foram buscados em diferentes bibliotecas, em sites especializados que os disponibilizam na íntegra. Os documentos pontifícios foram todos pesquisados no site institucional da Santa Sé.

Como o objetivo era o de elucidar a natureza e institucionalidade do movimento em relação à própria Igreja, tomou-se o código do direito canônico de 1917 como expressão da organização formal da Igreja. Por isso, foi amplamente utilizado e citado no decorrer da tese. Com este recurso foram alcançados os aspectos desviantes da ACB diante de outras instituições eclesiais preconizadas pelo código e existentes no período.

A ACB existiu de 1930 a 1960, portanto consideramos que a natureza dada ao movimento em seu término foi a que deflagrou o destino final de seu espólio documental. Ainda assim, da maneira como fizemos com a natureza da ACB, contraposta com a própria relação com a Igreja Católica, os seus arquivos foram contrapostos aos ‘arquivos eclesiásticos’, os definidos pelo código canônico de 1917, o qual perdurou durante o

período de instalação. Contudo, tivemos que considerar também os novos códigos de 1983, pois poderiam trazer novas cogitações sobre a guarda desta documentação.

A respeito do rigor conceitual quanto à nomenclatura dos cargos da Igreja, optou-se por vezes pelo termo sacerdote para designar o clero ordenado pela Igreja, podendo ser o pároco ou o bispo. Igualmente para o termo fiel, significando o leigo. Usamos a grafia Hierarquia em maiúscula para dar a devida conotação de autoridade em relação aos leigos que os textos tanto buscaram firmar, apesar de não ter uma adoção única nos próprios textos originais e documentos consultados pela pesquisa.

Ainda sobre os termos que foram remetidos à Ação Católica Brasileira, associação laical, entidade, instituição, movimento, foram usados os encontrados no percurso de leitura dos documentos.

Por vezes, o corpo principal do texto da tese encontra-se subordinado a extensas notas de rodapé de referências e/ou explicativas, assim como a transcrições de documentos. Talvez tenha ocorrido dessa maneira devido ao próprio método indutivo, que levou a priorizar a fonte primária e essa por sua vez foi orientando a escrita e evidenciando a problemática da ACB.

A partir desta Introdução, o capítulo seguinte volta-se para o funcionamento institucional da Ação Católica Brasileira e sua evolução, por meio de suas bases legais estatutárias e regimentais. Neste caso, optou-se por tratar todo o período de existência do movimento, de 1930 a 1960.

Os demais capítulos apresentam a fundamentação teórica e jurídica que permeou a Ação Católica Brasileira na sua gênese, entre os 1920 e 1950. Seguem-se as nuances de uma práxis apostólica, entre os anos 1950 e meados de 1966, com as contradições e disputas em torno do movimento, as quais deram novos entendimentos sobre a natureza da Ação Católica Brasileira e deflagraram o seu fim.

Finalizam o trabalho a natureza e a conformação do espólio documental da ACB, considerando aspectos da produção, acumulação e destinação de seus documentos, dos códigos canônicos de 1917 e de 1983 e dos significados imputados pela Hierarquia e pelos leigos.

A Ação Católica marcou decisivamente tanto a vida da Igreja quanto a vida social e política brasileira. À semelhança de outras Ações Católicas pelo mundo, a ACB influenciou e preparou gerações para intervir na sociedade. Igualmente influiu nos rumos da própria Igreja, moldando novas mentalidades religiosas que podemos reconhecer nos dias atuais.

A tese pretende contribuir para o entendimento da história e dinâmica institucional da Ação Católica Brasileira e do impacto causado por essa associação na dinâmica eclesial e, não somente isso. Espera-se colaborar com os estudos sobre a própria Igreja Católica, esclarecer sobre o papel da Hierarquia e dos leigos e robustecer o debate acerca dos bens e patrimônios culturais religiosos, incluindo os arquivos no cerne da questão.

Talvez de modo um tanto pretensioso, a exploração dos arquivos da Ação Católica Brasileira possa somar-se ainda que tardiamente, ao conjunto de ações da Igreja Católica em dar acesso aos seus arquivos. O termo *lux in arcana* também foi título de uma exposição concebida para o IV Centenário da fundação do Arquivo Secreto do Vaticano, em 2012, de que somente tivemos notícia ao final da escrita desta tese.

Dizia-se na apresentação da referida exposição que o intuito era para se vislumbrar o invisível, então que seja assim também para com a Ação Católica Brasileira.

2. A Ação Católica Brasileira

Para a fiel observância dos Estatutos da Acção Catholica Brasileira, havemos por bem determinar que seus órgãos diretores e coordenadores, o reverendo clero em geral, e os parachos e assistentes eclesiásticos, em particular, empenhem todo zelo em firmar o conceito exacto de Acção Catholica nos moldes e instruções do Santo Padre Pio XI e dos Estatutos da Acção Catholica Brasileira.
(LEME, Sebastião. *Princípios e Disposições Geraes da Acção Cathólica na Archidiocese do Rio de Janeiro*, 1935, p.13)

2.1. A dinâmica totalizante e a unificação do apostolado leigo

Na Europa, do século XIX, onde surgiu a ideia da Ação Católica, a Igreja estava preocupada com o capitalismo industrial que se difundia e a secularização que se forjava. Por intermédio da encíclica social *Rerum Novarum*⁵ (1891), do papa Leão XIII, buscava-se dar uma resposta católica ao mundo que se modernizava e cujas desigualdades sociais tornavam-se abismais. Em contraposição ao comunismo que emergia enquanto modelo social e político, a Igreja lançava então a proposta de reorganização dos leigos, colocando-os efetivamente à subordinação da Hierarquia da Igreja para que assim transformassem a realidade a partir de um padrão católico de sociedade.

O Brasil, à época da *Rerum Novarum*, saía do regime escravocrata (1888) e ainda não tinha a dimensão do proletariado urbano denunciado pela Igreja Católica romana. A situação econômica e social era caracterizada pela produção e desenvolvimento da agricultura. A encíclica soava estranha para a Hierarquia católica brasileira, que era conservadora, e para as oligarquias de então. Somente na década de 1930 viram-se o florescer da industrialização, apoiada pelo Estado, a expansão dos núcleos urbanos de maneira não planejada, a migração de trabalhadores do campo para a cidade e, por consequência, uma série de problemas sociais que parecia que a encíclica antevira (BEOZZO, 1994. p.42-8; FAUSTO, 2007.p. 108-14; MAINWARING, 1989.p.50).

Passava a ser comum que sacerdotes brasileiros realizassem seus estudos em Roma e retornassem entusiasmados para renovar a Igreja local. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, recém-chegado de Roma, em 1910, organizou a Confederação das Associações Católicas de São Paulo devido ao seu entusiasmo com o conceito de “ação católica” de Pio X, apreendido como uma articulação de forças e um conjunto de atividades

⁵ A referida encíclica apontava a situação operária e os receios da Igreja diante do socialismo, do comunismo, do desequilíbrio econômico e social entre os proprietários e trabalhadores. Preocupava-se com as intervenções do Estado, propondo no caso o corporativismo como solução para os problemas sociais.

católicas coordenadas. Dessa maneira, o bispo mostrou-se bastante hábil e tornou-se uma figura importante da Hierarquia brasileira.

Em 1916, nomeado arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme criou ali também uma Confederação das Associações Católicas. Quando nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, em 1921, organizou e unificou as associações católicas já em funcionamento e estimulou a formação de outros novos grupos religiosos⁶. Assim, o episcopado buscava implantar a organização centralizada⁷, reunir as associações laicais que se encontravam difusas e padronizar os comportamentos religiosos católicos (DALE, 1985. p.12-3; MARCHI, 2003.p.210). Era também uma vontade da Igreja revitalizar o catolicismo e cimentá-lo na sociedade.

Por vezes essas iniciativas eram já chamadas de “ação católica”, no espírito de Pio X. A expressão apareceu no I Congresso Católico Brasileiro, em Salvador (BA), de 03 a 10 de junho de 1900, e no II Congresso Católico Brasileiro, no Rio de Janeiro (RJ), de 26 de julho a 02 de agosto de 1908. Ainda outros significados eram atribuídos à expressão, como apostolado católico em geral, apostolado social e articulação de obras de apostolado, contudo não expressava ainda uma Ação Católica institucionalizada como forjada por Pio XI na encíclica *Ubi Arcano Dei*, em 1922 (DALE, 1985.p.10).

Na referida encíclica definiu-se a Ação Católica como uma instituição estruturada e vinculada diretamente à Hierarquia. Juntaram-se outros documentos a esta carta pontifícia, como discursos, alocuções e mensagens epistolares do papa a hierarcas de vários países para instituir a Ação Católica pelo mundo.

No Brasil, em 1923, a proposta do papa foi clarificada com a difusão da publicação da obra “*Ação Católica*”, no Rio de Janeiro, escrita pelo próprio arcebispo Dom Sebastião Leme.

Contudo, antes de propriamente instalar a Ação Católica, o arcebispo criou duas associações mais específicas de ação no plano cultural no Rio de Janeiro, que foram bastante expressivas. Fundou com Jackson de Figueiredo o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem*, em 1922, e anos depois a Associação dos Universitários Católicos⁸ (AUC), em 1929 – as quais depois impulsionaram a Ação Católica Brasileira. Tais entidades juntavam

⁶ Outro sacerdote de destaque foi Padre Júlio Maria (1878-1944) que propunha também unir os leigos à Igreja, tendo fundado várias congregações em torno de questões sociais e religiosas.

⁷ Para ilustrar o número de dioceses que deveriam submeter-se à centralização da Igreja, havia 58 em 1920 (SILVA, 2012.s/p).

⁸ O principal objetivo era o estudo da religião, da filosofia e da teologia. Seu primeiro presidente foi Alceu Amoroso Lima. Dessa Associação, em 1932, fundou-se o Instituto Católico de Estudos Superiores do Rio de Janeiro.

forças com as confederações católicas e aumentavam as filas de fiéis em prol das reivindicações da Igreja no âmbito institucional (SOUZA.1984. p.93)

Em 1932, viera ao Brasil e dirigira um curso sobre a AC no Rio de Janeiro a belga Christine de Hemptinne, com o apoio de Pio XI⁹. Estimulado e mais preparado, Dom Sebastião Leme resolveu fundar o primeiro grupo de Ação Católica do Brasil sob o título de Juventude Feminina Católica (JFC), em 25 de novembro de 1932. No mesmo ano também concretizou a Liga Eleitoral Católica (LEC), com Alceu Amoroso Lima à frente (DALE, 1989.p.14)

Paralelamente a essa reorganização associativa de leigos que foi bem recebida pelo clero, a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI também logrou sucesso no episcopado brasileiro. O documento pontifício reforçava a doutrina social da Igreja lembrando os 40 anos da *Rerum Novarum*.

Por intermédio dessas encíclicas sociais, a Igreja apresentava uma solução estratégica para os problemas sociais que era a de implantação do corporativismo nas sociedades. Esse modelo, por sua vez, coadunava com o governo de Getúlio Vargas, durante 1930 a 1945, e parecia bem à Igreja tê-lo próximo de si para que tivesse atendidas suas reivindicações, já que havia perdido parte de seu poder social e político com a Primeira República.

Parte então das mudanças que ocorriam na Igreja brasileira era em função da experiência e formação que os sacerdotes passavam a ter em Roma. Com isso, a Santa Sé difundia seu modelo de Igreja e de organização laical e realizava um controle mais efetivo e eficiente sobre as Igrejas particulares pelo mundo. Os arcebispos eram formados para prestar lealdade ao papa, a exemplos de Dom João Becker, de Porto Alegre em 1912; Dom Antônio dos Santos Cabral, de Belo Horizonte, em 1920; Dom Duarte Leopoldo e Silva, de São Paulo, dentre outros que se alinhavam à “romanização” (BANDEIRA, 2000.p.34).

Dentro de uma política mais incisiva do Vaticano junto às Igrejas particulares, os fiéis católicos brasileiros foram convidados a participar de um apostolado organizado de recristianização do meio social. A Igreja preocupava-se com a crescente laicização da República e atentava-se à expansão do comunismo. Para lograr sucesso, era solicitado que os fiéis se reunissem em associações e essas por sua vez se juntassem em confederações e, mais adiante, se reunissem sob o jugo da Ação Católica Brasileira.

⁹ Esta leiga também deu impulso a cursos de Serviços Sociais pelo Brasil.

Havia a perspectiva de um catolicismo combativo, representado por essas associações. Era baseado no que Dom Sebastião Leme traçou como programa católico militante, durante a Revolução de 1930. Reivindicava-se o respeito das instituições públicas à importância do matrimônio, impedindo assim o divórcio na legislação civil; pedia-se a educação católica nas escolas e a presença de capelães militares junto às forças armadas; destarte, desejava-se o investimento público em obras da Igreja. Todas as reivindicações foram atendidas ao longo do governo de Getúlio Vargas e logravam-se outros sucessos, como os Congressos Eucarísticos em vários Estados e por diferentes anos, o monumento Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e a manifestação de devoção a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, ambos em 1931 (AZZI, 2008.p.220-35)

Em pouco tempo Dom Sebastião Leme instituía a Ação Católica Brasileira (ACB) oficialmente com o Mandamento dos Bispos do Brasil, em 09 de junho de 1935. Os estatutos promulgados conjuntamente a este Mandamento foram baseados na Ação Católica Italiana, que contava com quase 15 anos de experiência. Repetia-se a ideia da divisão da Ação Católica por gênero (homens e mulheres) e por idade (adultos e jovens). Ainda dentro destes ramos fundamentais estavam as seções especializadas definidas por área de atuação social, inicialmente estudantil, operária e universitária.

A essência da Ação Católica era difundida como a “participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social” (LEME, 1935. art.1º. p.6).

Concomitantemente, no Recife existia a experiência da Juventude Feminina Católica, também em 1932, sob a orientação de Dom João Batista Portocarrero Costa. Nas demais localidades pelo país organizavam-se outras juventudes católicas, como a operária em algumas cidades de São Paulo e do Rio Grande Sul. Nesse último Estado organizadas por Dom João Becker, em 1929. Segundo o artigo publicado no Boletim da Ação Católica, “*A Ação Católica no Brasil*”¹⁰, quase sempre isto se sucedia, como dito já, “em torno de sacerdotes seculares e religiosos que haviam conhecido, por ocasião de seus estudos em Roma, a Ação Católica Italiana, fortemente incrementada pelo papa, e procuravam, de algum modo, imitá-la.” Logo, Dom Sebastião Leme não era o único a tentar reunir e organizar os católicos.

¹⁰ Boletim da Ação Católica Brasileira, n.2, dez. 1960. p.3 apud DALE, 1985. p.14.

Diante da promulgação da Ação Católica Brasileira, as confederações e juventudes católicas antes criadas foram reunidas sob a égide da ACB, cada qual de uma maneira.

A Confederação das Associações Católicas do Rio de Janeiro, que havia sido criada em 1922 para reunir as Associações Católicas da Arquidiocese, teve suas Comissões confiadas à Ação Católica, sob a orientação de um Conselho Superior Diocesano também de ACB. Eram as Comissões: 1) Fé e Moral – propaganda, defesa e preservação; 2) Ensino do Catecismo; 3) Obras de Piedade e Culto; 4) Santificação das Famílias; 5) Escolas; 6) Imprensa; 7) Vocações; 8) Descanso Dominical; 9) Obras de Caridade e Assistência Popular; 10) Obras Sociais e Operárias e 11) Construção de Igrejas e Capelas.

Às outras Confederações Católicas era sugerido que se sujeitassem às determinações e princípios gerais da ACB¹¹. Contudo, garantia-se a elas que conservariam a sua independência, autonomia e seus próprios estatutos. Eram exemplos a Confederação Católica de Educação, a de Escoteiros, as Ligas Católicas Jesus, Maria e José, a de Trabalhadores Católicos e Coligados, bem como a Federação das Filhas de Maria, o Conselho Central do Apostolado da Oração, as Damas de Caridade e as Conferências Vicentinas. Para essas associações e para outras obras católicas¹², os estatutos da ACB estabeleceram que, se exercessem apostolado externo, deveriam ser orientadas pela ACB (LEME, 1935. art.2º).

Dessa forma, efetivava-se um modelo de ACB como órgão central que mobilizaria os católicos nos terrenos sociais e religioso, sob o comando da Hierarquia. Não obstante, apesar dos bispos já terem experimentado as confederações católicas que objetivavam unir as associações de então, o padrão de centralidade representado pela ACB suscitava hesitações. Alguns bispos se perguntavam se as associações ou confederações perderiam a sua autonomia, se manteriam seus nomes ou se havia a necessidade de se unirem de fato à ACB. Um conjunto de bispos mais alinhados à Santa Sé, como Dom Sebastião Leme, Dom João Becker, Dom João Batista Portocarrero, repetia exaustivamente as palavras de Pio XI sobre a necessidade da instalação e desenvolvimento da ACB. Essa polêmica foi mais incisiva com as Congregações

¹¹ Citado por Dom Sebastião Leme na obra *“Ação Católica Brasileira na Arquidiocese do Rio de Janeiro”*, 1935.

¹² São exemplos de Obras: São Vicente de Paulo, Cruzadas Eucarísticas, Ordens Terceiras, Obra dos Tabernáculos. Se exercessem apostolado externo eram membros da Confederação Católica, se não exercessem devido a seus estatutos, mas o fizessem de fato, cabia ao bispo decidir se fariam parte da Confederação das Associações Católicas.

Marianas¹³ que foram incluídas nos estatutos de 1956, o que será discutido mais adiante e também nos próximos capítulos.

O próprio Dom Sebastião Leme, para consolidar o conceito e a institucionalidade da ACB, procurou ter do papa Pio XI legitimidade de suas ações, assim “dele conseguiu duas cartas em menos de um ano”. Na primeira o papa deixava claro que estava respondendo a um pedido expresso do arcebispo sobre a implantação da AC no Brasil. Na segunda versava sobre o tema “Eucaristia e Ação Católica” (DALE, 1985.p.38). Dom Sebastião Leme procurou firmar a seguinte ideia sobre a ACB:

A AC não é uma associação a mais que se vem enfileirar ao lado das outras, como qualquer uma delas [...] A AC paira em esfera superior; uma organização que, sob dependência imediata da hierarquia, aos católicos leigos de todas as condições sociais e as obras católicas de todo gênero, proporciona e facilita a colaboração no apostolado da Igreja. (LEME, 1935. p.14)

A centralização das associações católicas sob a égide da Ação Católica Brasileira espelhava o mesmo princípio da Igreja em relação às suas dioceses, ou seja, o de enrobustecer os laços hierárquicos e de dependência entre os membros da Igreja.

A Ação Católica Brasileira não era somente o conjunto dessas associações católicas e confederações que se uniram a ela, consideradas auxiliares. A ACB era essencialmente a organização do laicato jovem e adulto divididos por gênero, idade e em alguns casos por meio social. Portanto, para conformar os ramos fundamentais da ACB, as primeiras Juventudes criadas em 1932 foram totalmente absorvidas e outros ramos foram implantados, como os de Adultos.

Para com essas Juventudes que já existiam, agiu-se assim devido à forma organizativa que elas já tinham, pois foram instaladas a partir dos princípios gerais da Ação Católica postulados por Pio XI. Ou seja, elas já eram uma modalidade de apostolado leigo organizado que recebia a missão de evangelizar em nome da Igreja. A ACB, que passava a incorporá-las, era reconhecida pelo bispo local e recebia o mandato¹⁴ para

¹³ As Congregações Marianas foram fundadas no Brasil no período colonial e expulsas juntamente com a Companhia de Jesus em 1759 e retomaram suas atividades em 1870. Sendo a associação mais antiga de leigos cristãos, sempre suscitou debates em relação à ACB, ainda mais quando foram consideradas auxiliares no apostolado leigo da Ação Católica. Essa discussão foi lograda nos diversos países que desenvolveram a AC, visto isto quando da tentativa de resolução da questão por parte do papa Pio XII, concebendo-a como Ação Católica também.

¹⁴ Na diocese o mandato originava-se diretamente do bispo. Na paróquia vinha do bispo através do pároco (PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE ACB. Rio de Janeiro, 31 de mai/9 de jun, 1946 apud DALE, 1985.p.93)

assim agir representando a Igreja. Também o movimento tinha como diferencial o leigo no poder de comando do movimento, sob a orientação de um assistente eclesiástico.

A ação primordial do movimento era evangelizar os indivíduos entendidos dentro das categorias gênero, idade e segmento social. Para isso, a cooptação dava-se por meio da divulgação da Ação Católica Brasileira pelos bispos e párocos, que deveriam empenhar-se em firmar o conceito exato de AC para o público católico. Os leigos deveriam também, depois de informados, formar outros fiéis sobre a questão.

Os *“Princípios e Disposições Geraes da Acção Catholica na Archidiocese do Rio de Janeiro”* (1935) davam orientações para o êxito da Ação Católica no Brasil¹⁵. Diziam que os órgãos de imprensa católica, incluindo as editoras da Igreja, deveriam ser auxiliares na divulgação da Ação Católica Brasileira. De modo igual, numa relação complementar, a AC deveria empenhar-se na formação de jornalistas e colaboradores para suprir os meios de comunicação religiosa. O papel das publicações, sejam elas periódicas ou não, foi fundamental para a disseminação das informações sobre uma entidade católica nova que emergia, assim como para a formação dos sacerdotes e leigos que se alistavam na ACB. Durante todo o percurso da associação foram produzidas várias obras que anunciavam as suas notas essenciais. O conjunto delas transmitia a natureza da Ação Católica.

Contudo, não se tratava apenas de uma ação colaborativa dos bispos e dos párocos e da imprensa católica para instituírem a ACB nas paróquias. Tratava-se também de um “dever” dos bispos, uma vez que o Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, solicitava que o clero conferisse primazia à instalação da ACB diante de outras associações de apostolado externo, reiterando assim o clamor do papa Pio XI.

Os católicos eram chamados a formar os núcleos fundamentais da Ação Católica dentro das paróquias com a prévia autorização do pároco local. Aliás, o sacerdote tinha o papel fundamental de estimular a iniciação de núcleos de AC pelas Igrejas. O chamamento dava-se por meio das missas e da divulgação das encíclicas papais, discursos e mensagens do papa aos leigos, além do uso de outros veículos católicos para esse fim. Quando o católico acolhia o chamamento, esperava-se dele já o batismo e a crisma (renovação dos votos católicos) e uma conduta moral, ética e cristã ilibada, como previsto no art. 8º dos estatutos de 1935: “para a inscrição em qualquer das suas organizações, exige a AC: 1) vida exemplar; 2) prática dos sacramentos [...]”. Em seguida, o leigo

¹⁵ Utilizamos LEME, Sebastião. *Acção Catholica Brasileira na Archidiocese do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1935, ao longo desta seção do presente capítulo.

aceitava os regimentos e programas da AC e da respectiva organização a que diretamente se submetia e, quando finalmente aceito, era admitido pela Diretoria local do ramo fundamental de AC instalado na paróquia e chamado então de 'sócio'.

Enquanto 'sócio', realizava anualmente a renovação presencial de sua militância junto à AC e o pagamento de taxa anual fixada pelo Conselho Diocesano do movimento. Em casos de não renovação do compromisso por real impossibilidade não se seguia a exclusão automática da ACB, o militante neste caso poderia fazê-la por escrito. Caso contrário, o desligamento se seguia de maneira automática e deveria se devolver o distintivo do movimento a que estava ligado. Caso o militante quisesse retornar aos quadros da ACB, era-lhe pedido novo período de estágio; contudo, apesar dessa regulamentação, poderia o ordinário a seu critério ter uma solução diversa para essa questão.

Cada seção fundamental de Ação Católica poderia ser constituída de maneira mais ou menos complexa, conforme o número de aderentes e de unidades paroquiais existentes na jurisdição de determinado bispo. Sabe-se pelas assinaturas presentes no Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil, que promulgou a ACB, que em 1935 estavam cientes 19 arcebispos¹⁶, 46 bispos¹⁷, 6 prelados¹⁸, 10 administradores apostólicos e 2 prefeitos apostólicos¹⁹, totalizando a representação dos 20 Estados brasileiros, excetuando o Acre²⁰. Havia maior sucesso nos Estados de Minas Gerais, Rio

¹⁶ Arquidioceses da Região Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo (capital, São Carlos e Jaboticabal) Minas Gerais (Belo Horizonte, Diamantina e Mariana); das Regiões Nordeste e Norte: Bahia, Alagoas (Maceió), Paraíba, Ceará (Fortaleza), Mato Grosso (Cuiabá), Pernambuco (Olinda, Recife), Maranhão (São Luís do Maranhão), Pará (Belém do Pará) e Goiás, e Região Sul: Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Paraná (Curitiba) e Florianópolis.

¹⁷ Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais (Montes Claros, Campanha, Pouso Alegre, Guaxupé, Aterrado, Caratinga, Juiz de Fora e Uberaba), Rio de Janeiro (Penedo, Niterói e Barra do Pirai) e São Paulo (Ribeirão Preto, Taubaté, Campinas, Assis, Cafelândia, Sorocaba, Botucatu e Rio Preto); Região Sul: Paraná (Jacarezinho e Ponta Grossa), Rio Grande do Sul (Uruguaiana, Pelotas e Santa Maria) e Santa Catarina (Joinville e Lages); e Regiões Nordeste e Norte: Amazonas (Manaus), Bahia (Nazaré, Valença, Caetite e Ilhéus), Ceará (Sobral e Crato), Mato Grosso (São Luís de Cáceres), Mato Grosso do Sul (Corumbá), Pará (Bragança e Santarém), Paraíba (Cajazeiras), Pernambuco (Guaranhuns, Pesqueira e Petrolina), Piauí, Rio Grande do Norte (Natal) e Sergipe (Aracaju).

¹⁸ Prelados de Santarém (PA), São Peregrino Latioso, Bom Jesus de Gurguéia, Conceição do Araguaia, São José de Grajaú e de São José de Tocantins.

¹⁹ Administradores Apostólicos de Rio Negro e de Porto Velho, de Registro de Araguaia, Foz do Iguaçu, Guamá, Paracatu, Guajará Mirim, Santana de Jataí, Diamantina, Lábrea, e Prefeitos de Alto Solimões e Aparecida de Tefé.

²⁰ Considerou-se a divisão regional atual, pois conforme dados do IBGE de 1940 se configurava assim o Brasil: Maranhão e Piauí incluídos na região Norte, junto com o território do Acre e os estados do Amazonas e do Pará. No Nordeste, ficavam Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Não existia a região Sudeste, mas, sim, uma região chamada Este, onde se localizavam os estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Na região Sul, estavam o Rio de Janeiro -- que, na época, era a capital do país -- e São Paulo. Além deles, ficavam na região Sul os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A região Centro-Oeste não existia, mas, sim, a região chamada Centro, onde estavam Mato Grosso, Goiás e

de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. Portanto, dizia-se no Mandamento que se desejava que cada diocese organizasse o movimento “o quanto possível de maneira eficiente e uniforme”.

Segundo frei Romeu Dale (1985), “em rigor, a ereção canônica da ACB ‘em todas as dioceses e paróquias do território nacional’ foi suficientemente feita pelo Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil, em 09 de junho de 1935” (p.92). Logo, a ereção canônica conferia à ACB o status de “associação eclesialística”.

Dentre os leigos que se filiavam à ACB, os postos de comando eram dados àqueles escolhidos pelo bispo, uma vez que a direção da organização era realizada por um fiel assessorado por um padre ordenado, que ocupava o cargo de assistente eclesialístico. Portanto, a ACB não tinha uma estrutura “democrática”. As bases não elegiam o leigo diretor do movimento.

Era recomendado não escolher homens, mulheres, adultos ou jovens que tivessem ligações com outras obras, associações, partidos com fins particulares que pudessem comprometer ou desvirtuar progressivamente o conceito de Ação Católica. Isto posto, a AC deveria escolher dirigentes não comprometidos com política partidária e “nem extremados em suas opiniões pessoais” (LEME, 1935.p.17). Isto porque se acentuava que a ACB não participava da política. Para os fins políticos, a Igreja contava com a Liga Eleitoral Católica, que poderia canalizar os votos dos leigos acistas para os candidatos a cargos públicos que representassem as reivindicações da Igreja.

Os leigos eram preparados intelectualmente para desenvolver suas atividades. “O estudo e a cultura nunca serão demasiados” (LEME, 1935.p.18). Portanto, ‘cursos de AC’, ‘semanas’, ‘dias’, ‘círculos de estudos’, além de outros eventos mais amplos, como encontros, conferências, reuniões etc. foram iniciados e sempre realizados ao longo da existência da ACB. As leituras também eram indicadas, tendo sido criada uma biblioteca católica ou com obras não religiosas, porém aprovadas para o desfrute dos membros. As publicações versavam sobre a aplicação dos princípios católicos a toda vida social, buscando ensinar os modos de resolver as questões cotidianas, econômicas e políticas à luz da doutrina cristã e segundo as diretrizes da Igreja. Dava-se ênfase aos problemas enfrentados pelas classes de trabalhadores, as quais deveriam ser ‘protegidas e

orientadas' em relação ao comunismo; também versavam sobre assuntos mais imediatos como o próprio conceito de AC e suas práticas.

Dom Sebastião Leme empenhou-se, por meio da formação dessas associações, na constituição de uma inteligência católica que passaria a ter uma posição privilegiada na política, nas artes, na imprensa e na produção científica. Esse trabalho inspirava-se na renovação católica francesa dos fins do século XX, que teve como objetivo restaurar os valores espirituais na poesia, na prosa e na filosofia, e contrariar o espírito naturalista positivista, anticlerical e o ateísmo também dominante na sociedade de então. Assim a ACB distinguia-se das demais associações pelo intenso interesse pela Bíblia, pelos documentos pontifícios, especialmente os de cunho social, e pela filosofia (BANDEIRA, 2000.p.63-67; 103; MARCHI, 2003.p.212).

A formação seguia uma regra geral, a de primeiro instruir os dirigentes, formados nos círculos de estudos – responsabilidade de párocos, bispos, assistentes eclesiais e, por vezes, de intelectuais de reconhecida autoridade pela Igreja. Em seguida, dirigentes e assistentes eclesiais elaboravam as atividades de instrução para os demais acistas, nas quais também poderiam contar com a presença de outros religiosos convidados, como teólogos e eminências católicas. Parte da metodologia dos círculos de estudos havia sido trazida pela belga Christine de Hemptinne quando da sua vinda ao Rio de Janeiro em 1932.

Segundo os regulamentos da ACB para a Arquidiocese do Rio de Janeiro (1935), inicialmente a organização de um núcleo da ACB se dava na paróquia e todos os núcleos paroquiais eram coordenados por um bispo responsável pela diocese. O núcleo recebia uma das denominações dos ramos fundamentais da ACB: Homens da Ação Católica (HAC) ou Liga Feminina Católica (LFC), para os adultos; Juventude Católica Brasileira (JCB) ou Juventude Feminina Católica (JFC), para os jovens. Com esses grupos, a ACB valorizava e vitalizava a paróquia. A soma deles configurava um território maior e, portanto, uma influência também ampla do movimento no âmbito da diocese e da região. De outro lado, mobilizava a massa de católicos na sociedade, local e nacionalmente.

As equipes de HAC e LFC eram primeiramente formadas por uma Comissão Provisória nomeada pelo cardeal arcebispo. Essa Comissão proporcionava a sólida formação sobre os princípios, normas e programas da AC, de acordo com o regulamento interno. Quando consolidada a equipe, aplicava-se a organização definida pelos estatutos da ACB, que previa a existência de uma Junta Arquidiocesana dentro de cada ramo –

HAC ou LFC - para determinar a época da instalação oficial de uma nova equipe e fazer-lhe entregar o diploma de agregação.

Os candidatos a 'sócios adultos', fossem homens e mulheres, deveriam se dirigir à associação correspondente ao seu gênero, HAC ou LFC, da paróquia onde residiam. Onde não houvesse núcleo formado, poderiam se dirigir à Junta Arquidiocesana. Tornavam-se de fato sócios depois de um estágio mínimo de três meses, além de terem que preencher as condições já mencionadas: a) vida exemplar, b) prática dos sacramentos; c) aceitação dos programas e regulamentos da HAC ou LFC e, d) pagamento de uma taxa fixada em 1935 no valor de 5\$000 (5 mil réis) anuais²¹, que dava direito à carteira de sócio e ao recebimento de boletins. Homens ou mulheres, sob pena de serem excluídos de suas seções, não podiam usar o nome da ACB em organizações, manifestações ou movimentos, bem como participar de entidades que contrastassem com as diretrizes e finalidades da ACB.

Os candidatos a 'sócios' das Juventudes Masculina e Feminina inscreviam-se nas associações paroquiais também. Era facultado escolher entre a paróquia onde residiam ou a mais próxima de onde estudavam ou trabalhavam. Já os universitários inscreviam-se diretamente no centro arquidiocesano, assim como aqueles que residiam em lugares onde ainda não estivessem organizadas as equipes de juventude de AC. Os sócios que se casavam ou atingiam a idade dos 30 anos podiam se transferir para os movimentos de Adultos. Da mesma forma que a HAC e LFC, se o jovem usasse o nome da Ação Católica em associações, movimentos, manifestações ou participasse de organizações contrárias à ACB, seria expulso das Juventudes.

A Liga Feminina Católica possuía o que a ACB chamou de 'seções especializadas': círculos de estudos para casadas, círculos para operárias, para empregadas domésticas, para assistência social católica e para formação familiar. A Igreja buscava assim evangelizar a partir de demandas próprias de cada conjunto tão bem especificado.

Quanto aos procedimentos de entrada nas Juventudes Católicas, repetia-se o ritual realizado para com os adultos: estágio de três meses e pagamento de anuidade, além de praticar o catolicismo e de ter conduta ilibada. Contudo, na formação das equipes dentro das paróquias as Juventudes diferenciavam-se pois, destes núcleos advinham os setores

²¹ Não foi possível precisar o valor monetário disso, porém quando implementado o salário mínimo, o seu valor dependia do custo de vida de cada região [...]. O maior valor de salário era de 240 mil réis, referente ao Distrito Federal (RJ) e o menor de 90 mil réis para as cidades do interior dos Estados do Nordeste (DECRETO-LEI N. 2.162,1940).

estudantil, universitário e o operário. Os setores eram destinados a facilitar a formação e a organização da juventude, “agrupando-a em torno de ideal e condições de vida idênticas ou comuns. Em todas as paróquias deveriam existir seções de todos os setores, exceção feita do universitário que terá caráter arquidiocesano” (LEME, 1935. p.30). Outros setores também existiam somente na Juventude Feminina Católica, para os Benjamins e Aspirantes (crianças entre 8 e 14 anos).

Os tais setores estudantil, universitário e operário foram formados devido à política da Igreja de evangelizar os meios sociais, assim divididos, de maneira mais eficaz. Os jovens estudantes, por exemplo, poderiam ser a futura elite católica, intervindo inclusive politicamente na sociedade; assim como os jovens operários. Para a Igreja, esses meios eram os mais suscetíveis para a entrada do pensamento comunista, seja por intermédio das escolas e universidades, seja por intermédio de partidos e sindicatos no meio operário. Ou ainda, a Igreja aumentava sua capacidade de influência religiosa, com o intuito de inibir a expansão do protestantismo e do espiritismo.

Tal qual o movimento de adultos, tinha-se a Comissão Provisória organizada pelo cardeal da arquidiocese, a qual também proporcionava aos elementos da paróquia a formação necessária para a atuação na ACB. A partir daí, fundavam-se outros novos núcleos com a instalação solene e a entrega do diploma de agregação pela Junta Arquidiocesana.

Na Juventude Feminina Católica o pagamento da taxa anual era de 12\$000 (doze mil réis), com exceção das operárias que contribuía com 6\$000 (seis mil réis), dando direito à carteira de membro e à assinatura do Boletim JFC. Mostrava-se a ACB sensível às realidades econômicas de cada segmento.

As reuniões que ocorriam no interior dos ramos da ACB, nas paróquias, podiam seguir as seguintes normas: a) abertura da sessão, chamada e leitura da ata; b) leitura e explicação da Bíblia pelo pároco; c) realização do expediente: leitura de cartas, ofícios, comunicados da Diretoria Nacional ou Diocesana; d) apresentação do relatório das atividades de cada uma das associações presentes; e) palavra de orientação do pároco ou do presidente; f) apresentação de propostas e reclamações, e g) oração final.

Segundo Portocarrero (1937.p.292-4), os membros da ACB eram enquadrados nestas categorias: sócios estagiários, sócios efetivos (simples ou militantes), sócios dirigentes e sócios propagandistas.

Isto posto, a ACB era como uma prática pastoral que utilizava para a arregimentação de novos fiéis não somente o padre, a paróquia e o sermão, mas o próprio

leigo batizado e formado para este fim. Por isso, com o intuito de não fracassar neste propósito e perder o foco religioso desta ação, a Igreja procurava estabelecer políticas de organização do apostolado leigo de maneira a conformá-lo homogêneo, hierarquizado e ordenado. Daí os estatutos e regimentos mostrarem a ACB tão fortemente coesa e burocrática.

Também se optou pela filosofia de Jacques Maritain (1965) quanto à metodologia de trabalho. Foi este um dos teóricos que muito influenciou a Ação Católica Brasileira. No seu projeto, a neocristandade era definida como um regime que se aplicaria à ordem temporal. Isto representava dizer “uma concepção cristã de vida” a ser praticada na vida social, política e cultural, até chegar a “uma era de civilização cuja forma animadora seria cristã”. Para o filósofo, não se tratava de uma utopia, mas de um “ideal histórico concreto”, uma “imagem dinâmica a realizar”. Sendo assim, a nova cristandade procuraria realizar o “homem novo”, transformação que deveria “atingir [...] as estruturas da vida social da humanidade e comportar destarte [...] uma verdadeira realização social temporal do evangelho” (MARITAIN, 1965, p. 205).

Mesmo que desse a importância ao leigo, o comando da ACB e de seus ramos cabia à Comissão Episcopal. Tal órgão era a alta direção e o “controle” geral do movimento. Isso era justificado pela delegação do “mandato” da Hierarquia à ACB - ou seja, do “múnus apostólico” que será explicado no capítulo seguinte. A Comissão era composta por cinco membros e de comum acordo adotou-se que o arcebispo do Rio de Janeiro representaria a Comissão bem como resolveria questões comuns e urgentes.

Para administrar os ramos fundamentais e a Confederação das Associações Católicas, a ACB dispunha de uma Junta Nacional, constituída pelo assistente eclesiástico, do presidente, secretário e tesoureiro, nomeados por três anos pela Comissão Episcopal. Competia à Junta presidir, sob a dependência da Comissão Episcopal, o Conselho Nacional da ACB; executar as diretrizes e resoluções que a Comissão Episcopal assentava; acompanhar, estimular e coordenar as atividades de AC, por meio dos Conselhos Diocesanos e Paroquiais (LEME, 1935. Art. 22). Abaixo da Junta Nacional, existiam as Juntas Diocesanas e Paroquiais.

Prova de total atenção da Comissão Episcopal para com os assuntos da ACB, na carta de nomeação de membros da Junta Nacional, de 03 de maio de 1944, que já constava da previsão de reorganização dos estatutos da ACB, dizia que “em vista disso” Dom Jaime de Barros Câmara, bispo do Rio de Janeiro, designava Alceu Amoroso Lima como Presidente, Heráclito Fontoura Sobral Pinto como Secretário e Hamilton Nogueira

como Tesoureiro, até 04 de abril de 1946, assim por dois anos e não por três anos como preconizado nos estatutos²².

Nesse período eram membros da Comissão Episcopal da ACB: Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, falecido em 1942 (Rio de Janeiro), Dom Augusto Álvaro da Silva (Salvador), Dom Duarte Leopoldo e Silva, falecido em 1938 (São Paulo), Dom Antônio dos Santos Cabral (Belo Horizonte) e Dom José Pereira Alves (Niterói). Era o Assistente Geral, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e o Presidente da Junta Nacional da ACB Alceu Amoroso Lima (até 1946).

Com a morte de Dom Sebastião Leme, o cargo foi ocupado por Dom Jaime de Barros Câmara (Rio de Janeiro), que também se tornou assistente eclesiástico até 1946. Por sua vez, o arcebispo Dom Duarte da Arquidiocese de São Paulo foi substituído por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos, já em 1938. Em 1946, o Presidente da Junta Nacional era Hildebrando Leal, e em 1948 passou a ser José Vieira Coelho.

No ano de 1946, o presidente da Comissão Episcopal, Dom Jaime Barros Câmara, nomeou o então padre Hélder Câmara como assistente eclesiástico geral, que teve um papel fundamental no acompanhamento da Ação Católica Brasileira, nos anos de 1946 a 1962. Portanto, as alterações que se seguiram na ACB, a contar a adoção do modelo de Ação Católica Especializada, deveram-se muito a este sacerdote²³.

Em 1946, já com padre Hélder Câmara à frente, a ACB reformulou seus estatutos dando maior precisão à sua estrutura e funcionalidade. Havia mais detalhamentos a respeito dos setores internos e de seus membros, incluindo uma postura até mesmo crítica em relação às deficiências que a Igreja tinha em relação à própria ACB. Observava-se que se tornava necessária a formalização de cursos dentro dos Seminários católicos, por meio de uma cadeira de 'Ação Católica' para os sacerdotes. Ainda quando possível, semanas específicas sobre o tema para o clero (artigo 4º§ 2º), diante de evidências de uma lacuna na formação do padre, tanto para estimular a organização de núcleos de AC nas paróquias, quanto para cumprir o papel de assistente eclesiástico²⁴.

²² O motivo da expressão do "em vista disso" presente na carta de nomeação se deu mais pelo período de presidência desses membros na Junta Nacional, pois cita o documento os artigos 9, 21, 22 e 24 dos Estatutos de 1935 que davam os parâmetros para a escolha destes membros e o método de designar-lhes para o cargo. Os artigos em questão dizem respeito à composição da Junta Nacional, a escolha e nomeação dos membros por parte da Comissão Episcopal, na figura do arcebispo do Rio de Janeiro, por um período de 3 anos.

²³ Os nomes, cargos ocupados e datas de nomeação foram baseados na carta de 03 de maio de 1944, nos estatutos e regulamentos da ACB, nos relatórios do I Congresso Nacional de ACB, em 1946, e da II Semana Nacional de ACB, 1946. Também na obra de SOUZA, 1984. p.63.

²⁴ Para fins de comparação, utilizamos como referência "AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA: Estatutos e Regulamentos" (1946).

A Comissão Episcopal continuava a ser a alta direção do movimento, contudo o termo “*controle*”, adotado pelos estatutos de 1935, foi atenuado por “*coordenação*” geral da ACB. Era então composta por cinco membros titulares temporariamente das sedes episcopais do Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Niterói. Continuava o arcebispo do Rio de Janeiro sendo o representante para responder às questões comuns e urgentes da ACB.

Algumas alterações nas denominações foram realizadas, como a Liga Feminina Católica que passou a ser a chamada de Senhoras de Ação Católica, assim como a Juventude Católica Brasileira que passou a ser Juventude Masculina Católica. Outro ponto clarificado foi o de existência de remuneração para aqueles que ocupavam papel de dirigentes na ACB e nos ramos essenciais (HAC, SAC, JMC e JFC).

A especialização dentro dos grandes ramos da ACB foi o maior diferencial, apesar de este termo ser apenas referenciado nos estatutos de 1956, do qual resultou depois na criação da nomenclatura ‘Ação Católica Especializada’. Enquanto a ACB se pormenorizava em novos núcleos, houve relativa confusão quanto à denominação da entidade, ora sendo chamada de Ação Católica Oficial, ora Ação Católica Geral, ora Ação Católica Brasileira, ora Ação Católica Especializada. Essas alterações não ocasionaram a formalização de um estatuto ou regimento específico para uma Ação Católica ou outra. Não obstante, a Ação Católica Especializada representou uma nova forma de referir-se ao conjunto dos movimentos especializados subordinados à ACB. Também surgiu uma “Ação Católica Independente”, formada pelos ramos Adultos reunidos sob esta denominação.

A modificação do modelo inicial da ACB, que seguia o da Ação Católica Italiana, com os ramos fundamentais e poucas seções, mais centralizada e unida, foi ocasionada à vista da influência que religiosos canadenses exerceram ao experimentar no Brasil o modelo especializado, em 1942, em São Paulo (CARVALHEIRA, 1983.p.18).

Passaram assim a constituir seções da HAC e da SAC, a Liga Operária Católica (LOC) e Liga Agrária Católica (LAC); da JMC e da JFC, as Juventudes Agrária, Estudantil, Operária e Universitária (ESTATUTOS. 1946, art. 8º). Vale dizer que ainda ao ramo das Senhoras Católicas, SAC, os Benjamins e as Benjaminsas ficaram subordinados. Diante ainda de funcionarem em conformidade com os princípios e normas gerais da ACB, tais seções eram também regidas por seus próprios regulamentos aprovados pela Comissão Episcopal, todavia ainda não apresentando autonomia em relação à AC.

Em 1946 a Confederação das Associações Católicas continuava presente na estrutura da ACB com uma titulação mais precisa: a de “*membros aderentes e auxiliares*”, uma vez que era desejável que as Associações e Obras Católicas se congregassem e partilhassem dos mesmos objetivos da ACB. Continuavam, desde os estatutos de 1935, com uma configuração diocesana e somente em 1946 anunciava-se que para assumirem um formato nacional deveriam solicitar autorização para a Comissão Episcopal.

Mais complexos os estatutos, estes agora delimitavam a função do assistente eclesiástico, sendo aquele representante autorizado da Hierarquia junto aos organismos da AC (ESTATUTOS, 1946. art.15º), competindo a ele a formação dos membros. A sua nomeação dava-se pela Comissão Episcopal, quando se tratava de assistente eclesiástico nacional, e pelo padre ordinário, quando se tratava de assistente diocesano. Poderia este negar o cargo e delegar suas funções a outros padres, desde que aprovado pelo ordinário.

Segundo ainda os regulamentos da ACB de 1946, um novo membro que quisesse ser admitido na ACB deveria realizar estágio obrigatório mais longo, ampliando para um ano e nunca menos de seis meses o período de aprendizado. Com reuniões quinzenais, os encontros consistiam na formação da doutrina cristã, “*intensificação da vida interior*”²⁵ e treino das técnicas de apostolado. O conteúdo administrado no estágio²⁶ era aprovado pela Comissão Episcopal e tratava-se de religião e de técnicas de apostolado que incluíam os métodos específicos da ACB, como, por exemplo, a execução de círculos de estudos e a elaboração e aplicação de inquéritos sobre a realidade do leigo.

O novo membro era cooptado por um delegado local que atuava no âmbito da paróquia, promovia a arregimentação e a formação do estagiário, dirigia os círculos de estudos e estimulava as atividades apostólicas dos membros.

Após um ano de estágio, sob o olhar de um representante autorizado da Diretoria Diocesana, um conjunto de novos membros poderia ser formado, iniciando um ramo ou setor especializado de Ação Católica e com isso receber uma bandeira e um diploma como símbolos da associação de leigos que se fundava. Além de que, cada membro

²⁵ Para intensificação da vida interior, o leigo deveria participar de missas e comunhões coletivas; manhãs ou tardes de recolhimento mensais; retiro anual de três dias, preferencialmente em regime recluso ou fechado; além da realização de meditação e exames de consciência. (ESTATUTOS, 1946. Art.9º)

²⁶ Alguns exemplos das obras lidas são: ORTIZ, Carlos. *Catecismo da ACB*. Rio de Janeiro: Cruzada da Grande Imprensa, 1938; MAGALDI, Feliciano. *AC pequeno catecismo*: princípios e disposições gerais. Rio de Janeiro: Fides Brasiliae, 1939; FONTENELLE. *Catecismo de AC*. Rio de Janeiro: Centro Nacional da Juventude Feminina Católica Brasileira, 1941; ROSSI, Agnelo. *Formação de Estagiários de AC*. Petrópolis: Editora Vozes, 1944; CIVARDI, Luis. *Apóstolos no próprio ambiente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1945; LOSCHI, João A. *Guia do Estagiário*. Campinas: (s/e), 1948; LOSCHI, João A. *Guia do Estagiário*: religião e ação. Campinas: (s/e), 1952.

recebia uma carteira de identificação e um distintivo, insígnias e documentos padronizados e de propriedade da Junta Nacional, sendo idênticos para as quatro organizações em todo o Brasil.

Esse processo iniciava-se com a Diretoria Paroquiana enviando para a Diretoria Diocesana um pedido de admissão devidamente circunstanciado quanto às qualidades dos estagiários e a sua frequência às reuniões. A Diretoria Diocesana verificava se o estagiário preenchia todas as condições regulamentares, expedindo assim a carteira de membro e a autorização da entrega do distintivo. Por ocasião do recebimento do distintivo, os estagiários pronunciavam individualmente o “compromisso da ACB” perante o pároco ou o assistente eclesiástico. Ao prestar o compromisso, o estagiário finalmente tornava-se membro da ACB, incorporando-se à organização da paróquia próxima à sua residência ou ao seu local de trabalho ou ainda, no caso da JEC e da JUC, incorporando-se somente à organização diocesana.

Anualmente, no domingo de Pentecostes, os membros renovavam o compromisso, recebendo um novo certificado que era imprescindível para a continuidade da militância nos quadros da ACB.

Cabe aqui uma consideração a respeito dos órgãos que administravam o estágio e expediam os documentos para o novo grupo que se formava de ACB e ou para o membro individualmente admitido. Tais Diretorias Paroquiais e Diocesanas eram órgãos dos movimentos de Adultos e Jovens de Ação Católica, uma vez que os setores administrativos da ACB propriamente eram denominados de Juntas. Portanto, enfatiza-se que o militante realizava o apostolado nos ramos fundamentais e cabia à ACB administrar o conjunto de seus ramos e setores vinculados.

Nessa perspectiva, cabia à Junta Nacional, essa sim um setor administrativo da ACB, articular-se com os ordinários para a fundação da Ação Católica em todas as Dioceses; manter contato permanente com as Juntas Diocesanas, por meio de visitas periódicas, relatórios e correspondência; estimular as atividades nacionais da ACB, promovendo congressos, semanas, cursos e campanhas nacionais; elaborar anualmente, com audiência das Diretorias Nacionais dos ramos e setores especializados, programas de estudos de âmbito nacional para as quatro organizações fundamentais e remetê-los com antecedência aos Centros; organizar e superintender os Departamentos Nacionais da ACB; editar a revista oficial; encaminhar à Comissão Episcopal, para salvaguarda dos princípios doutrinários, informações sobre o que já foi publicado em território nacional sobre a AC; publicar livros sobre a AC submetendo-os à aprovação oficial da Comissão

Episcopal; fornecer com exclusividade às Diretorias Nacionais distintivos, carteiras, diplomas e bandeiras da ACB; e, publicar regularmente o anuário da ACB (ESTATUTOS, 1946. art.16). Ademais, a Junta Nacional reunia-se uma vez por semana, na sede localizada à rua do México, n.11, 16º andar, Rio de Janeiro²⁷, e convocava reuniões com as Diretorias Nacionais.

Os ramos e setores da ACB possuíam as Diretorias Nacionais que deviam promover, de acordo com a Junta Nacional, a fundação das organizações fundamentais em todas as Dioceses; transmitir as diretrizes da Junta Nacional, colaborar na execução dos congressos, semanas, cursos e campanhas e na elaboração dos programas anuais de estudos; contribuir com a revista oficial da ACB e enviar o relatório anual das suas atividades.

Por sua vez, a Junta Diocesana deveria se articular com os párocos para a fundação das Juntas Paroquiais; manter contato permanente com a Junta Nacional por intermédio de relatórios, correspondência e entendimentos pessoais; manter o 'Instituto de Formação de Dirigentes', que era regido por estatutos aprovados pelo próprio ordinário; promover nos 'Institutos Superiores de Cultura'²⁸ cursos de AC; organizar e superintender os Departamentos Diocesanos da ACB; fornecer à Junta Nacional e divulgar anualmente, o relatório das atividades da ACB Diocesana; coadjuvar o bispo Diocesano na Direção da Confederação Católica Diocesana (CCD) (ESTATUTOS, 1946. art.22)

À Junta Paroquial cabia articular os órgãos competentes para a fundação e perfeito desenvolvimento da ACB paroquial e de suas associações auxiliares (ESTATUTOS, 1946. art.24).

Nos idos de 1946 a ACB ainda possuía os Departamentos Nacionais especializados, a saber: Departamento Nacional de Vocações Sacerdotais, de Ensino de Religião, de Educação e Cultura, de Ação Social, de Imprensa, Rádio e Informações, de Cinema e Teatro, Departamento de Defesa da Fé e da Moral e Liga Eleitoral Católica (LEC). Tais unidades foram resoluções da Comissão Episcopal para arregimentar pessoal técnico e prestar serviços especializados de orientação e coordenação nas modalidades de apostolado técnico.

²⁷ Endereço que depois foi acolher a sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

²⁸ O Instituto de Formação de Dirigentes e os Institutos Superiores de Ação Católica foram uma pretensão não desenvolvida, apesar de citados nos Estatutos.

Em um exemplo de como os Departamentos²⁹ se relacionavam com a ACB, por meio da Junta Nacional os acistas deveriam promover inquéritos sobre o ensino de catequese e oferecer os dados para o Departamento de Ensino de Religião para que se obtivessem informações mais precisas sobre a realidade das paróquias e seus encaminhamentos sobre a questão. Outro exemplo, o mesmo Departamento de Ensino de Religião com o Departamento de Ação Social deveria agir articuladamente promovendo o ensino religioso e cursos especiais destinados a operários ou a seus filhos.

Ainda, quando as finalidades das Comissões criadas pelos estatutos de 1935 coincidissem com as dos Departamentos de AC criados em 1946, era sugerido que gradativamente as Comissões se transformassem em Departamentos a critério do bispo.

Em relação às Associações ou Obras Católicas aderentes ou auxiliares, dúvidas eram levantadas pelo clero:

[...] quando uma Obra se associa à ACB recebe mandato diferenciado ao da ACB. O mandato do membro da AC é direto, pessoal e contínuo; o mandato das Associações ou Obras confederadas é indireto, coletivo e intermitente. Em outras palavras as Associações e Obras confederadas só possuem mandato quando, sob a direção do bispo, auxiliado este pela Junta ou Diretorias Diocesanas, colaboram com os demais componentes do quadro geral, para os objetivos gerais da AC, nos termos do artigo 12, §2º dos Estatutos da ACB³⁰. (PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE ACB. Rio de Janeiro, s/ed, 31 de maio a 9 de junho, 1946 apud DALE, 1985. p.87-8)

Isto era posto devido ao poder conferido ao militante da ACB que fosse portador do mandato. Havia divergências entre os responsáveis pelas associações e pelas obras católicas e os membros acistas, os quais percebiam o status que o mandato conferia ao conjunto da ACB - que melhor será explicado nos capítulos posteriores.

No mesmo ano de publicação dos novos estatutos³¹, de 31 de maio a 09 de junho de 1946, aconteceu a II Semana Nacional de ACB. Na publicação que resultou do evento,

²⁹ Os Departamentos Nacionais tinham diretoria própria e autônoma (composta por um Sacerdote, Presidente, Secretário e Tesoureiro) - com exceção da LEC, cuja diretoria era composta por leigos que também pertenciam às organizações fundamentais de AC - regulamentos próprios, aprovados pela Comissão Episcopal, orientados e superintendidos pela Junta Nacional nas questões de interesse da ACB.

³⁰ "Cabe à Confederação Católica Diocesana (CDD) unir e coordenar todas as Associações e Obras Católicas que exerçam apostolado externo na Diocese para os objetivos gerais da AC, sem prejuízo das atividades e da autonomia específicas das mesmas". (ESTATUTOS, 1946, art. 12§ 2º.p.25)

³¹ Após abril de 1946, o Presidente era Hildebrando Leal, o Secretário Mauro Coelho, Tesoureiro Álvaro de Souza Lima Pereira, com mandato de três anos. Ainda cardeal Jaime Câmara era o Presidente da Comissão Episcopal e tomou para si o papel de assistente eclesiástico geral de todos os ramos: Junta Nacional, HAC, SAC, JMC e JFC. Ver nota 23.

*“I Congresso Nacional de ACB: conclusões-moções. Respostas da Comissão Episcopal de AC e Decretos”*³², além de promulgar os novos estatutos e o regulamento da ACB, foram retiradas as dúvidas dos participantes pela Comissão Episcopal quanto às novas normas. Houve também um intento de tornar a AC ainda mais complexa e grandiosa, como pudemos ver na demonstração de como as atividades regulamentadas poderiam se processar.

A ACB demonstrava estatutariamente uma forma orgânica, consistente e extremamente hierarquizada. Totalmente justificada quando compreendida à luz da doutrina dogmática que permeou a sua implantação, a de “sociedade perfeita” modelada ainda no Concílio Vaticano I (1846-1878). Por outro lado, esta estrutura era compreendida pelo os fins que a ACB se propusera: organizar os leigos sob o estreito controle da Hierarquia e dotá-los de responsabilidade apostólica.

A questão da transferência do encargo evangelizador para os fiéis arregimentados na ACB levou a que a Igreja também os municiasse com formação doutrinária e filosófica de expressiva relevância, a contar pelo próprio Joseph Cardijn, Paul Dabin, Fernand Lellotte, dentre outros teólogos de reconhecida importância para a Igreja. Tanto que nesses anos de expressiva segmentação do movimento, almejou-se que existissem Institutos Superiores de AC dentro das Universidades Católicas, cursos por correspondência para formação de membros e dirigentes e o ensino da AC ou de boa cultura nos colégios secundários – a ser planejado pelo Departamento de Educação e Cultura da ACB. A intenção era tanto formar sobre a AC, quanto influir, por meio de estudantes, professores e dos pais, na opinião pública a favor do catolicismo, como reversão dos problemas sociais.

Da mesma maneira, sobre a conduta ilibada do leigo militante, a ACB procurou tornar hábito a prática de exercícios espirituais a partir do método de Santo Inácio de Loyola, explorado pelo papa Pio XI na encíclica *Mens Nostra* (1929). O exercício implicava práticas de retiro, exame de consciência, meditação, contemplação, oração e quaisquer outras atividades que a ACB julgasse necessárias para a santificação dos acistas.

Durante a III Semana Nacional de ACB (1948) havia o prenúncio de novas reformas nos estatutos da ACB, uma vez que alterações, mesmo que nominais, foram anunciadas. A Secretaria da Comissão Episcopal da ACB passaria a funcionar em caráter permanente como Secretaria do Episcopado Nacional, com a responsabilidade de transmitir aos bispos

³² Apud DALE, 1985. p.55-97.

do Brasil informações gerais, nacionais e internacionais a respeito da Igreja como um todo e não mais somente sobre a Ação Católica Brasileira³³.

Isto posto, as experiências adquiridas com as reuniões periódicas de bispos para tratarem de assuntos da ACB vinham obtendo êxito, valendo-se disso para ampliar os assuntos e as diligências dessa Comissão a outros ramos da Igreja Católica no Brasil (daí o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como se verá adiante). Também um novo olhar sobre as associações religiosas já existentes foi lançado no sentido de trazê-las para o apostolado da Ação Católica Brasileira. A questão de que essas associações seriam similares à Ação Católica, ou tão importantes quanto, culminou numa série de defesas por parte dos bispos e numa discussão jurídica a respeito, a partir do que o código do direito canônico de 1917 instituía como tais.

Os Institutos Seculares, cuja formalidade foi anunciada na constituição apostólica *Provida Mater* (1947), ficariam subordinados a algumas normas aplicáveis da ACB se seus elementos quisessem apoiá-la. No caso ainda das Congregações Marianas, as diretrizes da encíclica *Bis Saeculari Die* (1948) diziam que a direção delas deveria ser atribuída ao

[...] ordinário do lugar [que] tem poder em absolutamente todos os sodalícios de seu território, no que diz respeito ao exercício do apostolado externo; tem jurisdição em todas as congregações existentes fora dos locais próprios da Companhia de Jesus, podendo dar-lhes normas que não atinjam a substância das regras comuns. (ENCÍCLICA BIS SAECULARI DIE, 27 de setembro de 1948)

Portanto a Congregação Mariana passava a ter status de Ação Católica, tendo os tais requisitos apregoados para a AC: apostolado evangelizador, cooperadoras da Hierarquia e dependentes dos bispos e párocos.

A Comissão Episcopal brasileira procurou então adaptar-se à constituição e à encíclica resolvendo deixar para a Comissão Episcopal da ACB a atribuição de autorizar ou não a ocupação de cargos de Presidentes e Dirigentes de AC por membros dos Institutos Seculares. Já para o caso das Congregações, deu-se a direção da Confederação Nacional das Congregações Marianas ao cardeal Dom Jaime de Barros Câmara e a direção do apostolado externo ao bispo de cada Diocese onde a Congregação existia. Ainda, aos congregados marianos seria dada formação técnica de acordo com as normas da ACB e também à Comissão Episcopal da ACB se reservaria a interpretação da *Bis Saeculari Die* e sua aplicação no plano nacional.

³³ Circular da Comissão Episcopal da ACB, em REB 9 (1949). p.214 apud QUEIROGA, 1977.p.175.

Na carta circular da Comissão Episcopal da ACB (apud DALE, 1985.p.101) foi dita a denominação ‘Secretariado Nacional da ACB’³⁴, ainda quando os estatutos a chamavam de Junta Nacional. Essa nomenclatura foi depois adotada nos novos estatutos publicados em 1956. Dizia que o plano de financiamento do Secretariado Nacional se daria pela contribuição anual das Dioceses no valor de Cr\$ 200,00 por paróquia. A justificativa para isto confirmava o papel do Secretariado Nacional (ou da antiga Junta), de que este era um organismo coordenador de toda a ACB e que, portanto, não poderia equivaler-se às Diretorias Nacionais dos movimentos então chamados de Especializados, que cuidavam de uma fração de Ação Católica.

O Secretariado Nacional da Ação Católica existe para servir a todas as Dioceses – é justo que todas o mantenham, habilitando-o a sempre melhor atender à AC de todo o país. (Carta circular da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1948 apud DALE, 1985. p.101)

Na formulação dos estatutos em 1935 e implantação da ACB, decorreram obras sobre a natureza da Ação Católica Brasileira. Um dos autores, Dom João Batista Portocarrero Costa (1904-1959), que escreveu “*Ação Católica: conceito, programa, organização*”, buscava explicar a essência da instituição à luz dos preceitos dogmáticos e juriscanônicos, assim como outros autores fizeram, incluindo intelectuais leigos. As obras, em relação propriamente aos estatutos, parecem não se anteciparem, mas sim explicarem o que já estava posto. Tal questão será abordada no capítulo 3.

De igual forma, decorreram falhas na aplicação do modelo de ACB tal qual o configurado nos estatutos de 1935 e 1946. Devido à precariedade nas dioceses, a Junta ou Secretariado Diocesano não se desenvolvia, o que fortaleceu a Junta ou Secretariado Nacional (BANDEIRA, 2000.p.283-4).

³⁴ A sede do Secretariado era no Rio de Janeiro. Inicialmente, nos anos 1930 era à Praça Quinze, s/n.. Depois, situou-se à rua Pinheiro Machado, n. 50, até fins de outubro de 1960, depois transferida para a rua Miguel Lemos, n. 97.

2.2. O progresso do apostolado leigo rumo à especialização, autonomia e descentralização

A Ação Católica configurou-se em dois modelos então conhecidos pelos países católicos: o padrão geral, com os ramos fundamentais por gênero e idade, e o padrão especializado, com os ramos fundamentais divididos por gênero, idade e segmentos sociais. Em alguns países, como Portugal e Brasil, o modo geral e especializado realizaram-se de maneira conjugada. Segundo seus estatutos, em 1935, a Ação Católica Brasileira foi instituída como quatro ramos fundamentais – adulto (masculino e feminino) e juventude (masculina e feminina) - e alguns segmentos sociais – estudantil, operário e universitário. Em 1946, forjou-se o segmento agrário nos ramos adultos e juvenis.

De qualquer maneira, a ACB buscava a uniformidade organizativa, centralizada e hierarquizada. A experiência demonstrava que era necessário reduzir a estrutura do movimento para atingir com mais êxito a unidade administrativa. Outrossim quando a alta direção da ACB optava cada vez mais por adotar um modelo de Ação Católica Especializada que tinha como princípio a autonomia das especializações em relação aos ramos fundamentais da ACB.

Paradoxalmente, a ACB implantava uma política menos rígida na ampliação e na remodelação do movimento. Mais flexível, a Comissão Episcopal, em julho de 1950, na IV Semana Nacional da Ação Católica, anunciava a feitura de novos estatutos. Em termos sucintos transmitia que as principais modificações consistiam em: fixar maior atenção às organizações fundamentais; permitir às dioceses e paróquias margem ampla de adaptação da ACB às realidades locais e possibilitar aos bispos a opção de desenvolver a Ação Católica geral, dividida em quatro ramos, ao invés de adotarem o modelo de AC especializada, dividida em cinco seções. Além de incluir na Comissão Episcopal os cardeais e arcebispos metropolitanos e afastar da ACB a Confederação Católica Diocesana e os Departamentos.

As linhas gerais propostas na IV Semana de Ação Católica pela Comissão Episcopal da ACB foram redefinidas ao longo de seis anos. Entre 23 de novembro de 1953 e 11 de janeiro de 1954, a Comissão Nacional da ACB expediu uma circular consultando os bispos a respeito da reformulação e aprovação dos estatutos da ACB, para o que

recebeu uma série de respostas positivas e algumas observações³⁵. Por meio de um questionário perguntou-se aos bispos: 1) está disposto a aprovar os estatutos da ACB?; 2) a Comissão Episcopal de ACB vem sendo fiel ao mandato recebido da Hierarquia neste país?; 3) referenda a eleição da atual Comissão Episcopal da ACB?; 4) desejaria explicitar os limites da delegação dada pelo Episcopado Nacional à Comissão Episcopal?

As perguntas suscitaram uma série de respostas que revelaram conflitos entre a Comissão Episcopal da ACB e os bispos de várias dioceses em relação a múltiplos pontos da ACB. As sensibilidades eram contraditórias no tocante à complexidade da organização do apostolado de leigos e à falta de pessoal para instalá-la.

O mecanismo constitutivo da ACB é por demais complexo e variado, impossível de ser executado em grande parte, - pelo menos por enquanto. A preocupação deve ser de simplificar e reduzir a um mínimo, que as nossas Dioceses possam executar [...] (Carta do Arcebispo de Mariana para Dom Jaime de Barros Câmara, Presidente da ACB, em 05 de maio de 1954)³⁶

Acho Excelência Revma. que os Estatutos da AC não podem ter normas rígidas, inadaptáveis a circunstâncias geográficas, intelectuais, sociais etc., semelhantes às em que vive o nosso povo. (Carta do bispo de Caratinga (MG), Dom João Cavati, a Dom Hélder Câmara, em 20 de maio de 1954)

[...] não achei quem pudesse cuidar dos setores de AC. [...]. Logo que tenha mais alguns padres diocesanos ou congregados, tratarei da instalação da AC. (Carta do bispo de Parnaíba (PI) Dom Felipe Benito Cundurú Pacheco para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 27 de maio de 1954)

³⁵ A publicação periódica Comunicado Mensal da CNBB acompanhou a reformulação dos Estatutos apresentando notas em muitos dos seus números. Para saber mais das transcrições de respostas e comentários, ver números 18. As respostas podem ser encontradas das Dioceses do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Valença, Campo Grande, Barra do Piraí, Campos, Niterói); de Minas Gerais (Paracatu, Caratinga, Bonfim, Juiz de Fora, Leopoldina, Belo Horizonte, Oliveira, Montes Claros, Pouso Alegre, Guaxupé, Mariana, Aterrado Oeste de Minas); de São Paulo (Santos, Holanda, Campinas, Assis, São José do Rio Preto, Lins, São Carlos, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Piracicaba, Taubaté, Botucatu); de Pernambuco (Olinda, Caruaru, Recife, Pesqueira, Petrolina, Nazaré da Mata); do Rio Grande do Sul (Caxias, Vacaria, Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo); do Rio Grande do Norte (Mossoró, Caicó); do Piauí (Parnaíba, Oeiras, São Raimundo Nonato); do Mato Grosso (São Luís dos Cáceres, Araguaia, Guiratinga, Chapada, Diamantino); da Bahia (Salvador, Amargosa); do Ceará (Crato, Limoeiro do Norte, Sobral, Fortaleza); do Pará (Bragança, Marajó, Belém, Xingu/ Altamira); de Santa Catarina (Florianópolis, Curitiba, Lages, Joinville); do Paraná (Laranjeira do Sul, Ponta Grossa); do Alagoas (Penido); do Acre (Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira); do Amazonas (Lábrea, Tefé, Manaus, Alto Solimões, Rio Negro); Maceió (Natal), Maranhão (São Luiz, Pinheiro); Paraíba (João Pessoa, Cajazeiras, Campina Grande), Goiás (Santana da Ilha do Bananal, Jataí) e do Mato Grosso do Sul (Corumbá). Vimos também que 93 circunscrições eclesiais foram favoráveis e 12 apresentaram restrições mais ou menos graves, segundo Comunicado Mensal da CNBB, n. 24, setembro de 1954.

³⁶ A carta não possui assinatura, porém pela data atribuímos ser de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana entre os anos de 1922 a 1960.

Houve críticas também sobre a localização da sede do Secretariado Nacional da ACB, então no Rio de Janeiro, e outras mais contundentes como:

declaro achar inconveniente dar minha adesão incondicional a todas as definições, subdivisões e rumos dos Estatutos de nossa ACB. [...] Data vênica: a) os nomes dos Exmos. componentes da Comissão Episcopal da ACB foram indicados e não votados, à última hora de derradeira reunião do Exmos. Srs. Cardeais e Arcebispos, aí em Palácio; salvo engano da minha parte. (Carta do Arcebispo de Mariana para Dom Jaime de Barros Câmara, Presidente da ACB, em 05 de maio de 1954)

Esta última averiguação do cardeal de Mariana respondia a uma questão posta pela própria Comissão se essa representava a ACB legitimamente. Muitos manifestaram que não havia porque explicitar os limites do mandato da Comissão Episcopal da ACB, “já que nada fazia sem antes consultar o Episcopado”, por exemplo, era essa a opinião do bispo de Caxias, em 25 de maio de 1954. Dizia ainda a carta do arcebispo de Mariana que “50% das Dioceses não poderiam realizar em 90% das suas paróquias as especializações sugeridas pelos estatutos” e, portanto, as obras já existentes de apostolado não deveriam ser colocadas em segundo plano. Da mesma maneira, outras dioceses cogitavam em estabelecer semelhanças entre os efetivos apostolados já em curso e a Ação Católica Brasileira – designando-os “como sendo verdadeiras AC”.

o que não nos pareceu justo e nem oportuno, nem mesmo possível [...] atirar no plano secundário o Apostolado, a Carisma (digamos assim) das Congregações Marianas, de muitas Associações florescentes, Pontifícias umas, Diocesanas a maior parte; fundadas algumas por Santos de grande ação católica [...] Subordiná-las, em todo ou em parte, à novel Ação Católica (com A e C maiúsculos), acenando-se para elas com um Secretariado Nacional leigo, constituído sabe Deus como, com sede de certo muito afastada do **habitat** da grande maioria das Dioceses e Prelazias [...] está a me parecer se não erro, pelo menos tarefa ingrata, esforço sobre humano e temerário [...]. (Carta do arcebispo de Mariana para Dom Jaime de Barros Câmara, presidente da ACB, em 05 de maio de 1954) (grifos do autor)

desejaria, porém, que Associações como o Apostolado da Oração, Liga Católica de Jesus, Maria e José, Cruzada Eucarística e Filhas de Maria ficassem incluídas de um modo geral na estrutura de Ação Católica. Esta solução, segundo meu fraco saber, daria ótimos resultados em cidades pequenas, como as de minha Prelazia. (Carta de frei José Alvarez, de Lábrea (AM) para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 16 de maio de 1954)

Há, entre os vicentinos, [...], os congregados marianos, os membros do Apostolado da Oração, da Pia União etc.; almas realmente imbuídas

daquele espírito de apostolado, mas que, pelo baixo nível de sua cultura intelectual não se adaptaram aos órgãos de AC que tentei reiteradamente constituir, sem resultado, em minha diocese. [...] Não seria melhor evitar que a redação dos Estatutos venha a criar dúvidas ou dificuldades capazes de estiolar aquela chama de apostolado das diversas associações donde podem surgir bons elementos para a AC? (Carta do bispo de Caratinga (MG) Dom João Batista Cavati para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 20 de maio de 1954)

Atendendo a que máxime por falta de sacerdotes, estivemos sempre formando para o apostolado os membros de nossas associações religiosas e atendendo principalmente a que documentos pontifícios consideram as Congregações Marianas, o Apostolado da Oração, a Confraria da Doutrina Cristã e outras associações como sendo verdadeiras AC ou que muitas delas, pelos seus Estatutos, exercessem verdadeiro apostolado – julgo que todas essas associações religiosas devem ser equiparadas e iguais das à Associação da AC e que todas devem formar e constituir a ACB. (Carta do bispo da Diocese de Ponta Grossa Dom Antônio Mazzarotto para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 04 de junho de 1954)

Nos trechos ilustrativos acima, citaram-se o Apostolado da Oração (1867), as Congregações Marianas (refundadas em 1870), a Sociedade Vicentina (1870), a Liga Católica de Jesus, Maria e José (1902), Confraria da Doutrina Cristã, Cruzada Eucarística e Pia União de Filhas de Maria³⁷, e muitas outras foram exemplificadas como sendo similares à Ação Católica Brasileira ou sendo suas partes constituintes.

Com isso, os bispos tentaram preservá-las dentro do escopo da Ação Católica, pois percebiam naquele momento o status que isto representava para si mesmos, já que se repetia que era o apostolado desejado e cuidado desde Pio XI. Por outro lado, essa mesma estratégia poderia representar um temor de uma hipervalorização da ACB em detrimento das demais associações. Essas antigas organizações também conferiam prerrogativas aos bispos, como liberdade de as instituírem ou não, já que muitas apenas dependiam de uma autorização do bispo imediato para isto e, também, tinham seus preceitos melhor explicitados pelo código canônico de 1917.

Destarte, esta retórica da similaridade entre essas instituições e a ACB era uma estratégia para que, de alguma maneira, se dissesse que se cumpriu com mais uma demanda da Hierarquia, considerando que já havia sido manifestado pelos bispos o número reduzido de ordenados³⁸. Ou, como ainda refletiu Beozzo (2001, p.85), a definição

³⁷ Não foi possível precisar algumas datas de fundação das organizações citadas devido à quantidade de entidades com denominações similares.

³⁸ Na Semana de Estudos do Clero de São Paulo sobre o apostolado dos leigos, outubro de 1952, temos um exemplar do cotidiano do sacerdote “além dos atos religiosos comuns e especiais em que a presença do vigário é exigida, há os setores de AC com seus círculos de estudo frequentes, as associações religiosas com suas reuniões...” além de se ocupar com a burocracia da paróquia, com as obras religiosas e sociais.

do que seria a AC era um “tema que na época suscitava muita controvérsia na Igreja do Brasil devido ao confronto com as tradicionais ‘associações católicas’ [...]”.

Propriamente sobre a Congregação Mariana, a única destas associações que integrou os novos estatutos da ACB, considerou-se que fosse um setor autônomo, juntando-se às seções de adultos e jovens especializados, como Dom Hélder Câmara explicou ao bispo de Guiratinga (MT), Dom José Selva,

gostaria de saber se V. Excia pode observar que os novos Estatutos reconhecem plenamente, como não podiam deixar de reconhecer, que as CC.MM [Congregações Marianas] são AC de pleno direito, adornadas de todas as características da AC. Só o que não pode ser feito aqui, como também não o foi na Itália, país que se acha sob as vistas imediatas do Santo Padre, foi considerar a Congregação Mariana ramo fundamental de AC. Os ramos fundamentais são as divisas naturais de homens, senhoras, rapazes e moças. Só podem ser quatro. No mais, temos especializações ou, como no caso das CC.MM, um setor autônomo. (Carta de Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1954)

Apenas quatro bispos não aprovaram os novos estatutos. Houve uma negativa à aprovação e uma crítica mais contumaz aos estatutos por parte de Dom Manuel da Silveira d’Elboux, arcebispo de Curitiba. Esse arcebispo mencionava que Dom Geraldo de Proença Sigaud recorreu a Roma para intervir na questão, uma vez que o mesmo havia apresentado uma série de sugestões que não foram acolhidas pela Comissão Episcopal da ACB. Então, Dom Manuel resolveu esperar o pronunciamento da Santa Sé e apresentar como solução o envio de dois planos de estatutos ao papa para avaliação e escolha³⁹. Dom Sigaud também enviou cartas aos bispos para demovê-los de uma possível aprovação dos estatutos, como citou Dom Joaquim Lange, bispo do Prelado de Tefé, que soube que os bispos do interior do Amazonas receberam correspondência problematizando a matéria.

Dom Hélder Câmara, em um rascunho de uma possível carta dirigida ao “bispo de Campos”⁴⁰, pôs em relevo uma síntese do que acreditava serem os principais argumentos apresentados pelos bispos na correspondência trocada sobre o tema novos estatutos da ACB. Procurava assim apaziguar possíveis medos em relação à autoridade do bispo em

³⁹ Carta para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB. Curitiba, 07 de junho de 1954.

⁴⁰ A carta a que responde Dom Hélder Câmara é datada de 10 de fevereiro de 1949, assinada por Dom Antônio Castro Mayer que também remeteu uma missiva a outros bispos criticando a reformulação dos estatutos da ACB. Essa atitude levou o Assistente Geral da ACB, que devidamente autorizado pela Comissão Episcopal da ACB, a enviar a todos os bispos esclarecimentos a respeito da carta que o bispo de Campos fez circular entre o episcopado. Comunicado Mensal da CNBB, n.19, abril de 1954.p.2

sua diocese, bem como procurava demonstrar que a existência das demais associações de leigos nas paróquias não seria motivo para não apoiar a instalação da Ação Católica:

1) é claro que o bispo é o juiz em sua Diocese. Por isso sempre que os documentos oficiais sobre o assunto acrescentam a cláusula ‘enquanto seja possível’ – ‘quanto antes’ – ou equivalentes, não se referem à conveniência ou necessidade daquilo que preceituam ou recomendam, mas às circunstâncias que possam retardar o cumprimento do que é prescrito ou recomendado – seria alargar muito o raio da ação do bispo, em face de preceitos ou recomendações do Sumo Pontífice. [...] 3) Se o bispo de Campos interpreta os documentos pontifícios, por exemplo, no sentido que onde houver Congregações Marianas não há necessidade de AC, nada podemos opor à maneira de pensar e de agir de V. Exma. (Dom Hélder Câmara. Rascunho intitulado “Responderia ao Exmo. Sr. bispo de Campos”, s/d)

Sobre a questão da autoridade bispal, os regulamentos da ACB, publicados em 1956, consideraram no seu artigo 4º que “a ACB não pretende ditar normas às Dioceses ou Prelazias no que se refere à AC.” O que se propunha era que os estatutos estabelecessem ou representassem pontos gerais e comuns para o estabelecimento da ACB nas dioceses e nas paróquias, com a aprovação de cada bispo para a sua respectiva circunscrição. Ainda, o artigo 32º citava que competia ao bispo definir os direitos e deveres dos assistentes eclesiais que iriam compor os ramos e os setores de ACB.

Retomando ainda a possível resposta encaminhada ao “bispo de Campos”, Dom Hélder Câmara dizia:

- a) Isto que ele [o próprio bispo de Campos] designa ‘associação chamada AC’ foi ou não instituída por Pio XI, como recomendação explícita e insistente de se estender a toda a Igreja?
- b) Tem ou não insistido que a AC seja organizada em todas as paróquias?
- c) O mandamento da ACB não se refere à instalação de outras associações e sim da ACB. (Dom Hélder Câmara. Rascunho intitulado “Responderia ao Exmo. Sr. bispo de Campos”, s/d)

Os regulamentos da ACB eram usados para responder as indagações acima. Incluiu-se na sua introdução que as “explícitas e insistentes recomendações dos papas e as diretrizes do Concílio Plenário Brasileiro (1939)” consideravam ser um dever de ‘múnus pastoral’, ou seja, que pertencia à função, à obrigação, ao ônus do sacerdote, a instalação dos ramos fundamentais em todas as paróquias, mesmo que existissem as Congregações

Marianas. Logo, não obrigava, mas persuadia os bispos citando o poder papal sobre a questão e os concílios.

Os estatutos foram publicados em 1956 com sensíveis modificações. A Comissão Episcopal que antes era formada por um grupo definido de bispos (representantes do Rio de Janeiro, Niterói, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo) passou a abranger outras sedes episcopais, operando da seguinte forma:

Art. 14 – A ACB, no plano nacional:

- a) é superiormente dirigida por uma Comissão Episcopal composta de 7 membros – 3 natos: os Arcebispos do Rio de Janeiro (Presidente), de São Paulo e de Salvador; e 4 membros eleitos por seis anos, em Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- b) é coordenada, e a execução dos seus programas se processa por meio do Secretariado Nacional, assim constituído: o Assistente Geral e os Assistentes Nacionais; o Presidente Nacional; o Conselho integrado pelos presidentes nacionais das Organizações Fundamentais e dos setores autônomos [...] (ESTATUTOS DA ACB, 1956)

Surgia a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952, elegendo os membros da Comissão Episcopal da ACB, da qual somente os arcebispos metropolitanos participavam. Além disso, a Ação Católica passava a integrar o Secretariado Nacional dos Leigos, uma das seções da CNBB:

Art. 2º - A ACB integra o Secretariado Nacional dos Leigos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas. (ESTATUTOS DA ACB, 1956)

As Congregações Marianas passaram a ser consideradas “uma forma exígua e peculiar de Ação Católica” (ESTATUTOS DA ACB, 1956. art. 3º), representando dizer que também essas figurariam como subordinadas à ACB e por sua vez ao Secretariado Nacional de Leigos da CNBB. Essa matéria, por sinal, gerou muitas controvérsias referentes ao próprio conceito de Ação Católica que servia de tese para distinguir a AC das Congregações.

Outro marco foi que a ACB passou também a ter amplitude internacional (art. 8º), porque diziam os estatutos “que a complexidade dos tempos supõe união dos esforços dos países e até dos continentes”.

A Ação Católica Especializada não teve documentos estatutários ou regimentais para ela enquanto instituição; tratou-se mais de uma nomenclatura dada ao conjunto dos

movimentos especializados da ACB. Não obstante, a necessidade dela era explicada pelo anseio de um agir em profundidade em cada meio específico da sociedade sem perder a unidade da ACB, evitando assim o desentrosamento dos ramos e dos setores adultos e de jovens. A harmonia entre os segmentos seria um dos papéis do Secretariado Nacional da ACB.

Passaram a existir como ramos fundamentais e seus respectivos setores especializados e autônomos: a) Homens da Ação Católica (HAC), com as Ligas Agrária, Independente, Operária e Universitária; b) Liga Feminina de Ação Católica, LFAC (novamente trocou-se a SAC, Senhoras da Ação Católica, por um termo utilizado nos idos de 1930), com as Ligas Operária, Independente e Universitária, além dos Benjamins e Benjaminas (antes subordinados à Juventude Feminina Católica) c) Juventude Masculina Católica (JMC), com as Juventudes Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária; e, d) Juventude Feminina Católica (JFC), com as Juventude Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária.

Incorporada a estes ramos estava a Congregação Mariana a que se referia como um ramo autônomo da ACB e sem setores especializados, mas também coordenado em âmbito nacional, diocesano e paroquial, tais quais as demais organizações da Ação Católica.

Novamente, o ordinário tinha liberdade e autoridade de organização dos setores de AC, podendo realizar atividades conjuntas entre eles; implantar as especializações ou reduzir o número delas ou ainda aplicar a Ação Católica Brasileira geral, apenas com os ramos, sem os setores – mesmo assim era desejável que as formas escolhidas fossem integradas ao modelo de atuação especializado. Isto representou uma maior autonomia para os bispos na escolha do modelo adotado de ACB, bem como uma maior sensibilidade às questões da paróquia para a instalação dos núcleos acistas.

A presença do termo 'Ação Católica geral' nos estatutos adveio também da noção da existência de duas Ações Católicas institucionalmente distintas, uma Ação Católica Geral e uma Ação Católica Especializada, o que não se mostrou verdadeiro. Apenas os documentos tratam de usar estas nomenclaturas de maneira genérica, sem existir equivalentes entidades reconhecidas juridicamente pela Igreja, como já foi dito.

A coordenação nacional então era realizada por um Secretariado Nacional (antes Junta), constituído por um assistente geral e os assistentes nacionais dos ramos e setores especializados; pelo Presidente; ainda por um Conselho Nacional integrado, formado

pelos Presidentes Nacionais das organizações fundamentais e dos setores autônomos, e pelo Diretor Nacional das Congregações Marianas.

Os demais níveis hierárquicos seguiram as condições semelhantes aos antigos estatutos, com exceção da Junta Paroquial que deixou de existir, passando à existência de um Secretariado Diocesano e um Conselho Paroquial. Porém, em alguns casos, principalmente nos setores autônomos, podiam aparecer os Secretariados Regionais⁴¹, somando assim as Dioceses de dada circunscrição geográfica. Esta experiência de fato logrou sucesso a ponto de também ter sido adotada pela CNBB em meados de 1960. Os Departamentos de Ação Católica passaram na década de 1950 a ser Secretariados Nacionais da Conferência⁴² e deixaram então de existir sob a responsabilidade da Ação Católica Brasileira. Porém, também se pode auferir que assim a AC deixava de açambarcar todos os domínios dedicando-se mais ao campo específico que lhe era dedicado.

Os estatutos ainda diziam que cabia a AC dar a seus membros uma formação econômico-social adequada e vocações que se consagrariam no campo social, sem que seus membros se envolvessem na ação política, pelo menos não como representantes da ACB.

Diferente dos últimos estatutos, a bandeira e o distintivo poderiam ser aqueles feitos a partir de modelos padronizados pelo Secretariado Nacional ou poderiam ser adotados os modelos utilizados pelas organizações internacionais respectivas, com a aprovação devida da Comissão Episcopal. De qualquer forma, a solicitação das Diretorias dos ramos e setores autônomos (assim também chamadas as seções especializadas agrária, estudantil, independente, operária e universitária) era feita para o Secretariado Nacional com prazo de três meses e pagamento por sistema de reembolso postal.

Os assistentes eclesiais tiveram também seus termos definidos nos regulamentos, como o de ter como missão assegurar a pureza da doutrina e a integração dos membros nos ideais da AC (artigo 30º), bem como ser um guardião da ortodoxia, fiscal das atividades da AC e “representante autorizado da Hierarquia, o formador de

⁴¹ O Secretariado Nacional poderia atuar por meio de órgãos regionais, sempre que as circunstâncias aconselhassem a criação desses órgãos e com isso concordassem a Comissão Episcopal da ACB e os Ordinários. (ESTATUTOS, 1956.art. 14, item c).

⁴² Como exemplo, a Comissão Episcopal recomendou a necessidade de contato entre o Secretariado Nacional da ACB e o Secretariado Nacional de Educação, Cultura e Ensino Religioso da CNBB, para uma melhor discussão e aproveitamento (VII Semana Nacional de ACB, Rio de Janeiro, de 15 a 20 de maio de 1961 apud DALE, 1985, p.129.)

consciências, a alma, enfim, de toda e qualquer atividade no apostolado oficial dos leigos” (artigo 31º).

Os ‘sócios’ continuavam a ser inscritos em um dos organismos da ACB, realizando o período de estágio e renovando seu compromisso anualmente; conquanto foram definidas as categorias de:

- a) militantes: os que tomaram consciência de sua responsabilidade cristã
- b) dirigentes: os militantes que assumem cargo de direção em qualquer organização da AC. (Art. 5º. Regulamentos de Ação Católica Brasileira. Rio de Janeiro, 1956)

Por fim, ficou ao encargo da CNBB instituir a nova Comissão Episcopal da ACB para a aprovação dos Estatutos de 1950. Assim a ACB continuou a ser constituída pela Comissão Episcopal, que a dirigia; pelo Secretariado Nacional, que a partir de então passava a contar com a presença também do Diretor Nacional das Congregações Marianas; do Conselho Nacional, que promovia a coordenação dos diversos órgãos da ACB e o intercâmbio constante entre os setores; e do Secretariado Diocesano e do Conselho Paroquial (não mais existindo o Conselho Diocesano) que somente eram instalados a critério do ordinário. Ademais, deviam Comissão Episcopal da ACB e o Secretariado Geral da ACB dialogar com os bispos do Secretariado Nacional dos Leigos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, uma vez que a ACB então se integrara a este órgão.

Era o Secretariado Nacional que estabelecia o elo entre a Hierarquia e os leigos da ACB. Tal Secretariado divulgava as diretrizes da Comissão Episcopal da ACB para as Diretorias Nacionais dos setores autônomos – as Ligas de Adultos e as Juventudes. Daí coordenava os movimentos da ACB no plano nacional, publicava programas, boletins e revistas, elaborava o plano financeiro anual e promovia obtenção de recursos indispensáveis e, por fim, apresentava anualmente à Comissão Episcopal de ACB um relatório sucinto das atividades da ACB como um todo (artigo 10º). Dentro de certos limites, somente com a aprovação da Comissão Episcopal, o Secretariado podia criar serviços internos necessários ou convenientes para o pleno exercício de suas funções e nomear e contratar o pessoal habilitado para executá-los⁴³.

⁴³ “Os temas [da VII Semana Nacional da ACB, Rio de Janeiro, 15 a 20 de maio de 1961] foram escolhidos em dias de estudos das equipes nacionais, a partir das sugestões feitas pelo Secretariado Nacional [da ACB], sugestões examinadas pelos vários bispos da Comissão Episcopal” (DALE, 1985.p.128), para exemplificarmos como se dava a operacionalização da ACB dentro da hierarquia proposta.

Em relação às Diretorias Nacionais, dos ramos fundamentais, cabia executar as diretrizes da Hierarquia, coordenar os movimentos que lhe eram subordinados; tomar posição em face dos problemas comuns da organização; apresentar anualmente ao Secretariado Nacional ou Diocesano ou ao Conselho Paroquial, conforme plano a que pertencia, um relatório sucinto das suas atividades (artigo 16º).

Mesmo que se dissesse que os bispos poderiam continuar a desenvolver a ACB geral, ou seja, com apenas os ramos essenciais, os regulamentos instruíam no artigo 16º, no item e) que a Diretoria dos órgãos fundamentais deveria conduzir de modo especial a ACB geral de maneira a transformá-la em ACB especializada, com os setores específicos de Adultos e Jovens divididos por meio de atuação. Portanto, insistiam na configuração do modelo especializado dentro das paróquias.

Para desenvolver o plano internacional da ACB, a Santa Sé expedia normas e diretrizes ao Episcopado Nacional que comunicava à Comissão Episcopal da ACB que, por sua vez, transmitia para o Secretariado Nacional (artigo 28º). Ou seja, a ACB era uma parte de uma cadeia hierárquica que se iniciava lá no Vaticano.

Os documentos oficiais da ACB apresentaram outras denominações de cargos, como os de adjunto(a) técnico(a) a certos religiosos não sacerdotais que auxiliavam nos colégios ou os assistentes eclesiais, em meados de 1946; e de estruturas, como as que foram se forjando sem previsão nos estatutos ou regimentos de 1956, como o Secretariado Nacional da Ação Católica Especializada, aludido na VII Semana Nacional de Ação Católica Brasileira, no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de maio de 1961.

Em suma, na reavaliação dos estatutos de 1935, 1946 e 1956 e na implantação da Ação Católica Especializada, os bispos dispuseram-se a apresentar uma série de interpretações e sugestões para efetivarem mudanças na forma organizativa da ACB. Algumas delas alicerçadas em fundamentos juriscanônicos e crenças a respeito, focando-se nas associações laicais que poderiam ser consideradas acistas ou não. Nesses anos foi lançado o estudo de padre Ramon Ortiz, mais contundente sobre a questão jurídica da ACB, em 1947.

Diante do que os bispos apreenderam com a experiência dos movimentos especializados, com a nova eclesiologia que se fundou com Concílio Vaticano II, além da situação particular e delicada que o Brasil vivia com o golpe de 1964, o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo da CNBB realizou duas reuniões durante o Concílio Vaticano II, em Roma, nos dias 27 a 30 de setembro de 1965, para discutir a problemática da ACB e “reconduzi-la” para o caminho original: o de apostolado leigo religioso.

O então Secretário do Apostolado Leigo, Dom Vicente Scherer, e outros bispos mais próximos da ACB, como Dom Hélder Câmara, Dom Fernando Gomes, Dom Cândido Padim, Dom José de Medeiros Delgado, Dom Antônio Batista Fragoso, Dom Edmundo Kuntz e Dom Bernardo José Bueno Miele, defendiam uma reformulação dos estatutos da ACB⁴⁴. O único bispo que apresentou reflexão com teor jurídico sobre a Ação Católica na reunião foi Dom Edmundo Kuntz, para endossar a revisão dos estatutos com base nos documentos do então Concílio Vaticano II (SOUZA, 1984.p.221-2).

Em novembro de 1965, Dom Vicente Scherer apresentou às Equipes Nacionais os resultados das discussões, lançando a ideia “da descentralização” da Ação Católica, com o fortalecimento das estruturas regionais e paroquiais. Dizia-se que o ponto de partida para a reforma dos estatutos da ACB seria o de se basear nos estatutos da CNBB e ajustá-los ao Decreto *Apostolicam Actuositatem* (1965). Estes novos estatutos nunca foram elaborados.

Ao longo da formulação e reformulação dos estatutos da ACB, a entidade continuou a ter como natureza e fins a “participação organizada do laicato católico”. Para atingir o seu fim, buscou-se conformá-la extremamente centralizada, hierarquizada e burocratizada. A ACB era bem complexa no papel e paradoxal na realidade.

O quadro comparativo dos estatutos possibilita que se observem a estruturação e as mudanças aqui reveladas.

⁴⁴ Relatório da Reunião dos Bispos em Roma apud SOUZA, 1984. p.221-2.

QUADRO COMPARATIVO: ESTATUTOS DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

	Estatutos promulgados em 09 de junho de 1935⁴⁵	Estatutos promulgados em 1946⁴⁶	Estatutos publicados em 1956⁴⁷
I – natureza	Art. 1º - A Ação Católica Brasileira é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social.	Art. 1º - Natureza – A Ação Católica Brasileira (ACB) é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico da Igreja, para difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social.	Art. 1º - A Ação Católica Brasileira (ACB) é o apostolado oficial dos leigos no Brasil para a imediata colaboração com o apostolado hierárquico da Igreja.
II – órgão superior à ACB	Art. 3º - A ACB está sob a imediata dependência da Hierarquia e exerce as suas atividades fora e acima de toda e qualquer organização ou influência de política partidária.	Art. 5º §1º – Política - A ACB está sob a imediata dependência da Hierarquia e exerce suas atividades fora e acima de toda e qualquer organização ou influência de política partidária.	Art. 2º - A ACB integra o Secretariado Nacional dos Leigos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas.
Estrutura			
Comissão Episcopal	Art. 21 – Comissão Episcopal de AC – “Participação no apostolado hierárquico”, é óbvio que da Hierarquia recebe a AC o mandato e as diretrizes. Assim, em nome do episcopado que lhe delega poderes, à Comissão Episcopal, composta de	Art. 17º - Comissão Episcopal - § 1º - Em nome do Episcopado, que lhe delega os poderes, à Comissão Episcopal cabe a alta direção e coordenação geral da ACB. § 2º - A Comissão Episcopal é composta dos	Art. 14 – A ACB, no plano nacional, a) é superiormente dirigida por uma Comissão Episcopal composta de 7 membros – 3 natos: os Arcebispos do Rio de Janeiro (Presidente), de São Paulo e de

⁴⁵ Tomou-se como base a publicação “A Ação Católica Brasileira na Archidiocese do Rio de Janeiro” (1935) e a edição dos Estatutos na obra DALE, Romeu (O.P). A Ação Católica Brasileira. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

⁴⁶ Tomou-se como base a publicação “Ação Católica Brasileira: Estatutos e Regulamentos” (1946).

⁴⁷ Tomou-se como base a publicação “Ação Católica Brasileira: Estatutos - Regulamento Geral – Regulamentos Especializados”. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1956.

	cinco membros, cabem a alta direção e o “controle” geral da ACB. Ao Arcebispo do Rio de Janeiro, por comum acordo do episcopado, compete representá-lo e resolver nos casos comuns e urgentes.	Titulares <i>pro tempore</i> das seguintes Sedes Episcopais: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Belo Horizonte e Niterói. § 3º - Ao arcebispo do Rio de Janeiro, por acordo comum do Episcopado, compete representá-lo e resolver nos casos comuns e urgentes. § 4º - Sem aprovação da Comissão Episcopal, nenhuma Obra ou Associação Religiosa terá caráter de organismo nacional.	Salvador; e 4 membros eleitos por seis anos, em Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; b) é coordenada, e a execução dos seus programas se processa por meio do Secretariado Nacional, assim constituído: o Assistente Geral e os Assistentes Nacionais; o Presidente Nacional; o Conselho integrado pelos presidentes nacionais das Organizações Fundamentais e dos setores autônomos; § único – As Diretorias Nacionais são nomeadas ad nutum, por três anos, pela Comissão Episcopal da ACB; a) atua diretamente ou através de órgãos regionais, sempre que as circunstâncias aconselharem a criação desses órgãos, e nisso concordarem a Comissão Episcopal da ACB e os ordinários interessados; b) articula e orienta movimentos nacionais de AC e pública os programas, boletins e revistas que parecerem aconselhados.
Consultivo (âmbito nacional)	Art. 23 – Conselho Nacional da ACB – O Conselho Nacional será constituído dos assistentes eclesiais, presidentes, secretários e tesoureiros nacionais	Não localizado artigo, parágrafo ou item sobre o Conselho Nacional.	Item b) do art. 14, trata da composição do Conselho Nacional.

	das organizações fundamentais e da Confederação, mais 4 ou 6 membros, residentes no Rio de Janeiro ou dioceses próximas, nomeados pela Comissão Episcopal, com mandato de 3 anos. Ao Conselho Nacional compete auxiliar a Junta Nacional no desempenho de suas atribuições, principalmente no que condiz com a coordenação e disciplina de todas as obras de ação católica.		
Executivo (âmbito nacional)	Art. 22 – Junta Nacional da AC – À Junta Nacional da AC, constituída do assistente eclesiástico, do presidente, secretário e tesoureiro, nomeados por 3 anos, pela Comissão Episcopal, compete: a) presidir, sob a dependência da Comissão Episcopal, o Conselho Nacional da ACB da qual é, por natureza, o aparelho diretor; b) executar as diretrizes e resoluções que o episcopado assentar, através da Comissão Episcopal, da qual é órgão executivo; c) acompanhar, estimular e coordenar as atividades de AC, por meio dos Conselhos Diocesanos e Paroquiais.	Art. 18 – Junta Nacional - § 1º - A Junta Nacional da ACB constituída de presidente, secretário e tesoureiro, é nomeada por 3 anos pela Comissão Episcopal. § 2º - À Junta Nacional compete: a) executar as diretrizes e resoluções que o Episcopado assentar através da Comissão Episcopal da qual é órgão executivo; b) acompanhar, estimular e coordenar as atividades da AC por meio das Diretorias Nacionais das organizações fundamentais e dos Departamentos e das Juntas Diocesanas.	Citado no § único do art. 14 (vide acima), denomina-se Secretariado Nacional.
Consultivo (âmbito diocesano)	Art. 24 – Juntas e Conselhos Diocesanos – Aos Conselhos Diocesanos, constituídos dos	Não localizado artigo, parágrafo ou item sobre o Conselho Diocesano.	Art. 15º - A ACB no plano diocesano, a) está subordinada ao Ordinário do lugar; b) conta

	<p>assistentes eclesiásticos, presidentes, secretários e tesoureiros diocesanos das organizações fundamentais da AC e da Confederação das Associações Católicas, aos quais os respectivos bispos poderão acrescentar mais alguns membros, competem, dentro dos limites da diocese, as mesmas atribuições do Conselho Nacional. Dentre os seus membros, o Exmo. bispo escolherá um assistente eclesiástico, um presidente, secretário e tesoureiro, com mandato de 3 anos, que formarão a mesa diretora ou Junta Diocesana da AC, com funções análogas às da Junta Nacional (art.22).</p>		<p>com um Assistente Geral e com Assistentes Diocesanos para as especializações; c) é coordenada, e a execução dos seus programas se processa por meio do Secretariado Diocesano assim constituído: O Assistente Geral e os Assistentes Diocesanos; o Presidente Diocesano; o Conselho integrado pelos Presidentes Diocesanos das Organizações Fundamentais e dos setores autônomos; § único – As Diretorias Diocesanas são nomeadas ad nutum por 3 anos, pelo Ordinário do lugar; d) articula-se com os órgãos nacionais da ACB, diretamente ou através de órgãos regionais, se existirem e forem reconhecidos pelo Ordinário; e) articula e orienta movimentos diocesanos de AC.</p>
Executivo (âmbito diocesano)	<p>Citado no Art. 24 – Dentre os seus membros (do Conselho Diocesano), o Exmo. bispo escolherá um assistente eclesiástico, um presidente, secretário e tesoureiro, com mandato de 3 anos, que formarão a mesa diretora ou Junta Diocesana da AC, com funções</p>	<p>Art. 20º - Junta Diocesana - § 1º - A Junta Diocesana, constituída de presidente, secretário e tesoureiro, é nomeada por 3 anos pelo respectivo Ordinário. § 2º - À Junta Diocesana compete: a) executar diretrizes e resoluções que o Ordinário determinar; b) executar as</p>	<p>Citado no Art. 15º - (ver acima)</p>

	análogas às da Junta Nacional (art.22). (ver acima)	diretrizes e resoluções que lhe forem transmitidas pela Junta Nacional; c) acompanhar, estimular e coordenar as atividades de caráter geral da AC, por meio das Diretorias Diocesanas das Organizações Fundamentais e dos Departamentos e das Juntas Paroquiais; d) Dirigir sob a autoridade do Ordinário a C.C.D.	
Consultivo (âmbito paroquial)	Art. 26 – Conselhos Paroquiais – aos Conselhos Paroquiais, constituídos dos presidentes, secretários e tesoureiro de todas as associações católicas (não excetuadas as associações simplesmente religiosas e outras especializadas) que tenham sede no território da paróquia, eventualmente, mais algumas pessoas, designadas pelo pároco, cabem sob a sua direção ou de sacerdote delegado pelo ordinário: a) estimular o apostolado do laicato católico, coordenando as atividades das diversas organizações; b) urgir e executar, através das respectivas associações, os planos e diretrizes dos órgãos superiores da “Ação Católica”.		Art. 16º - A ACB, no plano paroquial, é coordenada por um Conselho constituído pelos Presidentes das Organizações de âmbito paroquial, sob a imediata direção do Pároco ou de seu Delegado. § único – as Diretorias paroquiais são nomeadas <i>ad nutum</i> , por 3 anos, pelo Ordinário Diocesano, mediante apresentação do respectivo Pároco.

Executivo (âmbito paroquial)		<p>Art. 22º - Junta Paroquial - § 1º - A Junta Paroquial, constituída de presidente, secretário e tesoureiro, escolhidos pelo Pároco entre as Organizações fundamentais da AC, preside às reuniões dos presidentes, secretários e tesoueiros de todas as Associações Católicas, não excetuadas as especializadas, como escoteiros etc., que tenham sede no território da Paróquia. § 2º - Às Juntas Paroquiais cabe, no âmbito da Paróquia: a) urgir e executar através das Organizações e Associações, os planos e diretrizes dos Órgãos superiores da AC ou de iniciativa do próprio Pároco; b) estimular o apostolado do laicato, dirigindo as atividades das diversas Associações e Organizações Paroquiais.</p>	
Finanças	<p>Nada consta de específico, a não ser a anuidade prevista no art. 8º para as organizações fundamentais.</p>	<p>Art. 25º - A Comissão Episcopal alvitra, de acordo com os Ordinários Diocesanos, a contribuição anual de cada Diocese para a Junta Nacional da AC. § 2º Da contribuição de que trata o parágrafo anterior, a Junta Nacional, reservada a metade para as próprias</p>	<p>Art. 28 º - O Secretariado Nacional da ACB, por expresse consentimento da CNBB, se mantém com parte da quota anual que cada circunscrição eclesiástica remete para o Secretariado Geral da mesma e com outros recursos que obtiver.</p>

		<p>despesas, distribui a outra metade em partes iguais, pelas 4 Diretorias Nacionais.</p> <p>Art. 26º - § 1º - A Junta e as Diretorias Diocesanas se mantêm com o produto da coleta anual do Dia da Ação Católica, feita em todas as Matrizas, Igrejas e Capelas da Diocese. § 2º - O produto da coleta de que trata o parágrafo 1º será dividido, a juízo do Ordinário, entre a Junta Diocesana e as Diretorias Diocesanas.</p> <p>Art. 27º - A Ação Católica Paroquial mantém-se com a contribuição integral de seus membros a ser fixada pela Junta Diocesana de comum acordo com as Diretorias Diocesanas.</p> <p>Art. 28º - A CCD mantém-se com a contribuição anual das Associações e Obras confederadas fixadas pelo Ordinário.</p> <p>Art. 29º - São ainda fontes de renda da AC e da CCD, legados, donativos, produtos de festivais e meios semelhantes.</p> <p>Art. 30º - Coletivamente, as organizações da AC não se empenharão em movimentos de ordem econômica, sem expressa</p>	<p>Art. 29º - A Ação Católica Diocesana se mantêm com o produto das coletas pró-Ação Católica, determinada pela Cúria Diocesana, ou de outras fontes, a critério do Ordinário.</p> <p>Art. 30º - A AC Paroquial mantém-se com a contribuição de seus membros.</p> <p>Art. 31º - Coletivamente, as Organizações da AC não se empenharão em movimentos de ordem econômica, sem expressa autorização do Ordinário.</p>
--	--	---	---

		autorização do Ordinário, salvo o disposto no artigo precedente.	
Organização Internacional	Nada consta.	Nada consta.	Art. 17º - A ACB no plano internacional a) filia-se às diversas Especializações aos correspondentes Organismos Internacionais Católicos recomendados expressamente pela Santa Sé; b) participa, na medida do possível, dos Congressos, Campanhas e Movimentos empreendidos pelos respectivos Organismos Internacionais.
RAMOS DA ACB			
Organizações Fundamentais	Art. 5º - Individualmente, os católicos brasileiros só fazem parte da AC quando inscritos em uma das seguintes organizações, consideradas como básicas e fundamentais: a) Homens da AC (HAC), para os maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; b) Liga Feminina da Ação Católica (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira (JCB), para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos. [...] Sem prejuízo da unidade e orientação, a Juventude Católica	Art. 6º - § 1º São Organizações básicas e fundamentais da ACB: a) Homens de Ação Católica (HAC) para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade; b) Senhoras da Ação Católica (SAC) para maiores de 30 anos e casadas de qualquer idade; c) Juventude Masculina Católica (JMC); d) Juventude Feminina (JFC) para moças de 15 a 30 anos. § 2º - aos membros da JMC e da JFC que tenham atingido a idade de 25 anos é facultado a passagem respectivamente para a HAC e para a SAC, como também	Art. 10º - A ACB é integrada pelas organizações fundamentais, setores e seções de AC existentes nas circunscrições eclesiais, cujos Ordinários aceitaram os presentes Estatutos. Art. 11º - São organizações fundamentais da ACB: a) Homens de AC para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade; conjunto das especializações Liga Agrária Católica, Liga Independente Católica e Liga Operária Católica e Liga Universitária Católica e setores autônomos em seus

	<p>compreende também os seguintes setores; a) Benjamins da AC, para menores de 8 a 12 anos; b) Aspirantes da AC, para menores de 8 a 12 anos; b) Aspirantes da JC, para os de 12 a 14 anos.</p> <p>Art. 6º - Constituem seções importantíssimas da Juventude Católica: a) JEC, b) JUC c) JOC. Logo que seja possível, a JUC e a JOC passarão a funcionar independentemente da JC, constituindo organizações fundamentais da ACB.</p>	<p>independentemente de idade, aos que concluírem o curso superior. § 3º - nada impede que para o exercício de funções técnicas e organização de quadros, com a aprovação do Ordinário, membros da HAC e da SAC sejam comissionados, respectivamente, na JMC e na JFC e vice-versa. § 4º - A ACB nas suas organizações fundamentais, setores e seções é essencialmente nacional, diocesana e paroquial, com exceção da JEC e da JUC, que não são paroquiais, sem prejuízo, porém, da jurisdição dos Párocos.</p> <p>Art. 7º - § 1º - São Setores das Senhoras da Ação Católica: a) os Pequeninos da AC, para menores de 4 a 8 anos; b) os Benjamins e Benjaminas, para menores de 8 a 12 anos. § 2º - São setores da JMC e da JFC: Aspirantes, para menores de 12 a 15 anos. Art. 8º - Constituem Seções masculinas e femininas: a) Da HAC e da SAC: A Liga Operária Católica e a Liga Agrária Católica; b) Da JMC e da JFC: As Juventudes Agrária,</p>	<p>respectivos campos; b) Liga Feminina de AC para maiores de 30 anos e casadas de qualquer idade, admitindo a dupla seção de casadas e solteiras; conjunto das especializações LACF, LICF, LOCF e LUCF, setores autônomos em seus respectivos campos; c) Juventude Masculina Católica, para moços de 15 a 30 anos; conjunto das especializações JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, setores autônomos em seus respectivos campos; d) Juventude Feminina Católica (JFC) para moças de 15 a 30 anos; conjunto das especializações JACF, JECF, JICF, JOCF, JUCF, setores autônomos em seus respectivos campos.</p> <p>§ 1º - O apostolado externo das Congregações Marianas, de conformidade com o art. 3 constitui setor autônomo da ACB e está coordenado no âmbito nacional, diocesano e paroquial nos termos, respectivamente, dos arts.14, itens a e b, 15, itens a e c, e 16, dos presentes Estatutos.</p> <p>§ 2º Os Benjamins e as Benjaminas de AC, para os</p>
--	--	---	--

		Estudantil, Operária e Universitária.	menores até 12 anos constituem uma seção especial, sob a responsabilidade da LFAC ou de elementos de outra organização fundamental, a critério do Ordinário; § 3º - O aspirante à AC, para os menores de 12 a 15 anos, segue as normas dos regulamentos dos setores especializados da Juventude. Nada impede que, onde não houver especialização, fique sob a responsabilidade de elementos designados pelo Ordinário; § 4º - atendendo a conveniência ou exigências do apostolado, a critério do Ordinário, as Organizações masculinas e femininas de setores especializados podem ter atividades conjuntas.
Admissão de Membros	Art. 7º - em regra geral, os sócios serão inscritos nas organizações da AC pelas diretorias locais; nada impede, contudo, que nos primeiros tempos, também os Conselhos Diocesanos o façam. Art. 8º - para a inscrição em qualquer das suas organizações, exige a AC: 1) vida exemplar; 2) prática dos sacramentos; 3)	Art. 10º - Para a inscrição em qualquer de suas organizações, exige a ACB: a) vida moral exemplar; b) prática dos sacramentos; c) aceitação dos estatutos, regulamento e diretrizes da ACB e da respectiva Organização; d) admissão, após o estágio pelas Diretorias paroquiais ou, em casos	

	<p>aceitação prévia dos programas da AC e da respectiva organização; 4) pagamento de pequena taxa anual, a ser fixada pelos Conselhos Diocesanos, com audiência do Conselho Nacional.</p> <p>Art. 12º - Além de sua completa informação nos princípios e normas gerais da ACB, todas as suas organizações serão regidas por estatutos e regulamentos aprovados pela Comissão Episcopal.</p>	<p>extraordinários, pelas Diretorias Diocesanas; e) pagamento da taxa anual a ser fixada pelas Diretorias Diocesanas.</p> <p>Art. 11º - Além de sua completa conformidade com os princípios e normas gerais da AC, os organismos da ACB são regidos por um Regulamento aprovado pela Comissão Episcopal.</p>	
Composição dos órgãos	<p>Art. 9º - As diretorias das organizações fundamentais de AC serão compostas de Assistente eclesialístico, presidente, secretário e tesoureiro, com mandato de 3 anos. As diretorias diocesanas serão nomeadas pelo Exmo. bispo e as paroquiais pelos vigários, com aprovação do Ordinário. As diretorias nacionais serão nomeadas pela Comissão Episcopal de AC.</p>	<p>A composição é explicada nos artigos 18, 20 e 22.</p>	
Estrutura			<p>Art. 12º - As organizações fundamentais da ACB se constituem: a) em plano nacional, pelas especializações previstas no artigo anterior; b) no plano diocesano, pelas especializações necessárias e úteis à diocese, a juízo do Ordinário.</p>

			<p>Art. 13º - Em plano paroquial, cada organização fundamental, a) será integrada pelas especializações possíveis e desejáveis na paróquia; poderá reduzir-se a uma das especializações, caso a paróquia seja marcadamente agrária, independente, operária etc.; c) poderá se limitar a AC geral, onde menos definidos sejam os ambientes, competindo ao Ordinário empregar os meios que julgar mais aptos para integrá-la nos quadros especializados.</p>
--	--	--	--

3. A busca por uma essência da Ação Católica Brasileira (1920-1950)

Oficiante: Dirigentes e militantes de AC a que viestes?

Todos: Viemos renovar o Nosso Compromisso na ACB conscientes de mais uma vez assumir diante de Deus a responsabilidade de apostólicos leigos chamados a participar do apostolado hierárquico e dele dar testemunho na Paróquia, na Família, no meio em que vivemos, estudamos ou trabalhamos.

(Folheto Assim como meu Pai me enviou, Ide, s/a, p. 1).

3.1. As origens de uma fundamentação teórica e dogmática para a Ação Católica Brasileira

A Ação Católica Brasileira foi instituída por orientação dada pela encíclica *Ubi Arcano Dei* (1922), redigida pelo papa Pio XI. O documento foi elaborado levando-se em conta o cenário europeu, que sofria com as consequências da Primeira Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria e com a crise econômica e política. Diante disso, a Igreja definira como meta a restauração da ‘ordem social cristã’ em resposta ao laicismo predominante e, preocupada com a possibilidade de iminente redução de seus quadros, voltou-se para os leigos e sua evangelização. Sendo uma instituição universal, a Igreja amplificou parte da situação europeia para outros continentes e países católicos, construindo uma leitura teológica e sociológica da realidade em escala internacional (DUSSEL, 1989. p. 11-3; FONTES, 2011.p. 127-8; MONTERO, 2005; SARANYANA, 2004).

O anticomunismo tornou-se um polo de mobilidade católica. Procurando dirimir os efeitos do Manifesto Comunista (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels, e da I Internacional Comunista (1864), a Igreja forjou uma luta contra o comunismo com a encíclica social *Rerum Novarum* (1881). As associações católicas a utilizavam como bandeira de atuação e mecanismo de detenção a essa forma de pensamento e regime político. Principalmente quando a mobilização comunista obteve sucesso com a II Internacional Comunista (1889) e com a vitória da Revolução Russa (1917) (HOBSBAWM, 1995.p.62; 118-9, JUDT, 2008.p. 380). Ainda, “a Primeira Guerra Mundial distorceu índices de emprego, destruiu o comércio e devastou regiões inteiras – além de levar nações à bancarrota” (JUDT, 2008.p.18).

A Igreja assim gerou uma consciência de que teria que se relacionar diferente com a sociedade, criando o enfrentamento do catolicismo com

aspectos do então mundo moderno, nos quais incluiu o liberalismo e o comunismo. Forjou uma leitura histórica de que um dia se viveu um período cristão católico e com a modernidade sucedeu a “descristianização”; e que, portanto, urgia recristianizar o meio. Tal paradigma da “descristianização” não foi apenas um modo de compreensão da sociedade e de interpretação de processos de mudanças em curso. Constituiu-se como o principal dispositivo para o discurso e para a prática de mobilização do movimento católico nesse período. Logo, ao rever a sua capacidade de intervenção, reformulou as suas atividades consideradas essenciais à sua missão religiosa e à sua unidade e organização interna.

Como uma das maneiras para atingir a intercessão no meio social, Pio XI, durante o seu pontificado, de 1922 a 1939, implementou um tipo de apostolado que progressivamente já se desenvolvia nos países de tradição católica. Eram movimentos organizados de adultos e juventude católica, instituídos por sacerdotes em alguns meios sociais. Era o caso da Juventude Operária, na Bélgica, em 1912, reunida por padre Joseph Cardijn. Posteriormente, em 1924, denominada de Juventude Operária Católica (BIRCK, 1975.p.37-47).

Com a orientação do papa Pio XI, essas associações foram reunidas e subordinadas a uma entidade mais ampla de leigos, que passava a ter uma estrutura organizacional uniforme e centralizada. Essa entidade chamada de Ação Católica foi ligada diretamente à Hierarquia da Igreja e organizada na própria Itália (1922), na Bélgica (1924), Polónia e Espanha (1926), Iugoslávia e Checoslováquia (1927), Áustria (1928), Portugal (1933) e expandiu-se também para a América Latina, em especial no México (1929), Peru (1931), Argentina (1931) e no Chile (1939)⁴⁸.

A Ação Católica tornava então a ser parte constituinte e relevante da Igreja. A Santa Sé passou a citá-la em vários documentos pontifícios – encíclicas, cartas, mensagens, exortações, dentre alguns -, com o objetivo de apresentar as características e diretrizes gerais que deveriam ser observadas

⁴⁸ As datas são aproximadas porque existem controvérsias entre os autores consultados, pois alguns recorrem à data de surgimento de uma ‘ação católica’ generalista, outros à data de surgimento de um movimento de denominação similar ao das Juventudes Católicas (DUSSEL, 1989.p.14; ESCARTIN CELAYA, 2010.p.2; FONTES, 2011.p.320). Prova está que na versão de Almeida (2006, p.257), a Ação Católica Italiana foi fundada em 1867 sob o nome de *Società della Gioventù Cattolica*. Em alguns casos baseamo-nos nos sites institucionais das Ações Católicas que existem ainda hoje.

por todas as Ações Católicas que já progrediam nos países, tanto quanto instituir outras novas. Conjuntamente, alguns teólogos se aprofundavam sobre a questão e formulavam tratados a respeito do fenômeno. Lograva-se uma coesão institucional e dogmática.

Isto não foi diferente no Brasil. Os bispos responderam à convocação do papa, buscaram respeitar as orientações que foram demandadas pela Santa Sé e instalaram a ACB em 1935.

Os anos 1920 a 1950 foram marcados predominantemente pela instalação de uma Ação Católica geral em vários países. De forma semelhante, a Ação Católica no Brasil era geral e se instaurava nas paróquias com os seus segmentos de adultos e de juventude ainda não especializados por meio social. Concorria com outras associações laicas e com as atividades rotineiras dos ordenados, decorrentes do cargo de pároco ou de bispo que ocupavam.

A encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922, foi um marco na reelaboração do termo ‘ação católica’. O que antes era comumente utilizado para designar todo o apoio dos fiéis à Igreja, realizado por diferentes organizações católicas, passou a designar uma única instituição. O documento pontifício anunciava que era necessário o leigo atuar em movimentos organizados, os quais seriam denominados de ‘Ação Católica’. Também definia as bases ideológicas da AC que eram as de impedir um recuo maior da Igreja e preparar a reconquista do terreno perdido, apelando ao caráter apostólico ou ativista dos católicos. A partir do viés do que designou “descristianização do meio social”, propôs uma ação católica para reverter a situação e criar um mecanismo de controle das práticas sociais.

Na visão de Pio XI, a Ação Católica compunha a Igreja na seguinte hierarquia: ‘*Cúria Pontifícia*’, ‘*Bispos*’, ‘*Sacerdotes e Religiosos*’, ‘*Leigos de Ação Católica*’ e ‘*Todos*’. Nesta última classe, ‘*Todos*’, estavam os fiéis ou outras associações, gerando a percepção de que era dada mais importância a uma então recente organização (Encíclica *Mens Nostra*, 1929⁴⁹). Em decorrência deste status, algumas fraturas aconteceram entre a AC e as outras associações que coexistiram no período, como se observou no caso brasileiro, entre as Congregações Marianas e a ACB.

⁴⁹ Acerca dos exercícios espirituais, de 20 de dezembro de 1929.

Outras encíclicas⁵⁰ do pontificado de Pio XI referiam-se à Ação Católica como a “*participação dos leigos no apostolado hierárquico*”; “*aprovada pela Igreja e constituída de associações especiais*”; “*colaboração do Estado secular (laical) no apostolado hierárquico*”; “*absoluta dependência da Ação Católica ao Episcopado ao qual pertence*”; “*auxiliares do sacerdote*”, e com caráter assistencial, de formação de pessoal e de oração (Encíclicas *Mens Nostra*, 1929; *Illius Magistri*, 1929; *Non Abbiamo Bisogno*, 1931; *Ad Catholici Sacerdotii*, 1935; *Divinis Redemptori*, *Firmissimam Constantiam* e *Ingravescentibus Malis*, 1937)

⁵¹.

Na passagem do pontificado de Pio XI para Pio XII, em 1939, a Segunda Guerra Mundial se pronunciava. Durante o papado de Pio XII, de 1939 a 1958, considerando que a situação de guerra perdurou por quase 6 anos (1939-1945), a Ação Católica não era o assunto mais urgente⁵². A *Summi Pontificatus*⁵³, a primeira de seu pontificado, pedia “*a colaboração dos leigos no apostolado*

⁵⁰ O papa Pio XI produziu 31 encíclicas e a grande maioria não versava sobre a AC. Serão exploradas no corpo do texto aquelas Encíclicas que se estendem mais sobre a Ação Católica. Algumas apenas reforçam o apoio a ser dado à AC de cada país, como os casos da *Acerba Animi*, de 29 de setembro de 1932, sobre a perseguição à Igreja no México, a qual recomenda um maior apoio para Ação Católica. Ainda a *Dilectissima Nobis*, de 03 de junho de 1933, referente à opressão à Igreja Espanhola, em que convida os fiéis a se unirem junto à Ação Católica, e em *Mit Brennender Sorge*, de 14 de março de 1937, sobre a Igreja no Reich Alemão, inclui os apóstolos seculares de Ação Católica no lamento sobre a situação na Alemanha. Existiu ainda a Carta *Laetus sane Nuntius* para o I Congresso Nacional de Acción Católica Española, em 6 de novembro de 1929, que foi citada em algumas obras sobre a AC e à qual não se teve acesso direto. Outras cartas pontificias, por sua vez, não objetivaram ou fizeram menção indireta à Ação Católica, tendo sido um total 26 cartas produzidas ao longo deste pontificado.

⁵¹ Na ordem, as encíclicas tratam da educação cristã da juventude, de 31 de dezembro de 1929; da Ação Católica e o fascismo, de 29 de junho de 1931; dos poderes do clérigo; do comunismo, de 19 de março de 1937. A Encíclica *Firmissimam Constantiam*, de 28 de março de 1937, sobre a situação do México, diz sobre o objetivo último da Ação Católica, que era o de santificação das almas e das atividades de obras sociais. De acordo com o preceito evangélico, formar homens para o trabalho público e assistencial. “Mas também é verdade que, se a Ação Católica tem o dever de preparar os homens aptos a direcionar tais obras públicas e de apontar os princípios que devem guiá-los, com normas e orientações extraídas de fontes genuínas de nossas Encíclicas, não deve, não obstante assumir a responsabilidade nessa parte que é puramente técnica, financeira, econômica, que está fora de sua competência e fora do seu propósito”. A *Ingravescentibus Malis*, de 29 de setembro de 1937, sobre o rosário da Virgem Maria, cita a Ação Católica que devia adotar a oração para firmar-se diante dos desafios.

⁵² O papa Pio XII produziu mensagens de Natal (1939, 1940 e 1941) nas quais fixava os princípios essenciais de uma ordem internacional, fundada na renovação moral e no restabelecimento da cooperação entre os povos a partir do cristianismo católico. (GONELLA, Guido. A reconstrução do mundo: anotações às mensagens de S. Pio XII publicadas por L'Osservatore Romano. Petrópolis, Ed. Vozes, 1945).

⁵³ Foram elaboradas 41 encíclicas sob o seu regime. A que citamos é acerca do paganismo, de 20 de outubro de 1939.

hierárquico” sem dar destaque propriamente à AC. Somente em 1951⁵⁴, citou-se mais objetivamente a Ação Católica na *Evangelii Praecones*⁵⁵ que solicitava a sua ajuda nas atividades missionárias, como um desdobramento da presença da Igreja Católica na América Latina, na África e na Ásia, e promoção da formação de um clero nacional nos países mais distantes da Santa Sé (FONTES, 2011.p.156).

Essa encíclica, em especial, acentuava uma perspectiva histórica em relação à AC, colocando-a numa linha do tempo bastante ampla, desde a “origem da Igreja”. A narrativa discursiva apresentava-a como uma estratégia tanto da religiosidade cristã, quanto da instituição Igreja, sendo típica em diferentes momentos da história:

[...] pode-se afirmar que **este auxílio dos leigos, que chamamos hoje Ação Católica**, não faltou desde as origens da Igreja; e mais, que prestou notáveis serviços aos apóstolos e outros propagadores do evangelho e permitiu à religião cristã apreciáveis aumentos [...]

[...] desejamos, portanto, que em toda parte, na medida do possível, se **constituam associações católicas de homens e mulheres, de estudantes, de operários, de artífices e de desportistas e além disso outras organizações e piedosos agrupamentos**, que se possam chamar tropas auxiliares de missionários [...]

[...] **apesar de a Ação Católica, como é sabido, dever exercitar principalmente sua atividade em promover obras de apostolado**, nada impede os que foram recebidos nos seus quadros de fazerem parte de associação cujo fim é ajustar a vida social e política aos princípios do evangelho [...] (Encíclica *Evangelii Praecones*, 1951) (grifos nossos)

A Santa Sé não se preocupava em conceituar a Ação Católica de forma mais clara e ou defini-la juridicamente no interior da estrutura organizacional da

⁵⁴ Foram 77 cartas dirigidas para vários representantes religiosos e de governos, sendo uma somente para a Ação Católica. Quanto aos discursos, de 1939 a 1950, foram proferidos cerca de 450, deste total 11 foram destinados à Ação Católica. A saber, Aos Homens da AC, em 20 de setembro de 1942; 25º Aniversário da Juventude Feminina de Ação Católica Italiana, em 24 de abril de 1943; Aos participantes do Congresso proclamado pela Presidência Central da Juventude Italiana da AC, em 20 de abril de 1946; À Juventude Romana da AC, em 08 de dezembro de 1947; Aos membros da AC, em 07 de setembro de 1947; no 80º Aniversário da Juventude Italiana de AC, 12 de setembro de 1948; no 30º Aniversário da Juventude Feminina Italiana de AC, 05 de setembro de 1948; Alocução às Mulheres de AC Italiana, em 24 de julho de 1949; Radiomensagem aos Homens da Ação Católica Portuguesa, em 10 de dezembro de 1950. Reforçavam a conduta moral dos acistas, a formação integral, deveres religiosos e subordinação à Hierarquia.

⁵⁵ Acerca do fomento às missões, de 02 de junho de 1951.

Igreja. Tais linhas gerais e perspectivas teológicas e históricas demandavam dos teólogos a necessidade de se determinar mais precisamente tanto o que seria essa nova associação de fiéis, quanto o que seria o apostolado leigo. Contudo, tais estudos não se ativeram a que a expressão cunhada pudesse ter sido uma estratégia política da Igreja em relação ao fascismo⁵⁶. Pois a fórmula do apostolado laico participando da Hierarquia poderia proteger os leigos da repressão política italiana, que não ousava ir contra o apostolado hierárquico (ESCARTIN CELAYA, 2010.p.3).

Surgiram obras que desenvolveram categorias que tornavam inteligível a Ação Católica para a comunidade católica de então. Havia o predomínio dos jesuítas na configuração da teorização primordial da Ação Católica, devido à larga experiência na promoção de organizações laicais e na educação. Autores como o jesuíta alemão Josef Will (1932), jesuíta belga Paul Dabin (1937), monsenhor italiano Luigi Civardi (1945) e jesuíta belga Fernand Lellotte (1947) eram citados na ACB e também nas Ações Católicas de outros países.

Normalmente as obras procuravam decifrar as encíclicas papais a partir de elementos buscados nos próprios textos religiosos, como na Bíblia, na filosofia cristã e na história da Igreja Católica, ou mesmo sugeriam novos pontos de vista sobre o tema. Muitas eram as considerações de que uma nova eclesiologia se fundava com o surgimento e a experiência da Ação Católica.

Outrossim, forjava-se uma mesma explicação seguindo o raciocínio de Pio XII sobre a essência da Ação Católica, a qual não era novidade no meio, era ‘antiga e permanente’. Enquadrava-se e explicava-se o surgimento da Ação Católica numa estrutura social mais ampla abrangida por um tempo de longa duração⁵⁷, articulando a narrativa de maneira que este acontecimento de fundação da AC se anexasse “a si um tempo muito superior à sua própria duração” (BRAUDEL, 1965, p. 264).

⁵⁶ Sobre a questão, uma carta encaminhada ao cardeal presbítero Alfredo Ildefonso Schuster, arcebispo de Milão, em 26 de abril de 1931, defendia a Ação Católica Italiana que fora confundida com as associações fascistas de então. A encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (1931) condenava propriamente o fascismo.

⁵⁷ Usando o termo de Fernand Braudel (1965), um ‘tempo de longa duração’ permeia o objeto ação católica, como recurso de análise. Assim são descritas nas obras grandes extensões da história, duração e estruturas sociais da própria Igreja. In: História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, ano XVI, vol. XXX, n.62, abr-jun, 1965. pp.261-94.

Assim os relatos históricos elaborados pelos autores e pelos papas acentuavam que a ação católica, no sentido lato, já aparecia nas cartas de Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903), papa Pio X (1903-1914). Pio IX já falava da união dos leigos subordinada à direção hierárquica. Leão XIII solicitava aos leigos que fossem realizados congressos em união íntima com a Hierarquia e discutidos os melhores métodos de trabalho apostólico. Este mesmo papa também já sugeria que todas as associações agissem sob uma só e única direção, reservados os direitos e regulamentos de cada uma. Ainda, o papa Pio X elaborou um discurso de renovação do cristianismo, referindo que o clero necessitava de auxiliares e para isto os fiéis seriam convocados *sob a direção dos bispos* para se associarem e partirem para a ação. Com isso reforçava-se que a Ação Católica não era novidade. A explicação forjada desta forma atenuava as particularidades da organização, além de demonstrar que seus traços essenciais já haviam sido vivenciados pela Igreja. Contraditoriamente, também enquadravam a formulação da proposta de organização do laicato a um cenário de revelação e iluminação; portanto, inédita e “de um modo refletido, bem deliberado e pode-se mesmo dizer: não sem inspiração divina” (Pio XI, 19 de março de 1927, apud LELLOTTE, 1947, p. 20; DABIN, 1937.p.106-21; SANTINI, 1938.p. 270).

Essa dualidade presente no discurso religioso fazia parte do *ethos* da Igreja pois assim, no caso, enfatizava-se a dimensão temporal e espiritual da Ação Católica. Outra característica da dualidade era a de ressaltar que um mesmo objeto possuía duas concepções que não eram antagônicas, mas complementares. No caso da AC, eram expressões para defini-la: ‘Ação Católica em sentido lato e em sentido estrito’, ‘de modo direto e de modo indireto’, ‘em essência e aparência’, ‘análoga ou dessemelhante’. No *Manual da Ação Católica* (1945), escrito por Monsenhor Luigi Civardi, a organização era conceituada em “sentido restrito” como um conjunto orgânico de associações, em que os leigos exerciam toda a forma de apostolado, não só com a aprovação da Hierarquia eclesiástica, mas com mandato especial, sob a sua dependência direta e segundo as normas por ela determinadas. Por sua vez, em “sentido lato” era toda ação apostólica não organizada.

No que tange ao Brasil, até a institucionalização da ACB não havia objeções ao que Pio XI e Pio XII estabeleceram sobre essa organização laical.

Somente depois da promulgação e da instalação surgiram indícios de perplexidade e confusão por parte da Hierarquia e dos leigos diante do que representava a ACB geral. Autores como Alceu Amoroso Lima e padre João Batista Portocarrero Costa discutiram longamente sobre o sentido da definição da AC. Suas visões foram influenciadas por obras muito lidas “*durante a época áurea da AC Geral*”, como as de Paul Dabin, S.J., *L’action catholique*, e as do Monsenhor Civardi, *Manuale di Azione Cattolica*, citadas acima (CARVALHEIRA, 1983.p.11). Assim como Plínio Correa de Oliveira (1943) que, ao contrário, opôs-se a essas formas de pensamento e não obteve êxito junto à ACB.

A política de traduzir no Brasil e dar acesso a textos estrangeiros sobre as AC’s foi uma tentativa de homogeneização do movimento pelo mundo. Produziam-se opúsculos, folhetos paroquiais, boletins oficiais, dentre outros mecanismos de comunicação, para divulgar o movimento, explicar para o leigo e para o sacerdote do que se tratava essa nova organização. Não somente isto, também representava a eficácia da Igreja quanto à circularidade de ideias e das informações. Não obstante, se ainda induzimos que a romanização também teve um papel na estruturação da Ação Católica, as tantas citações de encíclicas e dos pronunciamentos dos papas pelos diferentes sacerdotes estrangeiros e brasileiros confirmavam o respeito a uma Hierarquia de jurisdição.

Nesse sentido, era necessário compreender os traços dessa produção pontifícia e dessa fundamentação teórica estrangeira a respeito da natureza da Ação Católica porque se reprisariam os mesmos pressupostos no Brasil. Ao mesmo tempo essa leitura permitiria acompanhar o que acontecia com as demais AC’s pelos países católicos, pois o que se forjava em termos teóricos era simultaneamente elaborado com uma experiência que se firmava.

À época, dito já, era dado destaque às obras de Paul Dabin. O jesuíta escreveu a *L’action catholique*, em 1929, e daí lançou uma trilogia completada por *L’Apostolat laique* (1931) e *Principles d’Action Catholique* (1937). Foi um teólogo influente e próximo de Pio XI, pois se aliou a outros religiosos para combater o intelectual Charles Maurras (1868-1952), que se colocava como líder da Ação Francesa, movimento de cunho nacionalista e integralista, monárquico e antidemocrático. Maurras difundia suas ideias nos círculos mais tradicionalistas católicos e as mesmas foram condenadas publicamente por Pio

XI (SARANYANA, 2004.p.154). Segundo Pierre Harmel (apud Lellotte, 1947. s/p), “Dabin foi expoente nesta matéria”⁵⁸.

No Brasil, o livro *O apostolado leigo*, publicado pela Empresa Editora ABC Limitada, do Rio de Janeiro, foi traduzido em 1937, após 6 anos do seu lançamento. A obra detalhava os significados das notas essenciais da AC, apresentadas pelos papas Pio XI e Pio XII. Do ponto de vista do autor, fazia-se necessário prestar esclarecimentos factuais e teológicos do que representavam os tais atributos: “*participação do laicato no apostolado hierárquico*”, “*a dependência e estreita relação com a Hierarquia*” e o “*mandato*” que decorrem dessa cooperação e sujeição.

O primeiro atributo da AC, o de “*participação dos leigos no apostolado hierárquico*”, foi uma resposta à diminuição no recrutamento sacerdotal⁵⁹ e ao distanciamento das massas operárias das paróquias, que “para não expor o sacerdote aos sarcasmos e blasfêmias [...], o laicato é organizado para oferecer liberalmente auxílio ativo e desinteressado ao corpo sacerdotal impotente para sustentar sozinho o peso dos contratempos” (DABIN, 1937. p.12). Portanto, os acistas seriam a extensão da Igreja em lugares permeados pelos discursos políticos modernos, de tendências liberal ou comunista.

A “*participação do leigo no apostolado hierárquico*” somente poderia ser entendida do ponto de vista conceitual se antes se definisse o que era o *apostolado hierárquico*. Explicava-se então que a Hierarquia detinha a missão de ensinar, santificar e governar os fiéis. Também era conceituado como um conjunto de clérigos entre os quais o poder eclesiástico de administrar as coisas da Igreja se achava dividido segundo gradações distintas e subordinadas.

Deste conceito de apostolado hierárquico, qualquer leitor poderia depreender que o leigo então participava do poder de ensinar, santificar, governar os fiéis e administrar as coisas da Igreja. Paradoxalmente, não foi isto que concluiu Dabin. Para explicar o “apostolado leigo”, recorreu à origem da palavra apostolado, ou seja, ‘*apostello*’ que significa ‘mandar’ em grego, ou expedir ou missão. Logo, em sua essência apostolado era partir para a ‘ação’.

⁵⁸ No que tange a estudos historiográficos contemporâneos, também afirmam que Paul Dabin foi o maior teórico sobre a questão do apostolado de leigos até os anos 1940 (PIÉ-NINOT,2009; SARANYANA,2004).

⁵⁹ Apresenta cálculos da situação francesa, como de 37000 comarcas, 12000 destituídas de pároco, em 1927 (p.11).

Na definição de Ação Católica, a expressão ‘apostolado hierárquico’ significava então o apostolado exercido pela Hierarquia, em sua missão específica de poder. Por sua vez, a expressão ‘apostolado leigo’ significava uma ação mandatada pelo apostolado hierárquico, ou seja, de sujeição ao poder.

De tudo que comporta a noção de apostolado hierárquico, compreendemos facilmente a impossibilidade de nele participar o laicato em sentido próprio, porém unicamente no sentido analógico. (DABIN, 1937. p.143)

Os leigos participavam da Hierarquia não como sujeitos, mas como causa instrumental do apostolado hierárquico que deles se servia para cumprir mais facilmente a sua missão de evangelizar. Portanto, os leigos não faziam parte do grupo eleito, do estado de ser da Hierarquia; mas sim do seu estado de agir e para agir deveriam sujeitar-se às ordens.

Assim traduziu-se “*participação*” por “*estar sob a dependência e obediência da Hierarquia*”, sendo este o segundo atributo da Ação Católica. Do ponto de vista conceitual, a Igreja queria ser obedecida em qualquer matéria: “eis porque é pela organização vigorosamente hierárquica do laicato sob a dependência direta da Igreja que a Ação Católica se figura” (DABIN, 1937. p.15). Concluía-se que na Ação Católica os leigos eram subordinados à Hierarquia e dela não faziam parte; porém, do ponto de vista da atividade fim, da sua missão, a AC era parte íntima da Hierarquia.

Sendo parte íntima, decorreu daí o terceiro atributo da Ação Católica, o de “possuir o mandato”. O leigo nesta organização dispunha de um mandato que o tornava representante oficial da Igreja, sendo assim um promotor da doutrina e de seus princípios. Tinha um poder relativo, exercido de maneira delegada pelo clero, sendo limitado, controlável e revogável. Igualmente, ocupava o cargo de dirigente de um ‘organismo de execução’ e seu papel era o de fazer executar as ordens da Hierarquia, para o que o autor chamava de comprometimento a um ‘*princípio inviolável*’ (DABIN, 1937. p.245).

Devido a essa visão extremamente controladora por parte da Igreja, as Ações Católicas eram estruturadas de maneira a serem compostas por uma Comissão Episcopal que dirigia a associação e por uma Junta Nacional que executava as tarefas delegadas pela Hierarquia.

Há que se notar que Dabin fez esforços para delimitar o papel do leigo e fortalecer a ideia de não participação no poder da Igreja, inclusive se apoiando em dois cânones do direito eclesiástico de 1917, 109 e 166, os quais demarcavam que o fiel sequer elegia os membros da Hierarquia⁶⁰. Forjou-se toda uma teorização para que o laicato não parecesse gozar de certa autoridade efetiva por participar da Ação Católica, porque se dizia que era necessário fixar com precisão os limites da expressão “participação no apostolado hierárquico”.

Também se tentou fixar com precisão os limites entre a AC e as outras associações católicas. Já que o mandato e o cargo de dirigente conferidos aos leigos imprimiam um caráter diferencial na AC mediante a outras associações definidas no código canônico de 1917 que, por natureza, eram dirigidas por padres ou religiosos. Isto fazia parecer que os leigos de AC tivessem um poder diferenciado em relação aos leigos das demais associações. Ainda mais que o próprio Pio XI já vinha chamando-as de “auxiliares verdadeiras e providenciais” em relação à AC.

A outra face disso era a de que a AC possuía uma estrutura semelhante à da própria Igreja, com níveis rigorosamente hierarquizados para o efetivo comando de seus integrantes. Nem por isso existia uma “hierarquia leiga ou de laicato”⁶¹, mesmo que os leigos tivessem recebido o mandato da hierarquia competente, sem o qual sua ação não teria a autoridade e eficácia exigidas. Recorrendo à etimologia da palavra hierarquia, que significa autoridade sagrada, os leigos não faziam parte dessa dimensão da Igreja (DABIN, 1937. p.161).

[...] a atividade dos católicos organizados, como participação dos leigos na missão própria da Igreja, não sendo uma ação política, mas religiosa, nem uma ação diretora na ordem teórica, mas executora na ordem prática, faz-se mister encontrarem as diversas formas dessa atividade em [um] centro disciplinador na hierarquia eclesiástica. Daí o funcionamento dos conselhos paroquiais, das comissões diocesanas, e da comissão central, sob a dependência direta da autoridade eclesiástica. (DABIN, 1937. p.242)

⁶⁰ Can. 109: aqueles que são admitidos na hierarquia eclesiástica não o são pelo chamado de consentimento do povo ou do poder secular. Can.166: proíbe aos leigos a ignorância nas eleições eclesiásticas, pelas quais se elegem os que participam da hierarquia.

⁶¹ Por sua vez, para o autor Fernand Lellotte (1947), também da Companhia de Jesus e belga, existia na Ação Católica uma hierarquia leiga. Perguntava-se “que relações se estabelecerão entre essa hierarquia leiga e a hierarquia eclesiástica?” Respondia “de dependência” (p.34). Essa foi talvez a controvérsia mais significativa que existiu entre os autores que circularam na ACB. Ver “*Para realizar a Ação Católica: princípios e métodos*”. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1947.

Em suma, na ocasião de instalação da Ação Católica pelos países católicos deflagrara-se uma discussão consistente sobre as particularidades da associação, percebendo-a como um paradoxo: como explicar algo que era ou não autoridade, que participava sem tomar parte da Hierarquia, que era uma associação de leigos sem ser definida como as demais associações presentes no código de direito canônico, que reunia leigos com deveres e direitos iguais aos de todos os outros, contudo providos de mandato. Por isso a leitura de Dabin era recomendada para melhor situar os bispos brasileiros sobre a problemática.

Por trás desta discussão, a Ação Católica foi instituída e refletida à luz de uma eclesiologia dos 1800, sobretudo a firmada no Concílio Vaticano I, que delimitou o poder papal diante dos demais bispos e também dos leigos. A eclesiologia jurídica “trata-se de uma concepção de poder monológica e assimétrica [...]. O único critério de legitimidade é a vontade de quem possui o potestas (poder) e não há outro critério para medir e julgar as ações [...]” (TABORDA, 2011.p.113).

Para tanto, os teólogos recorreram à máxima do Concílio do Vaticano I: “a Igreja não é uma sociedade de iguais” (DABIN, 1937. p.145), e cuidaram de tentar elaborar a definição de AC de maneira a que não se incorresse “absolutamente o risco de conter ou ladear erros tão enormes, pois não é (o que seria contraditório) o laicato como tal [que participa] [...] [do] apostolado hierárquico, porém [é] o laicato como ‘informado’ pela hierarquia”, ou seja, a Ação Católica era o que a Igreja a definira, uma extensão de sua ação evangelizadora. Como Dabin concluiu, era “árduo determinar a ‘participação’ do laicato na autoridade e no governo ‘regímen’ da hierarquia”.

Por outro lado, a Ação Católica tinha sinais também de uma transição entre a eclesiologia jurídica, em que “os leigos eram considerados como simples fiéis por subordinação à autoridade, como objetos e beneficiários das ações hierárquicas” para uma eclesiologia do ‘corpo místico’ que reforçava já a participação de toda pessoa batizada no “corpo da Igreja, pela fé (SARANYANA, 2004; FONTES, 2011.p.190-2). Porque, mesmo que se apresentasse o laicato em oposição à Hierarquia, objetivava-se demonstrar a importância do leigo na estrutura orgânica e hierárquica da Igreja, fortalecendo sua missão.

Em síntese, uma “eclesiologia de transição” (jurídica tradicional para corpo místico), diga-se assim, estimulou a organização do laicato e sua participação na Hierarquia e também uma reflexão sobre essa experiência. Dizemos transição porque a encíclica *Mystici Corporis Christi* foi publicada em 1943, tornando a teoria do corpo místico oficial, portanto depois da obra de Dabin.

A concepção da AC já por si era um fenômeno também da modernidade, era um movimento de massa similar aos outros movimentos operários e sindicais, comunistas e liberais. A Igreja também repetia o modelo de dar autoridade a um leigo assim como os movimentos populares davam, mesmo que não em termos absolutos. De igual maneira, adotou-se a comunicação de massa, como a radiodifusão de mensagens, produção de folhetos, livretos e publicações periódicas para divulgar ao maior número possível de fiéis a associação; tanto que na Itália a Ação Católica, a mais próxima do papa, chegou a ter três milhões militantes até 1950 (FONTES, 2011.p.152)⁶².

Mesmo assim, a AC não deixava de ser conformada pela Igreja a partir de um modelo autoritário de organização dos leigos, pois era extremamente hierarquizada e eram os bispos que escolhiam os membros da direção e os assistentes eclesiásticos que acompanhavam o movimento.

⁶² A Ação Católica Italiana foi objeto de análise de Antonio Gramsci. Ver: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

3.2. A consolidação das notas essenciais da Ação Católica Brasileira

No período de 1890 a 1930, durante a Primeira República, com a separação do Estado e Igreja, o Vaticano apoiou financeiramente a reorganização da Igreja brasileira. Entre os aportes, deu-se sustentação econômica para que os sacerdotes realizassem cursos de formação nos países europeus. Dentre eles, Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra que, a partir da experiência adquirida em Roma, conseguiu instalar uma série de associações leigas que dialogavam entre si, cada qual comprometida com um determinado fim. No bojo delas estava a Ação Católica Brasileira.

Para a execução da ACB competia aos leigos e aos sacerdotes a observância dos estatutos e instruções dadas pelos papas (LEME, 1935. p.13). Era apreciado também que se acompanhassem as reflexões estrangeiras sobre as Ações Católicas e que se formassem materiais de formação do apostolado, com uma explicação sobre o fenômeno de AC.

Essa literatura que se elaborava nos anos iniciais tinha uma orientação mais intelectual, reforçada pelo relacionamento com a associação cultural Centro Dom Vital (1922) com Alceu Amoroso Lima à frente (BEOZZO, 1984.p.22-3). As obras eram importantes também pela necessidade de dirimir conflitos que surgiam em decorrência de uma instituição *sui generis*. Os membros eram rigorosamente formados a respeito de AC e preparados para instruir novos acistas e, com isso, efetivar a ampliação do movimento. Aplicava-se a fórmula compreendida por “neocristandade”, ou seja, “o leigo cristianizando outro leigo”.

Somava-se ao material doutrinário o discurso homogêneo sobre a secularização da sociedade e os riscos do liberalismo e do comunismo. Portanto, adotavam-se os vieses da Santa Sé para a justificativa da organização do laicato, mesmo se tratando de continentes com percursos e estágios distintos. Não somente isto, adotava-se também um modelo romano de Ação Católica que, devido à sua conotação estritamente religiosa, conseguiu escapar da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) (SILVA, 2012), e, por outro lado, com seu discurso anticomunista, tentou enfraquecer os partidos e associações comunistas e socialistas de então.

Então, no começo, a Ação Católica Brasileira foi uma cópia do modelo italiano. Os primeiros grupos de associações católicas provocaram fortes desconfianças nos setores tradicionais da Igreja, apesar do sucesso da implantação. Por isso que alguns sacerdotes se ocupavam em esclarecer a matéria e em responder aos então religiosos conservadores, a exemplo de padre Antônio Castro Mayer, que ao longo da ACB, mesmo que comprometido com a proposta, procurava, de alguma maneira, realizar sempre uma objeção. Em virtude dessa situação, Dom Sebastião Leme escreveu a obra “*Ação Católica*” (1923) e, em seguida outros sacerdotes também publicavam a respeito. Foram lançados os livros de monsenhor Arthur Ricci, “*Ação Católica*”, de monsenhor Felício Magaldi, “*A AC segundo Pio XI*”, e de padre Castro Nery “*Programa de Ação Católica*” (1933), como exemplos.

Dentre esses autores⁶³, padre João Batista Portocarrero Costa que acompanhou o surgimento da AC no Brasil, foi considerado um religioso de destaque⁶⁴. Organizador de Ação Católica em Recife, em 1932, o sacerdote teorizou a respeito cinco anos depois. Tendo sido eleito bispo em 31 de junho de 1943, em Olinda (PE), e transferido para Mossoró (RN), em dezembro do mesmo ano, substituiu Dom Jaime de Barros Câmara nesta diocese. Enquanto bispo, na década de 1940, aproximou-se mais das questões sociais, sobretudo, relativas à reforma agrária no Nordeste, e atuou reconhecidamente em um grupo que ficou conhecido como “bispos do Nordeste”, juntamente com Dom Avelar Brandão Vilela (PE), Dom José Delgado (RN) e Dom Fernando Gomes dos Santos (AL), nos anos 1950 (BANDEIRA, 2000.p.209-220).

Antes de ser bispo escreveu a obra ‘*Ação Católica: conceito, programa, organização*’, de 1937, usando o mesmo estilo de arguição de Paul Dabin e

⁶³ Como Alceu Amoroso Lima, cujos livros mais conhecidos sobre a Ação Católica Brasileira: *Pela AC*. Rio de Janeiro, Editora ABC, 1935; *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938. No livro *Pela AC*, no prefácio, contextualizava dois fenômenos que considerava terem marcado a vida da Igreja: a inclusão, na Constituição brasileira, das reivindicações católicas (liberdade religiosa e respeito à associação e aquisição de bem) e a mobilização dos leigos para a vida apostólica. Assim, “no dia de Pentecostes de 1935 é que o Episcopado Nacional em peso promulgou para todo o Brasil, os estatutos oficiais da Ação Católica Brasileira [...] A AC marca o início de um associativismo subordinado à Hierarquia.” Obras como as de FARIAS, 1998; MICELI, 2001; RODRIGUES, 2006 e outras, já discutiram o pensamento e a ação de Alceu Amoroso Lima.

⁶⁴ Encontraram-se estudos que citam Portocarrero em vários temas, como reforma agrária, a questão do Nordeste brasileiro, neocristandade etc., porém não foi possível localizar estudos mais diretos sobre a personalidade ou suas obras.

concepção de Ação Católica. Excetuando uma ou outra diferença, foi elaborada com pouca originalidade. Logo o livro constituiu-se um manual básico de orientação de equipes de ACB porque apresentava aspectos da natureza, da organização e da implantação de núcleos acistas (BANDEIRA, 2000.p.99; CARVALHEIRA, 1983.p.12-3).

Do ponto de vista metodológico, citava as cartas papais destinadas aos cardeais de países onde se desenvolveram a AC, as demais encíclicas e também evangelhos. Usava a retórica da busca pela essência das coisas para explicá-las, bem como a da dualidade expressa nos termos ‘em essência e aparência’, em sentido ‘lato e estrito’ e ‘direto e indireto’, para desenvolver a noção de que a Ação Católica Brasileira era em essência a participação do apostolado leigo no apostolado hierárquico, de maneira organizada e oficial, exercido em nome e por mandato da Igreja.

Portocarrero também explicava o apostolado auxiliar dos leigos na Igreja dentro de uma linha temporal mais abrangente e, paradoxalmente, pensava que “esta” Ação Católica fosse coisa nova, uma invenção dos últimos tempos (COSTA, 1937. p.62). Portanto, se reprisava a mesma forma explicativa sobre o fenômeno de Ação Católica que fora forjada no estrangeiro.

Igualmente, utilizou-se do contexto de secularização para justificar a instalação da ACB. Via que a Igreja precisava também de uma organização que fosse uma “grande cruzada moderna da arregimentação dos católicos, transformados em auxiliares do episcopado e do clero [...]” (COSTA, 1937. p.39). Seria a Ação Católica Brasileira instalada nas dioceses para o “bem espiritual de nossa pátria” e para tanto citava outro entusiasta, Alceu Amoroso Lima (aqui com o pseudônimo de Tristão de Ataíde):

A Ação Católica é, portanto, a estratégia e a técnica mais moderna da Igreja para ir à conquista da Idade Nova [...] atuação social, por infiltração em toda a linha, em vez de ataque em massa e em ligação com o Estado e a política. (Tristão de Ataíde, A Idade Nova e a Ação Católica, ‘A Ordem’, agosto de 1935 apud Costa, 1937.p.118)

O padre Portocarrero, assim como Paul Dabin, demonstrava que era necessário romper com estas barreiras uma vez que a quantidade de padres ordenados no Brasil vinha diminuindo ao longo dos anos. Em 1934, o número de

seminaristas era de apenas 2760, o que representava um sacerdote para cada 10.000 habitantes (COSTA, 1937.p.112). Essa justificativa era corroborada pela própria carta enviada por Pio XI ao cardeal Sebastião Leme, em 27 de outubro de 1935, cujo título era a falta de sacerdotes no Brasil e a importância da Ação Católica Brasileira para o cumprimento da ação evangelizadora.

Mesmo reconhecida a necessidade de novos auxiliares na atuação da Igreja, havia uma tensão existente no clero e no laicato quanto à instalação da Ação Católica no Brasil. Por esse ângulo, a obra voltou-se para os sacerdotes porque elucidava a questão do ponto de vista da apreensão do clero.

O próprio clero, às vezes, também não deixa de sentir a necessidade de uma certa reserva diante das promessas desta Ação Católica em que pelo contrário parece andar prognosticada uma boa dose de confusão, de desordem, pois essas modernas organizações de leigos poderão causar a perda de tudo o que se fez [...] vamos estudar, portanto, com toda a sinceridade o problema da Ação Católica para convencer-nos racionalmente da sua necessidade, dos seus resultados e da sua urgência. (COSTA, 1937. p.40; 48)

Para a ACB era fundamental o apoio dos sacerdotes. Esses cumpririam o papel de assistentes eclesiásticos no movimento e teriam que ser capazes de fazer ampliar o número de associados, além de serem responsáveis por acompanhar, orientar espiritual e eclesiasticamente o leigo incumbido pela liderança das organizações católicas. Por isso, era indispensável desfazer qualquer tipo de preconceito sobre.

Portocarrero então propunha apresentar e esclarecer as notas essenciais da Ação Católica: “*a participação do apostolado leigo no apostolado hierárquico*”, “*de maneira organizada e oficial*” e “*exercido em nome e por mandato da Igreja*”. No caso, começava a obra por tudo aquilo que não designava a AC: não era um movimento político, de cultura, desportivo ou econômico. Era “um movimento apostólico”. Essa percepção nascia porque a Ação Católica no Brasil era como um modelo sócio religioso, cunhado pelo pensamento filosófico de Jacques Maritain, diferente dos formatos culturais, caritativos e políticos das outras associações. Os militantes católicos de ACB tinham uma noção de responsabilidade e uma ação estratégica para transformar a realidade em um ambiente cristão.

A primeira nota essencial da ACB era “*o leigo participava do apostolado hierárquico*”. Diferente de Paul Dabin, na concepção deste brasileiro era enquanto sujeito que o leigo desempenhava as suas atividades sacerdotais e não como obra da Hierarquia. Ainda que considerado sujeito, o leigo participava da Hierarquia de maneira subordinada e auxiliar e não no mesmo nível de igualdade de escala e poder. E a desigualdade entre os leigos e sacerdotes não era explicada pela etimologia da palavra ‘apostello’, como fez supor Dabin; mas, pelo termo ‘participação’. Pois, “sendo, porém, uma **participação** (grifo do autor) seria um absurdo supor que por dela os leigos fossem perfeitamente equiparados aos sacerdotes” (p.61). Por mais, a ACB era uma “milícia estritamente obediente”⁶⁵.

A segunda nota essencial da ACB era “*a maneira organizada e oficial*” que a configurava. Essa era explicada por meio de uma comparação com a própria institucionalização da Igreja Católica. A Ação Católica foi criada à semelhança da própria estrutura da Igreja, instituída por revelação divina, era universal, hierárquica e possuía poderes de jurisdição no interior da própria AC e na sociedade enquanto representante oficial da Igreja. Então funcionava sob a direção do papa e do episcopado.

Essa direção faz-se praticamente através de órgãos oficiais, sob a imediata dependência da Hierarquia. Na capital de cada país deve haver um órgão nacional de direção da Ação Católica, recaindo sobre ele a inteira responsabilidade do movimento. (COSTA, 1937. p.238)

No Brasil repetia-se a mesma estruturação das demais AC's por se tratar de uma instituição universal. Era também rigidamente hierárquica e centralizadora. Na ACB, as diretrizes da Comissão Episcopal eram transmitidas por meio da Diretoria Nacional⁶⁶ para as Juntas e Conselhos Diocesanos e

⁶⁵ Portocarrero utilizava a versão em francês do livro *O apostolado leigo*, de Paul Dabin, publicado em 1931, pela editora Bloud et Gay, Paris (*L'Apostolat Laïque*). Apenas para exemplificar que não houve muitas diferenças entre a tradução do bispo daquela que circulou na edição brasileira da obra, em 1937, e que foi utilizada nesta pesquisa. Para a citação referenciada há na edição brasileira “a atividade dos leigos, é evidentemente, participa da fecundidade do apostolado hierárquico na medida em que lhe está subordinada. A AC seria uma contradição essencial se não fosse antes de mais nada uma milícia estritamente obediente” (DABIN, 1933, p.13 apud COSTA, 1937. p.61)

⁶⁶ Na explicação de Portocarrero (1937) baseada nos Estatutos que já foram expostos no capítulo 2: a Diretoria Nacional era composta por dois órgãos: a) Junta Nacional – nomeada pela Comissão Episcopal, com o fim de presidir o Conselho Nacional de ACB e executar as diretrizes

Paroquiais, conforme os três estatutos vistos no capítulo anterior. Essa Comissão representava a Hierarquia e a solução para o “perigo” [da ACB] empreender qualquer iniciativa que não refletisse nitidamente o Episcopado Nacional” (COSTA, 1937. p.238).

A terceira nota essencial, “*exercido em nome e por mandato da Igreja*”, decorria da segunda, a de ser uma organização oficial da Igreja. Devido ao mandato, os leigos da Ação Católica eram subordinados ao papa, aos bispos e aos párocos.

Não obstante, essa interpretação do autor a respeito da subordinação laical aos párocos causou uma celeuma dentro da Igreja brasileira. Na ACB os párocos pareciam equiparados aos bispos, o que representava uma subversão do modelo hierárquico da Igreja, pois os párocos eram estritamente subordinados aos bispos e deviam realizar o que lhes era pedido.

O paradoxo acontecia porque a Ação Católica Brasileira iniciava-se na paróquia. O pároco possuía o cargo de assistente eclesiástico dos núcleos da associação e dirigia pessoalmente os membros e seus trabalhos de apostolado. Sem a sua presença não existiria a Ação Católica porque era ele que a tornava uma “célula viva”, portanto parte do sucesso ou não do movimento dependia dele. Contudo, diante desta situação, poderia parecer ao pároco que ele detinha autonomia e poder em relação à ACB e em outras matérias da Igreja; sem se aperceber que na verdade o que fazia era transmitir as ordens da Hierarquia jurídica, portanto representando-a tão somente na ACB.

Essa questão em especial, entre o poder do pároco e do bispo, era algo complexo, que envolvia percepções e disputas pelo menos em torno dos núcleos da ACB. Era comum encontrar material compilado nas paróquias que diziam ao contrário, como no livreto “*AC: pequeno catecismo, princípios e disposições gerais*”, de Mons. Dr. Felício Magaldi, que explicava que o pároco fazia parte da hierarquia de jurisdição.

que o Episcopado estabelecer como norma de ação dos católicos; b) Conselho Nacional, constituído dos assistentes eclesiásticos, presidentes, secretários e tesoureiros nacionais das organizações fundamentais da Ação Católica e da Confederação das Associações Católicas (este órgão é o que coordena as associações auxiliares de ACB) e mais 4 ou 6 membros, residentes no Rio de Janeiro ou dioceses próximas, têm por fim auxiliar a Junta Nacional no desempenho de suas funções.

[...] que se entende por apostolado hierárquico da Igreja? Entende-se a missão oficial que a hierarquia tem de salvar as almas dilatando o reino de Cristo? [...] que se entende por hierarquia? Em se tratando de AC, por hierarquia se entende os que exercem o poder de jurisdição: o papa, os bispos, e os párocos, continuadores da obra dos apóstolos – isto é o apostolado para cuja participação são chamados os leigos. (MAGALDI, 1939.p.7)

Isso era grave, pois a Igreja era estruturada em dois tipos de hierarquia: a hierarquia ordenada, composta por todos os ordenados, portanto distintos de religiosos e leigos; e a hierarquia de jurisdição, composta pelo episcopado que de fato detinha o poder sobre as coisas da Igreja, distinto por sua vez dos párocos e demais membros. Tanto que nos regulamentos da ACB, em 1956, passou a se enfatizar que competiam a cada bispo os direitos e deveres dos “seus” assistentes - o que se retomará no próximo capítulo.

Outra questão, além da subversão da hierarquia, era a de que não se entendia muito bem por que seria a ACB um apostolado de leigos se tinha um assistente sacerdote no núcleo acista. Os leigos ocupavam o cargo de presidentes das Juntas Nacional, Diocesana ou Paroquial da ACB e também não sabiam muito bem qual era o seu papel, mesmo que dissessem que o cargo era executivo e não diretivo. Ou seja, mesmo que a diretoria nacional fosse administrada por um leigo, o mesmo deveria dirigir o movimento de acordo com o pensamento da Hierarquia e no que ficasse em evidente oposição entre o executado e a orientação dada, “*ipso facto*”, tornava-se sem efeito e não poderia ser seguida pelas associações subordinadas à ACB. “Respeitado este princípio”, Portocarrero acreditava que os “maus comentários” sobre a Ação Católica no meio religioso se dirimiriam, sendo que muitos a consideravam sob um único aspecto que era o de ser “aquela confusão de atribuições e prerrogativas, aquela intromissão indébita dos leigos na esfera sacerdotal [...]” (COSTA, 1937. p.88-9). Era perceptível a hostilidade por parte de alguns sacerdotes em relação à ACB, a qual era colocada nestes termos: “a grande esperança da Igreja no Brasil está nas Congregações Marianas, ora, a AC enfraquece as Confederações, logo, ela é o maior perigo[...]” (REVISTA VOZES, 1937 apud BANDEIRA, 2000.p.110).

Não obstante, a fórmula de delegar autoridade, ainda que relativa, ao leigo visava muito mais formar lideranças, para se atingir a um número maior de

adesão de militantes, do que propriamente permitir que o leigo dirigisse o movimento. A considerar que no período inicial da ACB o presidente leigo era Alceu Amoroso Lima, que já era um destaque intelectual e servia de articulador e promotor do pensamento católico e de cursos sobre a Ação Católica.

A Ação Católica Brasileira então surgia como “uma inovação perigosa, uma invasão de esferas”, pois os sacerdotes estavam “acostumados com a separação muito bem estabelecida entre clero e leigo”, e esses sentimentos decorriam de fatos históricos circundantes à Igreja⁶⁷(COSTA, 1937.p.95).

No entanto, tratava-se na verdade de uma incompreensão relativa à transição que sofria a Igreja com o surgimento da Ação Católica no Brasil. De igual maneira que se estabeleceu na Europa, a Igreja transitava entre uma concepção “hierarcológica” para outra denominada de “corpo místico”.

Paradoxalmente, Portocarrero ao mesmo tempo em que buscava delimitar os espaços entre Hierarquia e leigos, compreendia a Ação Católica Brasileira como parte de um corpo religioso orgânico onde cumpria seu papel de sacerdócio. Essa maneira de integrar organicamente os leigos na Igreja constituía, sobretudo, um estímulo crescente à participação dos próprios fiéis na Ação Católica Brasileira. Não obstante, a participação nesse corpo institucional ainda era secundária e auxiliar, já que o principal e primeiro era o sacerdócio hierárquico e este tinha o poder de jurisdição. Mesmo assim, reconhecia os leigos e defendia sua ação apostólica no interior da Igreja.

Toda essa discussão estava circunscrita aos membros da Ação Católica e não era sentida nos meios sociais mais abrangentes. Tentava-se transmitir para os membros da ACB uma mesma linha de interpretação de maneira a estabelecer uma coesão doutrinária. Ainda que se olhada mais detidamente, mesmo que “coesa”, na prática gerava controvérsias a respeito das hierarquias de ordenação e de jurisdição, e também sobre a autoridade laical. Porém, para o público em geral, a ACB era uma instituição muito bem estruturada, porque a face mais conhecida do movimento pela sociedade era a de transmissora e executora da doutrina social da Igreja. Era reconhecido o seu engajamento com as questões temporais, ainda que pouco desenvolvido nos primeiros anos. As

⁶⁷ Citava também o surgimento do protestantismo no século XVI que provocou uma ideia na sociedade de supressão da Hierarquia, cuja doutrina incitava o ‘sacerdócio universal’ em que leigos e clero possuíam a mesma dignidade eclesial.

encíclicas sociais, como exemplo a *Divini Redemptoris* (1937), de Pio XI, contra o comunismo ateu, davam suporte propriamente à militância no campo social.

De qualquer maneira, a formulação teórica das tais notas essenciais da ACB e da doutrina social da Igreja era veiculada nos eventos, nos cursos, nos livros catequéticos, boletins oficiais, textos e resoluções⁶⁸. A I Semana Nacional da Ação Católica Brasileira em 1937 (1º a 7 de novembro) foi configurada para esse fim. Contava com cursos de AC exclusivamente para os homens, dados por Alceu Amoroso Lima, presidente até 1946 da Junta Nacional. Para as mulheres, jovens e religiosas, os cursos sobre a AC eram dados por Laurita Lacerda Dias, Cecília Rangel Pedrosa, dentre outras. Como as seções da ACB não eram mistas, as aulas eram dadas separadamente para a “seção de homens, moços e universitários”, “seção da Liga Feminina”, “seção Juventude Feminina” e “seção de Religiosas”. Especificamente, no caso da presença das religiosas nesse primeiro momento da ACB, era a de que essas pudessem auxiliar as futuras jecistas e jucistas, que estudavam em colégios ou faculdades católicas, a se alistarem na associação. As mulheres possuíam protagonismo dentro do movimento pois foram líderes dos seus segmentos femininos, ainda que não tenha sido dada a presidência da ACB geral para nenhuma delas.

Esse primeiro evento da ACB elucidou aspectos sobre os pré-requisitos para ser um militante, o que era a Ação Católica, sua natureza e objetivos, funcionamento e métodos, formação moral, dados sobre o comunismo ateu, e o papel das religiosas na condução das mulheres acistas. Considerando que oficialmente o movimento tinha cinco anos, essa atividade serviu como um meio para formar os militantes e cooptar novos.

Devido ao intento de reforçar a instalação da ACB, por intermédio do Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, que reuniu 103 padres conciliares (DALE, 1985.p.46-7), era de supor que ainda o movimento não se consolidara. O Concílio tratou de promulgar os decretos números 156 e 160, que impunha a fundação da ACB em todas as paróquias e afirmava que o mandato tornava os fiéis participantes do apostolado hierárquico. Como o objetivo original do evento

⁶⁸ Diante do universo documental encontrado, optou-se aqui por comentar então sobre os pequenos livros catequéticos, alguns artigos veiculados no próprio Boletim da ACB e documentos produzidos em eventos que tratavam do tema da natureza do apostolado leigo. Particularmente nos acervos do Centro de Documentação da PUC-SP e do Centro de Documentação da CNBB.

era atualizar a Igreja brasileira nos parâmetros do código canônico de 1917, ao situar a ACB neste escopo acabou por integrá-la à questão da renovação institucional.

Foi promulgado conjuntamente o decreto 451 que fixava a formação de AC nos Seminários. Pedia-se que os Superiores Religiosos e os Seminários Maiores desenvolvessem cursos sobre a ACB ou mesmo reuniões periódicas tratando do assunto, além de atividades práticas a respeito. Com isso, esperava-se que um maior número de sacerdotes pudesse conhecer a ACB e era pedido para que todos se pusessem à disposição dos bispos e párocos para a organização e assistência à associação. Quanto às religiosas, solicitava-se também a estas que desempenhassem cursos de AC nas Casas de Formação e nas Congregações, pois essas ajudariam no acompanhamento das moças de JEC e JUC.

A Igreja tinha estrutura para conformar cursos de AC para os seminaristas, pois foi criado um número expressivo de seminários entre 1933 a 1945. Os superiores das casas eram estrangeiros, com formação na Ação Católica europeia. O resultado disto foi que houve um salto considerável no número de sacerdotes regulares no ano de 1937, com 2504, para o ano de 1942, com 3139. Em 1946, havia 2964 padres seculares e 3519 padres religiosos⁶⁹. Passava a Igreja a oferecer um padre para cada 6000 habitantes (BANDEIRA, 2000.p.60; BRUNEAU, 1979.p. 29).

Em meados de 1941, foram distribuídos exemplares para os sacerdotes do que foi discutido no Concílio Brasileiro. Com todas estas ações, a partir daí o movimento tomou mais vulto, pois “as conclusões do Concílio têm força de lei para todos os católicos do Brasil” (DALE, 1985.p.46-7; BANDEIRA, 2000.p.53-55).

⁶⁹ “O padre diocesano ou secular atua numa Igreja particular (diocese) que, por sua vez, tem uma área territorial bem específica e definida. Encontra-se sob orientação e dependência direta do bispo diocesano. Tem como missão primordial o trabalho paroquial e a comunhão com o clero local. Podem ter propriedade, salário e não vivem em comunidade. O padre religioso (frei, dom, monge) assume a vocação à vida religiosa consagrada e faz os votos evangélicos de pobreza, obediência e castidade. Sua obediência está diretamente ligada ao superior da Ordem religiosa à que pertence ou da comunidade onde vive, seja ela redentorista, franciscana, agostiniana, etc. O território da missão do religioso consagrado padre é mais ampla que uma diocese, visto estar a serviço da sua Ordem ou Congregação. Porém, quando estiver exercendo seu sacerdócio dentro de uma determinada diocese deve seguir as orientações do bispo local”. Disponível em <http://www.a12.com/redacaoa12/duvidas-religiosas/qual-a-diferenca-entre-padre-diocesano-e-padre-religioso>. Acesso em 30 de agosto 2016.

No que tange às pequenas publicações⁷⁰ e aos boletins oficiais⁷¹, publicados por editoras católicas ou pela própria ACB, dedicados ao clero e aos leigos, eram aludidas as mensagens de Pio XI e de Pio XII a respeito do apostolado laico participante/colaborador do apostolado hierárquico sem muitas reflexões a respeito. Outros artigos por sua vez apresentavam já indícios da doutrina do “corpo místico”, dizendo que os leigos por meio do batismo eram chamados a colaborar com a Hierarquia⁷². Outros tentavam definir a natureza da AC, não como um ‘movimento’, mas como uma ‘organização de laicato’. Ora também se apresentava a Ação Católica como um conjunto de “entidades organizadas, que possuíam o mandato e que eram dirigidas por um leigo”. Nesse tipo de organização, “o sacerdote somente prestava assistência e não era tido como um membro propriamente de AC, mas nela exercia uma ação sacerdotal superior”⁷³.

Os relatórios e resoluções de eventos produzidos pela ACB também sustentavam as mesmas concepções de Ação Católica. Enfatizavam que o movimento era subordinado ao bispo, “seu único juiz autêntico, da fé e guarda vigilante dos costumes, conforme os cânones 335 e 336 § 1”.

Mesmo que repetidas vezes se falasse sobre as notas essenciais da ACB, os relatos sobre a instalação do movimento⁷⁴ denunciavam, nas entrelinhas, os

⁷⁰ Foram citadas aqui, ordenadas cronologicamente, as referências completas de algumas obras encontradas no arquivo da ACB: FONTENELLE, R.(Mons.). *Pequeno Catecismo da Ação Católica: o mistério da Igreja*. Paris, 1925; COSTA, Adroaldo Mesquita da. *A AC: defesa social da família cristã*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937; ORTIZ, Carlos (Pe). *Catecismo da ACB*. Rio de Janeiro: Ed. Da Boa Imprensa, 1938; MAGALDI, Feliciano (Mons). *AC: pequeno catecismo: princípios e disposições gerais*. Rio de Janeiro: Fides Brasiliae, 1939; FONTENELLE, R. (Mons.). *Catecismo da AC*. Rio de Janeiro: s/e, 1941; ROSSI, Agnelo (Mons.). *Formação de Estagiários da AC*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1944; *Papel do Sacerdote na AC*. Santa Maria: Livraria e Tipografia Juventus, 1947 (sem autor); AMARAL, Alexandre Gonçalves (Dom). *Três Discursos sobre a AC*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947; LOSCHI, João A. (Mons.). *Guia do Estagiário*. Campinas: s/e, 1948, mais tarde esse mesmo autor publicou *Guia do Estagiário: religião e ação*, em 1952.

⁷¹ Com o maior número de exemplares no fundo da ACB, há *Ação Católica: Órgão Oficial da ACB* e muitos outros títulos dos órgãos subordinados de AC com quantidade escassa.

⁷² Boletim Oficial da Ação Católica, de abril de 1940, traduziu-se o artigo “*Origem e desenvolvimento duma definição – [parte] I*”. Abr.1940, Ano III, n.4.p.103-9.

⁷³ Por Dom Antonio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, escrito em Aparecida do Norte, em 14 de abril de 1943. Boletim de AC, jul-ago, 1943, ano VI, n.2-3. p.174-5.

⁷⁴ Resoluções do 1º Congresso Provincial de Ação Católica de Belo Horizonte, de 07 a 12 de agosto de 1943, aprovadas por Dom Antônio dos Santos Cabral, da Comissão Episcopal da Ação Católica, que reuniam 18 “teses”. Eram elas: 1. Formação apostólica dos leigos; 2. Círculos operários e a Ação Católica; 3. Bispo, pai e chefe da comunidade cristã; 4. Imprensa a serviço da AC; 5. A AC prolongamento do apostolado do Igreja; 6. Vida Cristã, prolongamento do apostolado hierárquico; 7. Liturgia – razões profundas do movimento litúrgico; 8. Fundamentos dogmáticos da AC; 9. O clero e a AC; 10. Sentido vivo e orgânico de paróquia e diocese e sua

julgamentos que pairavam em torno da associação (assim como em relação aos movimentos litúrgicos que surgiam paralelamente). Logo, uma das facetas das publicações e documentos desta fase da ACB era a de responder às posições contrárias em relação ao movimento, essas normalmente representadas por padre Antônio Castro Mayer (elevado a bispo de Campos, no Rio de Janeiro em 1948) e padre Geraldo de Proença Sigaud (elevado a bispo de Jacarezinho, no Paraná, em 1947). Portanto a percepção de Dom Portocarrero Costa, em 1937, quanto aos “maus comentários” em relação a este novo modelo de apostolado perdurava.

[...] responsável [a Comissão Arquidiocesana de Ação Católica da Província Eclesiástica de Belo Horizonte] pelos destinos da mesma no âmbito da Província e à qual compete dar aos problemas sua devida solução bem como tomar conhecimento e sanar os abusos que por acaso se introduzirem na AC ou no movimento litúrgico, a fim de que **estes salutareos movimentos não fiquem à mercê de julgamentos suspeitos e de gostos individuais. Assim evitarão menosprezar, ironizar a AC e o movimento litúrgico seja de púlpito ou nas associações ou mesmo em conversa privada, lembrando-se das palavras de Pio XI: ‘Tudo o que se fizer contra ou a favor da AC é feito à Igreja.** (RESOLUÇÕES, 1943.p.11) (grifos nossos)

Passados quase 10 anos da promulgação dos estatutos, ainda existia a necessidade de o clero compreender a importância da Ação Católica, bem como aceitar que o pároco fosse o assistente eclesiástico no nível paroquial da ACB e não o bispo, que também queria ocupar este lugar, e de que o leigo tinha uma relativa autoridade dentro do movimento:

Ainda que no sentido estrito os párocos não tenham o poder de jurisdição, conferindo-lhes, entretanto, a Igreja, pelo Direito Canônico, poderes que, sem motivo justo, não podem ser restringidos, sendo incluídos na Hierarquia por instituição eclesiástica (can. 108); sendo eles os que mais unidos estão ao bispo pelo ministério pastoral, como seus providos cooperadores, constituindo a ‘longa manus’ dos bispos, são por

aplicação na AC; 11. Razões de ser da AC; 12. Laicato, causa instrumental do apostolado hierárquico – ação do laicato no meio – metodologia da AC – mistério do apostolado e fins da AC; 13. Relações entre a AC e as associações auxiliares; 13. Cooperação das religiosas – preparação das alunas para a vida – ideal e fecundidade da educação cristã; 14. Ideal e fecundidade da educação cristã – preparação das alunas para a vida; 15. O mistério da Igreja; 16. O apostolado do homem no mundo moderno; 17. Missão da mulher cristã; e, 18. Mística do matrimônio.

isto os **Diretores** da Junta Paroquial desde que se respeitem os Estatutos, a índole e a natureza deste apostolado que é de leigos. Assim o termo **Diretor** não tem na AC a mesma justificativa que nas Associações Religiosas. (RESOLUÇÕES, 1943. p.10-11) (grifos do autor)

Não obstante, era possível desenvolver em um mesmo discurso conservador um viés mais progressista em relação à ACB, constatando que existia nela algo que lhe era próprio, como uma “teologia de AC, seus fundamentos dogmáticos, bíblicos e históricos” (RESOLUÇÕES, 1943.p.9). Esse termo ‘teologia de Ação Católica’ foi a base de uma fundamentação denominada de ‘teologia do laicato’, amadurecida nos anos 1950 e defendida no Concílio Vaticano II, como será visto no próximo capítulo.

Outro ponto a considerar foi a mudança de tom entre o papado de Pio XI e Pio XII, em relação ao termo participação e colaboração que foi muito comentado entre os sacerdotes. Para alguns parecia ser apenas uma troca de palavras, era como “não haver mudança substancial da doutrina pontifícia sobre a AC ensinada pelo Santo Padre Pio XII e seu digníssimo secretário de Estado, o Exmo. Sr. Cardeal Eugênio Pacelli, introduzida pela doutrina pontifícia de SS”⁷⁵. Não obstante, outros tendiam a demonstrar a existência de uma flexão entre participar e colaborar e de um certo receio de que o leigo viesse a participar da Hierarquia jurídica:

Pio XI usa as duas expressões, participação e colaboração, no mesmo texto, como acontece na Encíclica *Non Abbiamo Bisogno*. Atualmente, o Santo Padre Pio XII só usa a palavra colaboração e, um artigo oficioso, sua eminência o Cardeal Piazza, da Comissão Cardinalícia para a Ação Católica Italiana diz que a palavra colaboração é preferível, porque a palavra participação dá margem a interpretações perigosas. (Texto “AMDG”. s/l, s/d)

Segundo Carvalheira (1983.p.16), a flexão não se dava pelo medo. Existia um clima eclesiológico diferente no pontificado de Pio XII. Esse papa substituiu sistematicamente a expressão ‘participação no apostolado hierárquico’ pela ‘cooperação e colaboração’ porque havia o perigo de que o clero mais conservador quisesse subordinar totalmente os fiéis à Hierarquia ou exagerar na

⁷⁵ Consultas sobre a Ação Católica. s/l. [1949].p.1.

aplicação do termo '*longa manus*', tornando o leigo um mero instrumento da Igreja.

No entanto, ao longo da década de 1940, viu-se que independente do termo "participação" e/ou "colaboração" forjou-se toda uma compreensão de subordinação à Hierarquia como algo que dizia respeito à essência da Ação Católica. Portanto, romper com a subordinação seria romper com a própria associação.

Concomitantemente a essa discussão formal a respeito da ACB, o movimento aproximava-se cada vez mais das questões ditas temporais. Ora porque os Departamentos da ACB⁷⁶ solicitavam informações do meio para conformar suas ações estratégicas, uma vez que esses, sim, eram os responsáveis por elaborar projetos de cunhos sociais nesse primeiro momento. Ora porque os segmentos especializados por meio social – estudantil, operário e universitário – alimentavam os sacerdotes com dados mais concretos a respeito da realidade. A ACB continuava com os seus ramos fundamentais – homens, senhoras e juventudes masculina e feminina -, entretanto permitiam-se as tais experiências especializadas. Dessa forma, à luz da palavra cristianizadora e de assistência ao próximo, problemas sociais passavam a ser pauta de discussão, também reforçada pelas encíclicas sociais que poderiam ser mais bem exploradas com a abertura democrática no país.

Na II Semana Nacional da ACB, realizada em 1946 (31 de maio a 9 de junho), o evento foi elevado a Primeiro Congresso Nacional da ACB pela Comissão Episcopal devido ao "brilhantismo" do acontecimento – havia de se considerar que o decreto promulgado pelo Concílio em 1939 que impunha a instalação das ACB nas dioceses obteve êxito, levando um número maior de participantes ao evento.

Além do destaque dado à formação do leigo e do sacerdote, o evento estimulou a participação no que chamou de "plano nacional de ação social" da ACB. O plano, numa perspectiva mais temporal, indicava que a ACB deveria

⁷⁶ Departamento Nacional de Vocações Sacerdotais, de Ensino de Religião, de Educação e Cultura, de Ação Social, de Imprensa, Rádio e Informações, de Cinema e Teatro, Departamento de Defesa da Fé e da Moral e Liga Eleitoral Católica (LEC). Tais unidades foram resoluções da Comissão Episcopal para arregimentar pessoal técnico e prestar serviços especializados de orientação e coordenação nas modalidades de apostolado técnico. Conforme os Estatutos de 1946.

contribuir com as áreas de assistência social, com as famílias desamparadas e com a infância, com a saúde, alfabetização e educação de adultos, dentre outros.

Desse evento, foram promulgados os novos estatutos do movimento e neles se dizia mais claramente sobre o papel de “aderentes e auxiliares” que as demais associações tinham em relação à ACB. Como havia dificuldades com as Congregações Marianas e outras obras pertencentes à Confederação das Associações Católicas, “os novos estatutos deviam, então, apresentar-se de tal sorte que não agravassem os atritos, nem suscitassem novos problemas entre a AC e essas associações” (SOUZA, 1981. p.19).

Em termos gerais, a II Semana Nacional da ACB era um marco do processo pelo qual a ACB vinha passando, contando com a presença de um grande número de bispos (DALE, 1985.p.98). A forma de operar e refletir sobre o meio levava a cabo a metodologia ver-julgar-agir⁷⁷. Por outro lado, isto se deve ao protagonismo do assistente geral da ACB, padre Hélder Câmara que havia preparado a Semana e caracterizado-a com forte apelo para as questões sociais, com a permissão de Dom Jaime Câmara, presidente da Comissão Episcopal da ACB.

⁷⁷ Dossiê II Semana Nacional da ACB. (Fundo ACB/ Participação e em Promoção de Eventos/ Série Dossiês de Eventos. Acervo CEDIC)

3.3. A exegese jurídica da Ação Católica Brasileira

Em 1907, papa Pio X logrou reunir o conjunto de normas esparsas da Igreja⁷⁸ em um código canônico, publicado em 1917 por Bento XV. Durante o pontificado de Pio XI, buscou-se aplicar o código em toda a sua extensão, promovendo uma reestruturação interna da Igreja, ainda mais depois da instauração do Estado do Vaticano em 1929 (GONÇALVES, 2004. p.87-97). O código não proibia a formação de associações de fiéis e ou de religiosos.

O código de direito canônico era dividido em oito livros e alguns deles subdivididos em partes e títulos. O Livro II, sobre o “Povo de Deus”, era dividido em três partes, na ordem: constituição hierárquica da Igreja, institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica e os fiéis. Na parte III, “dos fiéis”, encontrava-se o título ‘das associações’, sendo elas categorizadas em públicas e privadas, e apresentadas as normas comuns e especiais para elas.

Eram três as classes de associações de fiéis: a) as erigidas pela Igreja; b) as aprovadas pela mesma, e c) as recomendadas tão somente. As que pertenciam ao primeiro e ao segundo grupos (as erigidas e as aprovadas) eram *eclesiásticas – da Igreja propriamente* -, enquanto que as do terceiro grupo eram *laicais*⁷⁹.

As associações de fiéis, em geral, legitimamente erigidas, possuíam direitos e deveres diante da Igreja, cabendo obrigatoriamente encaminhar suas bases regimentais e estatutos para exame e aprovação da Sé Apostólica ou do alto clérigo do lugar, registrar os associados em livro próprio, controlar seus bens e finanças. Essas somente adquiriam personalidade jurídica na Igreja quando obtinham do superior eclesiástico o decreto formal de sua criação. As associações, mesmo que criadas pelo papa, não possuíam direitos especiais,

⁷⁸ Até então a Igreja Católica possuía um conjunto disperso de normas e regulamentos sobre sua disposição interna e hierarquia. No Concílio Vaticano I discutiu-se a necessidade de reunir e normalizar a questão, para tanto Pio X criou uma Comissão para esse fim. O Código também chamado de Pio-Benedictino entrou em vigor em 19 de maio de 1918 (GONÇALVES, 2004. p.87-97).

⁷⁹ Definição presente no Título XVIII, “*De las asociaciones de fieles en general*”, cânones 684 a 699. No caso, foi feita a tradução livre do comentário feito ao cânone 684 da versão espanhola da Constituição intitulada *CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO Y LEGISLACIÓN COMPLEMENTARIA: texto latino y version castellana, con jurisprudência y comentarios*. Madrid: La Editorial Catolica AS, 1952.

estando submetidas à jurisdição e à vigilância do clero local. Ainda por falta grave, e salvo o direito de recorrer à Sé Apostólica, o clero imediato podia suprimir não somente as associações por ele criadas, quanto as criadas pelos seus antecessores do mesmo nível hierárquico; contudo, somente a Sé Apostólica podia suprimir as associações por ela criadas.

O jesuíta belga Paul Dabin (1937) considerou, ao elaborar um enquadramento jurídico para a Ação Católica, que a AC possuía uma autoridade maior entre todas as associações constantes do código canônico. Não obstante, sugeria que a AC fosse incluída na parte dos fiéis, ainda que não classificada como associação pública ou privada. Essa sugestão era baseada nas cartas de Pio XI enviadas ao Episcopado da Lituânia, ao cardeal arcebispo de Breslau (Polônia) e de Toledo (Espanha); e na carta extraordinária instrutiva da Secretaria de Estado do Vaticano, do Mons. Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli (depois tornado papa Pio XII) ao cardeal Pietro Ciriaci, em 30 de março de 1930 (DABIN, 1937.p.16). Isto quer dizer que o papa até assuntou, mas não efetivou qualquer ação para tornar isto realidade.

Sugeria também que as demais associações de leigo, erigidas ou recomendadas, ou as específicas, como a ordens terceiras, as confrarias e pias uniões, fossem enquadradas nesta forma de apostolado organizado, desde que preenchidas as condições reclamadas pela própria natureza da AC e que se submetessem à sua autoridade⁸⁰.

Ainda assim, Dabin não propôs chamar a Ação Católica de “associação eclesiástica”, como as outras entidades exemplificadas por ele eram. Apenas a inseriu em um dos livros do código canônico. Ao contrário, o padre brasileiro Portocarrero Costa (1937) julgou definir juridicamente a ACB considerando que

⁸⁰ “... fora da Ação Católica, propriamente dita, as obras tendentes, sejam a uma cultura ascética mais intensa, sejam às práticas de piedade e de religião e, em particular, sejam ao apostolado da oração” - dito isto por Pio XI, em 30 de março de 1930, para cardeal Pacelli. Reforçava ainda “certas obras são pois exclusivamente espirituais ou visam por demais exclusivamente a formação espiritual, para entrar no conceito estrito de apostolado. Outras estão em situação diferente: as obras econômico-sociais, por exemplo [...] pelo mesmo motivo, explica ainda Mons. Pizzardo no discurso de 8 de dezembro de 1930, não se pode dizer pertencerem elas ao apostolado hierárquico e propriamente à AC, essas atividades e obras que se propõem *diretamente* fins puramente profissionais, sociais ou econômicos, ou materiais, e apenas de uma maneira indireta o reino do Cristo e a salvação das almas, por exemplo os Sindicatos Cristãos [...] Por não serem as organizações econômico-sociais *imediatamente* obras apostólicas, a Igreja não assume diretamente sua responsabilidade e daí não são imediatamente por ela dirigidas. Insistimos sobretudo a respeito desse último ponto, para mostrar a impossibilidade de pertencerem essas obras à AC propriamente dita”. (DABIN, 1937. pp.168- 170)

Pio XI “**criou** uma organização especial na Igreja [...]”⁸¹ (grifo nosso). Portanto, na concepção do autor, a Ação Católica foi fundada pelo papa, “canonicamente erigida” e, conseqüentemente, era uma “associação eclesiástica”. Desta forma, não foi a AC desenvolvida pelos leigos e posteriormente absorvida pela Igreja.

O Sumo Pontífice quis instituir uma organização especial, subordinada à Hierarquia, mediante à qual, **exclusivamente, se exerce oficialmente** o apostolado leigo. Somente as associações que pertencem a essa organização recebem o mandato especial da Igreja para o apostolado oficial, comunicando aos seus sócios, mediante inserção regulamentar, a capacidade de exercerem uma ação **estrita e essencialmente** apostólica. Fora dessas associações faz-se a Ação Católica, mas no sentido lato. (COSTA, 1937. p. 63) (grifos do autor)

Essa percepção vai ser corroborada por outros sacerdotes brasileiros. No artigo “*Sabem todos que esta é, simultaneamente, um movimento e uma instituição*” defendeu-se que a Ação Católica sendo organizada a torna uma ‘instituição’. Além de que seus órgãos eram “regidos por uma lei que é oficialmente promulgada pelas Autoridades Eclesiásticas e por elas oficialmente interpretadas, como é o caso dos ‘Princípios de Ação Católica na Arquidiocese do Rio de Janeiro’, de lavra pessoal de S.E, o senhor cardeal arcebispo – [tais] devem dirigir, orientar e animar o nosso movimento”⁸². Portanto, quando Pio XI utilizava a palavra ‘movimento’ era para explicar que a AC era como um “movimento de pulsão a vida”, “é um movimento orgânico e articulado”.

Esta postura do clero em relação à criação da AC era bastante significativa. Pois para além de buscar definir um posicionamento jurídico para a ACB, expressava também que o movimento não era algo fecundado fora da esfera da Hierarquia e que então poderia ser aceito sem medo pelos demais bispos e párocos. Conseqüentemente, denotava o poder eclesiástico de fundar novas organizações e também de encerrá-las.

Tal qual Dabin, Portocarrero constatava que a ACB não se enquadrava em nenhuma das antigas organizações católicas, contudo essas poderiam ser

⁸¹ Pio XI, discurso por ocasião da leitura do decreto sobre os milagres de Dom Bosco, março de 1929, apud COSTA, 1937.p.60-61.

⁸² Boletim Oficial da ACB.ago, 1941, n.8, Ano IV (texto de capa)

auxiliares e seus membros fariam parte dela no sentido lato⁸³. Decorreu daí uma controvérsia em relação aos religiosos, que pareciam estar privados da participação no apostolado laico – por não serem leigos -, e no apostolado hierárquico – por não serem ordenados – e assim aparentarem “ficar em posição inferior aos demais fiéis, que pela inscrição (na ACB) se unem à Hierarquia”⁸⁴, ou seja, pelo mandato (COSTA, 1937. p. 77). O mesmo acontecia com as Congregações Marianas em relação à categorização de seu apostolado como sendo o mesmo da Ação Católica, contudo desprovido de mandato.

Por outro lado, alguns bispos procuravam de alguma maneira qualificar essas outras associações que dirigiam como Ação Católica Brasileira. Tal confusão era sentida no estudo sobre a questão, “*Curso de Ação Católica*”, de autoria de Cândido Santini (1938), que considerava que a AC pertencia ao conjunto das uniões pias⁸⁵.

Portanto, as novas associações da AC Oficial devem pertencer à variada família das pias uniões constituídas organicamente ‘*ad modum corporis organici*’ e qualificadas pelo Direito Canônico com o nome de ‘sodalícios’, conjunto de pessoas que convivem juntas, em sociedade, irmandade ou confraria, cujo fim principal é, além da santificação pessoal dos associados, o apostolado externo direto e especificamente autorizado pela Igreja. (SANTINI, 1938. p.90 apud ORTIZ, 1947. p. 58)

A própria Hierarquia desejava que essas outras entidades se sujeitassem à ACB, como era previsto nos seus estatutos em 1935 e 1946, mas isto não significaria que se assemelhariam. Na verdade, os bispos buscavam encontrar uma solução para reuni-las em uma estrutura nacional de ação e de poder; e, a ACB, naquele momento, seria a associação com caráter nacional que poderia auxiliá-los nessa missão. O movimento que já era usado como suporte para a

⁸³ Eram exemplos de obras auxiliares e ou aderentes brasileiras as Ligas Católicas, Federações das Filhas de Maria, Conselhos do Apostolado da Oração, Conferências Vicentinas, Confrarias, Congregações, Pias Uniões etc., ou seja, as mesmas apresentadas na literatura estrangeira.

⁸⁴ O autor usa Dabin (1931) para explicar seu ponto de vista, retirando um trecho da obra *L’Action Catholique*, p.80-81: “por motivos diferentes e, como bem se compreende, em tudo muito honrosos para os religiosos não clérigos e as religiosas, uns e outras já não cabem nos quadros da AC no sentido estrito”.

⁸⁵ “A forma das associações religiosas não é hierárquica e a agregação se limita a uma comunicação de favores espirituais que estabelece liames morais, não jurídicos. A Ação Católica, pelo contrário, é dotada de uma organização hierárquica, é coordenada como a Hierarquia e a essa subordinada”. DOUVILLE, Arthur. *L’Action Catholique*, utile, nécessaire, irremplaçade, dans *Semaine Religieuse de Quebec*, vol.51 (1938-1939). p. 391 Apud ORTIZ, 1947, p.29.

reunião dos bispos, seria também para a união das associações dispersas, as quais estariam mais controladas pela autoridade bispal e quem sabe mais eficientes.

Essa foi uma celeuma que norteou a relação da Ação Católica Brasileira com as demais associações laicais em toda a sua história. Porque, conforme o entendimento mais adotado dentro da Igreja de que a Ação Católica era uma entidade *sui generis*, nenhuma das associações presentes no código canônico, em rigor, por ela poderiam organicamente ser absorvidas. Por outro lado, quando eram consideradas “auxiliares à ACB” o termo criava constrangimento, denotando-as inferiores. Conquanto, isto foi se modificando ao longo da experiência da ACB. À medida que o clero tentava enquadrar de alguma maneira outras experiências de apostolado na senda da AC, acabava por dissimular as suas características essenciais.

Diante dessa realidade, Portocarrero concluiu, com o apoio de Alceu Amoroso de Lima, que a Ação Católica deveria ser inserida no código do direito canônico para assim gozar de maior confiança entre clero e leigo, constando do Livro II, parte III sobre Leigos. Corroborando com Dabin, citava:

O conceito de Ação Católica evolui, com efeito, num sentido mais jurídico. As associações susceptíveis de entrar nessa forma antiga, e, entretanto, sempre nova de apostolado, devem preencher estritamente as condições necessárias reclamadas pela própria natureza da Ação Católica, tal qual no-la descreveram e definiram os mais recentes documentos pontifícios. (DABIN, L'apostolique laique, p.13-4 apud COSTA, 1937. p. 145)

Era evidente que a organização não encontrava respaldo jurídico dentro dos próprios quadros da Igreja e pululavam mais teses a respeito. Em 1943, o leigo presidente de Ação Católica na Arquidiocese de São Paulo, Plínio Correa de Oliveira discorreu sobre o seu parecer na obra “*Em Defesa da Ação Católica*”⁸⁶. Para o autor, e depois dissidente de Ação Católica, a natureza

⁸⁶ A publicação foi autorizada e recomendada pelo núncio apostólico Dom Bento Aloisi Masela – que passados alguns anos arrependeu-se (BEOZZO, 1994.p.33) – e foi apoiada por vários sacerdotes, dentre eles Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, Dom Manuel da Silveira D’Elboux, arcebispo de Curitiba, Dom Castro Mayer, Arcebispo de Campos, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho (PR), dentre outros (TAVEIRO, 1963 apud OLIVEIRA, 1983. p.1-8).

jurídica da ACB, apesar das notas essenciais traçadas por Pio XI, com as quais concordava, era a mesma das “numerosas outras obras anteriores ou posteriores à constituição dos atuais quadros jurídicos da AC”. Em sua percepção a ACB não tinha nada de diferencial e neste aspecto o autor, assim como Santini (1938), viu a ACB similar a outras obras já existentes. Plínio buscava, sem citar, refutar os “doutrinadores de Ação Católica”, que diziam que os leigos participavam da Hierarquia, que o mandato delegava poderes similares aos dos bispos. Contudo, os teólogos já citados não diziam nada semelhante, mesmo os mais reformadores. Enfim, à sua maneira, Plínio foi um defensor da Hierarquia e dava como exemplos de inobservância da autoridade eclesiástica:

O Boletim Oficial da Ação Católica Brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1942, narra o caso típico de um jovem que escreveu a um venerando Prelado: "aceite, senhor bispo, um abraço do seu colega no Sacerdócio". Não seria preciso dizer tanto, para se compreender que a doutrina de incorporação dos leigos à Hierarquia, ou a funções hierárquicas, por meio de outorga do mandato da A. C., contém em seu bojo consequências de uma incomensurável importância, e, por sua própria natureza, facilita, lisonjeia e estimula o natural pendor de todos os homens para a rebeldia. No dia em que este veneno penetrar nas massas e as conquistar, será fácil extirpá-lo? Quem ousaria alimentar semelhante ilusão? Graças a Deus, como demonstramos, nenhuma alteração se introduziu na natureza da situação dos leigos inscritos na A.C.E [Ação Católica Especializada], por isto, ruem por terra todos os desvarios que alegavam tal alteração como motivo ou pretexto. O leigo da A. C. deve se honrar em prestar ao Assistente plena e ampla obediência. (OLIVEIRA, 1943, p.47)

A obra de Plínio gerou polêmica também pela forma conservadora de pensar a militância leiga, com uma série de restrições e até punições para com os membros. A publicação representou a primeira cisão pública e notória no seio das lideranças da ACB (BANDEIRA, 2000.p.113-5).

Continuava a existir, ao longo de quase 15 anos de Ação Católica no Brasil, uma demanda para compreender a natureza da AC e seu antagonismo com as demais instituições católicas de então. Isto também porque resistiam certos ‘boatos’, ‘dúvidas’ e ‘informações’ que circulavam entre o clero sobre a legitimidade da organização e do porquê então desenvolvê-la em suas dioceses. Nesse processo, em 1947, padre Ramon Ortiz retomou o tema sobre a

especificidade da Ação Católica e suas diferenças com as demais associações leigas, as ordens terceiras, confrarias e a pias uniões⁸⁷.

Ramon Ortiz foi ordenado padre em Jacareí, em 1925. Fez curso de Direito Canônico na Universidade Gregoriana. No Canadá doutorou-se em Direito Canônico e, retornando a São Paulo, foi advogado da Cúria Metropolitana e juiz do Tribunal Eclesiástico de São Paulo, além de professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sua produção intelectual possuía uma vasta literatura internacional, sobretudo oriunda do Canadá e dos EUA, demonstrando como se deu a institucionalização da 'Ação Católica' em diferentes países e as interpretações que lhe foram dadas. Por este perfil de formação e atuação profissional, foi sua a obra mais significativa e original sobre a natureza jurídica da ACB, a '*A Ação Católica no Direito Eclesiástico*'; apesar de não ter conseguido apresentar uma solução para o problema.

Pelo seu viés, de certa forma, o código canônico poderia ter instrumentalizado a elaboração de uma conceituação mais precisa para a Ação Católica; pois o papa poderia ter usado uma das categorias de instituições católicas existentes. Mesmo não tendo sido assim, a própria história da Igreja ajustaria a institucionalidade da AC. Acreditava que se inicialmente ela foi concebida como uma ação 'não organizada' por Leão XIII e a partir de Pio XI ela era 'exclusivamente organizada', devido às exigências de uma época, era de supor que então alguma mudança haveria também no código canônico.

[...] o código edifica a estrutura orgânica da Igreja no mundo: ele prevê a engrenagem do organismo pontifical que está no próprio coração da Santa Sé, e a do organismo episcopal de que o ordinário é a alma e a vida da diocese. Estas engrenagens admiravelmente se ajustam em um mecanismo experimentado pelos séculos e seu movimento sincroniza-se com a própria vida da Igreja. (ORTIZ, 1947, p.6)

Contudo, reconhecia que o mandato era "o ponto nevrálgico da questão" para que isto acontecesse (ORTIZ, 1947, p.29).

A expressão *mandato* no código tinha diversos sentidos: 1) mandamento, determinação (can.465§5); 2) delegação de jurisdição (can.113, 152, 368 etc.); 3) delegação de poderes não jurisdicionais, como os de um procurador

⁸⁷ Citadas nos cânones 701 a 705 do código canônico de 1917.

(can.203§1, como can. 205, 206 etc.). Em relação à Ação Católica não se aplicou nenhum destes sentidos. Segundo Ortiz, o mandato no caso não tornava os leigos capazes de jurisdição e tão menos procuradores da Igreja. Por conseguinte, concluiu que o mandato de AC estaria próximo do conceito de *'missio canônica'*, em que o militante recebia uma carta oficial com as funções que devia desempenhar, com isso “o mandatário pode executar as ordens recebidas, **em nome e sob a responsabilidade da Hierarquia**, dentro dos limites por ela estabelecidos, e sempre sob a sua dependência” (SANTINI, 1938, p.7 apud ORTIZ, 1947, p.33, grifos do autor).

O leigo, ao receber o mandato, não realizava nenhuma tarefa que a Hierarquia não previa no código canônico. Em caso de necessidade, podia até ministrar batismos e nos casamentos serem padrinhos. Quanto ao magistério, podia ministrar a doutrina cristã (can.1333); quanto ao regime da paróquia, podia realizar diversas atividades na administração dos bens da Igreja⁸⁸ (can.1520 §1 e §2, can.1521 e 1448 a 1471, e o can. 2256). Segundo o autor, esses já eram os sinais de participação/colaboração de leigos no apostolado hierárquico; no entanto, a AC vinha enfatizar a atividade organizada que o conjunto de leigos realizava ao se associar a ela. Novamente aqui a retórica de que a AC “em essência” não propunha nada de novo ao consignar o mandato para o leigo.

Não obstante, acentuava que o mandato conferia uma posição especial da AC entre as outras associações. Outra característica que a diferenciava das demais associações era que para a recepção do leigo eram necessárias a inscrição no livro de sócios e a renovação anual da inscrição, importando uma obrigação jurídica e uma exigência da regularidade administrativa para que não houvesse a cessação da qualidade de sócio.

Dessa forma, eram refutados posicionamentos anteriores que incluíam a AC no conjunto das piás uniões, pois essas possuíam tão somente a finalidade de obra de caridade. Também era refutada a ideia de Santini (1937) e a do próprio Plínio Correa de Oliveira (1943) quando diziam que

[...] a Ação Católica Oficial **não há nada de essencialmente novo, sob o aspecto jurídico**. Nem a organização

⁸⁸ O código que admite uma certa participação dos leigos (can.1521 § 2) declara, no entanto, que na administração dos bens paroquiais tudo se deve fazer em nome da Igreja e reserva o direito de visita e de regulamentação do ordinário (can.1183).

hierarquizada, que lhe é própria, é uma novidade do Direito Canônico. As associações de que é composta são constituídas sobre bases jurídicas comuns a todas as outras associações religiosas. (SANTINI, 1938, p. 87)

Na concepção do autor parecia razoável entender e inserir a Ação Católica no Livro dos Leigos, na parte “associação de fiéis”, tal qual Dabin e Portocarrero também achavam, mesmo que reiterasse que o movimento fosse diferente das três categorias que ali se encontravam definidas: ordens terceiras, confrarias e pias uniões. A solução encontrada foi a de classificar a Ação Católica como uma *categoria de associações exclusivas de leigos*, sem nada avançar a respeito. Categorizar a natureza da Ação Católica não foi matéria fácil⁸⁹.

As contradições que envolveram o entendimento sobre a natureza jurídica da AC diante do estabelecido pelo direito canônico deram-se, segundo o autor, porque “os comentadores do código são em geral muito reservados sobre a AC, tornando-se difícil encontrar a opinião de um deles sobre o assunto” (ORTIZ, 1947, p.53). E esta situação perdurou por toda a existência da Ação Católica no Brasil.

A obra de Ortiz teve alcance internacional. No artigo “*Las Asociaciones de fieles del Código Canónico y la Acción Católica*”, de Jaime Saez Goyenechea, de 1947⁹⁰, dizia que “sempre consola o investigador ao ver como suas apreciações coincidem plenamente com outros estudiosos que em outras nações inquirem sobre os mesmos problemas” (p.900). Notava-se o quanto era eficiente a política de circularidade das ideias no interior da Igreja, a qual também exportou estudos originais forjados pela experiência brasileira.

[...] no Brasil, como na Espanha, se tem pretendido demonstrar que as outras associações são tão oficiais como a Ação Católica. Isto suposto, em lógica pura se deduz que de nada servem todos os intentos nobres que se vislumbram nestes tempos entre os tratadistas de colocá-la em lugar privilegiado do Código. O Padre Ortiz tem reconhecido estas dificuldades [...] (p.910) (tradução livre)

⁸⁹ Outros estudos europeus apontaram que a legislação sobre as associações de fiéis em particular não pôde fornecer orientações gerais, já que não estão suficientemente adaptadas à natureza específica das instituições da Ação Católica, organismos oficiais, de colaboração dos leigos no apostolado hierárquico. MAYENCE, Abbé André. La qualification juridique de l'Action catholique. In: Bruxelles, Nouvelle Revue Théologique, 1963, 85/4, p. 387-409.

⁹⁰ No caso, o autor pautava-se em um resumo da obra apresentado na Revista Eclesiástica Brasileira, vol. I, mar-jun, 1941, p.68-90.

De modo geral, tinha-se dentro da ACB a percepção⁹¹ de que ela foi canonicamente erigida, ou seja, constituída por uma autoridade eclesiástica, no caso pelo arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme e pelo papa Pio XI, e obtida a aprovação e o reconhecimento de seus estatutos e regulamentos pela Santa Sé⁹². Portanto, seria uma *associação eclesiástica*. Logo, questões de delimitação de sua natureza institucional não avançaram de maneira a compor uma mudança no direito canônico ou mesmo um documento pontifício mais específico, alegando uma concepção mais clara sobre, pois poderia, por outro lado representar seu fim repentino.

A presença da ACB no meio católico fez emergir disputas de poder entre bispos e baixo clero, entre leigos e Hierarquia, entre religiosos e a AC que também foram incisivas para desfocar o olhar sobre a institucionalidade. Igualmente, a Ação Católica Brasileira se transformava na Ação Católica Especializada, ou seja, no agrupamento de movimentos divididos por setores sociais e autônomos em relação aos ramos fundamentais da ACB. Isso também impactou a natureza da Ação Católica e a percepção jurídica dela.

⁹¹ Até mais tardiamente também na obra do frei Romeu Dale (1985).

⁹² Ademais, não existiram outras referências quanto à natureza jurídica da ACB nas possíveis relações com o Estado, de maneira a elucidar a questão. No Brasil, o decreto nº 119-A, instituído pelo governo provisório de marechal Deodoro da Fonseca, em 07 de janeiro de 1890, declarava a liberdade de todos os cultos religiosos e atribuía a eles uma personalidade jurídica, que lhes dava a possibilidade de realizar alguns atos jurídicos. Sendo o decreto muito anterior à própria ACB, esta não figurou no texto, bem como nenhuma outra 'associação ou organização' vinculada à Igreja. Foram encontradas em algumas Concordatas feitas entre a Santa Sé e os países a citação da Ação Católica, porém fora do âmbito dos anos 1930 a 1950, que é o propósito deste capítulo. Sem querer esgotar os exemplos, pôde-se encontrar na Concordata com a Espanha, em 27 de agosto de 1953, no Art. XXXIV, na qual pode desenvolver-se livremente seu apostolado, sob a imediata dependência da Hierarquia eclesiástica. Outro exemplo é o da Convenção com o Estado Dominicano, em 1954. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19530827_concordato-spagna_sp.html. Acesso em 13 de maio 2016.

4. A transubstanciação da Ação Católica Brasileira (1950-1960)

“Penso que o problema de AC no Brasil, como no mundo inteiro (pois é incontestável a existência de dissensões entre os articulistas, os tratadistas, e, mesmo, os organizadores da AC) só pode ser resolvido com esclarecimentos doutrinários, uma vez que se fundamentam em pontos doutrinários”.

(CONSULTAS SOBRE A AÇÃO CATÓLICA. Conferência da Província Eclesiástica de Belo Horizonte. Guaxupé, 24 de abril de 1954. p.1)

4.1. A Ação Católica sujeita ao tempo: a transfiguração de sua essência

Nos idos de 1950, a Igreja vivia o período conturbado do pós-guerra na Europa. A preocupação com o liberalismo e o comunismo continuava como foco de mobilização dos católicos. Somente na Itália, o Partido Comunista contava com seis milhões de eleitores em 1953, o que preocupava a Igreja, apesar do sucesso dos seus partidos democráticos cristãos em vários países, como na Alemanha Ocidental, Bélgica, Áustria e na própria Itália. Parte do sucesso advinha da Ação Católica que era ainda um eficiente mecanismo de arregimentação de eleitores para os partidos. Propriamente na Bélgica, França e na Itália, a AC mobilizava-se em diferentes meios sociais, instalando em definitivo o modelo especializado. Principalmente as juventudes estudantis, operárias e universitárias garantiam a difusão de um modelo de política social reformadora, apregoada pelos partidos católicos, em contraposição ao modelo comunista ou modelo capitalista americano (FONTES, 2011.p.93-4; 127-30; 152; HOBSBAWM, 1995.p.237; JUDT, 2008.p.380). Já nos países ainda com regimes autoritários, como Espanha e Portugal, as Juventudes eram mobilizadas para apoiarem os governos de então, ainda que houvesse dissidências dentro das Ações Católicas desses países diante desta postura do Vaticano.

A Igreja também continuava a deflagrar uma luta contra a modernidade e a mudança, representada pelos novos comportamentos sociais em decorrência da expansão e da popularização das salas de cinema, do rádio transistor, dos salões de danças, do automóvel, da televisão (JUDT, 2008)⁹³.

Forjava-se que a Ação Católica tinha um papel fundamental na formação do público católico quanto à escolha dos entretenimentos sociais. O papa Pio

⁹³ Todo este cenário é explicado no capítulo A Era da Prosperidade (JUDT, 2008.p.331-60).

XII⁹⁴, na encíclica *Miranda Prorsus*, de 08 de setembro de 1957, tratou dos males da modernidade - o cinema, o rádio e a televisão – e era explícita a importância de uma conduta moral e intelectual do leigo acista para melhor discernir entre as tantas alternativas e novidades de então⁹⁵.

Igualmente aos anos anteriores, durante a década de 1950, foram elaborados discursos, cartas e exortações⁹⁶ que exprimiam apoio às atividades, que davam felicitações a efemérides e que encorajavam leigos e sacerdotes. Eram dirigidas, sobretudo, às Ações Católicas de Portugal, Espanha e Itália.

Mesmo que a mobilização católica fosse reclamada pelos mesmos motivos dos papas anteriores, Pio XII preferiu conduzir a questão pelo viés da “recristianização” das sociedades diante dos fenômenos ditos acima. Isto significou que, nos anos 1950, no pós-guerra, cabia à AC atuar para o aperfeiçoamento de uma sociedade cristã católica. Tanto que, para atingir mais eficazmente este fim, o papa criou em 1952 o Movimento por um Mundo Melhor

⁹⁴ O pontificado de Pio XII (1939-1958) publicou 41 encíclicas. No capítulo anterior, preferiu-se pontuar duas delas que foram produzidas propriamente entre 1939 e 1951. Foi dito anteriormente sobre a *Summi Pontificatus*, a primeira de seu governo, de 20 de outubro de 1939, acerca do paganismo, que diz em um dos seus itens “a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico”, sem situar propriamente a Ação Católica nessa consideração. Já a *Evangelii Praecones*, de 02 de junho de 1951, sobre o fomento das missões, solicita a ajuda da Ação Católica nas atividades missionárias.

⁹⁵ “nós próprios, durante o nosso pontificado, recordamos repetidamente aos pastores, aos vários ramos da Ação Católica, e aos educadores, os deveres de cristãos perante as formas modernas de difusão dos espetáculos”.

⁹⁶ Como exemplos, a “Rádio-Mensagem à JOC-Bélgica”, 30 de setembro de 1950; “Radio-mensagem por ocasião do I Congresso Nacional dos Homens da Ação Católica Portuguesa”, 10 de dezembro de 1950; “Discurso aos Dirigentes de Ação Católica Italiana”, 3 de maio de 1951; “Rádio-Mensagem aos participantes da III Assembleia Nacional de Juventude Feminina de Ação Católica Espanhola”, 1 de julho de 1951; “Discurso à Juventude Feminina Aspirante de Ação Católica da Itália”, 30 de setembro de 1951; “Discurso à Ação Católica Italiana”, 15 de julho de 1952; “Discurso aos Homens de Ação Católica Italiana”, 12 de outubro de 1952; “Discurso ao Movimento Laureati de Ação Católica”, 24 de maio de 1953; “Discurso aos assistentes eclesiais Diocesanos de Juventude Italiana de Ação Católica”, 8 de julho de 1953; “Rádio-Mensagem à Ação Católica Italiana”, 8 de dezembro de 1953; “Discurso aos delegados diocesanos e paroquiais das seções Juventude Feminina de Ação Católica”, 30 de dezembro de 1953; “Discurso ao 25º Aniversário da Juventude Independente da Bélgica”, 26 de julho de 1955; “Discurso à Juventude Feminina Católica”, 2 de outubro de 1955; “Rádio-mensagem à ocasião do 25º Aniversário de Juventude Feminina Católica da Espanha”, 27 de novembro de 1955; “Carta em ocasião do 68º Congresso Nacional da União dos Operários Católicos da França”, 30 de março de 1956; “Discurso aos jovens de Ação Católica Espanhola”, 9 de abril de 1956; “Discurso a um grupo feminino de Ação Católica da Arquidiocese de Valença, Espanha”, 29 de abril de 1956; “Discurso ao Conselho da Federação de Homens Católicos da Itália”, 8 de dezembro de 1956; “Discurso aos delegados de JOC”, 25 de outubro de 1957; “Discurso ao 90º Aniversário da Fundação da Juventude Italiana de Ação Católica”, 10 de março de 1958; “Discurso ao 50º Aniversário da União Feminina de Ação Católica”, 02 de julho de 1958; dentre outros. Disponível no site: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt.html>. Acesso em 05 de agosto 2016.

ao qual a AC prestou apoio. A principal ideia era de que houvesse um compromisso de fazer uma coletividade social mais humana (FONTES, 2011.p.195).

De modo geral, a Igreja definia-se essencialmente como “corpo místico de Deus”, baseada na encíclica *Mystici Corporis Christi* (1943). Neste discurso eclesiológico, o leigo fazia parte da Igreja na sua esfera religiosa e de conversão; sem fazer parte na sua esfera vocacional e hierárquica.

[...] todos os fiéis, sem exceção, são membros do corpo místico de Jesus Cristo assim cada qual tem uma função enquanto parte. Dessa forma, todos são chamados para a participação do apostolado da Igreja, porém não no sentido estrito, ou seja, vocacional, o qual é unicamente realizado pelos sacerdotes. Reconhece que a partir desta teologia do Corpo Místico “certamente é difícil de traçar com precisão a linha a partir da qual começa o apostolado dos próprios leigos. (Pio XII. Discurso ao I Congresso Mundial de Apostolado de Leigos, 14 de outubro de 1951).

Nesse contexto, de amadurecimento da eclesiologia do “corpo místico”, todos eram convidados para participar do corpo da Igreja e de sua missão evangelizadora, não somente os membros da Ação Católica. Contudo, na mesma medida em que todos eram convidados a participar, acentuava-se o poder do apostolado hierárquico quanto ao seu papel de governar os membros da Igreja Católica.

Destarte, vinculava-se a ideia batismal e crismal à formação de um laicato, diferente do que era previsto no código de direito canônico de 1917, em que esses ritos apenas confirmavam a posição de fiéis católicos. A crisma foi revestida de uma ideia de ‘ação apostólica’, a partir da qual o fiel, ao confirmar a sua opção religiosa e a sua vinculação institucional à Igreja Católica, deveria cumprir uma missão católica.

As fundamentações teológicas relacionavam-se de tal maneira com a vida institucional eclesiástica que este princípio religioso católico permeou o papel dos leigos e, por consequência, da Ação Católica no interior da própria Igreja. Isto porque, diante do pretexto de que o batismo e a crisma conscientizavam os leigos de suas obrigações apostólicas, passou-se a valorizar o apostolado individual e o papel das demais associações de fiéis. De igual maneira, preparou-

se o campo para dissimular o fim do mandato dado aos leigos para cumprir o apostolado que agora era de todos os fiéis. Fez-se aliviar também a responsabilidade do bispo diante de uma militância católica que lhe escapava, principalmente em virtude de uma ação mais temporal dos movimentos especializados de AC.

Para além dessas considerações, havia uma situação de reconstrução da Europa, que reclamava o apoio de todos os católicos e o comprometimento com diversas causas e instituições. Assim, papa Pio XII alimentava preocupações com outras formas de associações católicas que não estavam vinculadas à AC, tendo remetido várias cartas para as uniões e as federações de homens, mulheres e jovens católicos de diversas procedências. Por outro lado, talvez houvesse também, no interior da Igreja, uma situação reivindicada por estas, a exemplo do Brasil, onde havia exigências por reconhecimento de parte delas perante a Hierarquia.

Ao dirigir-se para a AC, Pio XII produziu discursos que se aproximavam até certo limite dos de Pio XI. Acentuou que a associação era diferente das demais, porque tinha uma ordem geral e não particular como a que possuíam as demais entidades, além de uma estrutura em que não existiam membros honorários, como nas outras associações, e não era o pároco o presidente, como era nas Congregações Marianas⁹⁷.

Contudo, paradoxalmente, o papa Pio XII atenuou a ideia de que a AC tivesse por exclusividade este tipo de apostolado externo e buscou encontrar semelhanças entre todas as associações e propor-lhes que se reunissem sob a regência da Ação Católica. A partir desta perspectiva, principiam as indefinições quanto à exclusividade da ação apostólica da Ação Católica, à sua dessemelhança com outras associações já existentes e até à sua inovação enquanto apostolado leigo organizado.

Em diversos momentos, o papa⁹⁸ referia-se em especial às Congregações Marianas como se estas tivessem pleno direito de poderem ser chamadas de

⁹⁷ Na Ação Católica Italiana a Presidência Geral, e de vários grupos paroquiais e diocesanos, pertencia aos leigos que eram favorecidos e liderados pelos assistentes eclesiais. Foi assim nas demais Ações Católicas, como bem se sabe.

⁹⁸ Pio XII foi um congregado mariano na juventude, assim como Pio XI. Ao longo do seu pontificado promoveu também o culto à Maria e, por consequência, à doutrina mariacológica (dogmas sobre Maria enquanto mãe de Jesus Cristo e sua concepção pelo espírito santo).

Ação Católica, como foi anunciado pela encíclica *Bis Saeculari Die*, de 27 de setembro de 1948, que tratava exclusivamente delas. Recapitulava-se a sua história reconhecendo o papel fundamental exercido pelas Congregações Marianas de Homens (1563, em Roma), cujo apostolado de leigos atuou em todas as áreas da vida pública, incluindo a participação de mulheres neste tipo de ação⁹⁹. Assim, o leigo congregado mariano passava a representar o embrião do apostolado laico, com a missão de conversão católica da sociedade.

O papa era próximo de padre Emile Villaret, a quem deu apoio para a criação de uma Federação Internacional das Congregações em 1953, em Roma. Padre Villaret era então diretor do Secretariado Internacional de Congregações Marianas, surgido em 1922, no papado de Pio XI, e buscava implantar uma organização das Congregações também hierarquizada e centralizada, de maneira a estabelecer uma uniformidade entre elas (MAIA, 1992. p. 46-7).

Tais articulações entre o papa e as Congregações também foram um prenúncio de uma transformação do conceito de Ação Católica. Se ora as Congregações eram distintas, ora eram semelhantes, não foi a Congregação Mariana que teve o seu conceito ou atributos modificados, mesmo que se enfatizasse o seu caráter apostólico ao invés do caritativo. Era a AC que ia perdendo a sua identidade, em parte, devido à falta de uma definição institucional firmada no discurso canônico jurídico no qual as outras associações de fiéis encontravam suporte. Por outro lado, diferente de Pio XI, que concentrara o apostolado laical dentro de um movimento oficial e central da Igreja, Pio XII abria o caminho para uma forma plural de apostolado contemplando vários gêneros associativos de leigos e de religiosos.

Diante então do reconhecimento das Congregações, urgia a incerteza de que a Ação Católica seria ou não novidade no meio da Igreja Católica. Nesse sentido, foi-se dissipando a dualidade que opunha essência e aparência, tanto nos sentidos lato como estrito, e que justificava a colaboração dos fiéis como

⁹⁹ “As Congregações Marianas na Europa, desde o surgimento, em meados de 1570, foram combatentes contra o protestantismo e heresias. Foi uma presença de leigos com funções e tarefas até então atribuídas a clérigos. Isto num momento em que o concílio de Trento buscava definir e separar os sacerdotes dos leigos. Os jesuítas davam aos leigos funções mais intensas. A muitos parecia uma revolução”. Do ponto de vista do jesuíta Pedro Américo Maia, as Congregações Marianas entre 1750 a 1850 tornaram-se lugares onde se forjavam os primeiros defensores da democracia cristã e nos militantes de uma ação social e operária. Em vista disso, na Bélgica, em 1886, da Congregação surgiu o primeiro sindicato cristão de artesãos. (MAIA, 1992, p.32; 45)

antiga e a organização do laicato como nova. Portanto, se antes a essência da Ação Católica era antiga, agora a forma organizada também era (PIO XII. Discurso à Ação Católica Italiana, ACI, 03 de maio de 1951).

Na senda disso, pairavam incertezas a respeito das notas essenciais da Ação Católica - “participação ou colaboração do laicato no apostolado hierárquico”, “dependência laical à hierarquia” e “mandato”.

Logo, “participação ou colaboração no apostolado hierárquico”, no cômputo geral dos documentos pontifícios, tornou-se mais enfaticamente “colaboração da AC no apostolado eclesiástico”, representando que não se tomava mais parte, mas sim que se cooperava ou secundava com a ação apostólica hierárquica.

Quanto à “dependência laical à Hierarquia”, enfatizava-se que o apostolado de leigos jamais existiria de forma autônoma, sem a relação com o apostolado eclesiástico, porque era um “instrumento nas mãos da Hierarquia”. Portanto, a AC sempre se subordinaria ao bispo e ao pároco, mesmo que extrapolasse as esferas da paróquia - o que era desejado pelo papa (PIO XII. Discurso à Ação Católica Italiana, ACI, 03 de maio de 1951).

Não obstante, paradoxalmente, construiu-se nos anos 1950 a ideia de que “qualquer apostolado leigo estava sujeito à Hierarquia eclesiástica”. Diferente de antes, quando as outras obras, que não possuíam tal dependência e o mandato, sempre puderam ficar mais às suas livres iniciativas, respeitando seus objetivos. Isto representou que o papa, ao aludir às demais associações, não apenas as incentivava. Também tinha interesse em colocar “qualquer apostolado” submetido à Hierarquia nos seus diferentes graus – papa, bispos e párocos -, porque assim se desfaria qualquer iniciativa da AC de submeter as outras associações ao seu poder, ou melhor dizendo, à liderança de algum leigo.

Tanto que se realizou o Primeiro Congresso Mundial de Apostolado dos Leigos¹⁰⁰, de 7 a 14 de outubro de 1951, para discutir e confrontar os resultados das experiências práticas dos leigos como colaboradores da missão dos

¹⁰⁰ Desde 1949, o Comitê do Congresso tinha fixado examinar, à luz dos documentos pontifícios, antigos e recentes os fundamentos dogmáticos, morais e ascéticos do apostolado laico. Após o I Congresso surgiu o Comitê Permanente do Congresso Internacional para o Apostolado dos Leigos que produziu uma vasta documentação e uma série de eventos até a chegada do II Congresso (ACCIÓN CATOLICA ARGENTINA, 1952; COMITE PERMANENTE DE CONGRESOS INTERNACIONALES PARA EL APOSTOLADO DE LOS LAICOS).

sacerdotes. Para o evento foram convidadas as associações de apostolado variado, os fiéis aderentes da AC e as Congregações Marianas. Na oportunidade, papa Pio XII proferiu aos participantes sobre a natureza do apostolado laical e realizou um breve histórico para “localizar o lugar e o papel de hoje do apostolado leigo”. Segundo Maia (1992, p.48), mesmo que prevista a presença das Congregações, elas não participaram porque não tinham um órgão federal que as representasse naquele momento.

Em um balanço geral do Congresso, a Ação Católica foi atenuada ou colocada no mesmo nível das demais associações laicais e do trabalho individual do leigo. Do mesmo modo, ao reforçar a instrumentalidade da AC para a Hierarquia, negou qualquer possibilidade de emancipação ou, em outros termos, liberdade e autonomia dos leigos para com o seu apostolado.

Passados seis anos do Primeiro Congresso, realizou-se em outubro de 1957, em Roma, o Segundo Congresso Mundial de Apostolado de Leigos, com a presença de representantes de 40 países. Segundo Pio XII, esses Congressos vinham demonstrar o importante engajamento dos leigos na missão apostólica da Igreja, promover a mais ampla colaboração dentre todos, além de coordenar as diferentes formas de apostolado de leigos. Tal qual o Primeiro Congresso, não versou somente sobre a Ação Católica, e sim sobre as diferentes associações e obras particulares ou individuais de apostolado.

O tema do Segundo Congresso foi pensado por teólogos e especialistas em questões da Igreja “para atualizar os princípios diretores do apostolado dos leigos, sobre certos pontos práticos, principalmente concernentes à formação e à ação dos leigos”. Pio XII na fala inaugural elucidou alguns aspectos fundamentais do apostolado dos leigos, principalmente no que tange à relação com a Hierarquia.

No entanto, muitas das questões dirigidas pelo papa, mesmo que parecessem gerais, remetiam-se à Ação Católica, como ao elucidar sobre a natureza do apostolado dos leigos e, sobretudo, o mandato e a proximidade com a Hierarquia.

Quando falamos de ‘apostolado hierárquico’ e ‘apostolado dos leigos’ temos em conta uma dupla distinção: em primeiro lugar, entre o papa, os bispos e os sacerdotes de um lado; e, de outro lado, os leigos; em seguida, no próprio clero, entre os que

tenham em sua plenitude o poder de consagrar e governar. (Pio XII. Discurso pronunciado no II Congresso de Apostolado Leigo, 05 de outubro de 1957)

Esta explanação dos limites impostos ao poder dos leigos demonstrava a necessidade de delimitar territórios de um espaço que talvez estivesse sendo transposto ou alargado pelo que se forjava com o apostolado dos leigos. Junto com a necessidade de organizá-lo vinha o medo de uma sublevação da autoridade eclesiástica. Tentava-se aqui também demonstrar que entre o próprio clero havia níveis de poder, como as hierarquias ordenadas e de jurisdição.

Tanto no Primeiro Congresso quanto no Segundo havia uma preocupação da Hierarquia em relação ao “abuso do termo de emancipação dos leigos”, que para o clero significava que o apostolado laical não estava mais sob a tutela da Hierarquia. Nesse sentido, reiterou-se a atenção do papa de que todas elas se tornassem um “instrumento nas mãos da Hierarquia”, evitando-se assim essa tal “emancipação dos leigos”, “tanto por ser desagradável quanto historicamente imprecisa”. “(...) eram crianças menores [que] tiveram que esperar a emancipação... como falar dos movimentos católicos dos últimos 150 anos?” (PIO XII. Discurso ao I Congresso Mundial de Apostolado de Leigos, 1951)

Logo, parte do discurso papal era também uma tentativa de se opor à corrente de pensamento que surgia nesses idos a respeito da configuração de uma hierarquia laical paralela à hierarquia eclesiástica, bem como a de uma teologia própria de laicato. Concomitante à experiência acista, para além de uma cadeia de reflexões que demonstrava as particularidades da Ação Católica diante das demais associações laicas de então (DABIN, 1937; LELLOTTE, 1947), os teólogos buscavam elaborar algo mais conceitual, que englobasse outras experiências associativas. Era o prenúncio para se construir o pensamento de um apostolado leigo próprio, que existia em si mesmo e não em relação à Hierarquia.

O papa respondeu em 1957 que difundir esse termo “teologia do laicato” era “distorcer a verdadeira natureza da relação entre a Igreja ensinando e a Igreja ensinada, entre sacerdotes e leigos¹⁰¹” e era “típico da sociedade cristã

¹⁰¹ Discorreu sobre os direitos que os leigos gozavam e os sacerdotes deviam respeitá-los: receber os bens espirituais para realizar a salvação de sua alma e alcançar a perfeição cristã (can.87; 682); quando se trata de direitos humanos fundamentais do cristão (can.467, 1; 892,1)

respeitar a personalidade do sacerdote”. Somente o próximo papa, João XXIII, foi acolher a teologia do laicato ao ponto de ela nortear o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Enquanto isso, vimos que somos forçados a refutar a falsa impressão de opinião errônea sobre a ‘teologia do laicato’ que deriva de uma concepção errada da responsabilidade dos leigos (Alloc. Se diligis, 31 de maio, 1954, Discurso, Vol. XVI, pp.4,5). O termo ‘teologia do laicato’ é privado de todo o sentido. O padrão que se aplica em geral ao apostolado dos leigos [necessário ainda rever] [...] é ainda mais para o ‘teólogo leigo’, mas se [o leigo] quer publicar escritos sobre questões teológicas, precisa também de aprovação explícita do Magistrado Eclesiástico. (PIO XII. Discurso pronunciado no II Congresso de Apostolado Leigo, 05 de outubro de 1957)

Se o papa não reconhecia mais a Ação Católica como a única forma de apostolado laico, a AC reclamava para si a exclusividade da ação. Isto porque a organização pressentia que poderia ser-lhe retirado o mandato, pois este instrumento não lhe imprimia mais uma missão apostólica privativa, já que a doutrina do “corpo místico” afirmava que a missão era de todos os fiéis. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se formulava uma teoria de “emancipação dos leigos”, a AC desejava manter o mecanismo que lhe denotava subordinação direta à Hierarquia, porque também lhe dava um relativo poder em relação às demais associações.

Então, sempre que possível, era enfatizado que mesmo que o leigo de AC recebesse tal mandato não era suficiente para torná-lo um membro da Hierarquia¹⁰², tanto quanto ter para si a exclusividade de um apostolado.

A Ação Católica não pode reivindicar o monopólio do apostolado dos leigos. O indivíduo ou grupos podem colocar-se à disposição da Hierarquia e ser confiada a eles, por um período determinado ou indeterminado, algumas tarefas. Pode certamente saber se então eles não se tornam membros da AC. O ponto importante é que a Igreja Hierárquica, bispos e padres, podem escolher colaboradores leigos quando encontrar pessoas capazes e dispostas a ajudar. [...] Notou-se que um mal-estar prevalece

¹⁰² Dizia ainda que além dos leigos que ensinavam religião e dos que possuíam mandato, os leigos que realizavam trabalhos de ordem menor nas paróquias, os diaconatos, também não pertenciam à Hierarquia, apesar de tramitar a possibilidade de introduzir a ordem do diaconato como uma função eclesial independente do sacerdócio – a qual, segundo Pio XII, vinha sendo amadurecida.

lamentavelmente e de maneira difundida que tem sua origem principalmente no uso da palavra 'Ação Católica'. Este termo foi reservado para determinados tipos específicos de apostolado dos leigos organizado, para os quais se criou, segundo opinião, uma espécie de monopólio. Todas as organizações que não se enquadram no âmbito da Ação Católica assim concebida - afirmam – parecem ser menos autênticas, de uma importância secundária, parecem menos apoiadas pela Hierarquia e mantêm-se à margem do esforço do apostolado essencial dos leigos. (PIO XII. Discurso pronunciado no II Congresso de Apostolado Leigo, 05 de outubro de 1957)

De outro lado, o clero também vinha se descuidando das demais associações. Assim, uma crise forjou-se principalmente no âmbito da diocese quando as obras que não carregavam o rótulo de Ação Católica vinham sendo deixadas de lado. Aconselhou-se uma reforma para resolver a questão e o papa deixou para que o Congresso resolvesse:

Para resolver este problema são previstas duas reformas práticas: uma de terminologia [...] e outra de estrutura. Primeiro, [...] o termo 'Ação Católica', no seu sentido geral, somente aplicá-lo unicamente aos movimentos de apostolado de leigos organizados e reconhecidos como tal, nacional ou internacionalmente, quer pelos bispos ou pela Santa Sé para aqueles que buscam ser internacionais. Por conseguinte, basta que cada movimento em particular seja designado pelo seu nome e por suas características e formas específicas e não no seu gênero comum. [...] Todos os grupos pertenceriam à Ação Católica e conservariam seus nomes próprios e sua autonomia, mas eles formariam todos juntos uma Ação Católica de unidade federativa. Cada bispo ficaria livre para aceitar ou recusar tal movimento, [delegar] o mandato ou não, mas não recusaria como não sendo Ação Católica devido à sua própria natureza. A realização eventual de um projeto como este exige reflexão cuidadosa e estendida. Este Congresso pode proporcionar uma boa oportunidade para discutir e analisar a questão, juntamente com outras semelhantes. (PIO XII. Discurso pronunciado no II Congresso de Apostolado Leigo, 05 de outubro de 1957)

A solução sugerida ao Congresso era a de que o termo "Ação Católica" fosse aplicado a todo movimento organizado de apostolado, independentemente de sua missão, cabendo ao bispo reconhecê-lo como tal e designar-lhe o mandato. Assim, o conjunto das organizações que fosse dessa forma classificado formaria uma Ação Católica de âmbito nacional e, mesmo que inserido no espectro de AC, teriam seus nomes e missões respeitados. Se a

Ação Católica constituída no limite federativo quisesse alçar o campo internacional, caberia à Santa Sé o julgamento.

Nesses idos a discussão sobre a AC não se situava mais no âmbito de sua institucionalidade e de suas características essenciais – participação no apostolado hierárquico e o mandato. E sim, situava-se no âmbito de conformar as demais associações aos interesses de se consolidar e ampliar um apostolado laical multiforme.

Na visão de Libânio (1978.p.29 apud MORAIS, 1982.p.19)¹⁰³

“no final do pontificado de Pio XII (1958), a Igreja Católica apresentava aquela tranquilidade que precede às tempestades. Os movimentos inquietantes do pós-guerra tinham sido silenciados, através da condenação da Nova Teologia [...] do enquadramento dentro dos limites aceitáveis da renovação litúrgica e da ação do leigo”.

O papado de João XXIII iniciou-se em 1958. Tão logo anunciou a convocação do Concílio Vaticano II. Deu força ao que Pio XII foi contrário, ao desenvolvimento de uma fundamentação teológica a respeito das características próprias do laicato. Segundo ainda Libânio (apud MORAIS, 1982.p.19), foi percebido que o “enorme dique, que represara as torrentes filosóficas, sociais, políticas e culturais do mundo moderno, não resistia mais à pressão e estava prestes a romper-se”.

A teorização da “teologia do laicato” nasceu de um ato recíproco entre o dever da experiência da Ação Católica, com seus ramos e seções especializadas, e a elaboração teórica de teólogos que passaram a fazer formulações a respeito, muitos dos quais assistentes eclesiais dos próprios movimentos. Destacaram-se Gerard Phillips (redator principal da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*), Marie-Dominique Chenu, Karl Rahner, Jacques Maritain e Yves Marie-Joseph Congar. Dentre todos esses teólogos, Yves Congar foi considerado o mais emblemático¹⁰⁴; até citado pela ACB, quando de um

¹⁰³ Conflito Igreja-Estado. Revista Encontros com a Civilização Brasileira, n.4, out.1978.

¹⁰⁴ “O autor mais significativo foi o dominicano francês Y. Congar, grande especialista do Vaticano II – com sua célebre obra de 1953 ‘Por uma teologia do laicato’. Notável também por sua ampla bibliografia eclesial numa linha prioritariamente eclesio-histórica”, com G. Phillips “ambos os autores tomam como ponto de partida a realidade da Ação Católica como forma própria do ‘laicato organizado para o apostolado na Igreja’, em linha com a sua criação, da parte de Pio XI, em 1922. Análoga perspectiva pode-se encontrar em outros importantes teólogos [...]” (PIÉ-NINOT, 2009.p.19)

momento de autorreflexão de sua situação histórica, em 1966¹⁰⁵ (ALMEIDA, 2006; p.9; AZEVEDO, 2007; GUIMARÃES, 1978.p.105-11; INP, 2003.p.42; PIÉ-NINOT, 2009).

Yves Congar foi frei dominicano, padre e teólogo francês, que colaborou nos documentos publicados durante o II Concílio do Vaticano, em 1962. Também foi um dos aprofundadores da questão sobre ecumenismo dentro da Igreja. Sua obra *“Os leigos na Igreja: escalões para uma teologia do laicato”*, traduzida para o português em 1966, foi lançada originalmente em 1953, no auge dos movimentos de Ação Católica pelo mundo. Mesmo que considerado um teólogo moderno e que desejava reformas dentro da Igreja, Yves Congar não deixou de se posicionar a favor de uma Hierarquia religiosa, cujo papel do leigo foi discutido em oposição a ela. Mais tarde, o próprio autor realizou uma crítica à sua teologia, dizendo que ela se limitou a pensar os leigos a partir da Hierarquia (GUIMARÃES, 1978.p.149-61; PIE-NINOT, 2009).

O autor de *“Os leigos na Igreja...”*, para traçar o que entendeu por laicato, perpassou pelo estudo filológico da palavra ‘leigo’ e seu histórico dentro da Igreja Católica¹⁰⁶. Percebeu então que o conceito de leigo esteve desde os primórdios da Igreja atrelado à oposição aos presbíteros, significando aquele que não é sacerdote. Dessa constatação, o teólogo construiu uma série de digressões, tentando explicar o papel da Ação Católica enquanto reunião organizada de leigos em oposição à Hierarquia, em conformidade com um modelo ainda “hierarcológico” que foi basilar para a construção da Igreja. Assim, de maneira ora a incluí-la ora a excluí-la do corpo hierárquico, desenvolveu uma gama de reflexões a respeito ‘do que é próprio do laicato’, diferente ‘do que é próprio dos sacerdotes’, denominada de ‘teologia do laicato’.

Não diferente de outros teólogos e dos papas, sua arguição foi dotada de dualidade, distinguindo a Ação Católica em “essência e aparência”, assim como

¹⁰⁵ No texto emblemático intitulado *“Em Busca de um Caminho para os Leigos Militantes: Ação Católica e Apostolado dos Leigos”*, escrito por Carlos Alberto Christo, em 1966. 15p. que apresenta a síntese histórica da ACB.

¹⁰⁶ Cujá origem é grega, oriunda de *laós* e posteriormente *laikós*, e no cristianismo primitivo significou estar em oposição ao levita, aquele que é qualificado para exercer o domínio da palavra e do ensinamento. Papa Clemente Romano, quarto papa (entre 88 e 97), foi o primeiro a utilizá-la, tomou a palavra leigo em oposição ao padre designando aquele que assiste a missa e são membros não qualificados da Igreja, contudo consagrados misticamente. Esse conceito também foi explicitado no capítulo 3. O autor Almeida (2006) apresenta uma abordagem histórica do leigo na Igreja, também recapitulando a etimologia da palavra, a presença nos primórdios da Igreja e situa exemplos de leigos importantes na sociedade.

as suas digressões históricas buscavam encontrar reminiscências de uma ação católica ao longo da história da Igreja. Contudo, o diferencial do autor foi o de ter demonstrado que na verdade os papas firmaram a Ação Católica enquanto uma organização em função de uma teologia de laicato emergida de maneira difusa. Portanto, a Ação Católica era o resultado de uma forma de pensar da Igreja sobre si mesma e sobre os leigos.

Esse exercício reflexivo, realizado nos anos 1950, quando a obra foi escrita, repercutiu no II Congresso Mundial do Apostolado Leigo (1957) de maneira negativa, como foi visto. Mesmo que o próprio Yves Congar fosse considerado um reformador dentro da Igreja, o teólogo buscou perpetuar as notas essenciais da Ação Católica, as quais eram a colaboração ao apostolado hierárquico, a dependência do leigo à Hierarquia e o mandato. Como nas antigas correntes de pensamento, a exemplo de Paul Dabin e Fernand Lellote, esforçou-se também para excluir os leigos da organização hierárquica da Igreja. Concluiu que Pio XI e Pio XII chamaram a AC para participar no apostolado hierárquico no sentido de tomar parte com sua contribuição e autenticidade, não significando assemelhar-se em poder com a Hierarquia.

Congar também achava que “cooperação” era uma palavra mais adequada para o tipo de ajuda leiga que era dado ao apostolado eclesial. Desta situação, desdobrava-se o mandato, título apostólico de propriedade da Hierarquia conferido ao leigo que cooperava diretamente com ela, o que instituiu uma relação mais estreita com os bispos da Igreja.

A par disso, o autor observou outro significado que o termo mandato possuía: o de valor oficial e institucional que conferia caráter público à fé professada pelo leigo. Isto significava dizer que aquele que detinha o mandato, agia em nome da Igreja nas esferas sociais a partir dos ditames da Hierarquia, distinguindo-se do agir no âmbito da vida privada do leigo, na qual praticava a religião católica conforme seu grau de vocação e envolvimento místico.

Em todas as Ações Católicas a filiação do leigo e a recepção do distintivo tiveram um papel análogo ao da vestidura do hábito, transformando um propósito espontâneo e pessoal em uma condição homologada pela Igreja, segundo o autor Congar. Por sua vez, o mandato era um dos meios jurídicos pelos quais a ação cristã pública dos leigos era organicamente assimilada e articulada com a ação do apostolado hierárquico e, portanto, tornada propriamente uma ação

oficial da Igreja. Dessa maneira, para o autor, a ocupação de cargos, o desenvolvimento de atividades e a produção documental por parte destes leigos autenticavam não somente a própria Ação Católica, mas também comprovavam os próprios negócios da Igreja Católica.

A Ação Católica é [uma] associação reconhecida e sancionada pela Igreja (...) [...] e a Hierarquia delegou a ela uma missão *ex-officio*, ou seja, com imperativo legal conferido pelo mandato. Por conta dessa situação, a regulava e a dirigia de maneira mais próxima; porém, apesar disso, “os leigos são fiéis que não têm poderes hierárquicos [...]”. (CONGAR, 1966. p.549; 577)

Nesse sentido, e por último, qual seria a natureza institucional da Ação Católica? Diante do exposto pelo autor o mandato tinha valor jurídico no âmbito público, conferindo uma natureza “eclesiástica” à associação. Era também entendido que a AC tivesse sido erigida canonicamente.

Segundo Congar, havia manuais¹⁰⁷ que propunham uma reclassificação da Ação Católica junto à estrutura da Igreja ou pelo menos uma definição mais clara do que a de Pio XI quanto à “participação no apostolado da Igreja”, o que poderia representar de fato que recebesse o título de “associação eclesiástica”.

Contudo, os papas preferiram somente oficializar os estatutos e regimentos da AC a fim de ordená-la mais internamente do que alçá-la a uma entidade de fato eclesiástica e em definitivo. Prova disto estava na falta de empenho de Leão XIII de incluí-la no código canônico de 1917 e de Pio XII que se empenhou a dar aos institutos seculares¹⁰⁸ o status de instituição juridicamente reconhecida com a publicação da reforma constitucional *Provida Mater Ecclesia* (1947).

¹⁰⁷ O autor cita VERMEERSCH-CREUSEN, *Epistome Juris can.*, t.1, 7ª ed., 1949, n.842; P. SPIAZZI, *La missione dei Laici*, Roma, 1951, p.115, n.1 e 2; A.BERTOLA, *Per la nazione di associazione laicale e associazione ecclesiastica*, em *Direito Ecclesiastico*, 48 (1937); P.CIPROTTI, *A proposito delle Associazioni di Azione Cattolica*, *ibid.*; I.HERVAS, *Jerarquia y Accion Catolica a la luz del Derecho*. Valência, 1941; A.MENICUCCI, *Sulla posizione dell’Azione Cattolica nel Diritto Canonico*, Govignamo, 1936; L.PEREZ-MIER, *En torno a la posición jurídica de la Accion Catolica*, em *Ecclesia*, n. 38, 40, 47 (Madri); J. SAEZ GOYENECHEA, *La situacion juridica actual de la Accion Catolica*, em *Revista Espanola de Derecho Canonico*, 1 (1946), p. 583-613; *Las Asociaciones de fieles del Código Canónico y la Accion Catolica*, *Ibid*, 2 (1947), p.899-945; A. ALONSO LOBO, *Que és y que no és la Accion Catolica*, Madri, 1950.

¹⁰⁸ Papa Pio XII definiu os Institutos Seculares como sendo «associações de clérigos ou leigos cujos membros fazem profissão de praticar no mundo os conselhos evangélicos, a fim de atingir a perfeição cristã e exercer plenamente o apostolado.(Constituição *Provida Mater*, art 1). Já existiam anteriormente à definição do papa, contudo foram incluídos na Constituição na versão de 1947.

De qualquer maneira, mesmo que reconhecida como associação eclesiástica, entre os anos 1950 a 1960 e por diferentes linhas da Igreja, ela de fato não alcançou formalmente esse status. Paradoxalmente, os diferentes papados continuavam a distinguir a AC de outros agrupamentos católicos sem que com isso trouxesse à luz uma definição precisa para o movimento acista.

Na senda da problemática do mandato delegado aos leigos, a Hierarquia percebia que não tinha controle sobre o mandatário, ainda que a estratégia fosse formar os leigos dentro dos princípios católicos e cobrar-lhes observância das regras impostas. Ainda mais com a Ação Católica Especializada que, à medida que se firmava, colocava em questão a submissão e o controle dos bispos sobre os leigos. Isto porque mais distante ficava da vigilância da paróquia e da diocese, onde inicialmente eram instalados os núcleos de Ação Católica geral.

Portanto, essas preocupações no interior da Igreja reforçavam o seu *modus operandi*, cuja autoridade continuava a ser a do sacerdote. Contudo, contribuíam para dar nova conformação à participação dos leigos e também da Hierarquia na própria Igreja enquanto instituição.

4.2. A condição humana da Ação Católica Brasileira: indefinições e incertezas

O fim da Segunda Guerra Mundial coincide com o fim do Estado Novo no Brasil, em 1945. Na década de 1950 a sociedade brasileira vivia as consequências da industrialização, da imigração camponesa para os centros urbanos e de um total despreparo das capitais para responder às demandas dos fluxos e mobilidade populacionais.

Os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek de Oliveira, cada qual a sua maneira, incentivaram o avanço das indústrias e deram aportes financeiros ao estabelecimento de uma infraestrutura viária para a circulação de bens. Contudo, faltavam com os compromissos nos centros urbanos, nos quais havia déficit de moradia, saneamento básico, transporte coletivo, educação e saúde. Os trabalhadores eram organizados em movimentos, sindicatos e partidos e reivindicavam melhores condições de vida. Os inchaços nas capitais advinham do êxodo rural, devido à pobreza no campo, ainda que parte destes agricultores não fosse absorvida pelas indústrias e comércio, gerando desemprego (FAUSTO, 2007.p.311-55).

A Igreja era sensível a estas mazelas sociais. Os movimentos de juventude e adultos católicos pronunciavam-se a respeito nas semanas de estudo, com apoio dos sacerdotes. A IV Semana Nacional de ACB (1950), no Rio de Janeiro, apresentava como tema os perigos da modernidade e a realidade confrontada com a doutrina social católica. Já a VI Semana Nacional de ACB (1957), no Recife, deu destaque ao trabalho específico da Ação Católica Especializada, chamando a atenção sobre a situação religiosa, cultural, econômica, social e moral da sociedade (DALE, 1989.p.104).

No meio urbano, a Juventude Operária Católica, na década de 1950, conseguiu ter 12000 membros orientados a discutir questões temporais (BANDEIRA, 2000.p.311-2). De igual modo, as Juventudes Estudantil e a Universitária Católicas desenvolviam trabalhos de conscientização sobre a crise na educação e avançavam na cooptação de membros. No meio rural, com a ajuda do padre Eugênio Sales, a Juventude Masculina Católica, nos finais de 1949, instalou o Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte, e,

nos 1950, a Juventude Agrária Católica, que se ocupava com a alfabetização e valorização do trabalho no campo. Ainda eram notórios os eventos da Igreja, incluindo a participação de representantes de órgãos públicos e as denúncias de fome nas zonas rurais (AZZI, 2008. p.99; BANDEIRA, 2000.p.299; SOUZA,1984. p.114-21).

Por outro lado, havia uma classe média que tinha padrão de vida moderno representado, entre outros objetos e comportamentos, por aparelhos eletrodomésticos, televisão, rádio e também o hábito do cinema, tal qual na Europa e nos EUA. Era também mais permeável a doutrinas religiosas que estavam se expandindo no Brasil, como o espiritismo. Essas condutas levavam a que os bispos organizassem uma série de recomendações a respeito tanto dos entretenimentos sociais, por meio dos boletins da Ação Católica Brasileira, tanto quanto campanhas contra o espiritismo (AZZI, 2008 p. 16). Assim, contavam com o papel da Juventude Independente Católica, que era fundamental para realizar a crítica ao meio burguês e formar uma classe mais sensível e ativa em relação aos problemas sociais.

Estando a Igreja inserida no meio social, era natural que ela refletisse no seu interior conflitos e alianças para com esta própria sociedade, influenciando parte das transformações na Ação Católica Brasileira¹⁰⁹. A década de 1950 foi marcada pela estruturação da Ação Católica Especializada, ou seja, da atuação dos ramos setorializados da ACB de maneira mais específica e autônoma. Foi o protagonismo das juventudes agrária, estudantil, independente, operária e universitária de que trataremos adiante de maneira abrangente.

O trabalho desenvolvido pela Ação Católica Especializada incluía-se, juntamente com outras organizações católicas, na própria necessidade da Igreja de organizar-se para além da base paroquial para assim ocupar espaços nos quais se tinha o avanço do processo de secularização, ou seja, propriamente nos meios sociais. Também proporcionava uma rede de trabalho setorializada, com maior ou menor incidência nos diversos ambientes sociais em que estava presente, facilitando uma maior interação em várias direções e em dois sentidos. No primeiro sentido, despertar o conjunto da Igreja para as problemáticas vividas

¹⁰⁹ O autor Souza (1984) se detém sobre a questão da Igreja e suas relações com “a hegemonia burguesa e com os projetos de blocos históricos alternativos” (p.42). A referida obra “*A JUC: os estudantes católicos...*” dará destaque a estas alianças.

por determinados setores da sociedade. No segundo sentido, procurar intervir junto desses mesmos setores em função de uma visão integradora e organizada de sociedade católica.

Parte dessas suas mudanças era resultado também de conflitos endógenos. Por esse ângulo, era possível perceber as disputas entre o próprio clero em torno do poder que emanava da ACB, bem como as justificativas teológicas que surgiram para explicar o novo papel da associação e do leigo nesse momento. O papel forjado pela ACB era o de interlocutor entre os interesses da Igreja e dos leigos, no propósito de articular os movimentos especializados em torno dos mesmos objetivos, assim como de incluir outras associações ao seu escopo, papel que coube ao seu Secretariado Nacional.

Na interlocução do Secretariado Nacional da ACB com a Igreja, a unidade era um apoio para os assistentes nacionais dos movimentos especializados, no sentido de promover a reunião e o debate entre eles e a Comissão Episcopal da ACB. Os assistentes eclesiais tinham um papel fundamental no movimento e sobre eles pesava a responsabilidade de cumprir o mandato que lhe era delegado pelo bispo.

A ACB fomentava a formação dos assistentes eclesiais. Desde a gestão de Dom Sebastião Leme, até seu falecimento, em 1942, era solicitado que os Seminários discorressem sobre o tema Ação Católica. Na gestão de Dom Jaime de Barros Câmara (1942) e na assistência geral por monsenhor Hélder Câmara (1946), não que o ensino de seminaristas e sacerdotes deixasse de ter importância, porém o incentivo à instalação da especialização do movimento em diferentes dioceses tomou mais tempo e rumos mais consistentes.

Do mesmo modo, a ACB buscava dirimir conflitos quanto à jurisdição do assistente eclesial que representava a Hierarquia e, por consequência, era a presença da Igreja oficial no seio do movimento. Apesar desse papel, o assistente era uma autoridade privada de poder em duas esferas, na primeira em relação ao leigo e na segunda em relação à Hierarquia.

Na primeira esfera, os sacerdotes disputavam com o dirigente leigo o poder de orientação dos movimentos. Essa realidade era representada nas reuniões dos assistentes eclesiais com a Comissão Episcopal da ACB, nas quais demonstravam a dificuldade de manter o elo de subordinação entre os acistas e a Hierarquia, ao mesmo tempo em que ressentiam a falta de autonomia

dos leigos para com as suas funções. Tal situação levava o sacerdote assistente eclesiástico a cumprir uma multiplicidade de funções até contraditórias no cotidiano dos movimentos especializados da ACB. Por sua vez, cabia à ACB, por intermédio da sua Comissão e do seu Secretariado Nacional apaziguar os ânimos e fomentar discussões sobre a questão que os assistentes lhes reportavam.

Na segunda esfera, os sacerdotes disputavam com o vigário, que detinha o poder sobre a sua paróquia, e com o bispo, em relação à diocese. Como a Ação Católica representava uma estrutura hierárquica de complexa organização: nacional, diocesano e paroquial, tal qual a própria Igreja, os sacerdotes, por serem poucos, desdobravam-se nos seus níveis de atuação e, por consequência, interferiam nos espaços então demarcados pela paróquia e diocese.

2) a orientação diocesana dos movimentos da Ação Católica: a orientação diocesana dos movimentos da Ação Católica, às vezes, mata o movimento paroquial porque convoca para o setor diocesano os melhores elementos paroquiais; ou então, entra em conflito com a vida paroquial porque impõe programas diocesanos. (I Semana de Estudos do Clero, São Paulo, 1952.p.13)

Por existir uma precariedade da ACB nas dioceses, era o Secretariado Nacional que, fortalecido, intervinha na situação.

Outro infortúnio era o de que mesmo que os estatutos da ACB citassem em linhas gerais o papel do assistente - presidir a eucaristia e a oração, educar sobre as questões da fé, ser representante da Hierarquia e, portanto, somente ser nomeado pelo bispo para cumprir esse papel¹¹⁰ -, cabia ao bispo definir propriamente as suas atividades. Portanto, poderia variar de diocese para diocese. Assim, ensejou-se que os sacerdotes não conheciam bem o seu papel e poder em relação à própria ACB e aos leigos, ainda que compreendessem que a função do assistente eclesiástico fosse bastante importante dentro do movimento, no sentido de dar-lhe unidade e direção. O cumprimento de tal papel

¹¹⁰ Os Estatutos e Regulamentos promulgados nos anos 1950 detalhavam mais sobre o papel do assistente eclesiástico: ter como missão assegurar a pureza da doutrina e a integração dos membros nos ideais da AC (artigo 30º), ser um guardião da ortodoxia, fiscal das atividades da AC e “representante autorizado da Hierarquia, o formador de consciências, a alma, enfim, de toda e qualquer atividade no apostolado oficial dos leigos” (artigo 31º).

chegava também a representar a memória e a continuidade do movimento, uma vez que a circularidade de dirigentes leigos era grande (BEOZZO, 1984.p.69-81; SOUZA, 1984.p.88).

Na busca por respostas, os sacerdotes consultavam o código de direito canônico de 1917 na tentativa de melhor definir o seu papel. Isso quer dizer que se procurava o ordenamento da realidade a partir de um molde legal.

– a função do assistente é nova na história do apostolado da Igreja. Nenhuma definição jurídica tem sido dada. No direito eclesiástico, o assistente de Ação Católica não existe. Disto resulta que o papel do assistente se define praticamente a partir das tradições de determinados movimentos e por isso com divergências consideráveis provenientes das diversidades de experiências. (Os Assistentes nos Movimentos de Ação Católica, [1959]. p.1) (grifos nossos) ¹¹¹

Igualmente, seria somada ao bojo dos problemas uma nova unidade dentro do corpo hierárquico da Igreja a ser respeitada. Instalava-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir de 1952.

A nomeação dos dirigentes e dos assistentes deve ser considerada nesta perspectiva. Formalmente é o bispo quem **mandata** o dirigente e **nomeia** o assistente, isto segundo a organização correspondente à estrutura hierárquica. Até há pouco a ordem jurídica era somente a diocese e a Santa Sé, mas agora as conferências episcopais têm recebido poderes jurídicos. O bispo mandata o dirigente, porém, não o nomeia. A razão se fundamenta em que a Hierarquia reconhece como colaborador de seu apostolado a um movimento de leigos, a um laicato organizado e não a indivíduos. Este movimento guarda a sua autonomia no domínio da ação própria do laicato. Cabe ao Movimento [propor] dirigentes [para a] aprovação da hierarquia. (Os Assistentes nos Movimentos de Ação Católica, [1959]. p.22) (grifos do autor)

A ACB tornou-se subordinada ao Secretariado Nacional de Apostolado Leigo da Conferência Nacional dos Bispos, como previsto em seus estatutos publicados em 1956¹¹². Decorreram daí novos procedimentos para a aprovação

¹¹¹O texto 'Os Assistentes nos Movimentos de Ação Católica' é composto por 24 páginas; não possui autoria e nem data, porém pela citação do nome do papa João XXIII, auferiu-se tratar-se dos finais dos anos 1950.

¹¹² "Art. 2º - A ACB integra o Secretariado Nacional dos Leigos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas." (ESTATUTOS, 1956)

dos regulamentos da Comissão Episcopal da ACB e para a indicação de nomes para compor os cargos dentro do movimento. Isto representou que parte dos poderes dos bispos e das atribuições da ACB foi se esvaindo. Os sacerdotes estavam atentos a essas mudanças institucionais, mas não somente isto, os bispos mostravam-se ressentidos por não mais terem o poder na delegação do mandato ao dirigente, na nomeação do assistente e não terem todos assentos na própria Conferência Episcopal (como se verá mais adiante)¹¹³.

A Comissão da CNBB inicialmente foi presidida por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, ao mesmo tempo em que era membro da Comissão da ACB, juntamente com Dom Jaime de Barros Câmara. Considerados bispos mais conservadores, cabia ao secretário da CNBB e assistente geral da ACB, monsenhor Hélder Câmara, realizar negociações mais favoráveis à ACB. Tanto que à medida que a ACB se especializava e a CNBB ganhava forma, os bispos já não dispunham do clero mais capacitado para prestar assistência aos leigos militantes, cabendo a Dom Hélder estimular os bispos a disporem de boas indicações de sacerdotes para a ACB (SOUZA, 1984.p.63-4)

Do ponto de vista da Igreja brasileira, a Ação Católica ressignificou os papéis dos párocos, outorgando-lhes poderes mesmo que relativizados quanto à Hierarquia jurídica. Tal qual os leigos, o clero também se afeioou à influência que passou a deter na própria Igreja por meio da ACB, quando dependia dele o sucesso do movimento.

Em relação à interlocução do Secretariado Nacional com o membro acista, ao longo da década de 1950, mesmo que desejada a autonomia dos movimentos especializados da ACB, paradoxalmente, era promovido um conjunto de esquemas de estudos e de eventos a fim de lembrar a subordinação dos leigos à Hierarquia. Era enfatizado um dos traços essenciais da AC que era a dependência que decorria do mandato.

O Secretariado da Ação Católica Brasileira pouco pontuava que existiam rupturas entre os papas Pio XI e Pio XII por meio de suas publicações oficiais. Dava um sentido de continuidade entre as ideias, tanto em relação ao termo participação e colaboração, quanto ao estreitamento e dilatação do conceito de Ação Católica.

¹¹³ Inicialmente, apenas os arcebispos metropolitanos participavam da CNBB com expressão nas plenárias e votos.

Igualmente, o fundamento teológico do “corpo místico” ganhou força dentro da Ação Católica Brasileira. Parte da explicação sobre o mandato era forjada já incorporando o direito de todos os leigos de participarem da missão evangelizadora da Igreja.

Podemos então fazer, a esta altura um paralelo: assim como o Apostolado da Hierarquia tem seu fundamento divino e teológico, ‘per se et formaliter’, no próprio mandato de Cristo, assim o leigo, ‘per se et formaliter’, possui a potencialidade de capacidade do apostolado, com direito e justiça do fundamento teológico do seu caráter Batismal. (I Semana de Estudos do Clero, São Paulo, 1952.p.26) ¹¹⁴

Já era mais comum refletir sobre a inclusão das Congregações Marianas no escopo da Ação Católica, assim também das demais organizações de fiéis. O material de formação da ACB, destinado aos futuros ingressantes, procurava responder dúvidas a respeito do apostolado leigo das Congregações e da ACB, como no “*Guia do estagiário: religião e ação*”, 1952, por monsenhor João Alexandre Loschi¹¹⁵.

As Congregações Marianas, segundo as diretrizes da encíclica *Bis Saeculari Die*, de 1948, comporiam os quadros da Ação Católica como um setor autônomo, ao lado dos ramos Adulto e Juventude (Homens e Senhoras de AC e Juventude Masculina e Juventude Feminina Católicas). Para efetivar essa instrução, foi pensado pela Comissão Episcopal Brasileira, em meados de 1952, deixar à Comissão Episcopal da ACB a interpretação da encíclica e a sua aplicação no plano nacional da organização. De igual maneira, sugeria que os congregados marianos recebessem formação técnica de acordo com as normas da ACB.

¹¹⁴ Assinou a apresentação da pequena publicação resultante da Semana o bispo Auxiliar de São Paulo, Antônio Maria de Alves Siqueira, a qual era composta por autores como frei Domingos Leite, O.P e por outros anônimos.

¹¹⁵ Nasceu a 26 de janeiro de 1887. Estudou Filosofia no Seminário Maior de São Paulo. Foi enviado para fazer o curso teológico no Seminário Pio Latino Americano, em Roma, onde bacharelou-se em Direito Canônico. Foi ordenado sacerdote em Roma, a 28 de outubro de 1914, indo logo depois para Campinas. Desempenhou diversos encargos do ministério sacerdotal e foi o organizador e primeiro Diretor das Federações Marianas Masculina e Feminina. “Organizador e primeiro Assistente Geral Eclesiástico da Ação Católica, incrementando em toda a Arquidiocese as Organizações da AC e realizando Semanas de Estudos e Conferências nas Arquidioceses de Campinas, São Paulo, Botucatu e nas Dioceses de Lorena, São Carlos, Taubaté e Santos”. Disponível em <https://sites.google.com/site/exsicampinas/galeria-dos-personagens-2/materias-recebidas>. Acesso em 02 dez 2016.

Isto foi aplicado de fato por parte das Congregações Marianas, mas via-se que membros marianos individualmente já se alistavam às estruturas da ACB (MAIA, 1992) sem que comprometessem a autonomia e a unidade institucional das Congregações.

Diferentemente não acontecia a subordinação de outras associações religiosas ao corpo diretivo de Ação Católica Brasileira, mesmo que consideradas obras auxiliares e ainda que se enfatizasse que não competia à ACB a missão de dirigi-las. A ACB e seus movimentos por vezes eram “mais comparáveis a um lugar de reunião para onde convergem e onde se organizam os católicos de ação” (LOSCHI, 1952. p.125), mas nem isso facilitava o diálogo entre as associações. Assim, as ordens terceiras, irmandades, confrarias e outras associações, como os legionários de Maria, o apostolado da oração e o Movimento Familiar Cristão subsistiam procurando evitar a ACB¹¹⁶.

Por outro lado, também minimizavam os impactos da Ação Católica no escopo da Igreja Católica, baseando-se nos discursos do papa Pio XII:

P.: o que é o apostolado dos leigos segundo Pio XII?

R.: Seria errôneo ver na Ação Católica, como recentemente se afirmou – algo de essencialmente novo, uma mudança de estrutura da Igreja, um apostolado novo dos leigos, paralelo ao dos sacerdotes e não subordinados a ele. “

P.: A Ação Católica trouxe algo de novo?

R.: A Ação Católica quis somente dar a essa colaboração uma nova forma e organização acidental para sua atuação melhor e mais eficaz. (LOSCHI, Guia do estagiário, 1952.p.127)

Ao contrário da retórica dos anos iniciais, que tornava a AC bastante particularizada (e isto dificultava estabelecer alguma similaridade entre as diversas associações laicais), as notas essenciais da ACB foram distendidas ao longo dos anos 1950. Isso favorecia o fortalecimento de uma ação apostólica abrangente, uma vez que procurava incluir várias associações, como foi com as Congregações Marianas, no escopo das organizações acistas, e, ao mesmo tempo, específica, como era o apostolado dos movimentos de Ação Católica Especializada.

¹¹⁶ As mudanças dos estatutos da ACB em 1950 “libera” as demais associações de laicato da “supremacia” da ACB (BANDEIRA, 2000.p.352-4).

Em suma, a complexidade do movimento provocava desordem nas atribuições do clero junto à ACB e a fundamentação teológica do “corpo místico” confundia os leigos sobre o seu papel. Somavam-se ainda questões estruturantes, como a falta de uma definição jurídica e, ainda, outras de significação, como a minimização de sua importância na história da Igreja.

Contudo, como dito anteriormente, a fratura mais incisiva no significado da ACB veio com o esvaziamento de parte de suas atribuições, por meio da organização mais precisa também do apostolado hierárquico, representada pela institucionalização da Conferência Nacional dos Bispos. A fundação da CNBB retirava da ACB sua posição privilegiada junto ao episcopado. Com o tempo a ACB começa a se ressentir da falta de decisões rápidas, da atenção constante prioritária à qual fora habituada, nos anos anteriores, pelo episcopado.

A situação ficou ainda mais crítica para a ACB quando se constituiu um Secretariado mais amplo de Apostolado Leigo dentro da CNBB. Porque logo de imediato os bispos brasileiros, reunidos nesse Secretariado, tentaram cumprir a formalidade de se aproximar mais das outras associações, tal qual assuntado pelo papa Pio XII no último Congresso de Apostolado Leigo, em 1957¹¹⁷.

Isto significou ao mesmo tempo valorizar o maior número de associações de fiéis e religiosas, bem como centralizá-las e subordiná-las a uma comissão episcopal. Também com isso seriam dirimidos os conflitos com as demais associações que não se sentiam confortáveis em subordinar-se diretamente à ACB e, por sua vez, a ACB não se sentiria com poder sobre elas. Contudo, a apreensão de que a Ação Católica Brasileira era mais uma organização de apostolado leigo dentre muitas se forjava mais rapidamente.

Tanto que, o Secretariado Nacional da ACB, em 20 de abril [1958¹¹⁸], com a presença do assistente geral, Dom Hélder Câmara, reuniu os membros de Ação Católica Especializada (adultos e juventudes) para apresentar um projeto compilado por frei Romeu Dale, assistente de Juventude Universitária Católica (JUC). A proposta era de aceitação ou não das sugestões contidas no discurso do papa Pio XII, referentes à alteração na estrutura da Ação Católica Brasileira,

¹¹⁷ No que tange ainda especificamente às igrejas da América Latina, Pio XII também insistia que era preciso fazer frente aos perigos das seitas protestantes, espiritismo, secularização e marxismo nas universidades. (REB, 14(4):1060 dez. 1957 apud Maia, 1992, p.84)

¹¹⁸ Aferiu-se a data pelo tema que foi discutido na reunião. Relatório do AEIOU: Estudos.

“em vista do emprego mais ampliado da denominação”, o que significaria incluir outros movimentos apostólicos na natureza de AC.

Os representantes da ACB e dos movimentos especializados aprovaram as sugestões de incluir outros segmentos de associações católicas na estrutura do movimento, desde que respeitadas as autonomias de todos os ingressantes. Por outro lado, isto significava dizer que também os movimentos de ACB queriam ter preservadas as suas próprias prerrogativas. As modificações seriam feitas de maneira lenta, optando para iniciá-las somente depois de outro Congresso Mundial de Apostolado dos Leigos, em 1966. Porém, isto não aconteceu porque os movimentos da Ação Católica sucumbiram antes.

De igual maneira, a Hierarquia buscava dissimular as notas essenciais da AC por meio de uma fundamentação teológica que se impulsionava. A Comissão Episcopal da CNBB e o Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos esforçavam-se em fundamentar que a ‘vocação apostólica’, ou seja, a ‘missão de evangelizar’ encontrava-se presente nas associações religiosas, ordens terceiras, nas organizações econômico-sociais de inspiração cristã, nas Universidades Católicas, nas Escolas Secundárias e Primárias, nas Paroquiais, Conferências Vicentinas, dentre outras. Assim justificava o agrupamento e a submissão à Comissão para o Apostolado Leigo e Ação Católica. Teorizaram segundo uma ordem prática, a qual facilitaria a coordenação dessas atividades em diferentes planos.

Queremos vivamente que vos coordeneis todos, no plano paroquial, sob a direção do pároco, no plano diocesano sob a direção do bispo, no plano nacional, sob a direção da Comissão Episcopal para o Apostolado dos Leigos e Ação Católica. A coordenação de todas as atividades apostólicas evitará a fragmentação das forças cristãs, facilitará a justa repartição de tarefas[...]. (Mensagem e Diretrizes do Episcopado Nacional ao Apostolado Leigo e à ACB, por ocasião do Retiro do Episcopado. Curitiba, 08 de maio de 1960)

Com essa nova possibilidade de reagrupamento e de submissão de todas as ações apostólicas à CNBB, na ocasião do 10º Aniversário da Ação Católica especializada, em 1960, demonstrou-se que as associações de leigos seriam mais responsáveis estando junto à Hierarquia. Também poderiam ser consideradas como de ‘apostolado oficial’, mesmo que a associação não

obtivesse junto ao bispo o mandato. O que se forjava era o controle das associações de fiéis e de religiosos, ainda que precisasse seduzi-las:

Desejamos da vossa parte uma grande abertura de espírito, animada pela caridade e pela visão do bem comum da Igreja, para uma colaboração franca e leal com todas as outras formas do apostolado leigo em nossas Dioceses. **Se vos considerarmos como apostolado oficial para a transformação dos meios humanos a que pertenceis, é porque vos sintais mais responsáveis junto à Hierarquia, sem exclusivismos ou precedências.** (Mensagem e Diretrizes do Episcopado Nacional ao Apostolado Leigo e à ACB, por ocasião do Retiro do Episcopado. Curitiba, 08 de maio de 1960) (grifos do autor)

Foi dito que com a criação da Conferência Nacional dos Bispos, em 1952, instituiu-se o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo. Tal unidade estaria incumbida do apostolado representado por todas as demais associações religiosas e leigas e o apostolado específico representado pela ACB. Como antes era dito que caberia à ACB subordiná-las, por um período, existiu uma confusão sob a qual órgão as associações deveriam estar de fato reunidas. Tanto que, após o Retiro e o VII Congresso Eucarístico Nacional, em 13 de maio de 1960, numa carta de Dom Geraldo de Proença Sigaud¹¹⁹ para Dom Joaquim Távora, seguiu a seguinte reflexão:

o pensamento dominante da minuta parece ser o da alocução do Santo Padre Pio XII ao 1º Congresso do Apostolado dos Leigos, que fundamenta a divisão entre a Ação Católica e as outras organizações de apostolado dos leigos no fato de que a primeira depende inteira e imediatamente da Hierarquia, enquanto as outras ficam 'deixadas mais à sua livre iniciativa', mantendo-se 'dentro dos limites da ortodoxia'. A minuta se mostra, pois, muito coerente consigo mesma, admitindo as Congregações Marianas na ACB, precisamente porque elas dependem inteiramente da Hierarquia. Nestas condições, parece, segundo o espírito da minuta, que outras associações apresentando as mesmas características que as das Congregações Marianas (fins e formas de apostolado, inteira dependência da Hierarquia) possam constituir outros tantos setores autônomos da Ação Católica Brasileira. (Carta de Dom Geraldo de Proença Sigaud, 1960)

¹¹⁹ Bispo de Jacarezinho (PR) e de tendências mais conservadoras de que se falou no capítulo 2 sobre sua oposição à reformulação dos Estatutos da ACB em 1950.

Essa aparente desordem, na verdade, era resultado das disputas de poder e de correntes de pensamento decorrentes da existência da ACB. Assim, a falta de acompanhamento de Dom Geraldo de Proença das questões da CNBB, nos idos de 1960, era devido aos seus embates com a Igreja renovadora que ali se encontrava representada por Dom Hélder Câmara.

Por outro lado, os bispos eram ciosos dos poderes e deferências que as associações laicais lhes prestavam. Assim, para garantir a autoridade bispal, os regulamentos da ACB, publicados em 1955, consideraram no seu artigo 4º que “a ACB não pretende ditar normas às Dioceses ou Prelazias”. Igualmente, os últimos estatutos da organização permitiam a maleabilidade na estruturação da Ação Católica Brasileira, justificada pela realidade de cada Estado, com a aprovação de cada bispo para a sua respectiva circunscrição. Em suma, os bispos poderiam conformar a ACB ao que desejassem no seu nível de jurisdição, portanto as interpretações dadas quanto à subordinação ou não de outras associações à ACB poderiam variar.

Segundo Souza (1984), a Igreja renovadora era representada por vários bispos que estavam ligados à ACB. Não obstante, fazemos ressalvas à opinião do autor de que seja “muito significativo que uma organização da Hierarquia tenha tido como ponto de partida e base concreta a prática de movimentos de leigos” (p.64), uma vez que a organização dos leigos foi igualmente promovida pela Hierarquia, instituída por Mandamento e afirmada pelos decretos dos Concílios Brasileiros; e não ao contrário, como pode parecer supor.

Igualmente, a circularidade das ideias advindas da Santa Sé e a pretensão de adotá-las de imediato também pareceu um sinal importante do tal fenômeno de romanização. Tal prática permaneceu ainda durante a década de 1950, mesmo com a presença de bispos mais afeitos à cultura do povo brasileiro e às suas questões, como era o assistente geral da ACB, Dom Hélder Câmara, e outros que participaram da Comissão Episcopal da ACB, como Dom José Vicente Távora. Ainda assim, por mais que a Santa Sé desejasse a universalidade do movimento, não existia a garantia de padronização das Ações Católicas pelo mundo devido à autonomia do bispo local e, sobretudo, mais tarde, ao surgimento das conferências episcopais.

A Ação Católica Brasileira também não escapou dos fortuitos da soberania dos bispos.

4.3 A trindade da Ação Católica Brasileira: apostolado geral, apostolado hierárquico e apostolado especializado

O papa Pio XII buscou delimitar os territórios de poder do apostolado leigo e submetê-lo à autoridade dos bispos. Por outro lado, isso também favoreceu o surgimento de um apostolado hierárquico mais organizado, com a formação de um maior número de Conferências Episcopais pelos continentes¹²⁰.

No Brasil, concebeu-se em 1952 a organização do apostolado hierárquico reunido na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil¹²¹, a qual foi alicerçada a partir das experiências da Ação Católica Brasileira, das reuniões e encontros constantes dos bispos em torno do movimento.

A Comissão Episcopal da ACB estava confiada à superior direção da ACB. Composta por cinco bispos, era essa a Comissão, enquanto saibamos, o único organismo episcopal existente em forma estável e em nível nacional. Alguma vez inclusive recebeu do episcopado delegação para falar em seu nome. Além do mais, em outubro de 1948, por decisão do episcopado a secretaria da referida comissão passou: '... a funcionar em caráter permanente como Secretaria do Episcopado Nacional, com o encargo de transmitir aos bispos notícias nacionais e estrangeiras de maior alcance e de receber das várias Dioceses sugestões para o encontro do Episcopado quando este se puder efetivar. (Carta Circular da Comissão Episcopal da ACB, em REB 9 (1949). p.214 apud QUEIROGA, 1977.p.175)

¹²⁰ As Conferências Episcopais já existiam informalmente pelo mundo, durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), período de institucionalização da Ação Católica pelos países. Era determinado que os núncios participassem das assembleias de abertura das conferências, conferindo um controle e caráter mais oficial a estas reuniões. Já no Pontificado de Pio XII (1939-1958) houve maior aceitação e foram introduzidas no Anuário Pontifício a partir de 1959. Após o Concílio Vaticano II, o papa Paulo VI impôs a sua constituição onde elas não existiam e publicou o documento de Motu Proprio *Ecclesia Sanctae* e o Decreto *Christus Dominus* (FERREIRA, 2012.p.40-2). Ainda segundo o código canônico de 1917, can. 447, as Conferências Episcopais eram “instituição permanente, é o agrupamento dos bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais a favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito”.

¹²¹ A Igreja, antes da República até a sua proclamação em 1889, era composta por apenas 12 dioceses no Brasil. No período de 1890 a 1930 houve a criação de 68 novas dioceses (prelazias). Em 1891, com a separação da Igreja e Estado, devido à Constituição, sob a liderança de Dom Macedo Costa (bispo do Pará e depois Primaz de Salvador), realizou-se a 1ª reunião Episcopal. Após Dom Macedo, destacou-se Dom Sebastião Leme, então arcebispo de Olinda e Recife. Como cardeal do Rio de Janeiro, organizou duas reuniões episcopais em 1931 (para acolher a Nossa Senhora Aparecida e outra para a Inauguração do Cristo Redentor). Nesse período, os Congressos Eucarísticos serviam para o encontro de bispos (CORREA, ROSENDAHL, 2006.s/p).

Segundo a obra *“Presença pública da Igreja no Brasil”* (2003)¹²², lê-se claramente a reconstituição histórica a partir da ACB. Dizia Dom Hélder

Em uma célebre Assembleia Geral de AC, os bispos presentes (recordo-me, entre outros, de Dom Antônio Cabral, Dom Fernando Gomes e Dom José Delgado) exigiram a criação de um Secretariado Nacional de AC. Lançaram até um desafio fraterno: se o Secretariado fosse fundado, depois de seis meses de funcionamento, os bispos do Brasil se encarregariam de mantê-lo” [...] O Secretariado Geral da ACB, com o apoio dos núncios apostólicos como Dom Carlos Chiarlo e Dom Armando Lombardi, e a alta proteção de Dom Jaime e de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, começou inclusive a promover Encontros Regionais de Bispos, como o dos prelados da Amazônia e o dos prelados do Vale do São Francisco. (INP, 2003. p.10)

Do sucesso das atividades em torno da reunião dos bispos de diferentes lugares do Brasil, fermentou, segundo Dom Hélder, a ideia de uma Conferência Episcopal¹²³. Por sua vez, Dom Jaime Câmara aprovou com dinheiro da Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro a organização da CNBB, com sua primeira sede situada à rua México, n.11, onde também se situava a ACB. Dom Hélder Câmara, que na época não era bispo ainda, teve apoio do monsenhor Giuseppe Montini (subsecretário do Estado do Vaticano e depois consagrado papa Paulo VI), e assim como primeiro presidente da Conferência foi eleito Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (1952-1958) e como secretário geral o próprio Dom Hélder (1952-1964).

A instituição da CNBB realizou-se com as presenças de técnicos governamentais, leigos, dos cardeais e arcebispos ou seus delegados, “em número de 20 arcebispos metropolitanos, no Palácio São Joaquim. Falavam em

¹²² Produzida pela própria Conferência pelo seu jubileu de ouro, com a reprodução de um texto de Dom Hélder Câmara escrito para o Jornal O São Paulo, em 19-25 de novembro de 1977, e outros capítulos originais escritos para a publicação.

¹²³ Durante a década de 1950, estruturam-se uma série de conferências e confederações católicas representando uma mudança na forma de organização nacional e internacional da Igreja Católica. No que tange à América Latina, para assim focarmos somente na questão da CNBB, em 1955 fundou-se o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), no Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro (DUSSEL, 1989.p.19-20). O CELAM também deu apoio à Ação Católica pela América Latina e sugeriu o implemento do Secretariado Interamericano de Ação Católica, o qual produziu eventos e acistas brasileiros participaram.

nome de 20 províncias eclesiásticas que congregavam 115 dioceses ou prelazias”, durante os dias 14 a 17 de outubro de 1952 (BEOZZO, 2001.p.33)¹²⁴.

Na reunião extraordinária de instalação da Conferência foi apresentado um Plano de Organização do Secretariado da CNBB¹²⁵, que informava que a “título de experiência” funcionariam, logo de início, o Departamento de Educação, Departamento de Ação Social, Congregação Nacional da Doutrina Cristã, Obra Pontifícia das Vocações Sacerdotais, Departamento de Apostolado Leigo e Liga Eleitoral Católica¹²⁶, e advertia que não se tratava de criação de um novo órgão, “mas de articulação de instituições já existentes com a salvaguarda do espírito e da autonomia específica de cada uma e a necessária ligação com a Hierarquia”.

Logo, as unidades que ficariam sob o jugo da CNBB eram as que antes estavam sob a responsabilidade da Ação Católica Brasileira, até a reformulação de seus estatutos nos anos 1950. Por isso, acima, falou-se sobre o esvaziamento de parte de atribuições da ACB.

O Departamento de Apostolado Leigo, ao qual a ACB passava a estar subordinada, nos estatutos publicados em 1956, era denominado de Secretariado de Apostolado Leigo. Pelo Plano de Organização da CNBB, o referido Departamento desdobrava-se em duas seções: ACB e Confederação das Associações Religiosas, antes também subordinada à ACB.

A seção ACB continuava a ser submetida à alta direção e à coordenação geral da Comissão Episcopal específica para ela e, novamente, enfatizava-se a colaboração entre as especializações da ACB com os Departamentos agora subordinados à CNBB.

Nos dez primeiros anos da Conferência Nacional dos Bispos haviam sido realizadas cinco Assembleias, sendo a última em abril de 1962, na qual foram aprovados o Plano Nacional de Pastoral e o Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. Até o Concílio do Vaticano II, em 1964, apenas os arcebispos metropolitanos participavam da CNBB com expressão nas plenárias e votos.

¹²⁴ Ver nota de rodapé 67 do livro do autor Beozzo.

¹²⁵ INP. 2003.p. 28; Livro Reunião Extraordinária e Instalação, 14 a 17 de outubro de 1952. Acervo Centro de Documentação e Informação da CNBB.

¹²⁶ Posteriormente renomeadas como: Secretariado Nacional de Educação, Secretariado Nacional de Ação Social, Secretariado Nacional do Ensino e Religião, Secretariado Nacional dos Seminários e Vocações Sacerdotais, Secretariado Nacional de Apostolado Leigo e Liga Eleitoral Católica.

Assim, a Conferência era composta por uma Comissão Permanente (ou Central, mais adiante) e um Secretário. Por isso, também, que dissemos que os bispos ressentiram de não participarem das plenárias da CNBB e ainda de correrem o risco de perder o status decorrente das atividades junto à ACB¹²⁷.

Segundo Beozzo (2001.p.33), diante disso, a Conferência não propiciou de imediato “a criação de um laço estável e firme entre o conjunto de bispos do país e nem um rosto para a Igreja do Brasil”. Contudo, de maneira mais organizada, a Igreja Católica passou a se preocupar com a arregimentação de fiéis em duas frentes: a de lutar com os leigos por melhores condições sociais, a partir de uma perspectiva própria e religiosa, e a de escudá-la das influências comunistas e também dos males do capitalismo.

As relações entre a CNBB e o movimento de leigos foram bastante estreitas até 1964. Eram consideráveis o aporte financeiro e o apoio político para a entrada dos movimentos especializados da ACB nas dioceses mais refratárias. Após a ida de Dom Hélder Câmara para o Recife, em 1964, deixando o cargo de assistente geral da ACB e de Secretário Geral da CNBB, os movimentos da ACB foram se distanciando da Conferência que se tornava por sua vez mais burocratizada (SOUZA, 1984.p.64; 220-7).

A Igreja já se encontrava dividida¹²⁸ entre conservadores, sendo os mais conhecidos Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Castro Mayer (fundadores do movimento conservador Tradição, Família e Propriedade), e entre os leigos Plínio Correa de Oliveira (TFP) e Gustavo Corção (membro da União Democrática Nacional, UDN); e, os reformadores, Dom Hélder Câmara,

¹²⁷ Para dar coesão, incluímos referências a fatos posteriores ao período demarcado pelo presente capítulo.

¹²⁸ Vamos aqui tomar as palavras dos próprios bispos do Nordeste para referenciar os termos conservadores e reformadores: “existe uma tensão na Igreja que nasce de duas fidelidades: uma fidelidade para com as opções eclesiais feitas no passado em função de problemas que possuíam a seu tempo relevância e outra fidelidade para com opções eclesiais assumidas no presente em função de problemas importantes para o nosso tempo atual” [...] “Os tradicionalistas ou conservadores manifestam pouca ou nenhuma consciência social; tem mentalidade burguesa e por isso não questionam as estruturas sociais [...] sua atuação na comunidade possui caráter paternalista e assistencial, sem nenhuma preocupação com a modificação do *status quo*.” (CELAM, p.95 apud MORAIS, 1982.p.36). Em relação aos reformados, Morais diz sobre aqueles que querem reformas que não sejam transformações em “sentido profundo, somos conduzidos a ver nelas algum intuito transformacional – superficial, mais ao nível dos efeitos do que das causas” (1982, p.93).

responsável então pela ACB, e Dom Eugênio de Araújo Salles, responsável pela implantação do Movimento de Educação de Base (MEB)¹²⁹.

Contudo os reformadores, entre os anos 1950 a 1960, principalmente os bispos do Nordeste, tinham maior expressividade dentro dos movimentos de juventude da ACB e na própria CNBB. Eram mais preocupados com as questões sociais e políticas, buscavam aplicar as encíclicas sociais de maneira mais efetiva, propondo reuniões para discutir sobre o engajamento do leigo católico. O elo mais próximo com os movimentos especializados, por outro lado, favorecia a rede de informações sobre a realidade brasileira, levadas pelos militantes acistas aos bispos (BANDEIRA, 2000.p.209-10; BRUNEAU, 1974. p.198-9; SOUZA, 1984.p.65; 133-45).

Os temas das Assembleias destes primeiros anos da CNBB demonstravam a efetividade da frente reformadora da Igreja. Também ofereciam luz à maneira como a ACB seguia as orientações emanadas pela Conferência dos Bispos.

A I Assembleia, realizada em Belém do Pará, em 1953, teve como tema central o *Plano Nacional de Combate ao Espiritismo e Igreja e a Reforma Agrária* – assim tangenciando temas religiosos e sociais citado no item anterior); a II Assembleia, ocorrida em Aparecida do Norte, em 1954, tratou da *Situação da Família e da Ajuda Espiritual, Cultural e Econômica do Clero*; a III Assembleia, ocorrida na Serra Negra, em 1956, sobre as *Paróquias ajustadas ao nosso tempo e ao nosso meio e a Formação de Opinião Pública através da Publicidade*; a IV Assembleia em Goiânia, em 1958, a *Renovação Paroquial e a influência das estruturas sociais na vida religiosa* e a V Assembleia, em 1962, sobre o *Plano de Emergência para a Mobilização Geral da Igreja no Brasil*¹³⁰ e *Renovação do Ministério Sacerdotal, Educandários e Paróquias*. Visto assim, tais matérias discutidas pelo Episcopado em muito colaboraram com uma ação mais efetiva

¹²⁹ Experiência de educação que utilizava a transmissão radiofônica dos conteúdos de ensino que eram voltados para a alfabetização do agricultor. Baseada numa realização colombiana, a Igreja trouxe para o Brasil e obteve apoio do então Presidente Jânio Quadros, quem concedeu a licença de uma emissora para esse fim como firmado no Decreto nº 50370, de 21 de março de 1961. Surgiu no Rio Grande do Norte e era favorável à sindicalização dos trabalhadores do campo, porém ao mesmo tempo que se opunha às Ligas Camponesas (movimento não religioso mais radical no campo).

¹³⁰ A Ação Católica Brasileira juntamente com o Movimento Mundo Melhor (MMM) ajudou a implementar o Plano (INP, 2003.p.48).

do apostolado leigo nas questões temporais, instruídas pelo assistente e pelo bispo que assistiam e concordavam com essas frentes (BEOZZO, 2001.p.33)¹³¹

Por outro lado, concorria com os temas sociais o medo do comunismo, ainda mais em razão da Revolução Cubana (1959), e do liberalismo norte-americano, diante da progressiva abertura do mercado e, conseqüentemente, da cultura brasileira para a absorção de valores mais individualistas (BEOZZO, 1994.p.22).

A encíclica papal *Mater et Magistra*¹³², publicada em maio de 1961, tratava explicitamente dos problemas do desenvolvimento do capitalismo e das sociedades urbanas, tornando-se assim um importante instrumento para a linha mais renovadora da Igreja. Em outro momento, na publicação da *Pacem in Terris*¹³³, em 30 de abril de 1963, a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil insistiu na proposta de reforma social para o Brasil enfrentar os problemas de miséria econômica.

Durante o Concílio Vaticano II, duas reuniões da Conferência aconteceram para estudar o Plano de Emergência e os Estatutos da CNBB, além de um Plano de Pastoral de Conjunto e das Campanhas da Fraternidade que seriam uma atividade contínua da Conferência. Estas reuniões serão tratadas no capítulo seguinte, pois nas mesmas foram discutidas as estratégias da ACB para o seu futuro, bem como a difusão das Comunidades Eclesiais de Base, que significaram a “desclericalização das estruturas eclesiais, com a maior participação dos leigos” (BEOZZO, 2001.p.37).

Para Dom Raimundo Caramuru (INP, 2003. p.42), existia uma “simbiose no início dos anos 1960 entre a AC especializada e a CNBB”, explicada pela presença de Dom Hélder Câmara exercendo concomitantemente dois cargos importantes, o de secretário geral da CNBB e o de assistente geral da ACB, como já dito antes.

Contudo, a “simbiose” era também do ponto de vista organizativo, uma vez que o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo se forjava a partir da

¹³¹ Ver notas de rodapé 67 e 68 da obra do autor Beozzo.

¹³² A encíclica trata da então recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã, elaborada sob o papado de João XXIII. Retoma princípios da encíclica *Rerum Novarum* (papa Leão XIII, 15 de maio de 1891) e a da *Quadragesimo Anno* (papa Pio XI, 15 de maio de 1931), esta última publicada em virtude dos 40 anos de publicação da *Rerum Novarum*.

¹³³ A encíclica do papa João XXIII, também sobre a liberdade e as relações sociais e econômicas entre os diferentes setores sociais.

estrutura, do clero e dos leigos advindos da própria ACB. Ao invés de “simbiose nos anos 1960”, a percepção mais correta seria a de uma “transição” de um Secretariado Nacional da ACB para um Secretariado Nacional de ACB e Apostolado Leigo no interior da própria CNBB.

Esta transição culminou propriamente na reestruturação do Secretariado Nacional da ACB, tornando-o um interlocutor entre a Comissão Episcopal da ACB, a CNBB, as outras associações laicais e a Ação Católica Especializada.

Também na década de 1960 a CNBB viu-se preocupada com a crise da Ação Católica Especializada e com outros movimentos ligados à Igreja, como o Movimento de Educação de Base. No caso específico da ACE, a justificativa era de que ela perdia seu rumo, orientando-se para uma praxis revolucionária, distante assim de suas origens. Ao mesmo tempo que se preocupava com essa nova direção, também os bispos procuravam proteger os militantes e padres de uma possível ação coercitiva por parte do Estado. Ainda que contraditoriamente, a CNBB tivesse apoiado a “revolução de 1964”¹³⁴.

A Ação Católica Especializada nasceu por influência da experiência da Ação Católica Canadense, em 1942, no Brasil¹³⁵, ainda que já constituída na Bélgica e na França (CARVALHEIRA, 1983. p.18). Em sua fase preparatória, nos anos de 1943 a 1950, foi marcada por um modelo de cristandade tradicional totalmente vinculado à Hierarquia, e de mandato restritivo (GIMENÈZ, 1968 apud SOUZA, 1984, p.100-1¹³⁶; BEOZZO. 1984, p.36-54)¹³⁷. O padre Hélder Câmara, então assistente nacional de ACB, em 1946, teve um papel decisivo na estruturação e no seu reconhecimento oficial enquanto ACE.

¹³⁴ Na reunião da Comissão Central da CNBB, ocorrida entre 17 e 29 de maio de 1964, os bispos elaboraram uma declaração apoiando o regime militar, pois acreditavam que salvariam o Brasil do perigo comunista (MORAIS, 1982.p.99). Logo após o golpe militar, houveram as primeiras prisões de religiosos, sacerdotes e leigos, mostrando assim a sua face ditatorial.

¹³⁵ São muitos os autores que trataram dos ramos fundamentais e seções especializadas da ACB. Para saber mais a respeito ver SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. A JUC: os estudantes católicos e a política (1984); BEOZZO, José Oscar. Cristãos na universidade e na política: história da JUC e da AP (1984); SIGRIST, José Luiz. A JUC no Brasil evolução e impasse de uma ideologia (1982); MURARO, Valmir Francisco. Juventude Operária Católica (JOC) (1985); MAINWARING, Scott. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira (1983); FREITAS, Maria Carmelita de. Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral (1997).

¹³⁶ GIMENÈZ, Gilberto. *Introducción a una pedagogia de la pastoral universitaria. Servicio de Documentación MIEC-JECI, série I, doc. 14, Montevideo, 1968, p.4-16.*

¹³⁷ Alguns autores, BEOZZO (1984), GIMENEZ (1968, apud SOUZA, 1984.p.100-1) e SOUZA (1984) procuraram delimitar a Juventude Universitária Católica nas fases assinaladas, as quais são cabíveis para a Ação Católica Especializada como um todo.

Nos estatutos de 1946 e 1950, a Ação Católica Especializada¹³⁸ apareceu como uma opção dada aos bispos e não como uma obrigatoriedade a ser instalada nas dioceses. Os bispos mais conservadores insistiam na continuidade do modelo de Ação Católica Italiana, devido ao seu caráter mais centralizador e autoritário. Os bispos mais inovadores acabaram por vez substituindo o modelo italiano por este modelo especializado. Contudo, foi se vendo a fraqueza dos movimentos fundamentais e generalistas e a força dos especializados nas dioceses. Os setores de adultos não chegaram a se solidificar, com exceção da Ação Católica Independente e Operária nos finais dos anos 1950.

Mesmo que os movimentos especializados fossem chamados de autônomos e independentes, somente assim eram na execução de suas tarefas nos seus meios específicos. À vista disso, eram coordenados e interdependentes dentro de um programa geral de Ação Católica Brasileira. O ponto em comum e de contato entre todas as organizações especializadas era o Secretariado Nacional da ACB. Assim as diretrizes tomadas pela ACB eram seguidas pelos movimentos especializados, respeitando as finalidades e as iniciativas de cada um deles.

Nos estatutos publicados em 1956 foi encontrada a denominação 'Ação Católica Especializada' de maneira objetiva, contudo sem definição dela como uma estrutura ou entidade própria de apostolado, como se pode ver no Título III, artigo 8º e no item c) que

a ACB é especializada, porque, para agir em profundidade, mantém para cada meio específico uma especialização com apóstolos do próprio meio; e é uma porque as diversas especializações, ao invés de serem estanques se entrosam no mesmo organismo vivo e vivificante. (ESTATUTOS DA ACB, 1956. Artigo 8º)

No entanto, a nomenclatura ganhou força e representou uma segunda fase da Ação Católica Brasileira (CARVALHEIRA, 1983; DALE, 1985; FREITAS, 2007; BRIGHENTTI, s/d). Esse segundo momento foi marcado pela expansão e forte atuação desses setores e também pelo engajamento nas questões políticas

¹³⁸ Já foi dito no capítulo 2. Resolveu-se apresentar uma síntese aqui para compor a discussão que era específica dos anos 1950.

e temporais de maneira acentuada. Segundo Giménez (apud SOUZA, 1984, p.100-1), essa fase correspondeu a um modelo de cristandade social, ainda que dentro de uma visão dualista entre espiritual e temporal e de apostolado ligado à Hierarquia. O mandato, na percepção desses militantes, deveria ser flexibilizado, assim permitindo maior comprometimento para com suas ações no campo social.

Logo, à medida que o leigo era tomado por este espírito de responsabilidade social de seu apostolado, era tomado também pelo desejo de autonomia em relação à execução de sua missão. Essa tendência à “emancipação laical” desenvolveu-se no interior dos diversos movimentos especializados existentes nos países católicos, a qual foi criticada por Pio XII no Congresso Mundial de Apostolado dos Leigos, em Roma, em 1957.

Segundo o autor BRIGHENTI (s/d.p.7-8), a Ação Católica Especializada foi, por sua vez, marcada pelo que chamou de ‘pós-cristandade’, que culminou nas diretrizes do Concílio Vaticano II. Entendeu-se por ‘pós-cristandade’ o engajamento e o colocar-se de fato a serviço da sociedade, no intuito de resolução dos problemas sociais e políticos, à luz do evangelho e de teóricos que robusteceram a ação temporal dos cristãos.

Portanto, reforçamos que a ‘independência’ da Ação Católica da Hierarquia, a ‘emancipação dos leigos’ e a corrente de pensamento ‘teologia do laicato’ foram forjadas com a Ação Católica Especializada, por meio das Juventudes Católicas e de suas opções por uma estratégia mais temporal, contrapondo ao seu princípio original de limitar-se às questões de recristianização do meio a serviço da Igreja. Mesmo que não se tenha optado por estudar as especializações de Ação Católica, foi nelas que a contradição surgiu e que trouxe efeitos profundos a toda a ACB.

Não obstante, toda essa reformulação teórica e diretriz foi dada pela própria Hierarquia da Igreja que acabou por provocar a transformação e ou rompimento com os princípios da própria Ação Católica Brasileira. Visto que a Comissão Episcopal e o Secretariado Nacional da ACB incitavam a discussão dos problemas temporais à luz do evangelho e das encíclicas sociais. Assim foi durante a VI Semana Nacional, de 02 a 06 de maio de 1957, em que se compreendeu que os movimentos deveriam sair das paróquias (que pareciam “estáticas e conservadoras”) para uma dinâmica social, missionária e

transformadora, cunhando então uma nova ação evangelizadora (DALE, 1985.p.125).

O leigo era chamado a desenvolver sua opção política dentro das exigências do ensinamento cristão da doutrina social que “inspira projetos e ideologias, julga sua autenticidade, abre-lhe perspectivas novas, mas não se confunde com nenhum deles, nem assume como próprio nenhum tipo de sociedade” (PADIM apud DALE, 1985. p.155¹³⁹).

Essa nova perspectiva dos movimentos especializados influenciou na estrutura da ACB, a qual reclamava também uma remodelação para atender aos novos objetivos e preocupações. Em 1957, a Comissão Episcopal da ACB havia nomeado um Secretariado Nacional em nova fase; embora, logo em 1960, o reformara, pois, a “maturidade dos movimentos especializados exigiu uma coordenação”. O Secretariado Nacional da ACB passava a buscar o entrosamento com as equipes nacionais, bem como representar os movimentos especializados junto a outros organismos nacionais e internacionais de apostolado ou não. Ainda, dava a formação e coordenava os secretariados regionais, arquidiocesanos e diocesanos, realizando visitas e contatos, mantendo a correspondência, boletins e circulares.

1º Promover e dirigir as reuniões dos movimentos com a Comissão Episcopal de Ação Católica e Apostolado Leigo;
2º Participar do Secretariado Nacional do Apostolado Leigo;
3º Colaborar estreitamente com os outros Secretariados Nacionais da CNBB, em especial, com o Secretariado Nacional de Educação e Cultura (SNEC) e Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) [...]. (Uma estrutura para o Secretariado Nacional da ACB – em 1960 – objetivos e preocupações, 1960.p. 2.)

Ademais, a consolidação e o sucesso sentido pelas organizações especializadas da ACB renderam muitos elogios e deferências ainda que vivendo todas essas contradições. “O atual destaque que a AC tem na Igreja, como apostolado organizado dos leigos”, era dito assim pela coordenação no Centenário de Pio XI, em 31 de maio de 1957¹⁴⁰. Ou mesmo “numa sincera e leal revisão da sua benéfica influência a Ação Católica poderá apontar um

¹³⁹ PADIM, CÂNDIDO. Texto “Sentido, linha de ação e método dos movimentos especializados”, 1964. Transcrito integralmente na obra citada, p.133-57.

¹⁴⁰ Carta, 31 de maio de 1957.

respeitável acervo de realizações positivas no campo do apostolado” (Boletim da Ação Católica, Rio de Janeiro, n.2, 1960.p.2).

A ACB que favorecera o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Ação Católica Especializada, acabou por ser absorvida por suas próprias criaturas.

5. A redenção da Ação Católica Brasileira

Na Ação Católica, os leigos tinham um mandato especial para falar e agir em nome da Igreja. Esse mandato foi um grande trunfo para o desenvolvimento da Ação Católica, mas foi também sua pedra de tropeço, já que o episcopado tinha uma concepção de mandato, e os leigos tinham outra, e nem Dom Hélder conseguiu equacionar bem essa questão. (Dom Raimundo Caramuru, In: INP, 2003. p.57)

5.1. A Ação Católica à espera de uma definição

No final dos anos 1950 o modelo especializado da Ação Católica por segmento social – agrário, estudantil, independente, operário e universitário – era adotado massivamente pelos países de tradição católica. Essa estruturação do movimento era uma forma de leitura da sociedade, compreendendo-a a partir dos ambientes sociais que pareciam à Igreja os principais polos para a adesão de um maior número de pessoas ao catolicismo. Por outro lado, cumpria-se assim o que Pio XII desejara: a expansão do movimento fora das paróquias.

Em 29 de outubro de 1958 iniciou-se o papado de João XXIII. Herdou a atitude de Pio XII de subordinar os movimentos católicos a uma política anticomunista que continuava dominante na Cúria Romana. O mundo vivia sob a tensão da Guerra Fria iniciada depois da II Guerra Mundial, entre o bloco capitalista, representado pelos EUA, e o bloco comunista, representado pela URSS. A Igreja preocupava-se com a possibilidade de que um comunismo ateu se ampliasse, ainda que os partidos democráticos cristãos, que representavam os seus interesses, permanecessem no poder (FONTES, 2011. p.93-4; 127-30; 152; HOBBSAWM, 1995.p.223-7; MORAIS, 1982. p. 20-23). O medo em relação ao regime comunista era justificado, pois assistia à influência do modelo na América Latina. Também continuava reservada em relação aos modos de comportamento do mundo moderno, originados pelo crescimento econômico dos países no pós-guerra e pelas inúmeras inovações tecnológicas, em diversas áreas, a par do desenvolvimento do bem-estar social.

As instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas no Ocidente, as quais se interligavam. As comunidades de católicos sentiam-se afligidas pela liberação feminina, pelo uso de anticoncepcionais, pela prática do aborto e pelo direito ao divórcio. A instituição Igreja, por sua vez, reclamava que o comparecimento à

missa (só na Itália, diminuiu em torno de 48%) e as vocações e outras formas de vida religiosa caíram acentuadamente, como aconteceu com a disposição de praticar o celibato, real ou oficial (HOBSBAWM, 1995.p.259-61; JUDT,2008. p.380-1).

João XXIII não tinha como principal assunto nas encíclicas a Ação Católica¹⁴¹. Era um papa focado na Ação Católica Italiana que de imediato era a que a ele se subordinava. Até nas exortações, a AC não era a primeira entre as demais associações, incluindo até a dos missionários à frente. Era sua lista ordenada: 1º) aos bispos; 2º) ao clero; 3º) aos religiosos; 4º) aos missionários; 5º) à Ação Católica e a todos os colaboradores no apostolado e 6º) a uma sucessão de combalidos sociais (aflitos, pobres, refugiados etc.) (Encíclica *Ad Petri Cathedram*, 1959).

Isto se dava desde Pio XII, quando se passou a valorizar outras formas de apostolado que já existiam. Eram os apostolados das missões que foram retomados devido ao período de independência das colônias francesas e italianas¹⁴², e incentivados em lugares onde poderiam acolher o catolicismo como religião, ainda que houvesse também um princípio de caridade internacional por parte dos católicos.

De maneira a conciliar seus interesses de difusão do catolicismo com o magistério pontifício e episcopal, a Igreja desenvolveu uma leitura crítica dos fenômenos sociais. Refletia-se sobre a corrida armamentista em decorrência da Guerra Fria, sobre as desigualdades econômicas e sociais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a pobreza e a fome, sobretudo, na África.

Mesmo que permeada por todas essas transformações, não diferente dos anos anteriores, as características essenciais da Ação Católica continuavam as mesmas - colaboração organizada dos leigos no apostolado hierárquico; subordinada à Hierarquia¹⁴³; assistida pelos bispos e a eles diretamente

¹⁴¹ Não se quis incluir estas encíclicas no capítulo anterior para que se possa refletir em conjunto sobre a obra do papado de João XXIII.

¹⁴² Tornaram-se independentes da França: Marrocos, Tunísia (1956); Guiné (1958); Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Benin, Niger, Costa do Marfim, Congo, Gabão, Mali (1960), e outros. Independente da Itália: Somália (1960).

¹⁴³ "Haver na Igreja Católica unidade de governo é coisa que todos veem. Como os fiéis estão sujeitos aos sacerdotes e os sacerdotes aos Bispos [...]; assim todos e cada um dos sagrados pastores estão sujeitos ao romano pontífice que deve ser considerado sucessor de Pedro [...] (a quem é) fundamento da Igreja." (Encíclica *Ad Petri Cathedram*, 29 de junho de 1959)

ligada¹⁴⁴; provida de mandato; una, universal e hierarquizada tal qual a Igreja; distinta das demais associações, e preocupada com a formação de seus dirigentes (Encíclica *Ad Petri Cathedram*, 1959; Encíclica *Princeps Pastorum*, 1959; Discurso à Juventude Católica Feminina de Ação Católica de Roma, 10 de janeiro de 1960)¹⁴⁵.

Ademais dirigia-se à AC com os seguintes termos: ‘uma organização de leigos’, ‘associação’ e ‘movimento’. Portanto, sem nada acrescentar ao que antes percebemos sobre os inúmeros termos empregados. Era a AC “um movimento, isto é, uma instituição que no apostolado comprometido e para o serviço da sagrada Hierarquia tem sua razão íntima de existência” (Audiência Geral, 27 de março de 1960).

Mesmo que João XXIII tenha dado pouca atenção¹⁴⁶ à questão da Ação Católica, mostrava intimidade para com o assunto rememorando seus tempos de assistente da Juventude Feminina de Ação Católica de Roma. Igualmente buscava demonstrar interesse indicando que pesquisava sobre o tema nos “arquivos da Igreja” (Discurso à Juventude Católica Feminina de Ação Católica de Roma, 10 de janeiro de 1960).

O papa não tinha intenção de aprofundar sobre o conceito de Ação Católica, seus fins e os seus meios, porque “isto já havia sido muito discutido pelos seus antecessores e pelos outros veículos da Igreja”. Enfatizava que Pio XI “teve, antes de tudo, a preocupação de assegurar a distinção clara das demais associações religiosas e especialmente civis”, portanto o assunto estava resolvido (JOÃO XXIII. Discurso à Juventude Católica Feminina de Ação Católica

¹⁴⁴ “aceites com docilidade as decisões do chefe das dioceses”. (Discurso para os peregrinos da Ação Católica do Meio Independente, em 1961)

¹⁴⁵ As encíclicas tratam do *conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade* e das missões, respectivamente encíclicas *Ad Petri Cathedram*, 29 de junho de 1959 e *Princeps Pastorum*, de 28 de novembro de 1959.

¹⁴⁶ Totalizando aproximadamente 15 documentos, temos: Discurso à Juventude Católica Feminina de Ação Católica de Roma, 10 de janeiro de 1960; Audiência Geral, de 27 de março de 1960; Discurso ao Congresso da Federação Mundial da Juventude Feminina de Ação Católica Italiana, 23 de abril de 1960; Discurso às Aspirantes da Juventude Feminina Católica de Ação Católica Italiana, 29 de setembro de 1960; Discurso aos Portuários de Gênova e Dirigentes de Ação Católica, 23 de abril de 1961; Discurso à Peregrinação da Ação Católica do Meio Independente da França, 12 de maio de 1961; Discurso aos Dirigentes de Ação Católica Italiana e de União de Juristas Católicos Italianos, 12 de dezembro de 1961; Alocução aos Presidentes Diocesanos de Ação Católica, 05 de janeiro de 1962; Discurso à Juventude Feminina de Ação Católica de Milão, 01 de junho de 1962; Discurso à União de Homens da Ação Católica Italiana, 13 de maio de 1962; Discurso aos Graduados de Ação Católica Italiana, 04 de janeiro de 1963; e, Radiomensagem à Juventude Católica de Portugal, 28 de abril de 1963.

de Roma, 10 de janeiro de 1960). Todavia, a distinção ainda não se encontrava tão resoluta.

Tendo sido convocado o Concílio Vaticano II, esse momento de reflexão proposto por João XXIII poderia ter gerado documentos pontifícios mais contundentes em relação à AC e uma revisão do seu status jurídico, diante do tamanho e importância que essa associação teve pelo mundo. Porém, não foi isso o que aconteceu. João XXIII foi considerado um papa moderno, convocando a reunião dos bispos para adaptar a Igreja à realidade de então. Seu pontificado foi curto; mas, deixou uma missão a ser cumprida pelo próximo papa.

No papado de Paulo VI, iniciado em 21 de junho de 1963, quase que a totalidade das cartas e discursos que citava a Ação Católica foi elaborada para a Ação Católica Italiana¹⁴⁷. O papa propunha que para entender o apostolado leigo, em sua natureza e problemáticas, deveriam ser observadas as diversas formas em que a AC se desenvolveu e os seus inúmeros instrumentos e, por isso, ser apreendida dentro da “história religiosa” (Carta ao Episcopado da Argentina e à Assembleia Nacional das Associações Católicas, em 12 de abril de 1964).

Ao propor que a AC fosse estudada dentro da história religiosa, Paulo VI admitiu a perspectiva de uma leitura crítica a partir de um olhar não devocional,

¹⁴⁷ Discurso às Delegadas Diocesanas da Juventude Feminina de Ação Católica Italiana, em 25 de junho 1963; Discurso à Juventude Italiana de Ação Católica, em 04 de julho de 1963; Discurso a uma representação de dirigentes da Ação Católica Italiana, em 05 de julho de 1963; Discurso aos Delegados episcopais de Ação Católica Italiana, em 25 de julho 1963; Discurso à Junta Central da Ação Católica Italiana, em 07 de dezembro de 1963; Discurso ao Movimento de Aspirantes da Juventude Italiana de Ação Católica, em 21 de março de 1964; Discurso às Dirigentes da Juventude Feminina de Ação Católica de Milão, em 02 de maio de 1964; Carta do Santo Padre, assinada pelo cardeal Secretário de Estado, por ocasião do Encontro dos Assistentes Nacionais da Ação Católica Portuguesa (25 de junho de 1964); Discurso ao Congresso Internacional da JOC, em 01 de agosto de 1964; Discurso à Juventude Italiana de Ação Católica, em 03 de novembro de 1964; Discurso à nova Junta de Ação Católica Italiana, em 12 de dezembro de 1964; Discurso às Religiosas Assistentes Técnicas da Juventude Feminina de Ação Católica Italiana, em 05 de janeiro de 1965; Discurso a União de Homens de Ação Católica, em 06 de fevereiro de 1965; Discurso aos Dirigentes do Movimento Internacional de Juventude Agrária Católica, em 26 de março de 1965; Discurso aos Presidentes Diocesanos da Ação Católica Italiana, em 28 de junho de 1965; Discurso à Seção da Juventude Feminina de Ação Católica Italiana, em 04 de julho de 1965; Discurso aos Participantes no XXVIII Congresso Nacional dos Graduados da Ação Católica, em 04 de janeiro de 1966; Discurso ao Comitê Europeu de Juventude Estudantil Católica, em 05 de fevereiro de 1966; Discurso ao Congresso Nacional da Ação Católica Italiana, em 20 de março de 1966; Discurso ao Congresso Nacional da Ação Católica Italiana, em 20 de março de 1966; Discurso ao Congresso Nacional da Ação Católica Italiana, em 20 de março de 1966; Discurso às Crianças de Ação Católica, em 16 de setembro de 1966; Mensagem por ocasião da preparação do III Congresso do Apostolado de Leigos, em 19 de novembro de 1966.

mas sim analítico sobre a Ação Católica, circunscrevendo-a dentro de um tempo e de uma espacialidade. Podia então ser repensada como um fenômeno sócio-histórico, diferente do viés de sobrenaturalidade divina e dogmática que impregnava o discurso nos anos anteriores.

Mesmo que quisesse se proteger do que julgava ser um malefício para as sociedades, o pensamento moderno e crítico começava a moldar as formas de olhar a própria Ação Católica. Questões como a historicidade do cristianismo, a exegese crítica aplicada ao estudo da Bíblia, assim como a articulação entre liberdade de investigação e autoridade do magistério católico constituíram tópicos de debate no campo do pensamento teológico, a par da chamada “abertura para o mundo moderno” (FONTES, 2011.p.286).

Não obstante, a compreensão da Ação Católica como fenômeno temporal também confirmava a ideia do lugar que os leigos ocupavam: apartados da Hierarquia que era entendida como divina. Igualmente, estando separada do apostolado hierárquico, deixava de ser confundida com o próprio clero e assim ficava mais evidente a sua subordinação à Hierarquia. Ou seja, “à Hierarquia eclesiástica cabe, por direito divino, a alta direção de toda a atividade do apostolado. Por esta razão o Episcopado pode conferir à Ação Católica um mandato especial, elevando-se à sua direta dependência”. Ainda as decisões tomadas pela direção leiga tinham “naturalmente a aprovação, ao menos implícita, da competente autoridade eclesiástica, a qual está representada nos organismos diretivos e nas associações por um sacerdote” (JOÃO XXIII. Carta ao Episcopado Argentino, em 12/04/1964).

Dentro do pontificado de Paulo VI não houve preocupações conceituais a respeito da Ação Católica. Porém, sob seu pontificado, foi no Concílio Vaticano II que se forjou um conceito de Ação Católica e de apostolado leigo, juntamente com outras questões relativas à eclesiologia, liturgia e comunhão.

A abertura do Concílio Vaticano II ocorreu em Roma, no dia 11 de outubro de 1962, reunindo em torno de 2500 bispos de todo mundo, dentre os quais 230 eram bispos brasileiros¹⁴⁸. O Concílio transcorreu durante os anos 1962 e 1965,

¹⁴⁸ Segundo Beozzo (2001.p.129) durante o Concílio o número de bispos brasileiros aumentava, chegando na última sessão, em 1965, ao total de 231 bispos.

dividindo-se em quatro períodos¹⁴⁹, e foram aprovados quatro constituições, nove decretos e três declarações¹⁵⁰.

Para iniciar os trabalhos do Concílio, foram preparados previamente 72 esquemas conciliares para serem debatidos; no entanto, os bispos rejeitaram todos e sugeriram mudanças, adaptações ou elaborações de novos. A Comissão Preparatória do Concílio contou com nove bispos brasileiros: Dom Hélder Câmara, Dom Vicente Scherer, Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, monsenhor Joaquim Nabuco, Dom Geraldo Fernandes Bejos, Dom Alfonso M. Ungarelli, frei Boaventura Kloppenburg, padre Estevão Bentia e Dom José Vicente Távora. Já na abertura do Concílio, 204 bispos haviam comparecido (BEOZZO, 1994. p.73; 2001.p.32)¹⁵¹.

Na etapa preparatória do Concílio, os brasileiros não tiveram muita atuação. Durante o Concílio, os bispos se dividiam entre as Comissões e Dom Hélder Câmara participou da “Comissão do Apostolado dos Leigos”, que era encarregada de redigir um esquema sobre as relações entre a Igreja, o mundo contemporâneo e o laicato (BEOZZO, 2001. p.92; 232).

Os bispos brasileiros levaram a preocupação de que se definisse “com maior clareza a Ação Católica”. Não somente isso, o episcopado brasileiro reuniu-se vários dias para discutir os Planos de Emergência e de Pastoral, que trataremos mais adiante (BEOZZO, 2001. p.82; 150-61)¹⁵². Outrossim, Dom

¹⁴⁹ Sendo o 1º período de 11 de outubro a 08 de dezembro de 1962; o 2º período de 29 de setembro a 04 de dezembro de 1963; o 3º período de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964, e o 4º e último período de 14 de setembro a 08 de dezembro de 1965.

¹⁵⁰ Foram as Constituições *Dei Verbum*: sobre a revelação divina; *Lumen Gentium*: sobre a Igreja; *Sacrosanctum Concilium*: sobre a sagrada liturgia; e, *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual. Quanto aos Decretos, foram *Ad Gentis*: sobre a atividade missionária da Igreja, *Presbyterorum Ordinis*: sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, *Apostolicam Actuositatem*: sobre o apostolado leigo, *Optatam Totius*: sobre a formação sacerdotal, *Perfectae Caritatis*: sobre a conveniente renovação da vida religiosa, *Christus Dominus*: sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, *Unitatis Redintegratio*: sobre ecumenismo, *Orientalium Ecclesiarum*: sobre as Igrejas Orientais Católicas e *Inter Mirifica*: sobre os meios de comunicação social. Por fim, foram as Declarações *Gravissimum Educationis*: sobre a educação cristã, *Nostra Aetate*: sobre a Igreja e as religiões não cristãs, e *Dignitatis Humanae*: sobre a liberdade religiosa.

¹⁵¹ Segundo Beozzo (2001.p.120) “se do lado da delegação oficial, o atropelo e a improvisação, a insegurança econômica e a incerteza política coexistem com a decisão de partir, o mesmo acontece com os bispos, igualmente inquietos com a situação política – o que será a regra durante os quatro anos, mormente em 1963 e 1964 – e preocupados, pastoralmente, por ausentarem-se, todos ao mesmo tempo, de suas dioceses e prelazias. Economicamente, irão depender ao longo dos quatro anos, do governo brasileiro, para a viagem de avião do Rio para Roma e, da Santa Sé, para a hospedagem nos meses do Concílio.” Ainda o autor apresenta o contexto internacional político do período que cerca o Concílio (p.115-8).

¹⁵² Para saber mais sobre a participação do Brasil nas fases pré-conciliar e conciliar ver “Consolidação Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira”, em

Hélder Câmara trabalhou arduamente em suas articulações com os bispos brasileiros a fim de sair do Concílio com uma proposta de renovação da Igreja Católica brasileira.

O Concílio havia sido convocado para “rever as formas de atuação pastoral, tanto as responsabilidades da Hierarquia como as que cabem ao laicato”, segundo Dom Cândido Padim, na ocasião assistente eclesiástico geral da ACB¹⁵³. Isto significou, em termos gerais, a revisão de três formas de condução da Igreja. A primeira em relação aos bispos, a segunda em relação à eclesiologia e a terceira em relação ao leigo. Nesta última forma, encontravam-se as discussões sobre um novo formato para a Ação Católica, sobre o qual já havia preâmbulos no II Congresso Mundial de Apostolado Leigo, em 1957.

No que tange aos bispos, o Concílio revestiu-os de autoridade mística própria, simbolizando dizer que o seu poder de participação na Igreja não era derivado do papa, mas do próprio Cristo. Dessa forma, mesmo que subordinados ao pontífice pela conjuntura hierárquica em que se alicerça a Igreja, a autoridade do bispo passou a ser consagrada e assim valorizada. Isso representou dizer que os bispos, ainda que regulados pela autoridade papal, governariam as igrejas particulares que lhe foram confiadas, teriam liberdade para promulgar leis que julgassem necessárias e orientariam as coisas pertencentes à ordenação do culto e do apostolado.

Já em relação à fundamentação eclesiológica, a Igreja deixou o conceito “sociedade perfeita” - visão de uma eclesiologia jurídica e piramidal que salientava o poder hierárquico -, para apreciar mais os aspectos da comunhão, da santidade e do mistério divino que envolviam a instituição. Daí forjou-se a concepção de “povo de Deus” composto por Hierarquia e fiéis. Essa mudança de visão de Igreja foi pautada pela crítica que se fazia ao conceito “sociedade perfeita”, que havia se tornado uma “hierarcologia” ao longo dos tempos, na medida em que se sobressaiu apenas a visão institucional, jurídica, vertical e uniformizada da Igreja. Parecia ser constituída apenas pelo exercício dos

INP, 2003.p73-147. Trata-se de uma síntese da tese de doutoramento BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia, 1959-1965**. 2001..463f. Tese. (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

¹⁵³ Rio de Janeiro, abril de 1964 apud DALE, 1985.p.134-157.

poderes de que eram investidos o papa e os bispos, valorizando pouco os leigos nessa concepção (TABORDA, 2011, p.130-1).

A concepção de “povo de Deus” repercutiu na própria Hierarquia, que mesmo que o Concílio provesse os bispos de mais autoridade, esses desempenhariam a sua função de sacerdócio a serviço de toda a Igreja. Igualmente, repercutiu no apostolado dos leigos que deixava de ser “a mera participação” no apostolado hierárquico, para tornar-se uma “participação na própria missão ‘salvífica’ da Igreja”, valorizando assim toda a dimensão religiosa e mística do laicato (COMBLIN, 2002.p.9-11). Logo, Hierarquia e laicato participariam de maneira igual no chamado “povo de Deus”, cada qual contribuindo com a particularidade de seu apostolado.

A renovação das ideias provocada pelo Concílio Vaticano II foi preparada pela experiência dos movimentos teológicos, pastorais, bíblicos e litúrgicos, ecumênicos, missionários e laicais que existiram na Igreja. Contudo, a importância à Ação Católica na definição de um novo papel para os leigos foi expressamente dada pelos bispos e teólogos conciliares, inclusive na preparação do Decreto sobre o apostolado leigo.

Os postulados de Yves Congar e de Joseph Cardijn¹⁵⁴ eram acentuados no ambiente conciliar, uma vez que foram formulados sobre as experiências da Ação Católica Especializada pelo mundo. De igual maneira, os movimentos expressavam as ideias dos autores em seus documentos circulares e estudos, bem como utilizavam a metodologia difundida por Cardijn, o ver-julgar-agir.

Joseph Cardijn foi fundador da Juventude Operária Católica na Bélgica e acolhido pelos papas Pio XII e João XXIII, proferiu palestras e formou militantes sobre o método ver-julgar-agir pelo mundo¹⁵⁵. O papa João XXIII reconheceu

¹⁵⁴ Participou no Concílio Ecumênico Vaticano II, inicialmente como perito. No entanto, a 22 de fevereiro de 1965, é nomeado cardeal pelo papa Paulo VI, assumindo a função de padre conciliar a partir de então, ajudando na reflexão sobre o lugar dos leigos no seio da Igreja. São suas as referências utilizadas para referendar a ação na temporalidade e o diálogo entre os leigos e a Hierarquia. O religioso dizia que a formação dada pela AC aos militantes deveria prepará-los para o diálogo com a autoridade eclesiástica, superando assim a imagem passiva perante a ela (BIRCK, 1975.p.196). Sobre Yves Congar, “foi um dos peritos mais qualificados e influentes”, segundo BEOZZO (2001.p.102) A exposição de outros sacerdotes sobre a importância de Congar encontra-se bem detalhada na obra do mesmo autor, na nota 267, p.174.

¹⁵⁵ Joseph Cardijn possui traduzido no Brasil “O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida” e outros títulos circunscritos no âmbito da Juventude Operária Católica, “A hora da classe operária” (1957), “Leigos na Linha de Frente” (1967). Para saber mais, uma série de obras não traduzidas estão listadas em BIRCK, 1975 e no site: <http://www.josephcardijn.com/> (acessado em 21 de novembro de 2016). Segundo SUESS (2006), Cardijn, “influenciou profundamente o

formalmente o tal método em sua encíclica *Mater et Magistra* publicada no dia 15 de maio de 1961, em que citava: "para levar a realizações concretas passa-se ordinariamente por três fases". Primeiro, o "estudo da situação" concreta; em segundo lugar, a "apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes". Em terceiro, o "exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática" [...] "são os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: 'ver, julgar e agir'".

Em 1960, Cardijn¹⁵⁶ foi nomeado membro da Comissão Pontifícia Preparatória sobre o Apostolado Leigo, para a qual redigiu 25 notas de estudos. Logo de início reagiu decididamente contra a tendência de limitar a Ação Católica a um testemunho exclusivamente religioso, tendo ampliado o seu conceito de leigo como todo aquele, homens e mulheres, que vivia fora do estado sacerdotal religioso.

Na primeira sessão plenária da Comissão Pontifícia Preparatória sobre o Apostolado Leigo, de 15 a 17 de novembro de 1960, Cardijn esteve presente. Pronunciou-se sobre a urgência do empenho do clero na formação dos leigos para o seu apostolado e sugeriu a criação de uma subcomissão, composta por dirigentes e militantes dos movimentos de leigos¹⁵⁷. Essa comissão poderia, no

Concílio, que conseguiu fazer uma "revisão da vida eclesial" e inspirou, posteriormente, a prática e a reflexão da pastoral latino-americana". In: Contexto e texto do Decreto "Ad Gentes" revisitado 40 anos depois de sua promulgação. Disponível em <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index?system=news&action=read&id=1682&page=50>. Acesso em 02 dezembro 2016.

¹⁵⁶ A referência será a obra de padre Afonso José Birck. SJ. Um mundo a construir: o apostolado dos leigos no pensamento de Joseph Cardijn. Ed. Loyola, Rio de Janeiro, 1975, que demonstra a atuação do Cardijn durante o Concílio Vaticano II, no que concerne à definição de leigo e seu apostolado. O autor Birck, ao fazer a leitura de Cardijn, coloca-a em diálogo com o conceito de apostolado leigo e sacerdotal de K. Rahner que dizia quando o leigo participa do apostolado hierárquico, deixa de ser o autêntico leigo. (In: *Das eigentliche Apostolat der Laien*. Nouvelle Revue Theologique 78 (1956), pp.3-32). Contudo, Cardijn vai ser defensor do que Pio XII conceituou por ocasião do II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, realizado em Roma, em outubro de 1957, [que em] em seu discurso dizia claramente que o leigo, exercendo apostolado hierárquico, não deixa de ser leigo e seu apostolado continua a ser um autêntico apostolado leigo (Discurso de Pio XII, ao II CMAL – REB 17 (1957) p.95).

¹⁵⁷ "Pessoalmente, estou seriamente preocupado quanto ao documento sobre o apostolado leigo. Sua importância, sua necessidade e sua urgência não me parecem suficientemente destacadas. Esta declaração deverá causar choque tanto no interior da Igreja como no exterior". No dia 29 de dezembro de 1961, escreveu Monsenhor G. Garrone, componente juntamente com Cardijn da primeira subcomissão: "desculpe se ousou importuná-lo comunicando-lhe a angústia que experimento ao ler os três textos de nossa Comissão. Será que o tom e o arranjo destes textos produzirão o choque necessário para fazer entender, nos meios da própria Igreja e no mundo de hoje, a importância que se deve dar ao apostolado próprio e insubstituível dos leigos em seus ambientes de vida, face aos problemas do nosso mundo contemporâneo e da humanidade de hoje? Será que aqueles textos assim redigidos influem nas organizações e instituições que devem dar uma solução a estes problemas? Inéditos, correspondência Vaticano II" (Carta a

seu entender, assessorar, com a riqueza de suas experiências, os bispos e sacerdotes, membros oficiais da Comissão, a melhor compreender a dinâmica que tomou o apostolado leigo.

Segundo Birck (1975), em janeiro de 1962 Cardijn submeteu à Comissão a seguinte reflexão sobre o apostolado essencial dos leigos¹⁵⁸ de que

[...] todos os fiéis tomam parte em **todo** o apostolado da Igreja, no apostolado hierárquico, doutrinal, sacramental, litúrgico, ascético, catequético, missionário etc., mas no conjunto do Apostolado da Igreja, os leigos têm uma missão própria, essencial e insubstituível dada a toda humanidade pelo Criador no momento da própria criação [...]. (Inéditos, nota 12, p. 1-2, Vaticano II apud BIRCK, 1975. p.222 (grifos do autor) ¹⁵⁹

Outra menção era a de que todo leigo tomasse parte da Hierarquia da Igreja, ou seja, não precisasse mais estar atrelado à Ação Católica e ao mandato. Essa abertura dirigida “a todo leigo” para participar da missão apostólica foi a mais impactante para a AC, pois a destituía de seu maior significado que era a exclusividade da ação apostólica.

Em abril do mesmo ano, o Decreto sobre o Apostolado Leigo foi enviado aos bispos do mundo inteiro. Cardijn escreveu para Dom Eugênio Salles, então bispo de Natal, sobre o material:

[...] eu estou convencido mais do que nunca que a hora presente é decisiva para a Igreja e que seu futuro dependerá em grande parte do lugar que ela der ao apostolado leigo, pelo qual ela deverá fazer frente aos verdadeiros problemas do mundo. (Inéditas, correspondência Vaticano II, 15 de janeiro de 1963 apud BIRCK, 1975. p.225-6)

Cardijn tentava com isso convencer os bispos de que a transformação apostólica do estado da vida realizava-se em movimentos especializados, dirigidos pelos leigos, auxiliados pelos sacerdotes, reconhecidos pela Hierarquia,

Monsenhor A. Glorieux, em outubro de 1961, Inéditos Correspondência Vaticano II —Apud BIRCK, 1975.p.221).

¹⁵⁸ Dessas suas análises, Cardijn produziu o livro “*Leigos em Primeira Linha*” em 1963, e o lançou durante o Concílio Vaticano II propondo uma discussão em torno da ação temporal dos leigos. No Brasil o título é *Leigos nas Linhas de Frente*, Editora Paulinas, 1967.

¹⁵⁹ No mesmo sentido diz Cardijn “apostolado formalmente leigo dos leigos e o apostolado materialmente leigo dos leigos” (Inéditos, nota 15, Vaticano II apud Birck, 1975. p.223). Isto foi citado também no capítulo anterior, no item sobre apostolado leigo.

renovados pelo método ver-julgar-agir. Os tais movimentos seriam múltiplos e não, necessariamente, os tradicionais conhecidos pela Ação Católica, como os de adultos e juventudes dos meios agrário, estudantil, independente, operário e universitário, surgindo daí a ideia da constituição das comunidades e pastorais com suas várias frentes específicas de trabalho. Igualmente se reconhecidos os movimentos pela Hierarquia, não precisariam ser erigidos canonicamente, como era dito a respeito da Ação Católica.

Contudo, não se quer dizer que Cardijn não fosse defensor da Ação Católica ao propor formas mais especializadas de atuação. Foi um defensor de que todas as associações fossem elevadas à condição de Ação Católica, porém com uma política de ação apostólica mais atualizada, focada na modificação da realidade social.

Na análise de Cirillo Bernardo Papali¹⁶⁰, também membro da Comissão de Apostolado Leigo para o Concílio Vaticano II, Pio XI dera à AC um aspecto jurídico e caráter público que não havia sido dado até então ao apostolado secular, que sempre fora uma atividade privada e pessoal de alguns indivíduos. Por isso, entendia claramente que se colocava uma discussão em torno da questão jurídica em relação à AC. Tanto quanto Cardijn, também desejava que a experiência fosse reformulada a fim de que se encontrasse uma solução para essa questão que sempre se impusera.

No Decreto *Apostolicam Laicarum*¹⁶¹, no “Capítulo IV: As várias formas do apostolado”, os leigos podiam exercer sua ação apostólica individualmente ou associativamente. De maneira a corresponder aos anseios da Igreja e a respeitar a devida relação com as autoridades eclesásticas, as associações poderiam ser criadas livremente pelos leigos e por eles governadas. Enunciava o Decreto: “é necessário que se robusteça a forma associada e organizada do apostolado no campo de atividades dos leigos” -, ou seja, pesava já aqui uma ideia de um trabalho apostólico que passava a ser próprio do leigo e, por outro

¹⁶⁰ O Apostolado Seglar. 1962. A obra é um texto preparatório para o Concílio Vaticano II e foi totalmente digitalizada pela Ação Católica de Queretaro. (México). Disponível em <https://accioncatolicaqueretaro.wordpress.com/category/laicos/apostolado-seglar-por-p-cirillo-bernado-papali/>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

¹⁶¹ O Decreto é composto pelas partes: 1) a vocação dos leigos ao apostolado; 2) Os fins do apostolado dos leigos; 3) Os vários campos do apostolado da Igreja; 4) As várias formas do apostolado; 5) A ordem a guardar do apostolado; 6) A formação para o apostolado; por fim, as exortações.

lado, uma Igreja que não erigiria mais canonicamente associações laicais, pelo menos com características tão ímpares como as que conformavam a Ação Católica¹⁶². Começava a partir daí a Igreja também a limitar-se ao que o código do direito canônico normalizava sobre a institucionalização das formas associativas conhecidas e aceitas pela Hierarquia.

Como de fato aconteceu, pelo menos no Brasil, pois as Comunidades Eclesiais de Base que emergiram após a experiência da Ação Católica Brasileira e, sobretudo, da Ação Católica Especializada, nos idos de 1970, não foram erigidas canonicamente e sim foram reconhecidas oficialmente pela Igreja (REINERT, 2009. p.60)¹⁶³.

No que se refere propriamente à Ação Católica, o texto do Decreto *Apostolicam Laicarum* apresentou uma regressão histórica da constituição dessa associação de leigos que não mais a situava como “revelação divina” e criada pela Hierarquia.

Do ponto de vista jurídico, a reflexão feita pelo Decreto apontava que as associações foram criadas pelos próprios leigos, recomendadas e fomentadas pelos bispos e algumas delas receberam o nome de Ação Católica. Ora, o discurso tomou uma direção diferente que levava ao questionamento de alguns princípios jurídicos ditos anteriormente, os de que a Ação Católica foi canonicamente erigida e que, portanto, foi uma instituição eclesiástica. Porque, como já dissemos, conforme o código de direito canônico de 1917, existiam três classes de associações de fiéis: a) as erigidas pela Igreja; b) as aprovadas pela mesma, e c) as recomendadas tão somente. As dos dois primeiros grupos eram *eclesiásticas*, enquanto que as do terceiro grupo eram *laicais*¹⁶⁴.

Nesse momento, o Decreto induziu interpretar que a natureza jurídica da Ação Católica era a de uma *associação laical*.

¹⁶² As iniciativas apostólicas nascidas da livre escolha de leigos somente poderiam chamar católica se tivessem a aprovação da legítima autoridade eclesiástica, pelo reconhecimento da Igreja. Ainda a autoridade eclesiástica, poderia escolher entre as várias associações e iniciativas aquelas que lhe convinham para promovê-las de modo especial, assumindo sobre elas mais uma responsabilidade.

¹⁶³ Atualmente, as CEB's são à Comissão Episcopal Laicato, consequentemente ao Setor CEB's, e as Pastorais estão subordinadas à Comissão Episcopal Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

¹⁶⁴ Definição presente no Título XVIII, “De las asociaciones de fieles en general”, cânones 684 a 699. No caso, foi feita a tradução livre do comentário feito ao cânone 684 da versão espanhola da Constituição intitulada CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO Y LEGISLACIÓN COMPLEMENTARIA: texto latino y version castellana, com jurisprudência y comentarios. Madrid: La Editorial Catolica AS, 1952.

De igual maneira o Decreto realizou a apresentação das características essenciais da Ação Católica. Uma associação para ser conceituada como tal deveria apresentar um conjunto de caracteres e ser ajuizada pela Hierarquia para receber tal título. Assim mesmo, o nome dado à associação não precisaria ser o de Ação Católica, poderia ter outros conforme a realidade do lugar. Isto posto, a Ação Católica deixava de ser uma denominação dada a uma organização estruturada, para se tornar um valor atribuído a alguns tipos de associações de leigos. Ademais, as associações de um modo geral poderiam receber o mandato, autorização que sempre distinguiu a AC das demais associações de leigos.

Ora, se anteriormente os autores não conseguiram encontrar características nas associações pontuadas no código canônico que as fizessem ser Ação Católica, como neste momento foi possível encontrar? Houve uma dissipação da discussão sobre a natureza jurídica da Ação Católica e a adoção do termo AC mais como um princípio transcendente e qualificador.

Em outras palavras, conforme o *“Pequeno dicionário de termos desconhecidos para uso dos leigos”*

De acordo com o Decreto Apostolicam Actuositatem, para ser considerado “Ação Católica”, o “movimento” (ou a associação) deve ter como finalidade imediata o fim apostólico da Igreja, seus membros devem contribuir com sua experiência e assumir a responsabilidade no governo do movimento, agir unidos entre si como um corpo orgânico e sob a superior direção da própria hierarquia. (cf. AA20). (ALMEIDA, 2006.p.359)

Ademais, segundo Dom Hélder Câmara, ouvia-se no Concílio que a Ação Católica estava num impasse inclusive entre os próprios fiéis:

Vemos que os fiéis se sentem encorajados quando a Igreja lhes diz que a missão deve ser realizada em colaboração da hierarquia e o laicato, mas estes mesmos fiéis se sentem desconfiados com esta ideia institucionalizada de uma forma exclusiva e [numa] organização existente. Parece, portanto, necessário reservar o termo “Ação Católica” a ideia [dela] mesma, sem aplicar [a] todas organizações institucionalizadas. A AC tem grandes amigos e grandes adversários. (Tradução

livre de citação de L.C. Bras, presidente da AC Holandesa apud MARQUES, 2015. s/p)¹⁶⁵

Sobre a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*¹⁶⁶, no capítulo IV, acerca dos leigos, configurou-se que todo fiel seria um leigo com a missão de reordenar as realidades temporais segundo os princípios cristãos, por via do batismo e da crisma. Já o apostolado dos leigos configurou-se numa participação própria na missão salvadora da Igreja e não mais numa participação na Hierarquia da Igreja e da sua missão apostólica.

Mesmo que o apostolado leigo participasse da missão própria da Igreja, este a desenvolvia ainda subordinado às linhas mestras dos bispos. Ou seja, as relações entre o apostolado leigo e a Hierarquia continuaram a seguir os preceitos de uma “hierarcologia”, mesmo que a retórica construída fosse baseada na teologia do “corpo e povo de Deus” e buscasse renová-las para a efetivação de uma verdadeira “eclesiologia”.

Com toda uma discussão expressiva sobre a participação dos leigos, assim mesmo, no decorrer dos dias do Concílio participaram apenas 13 mulheres e 29 homens leigos diante de 2500 bispos presentes¹⁶⁷.

Não obstante, como que já se antecipasse à conclusão a que chegou o Concílio Vaticano II sobre o apostolado da AC, o papa Paulo VI pronunciou-se na abertura dos trabalhos do Concílio de forma a substituir os termos ‘participação e colaboração dos leigos na Hierarquia’ por ‘uma ponte entre a Igreja e a sociedade temporal’. Por ora, ampliava-se o número de fiéis, incluindo os não organizados, na missão evangelizadora da Igreja:

¹⁶⁵ Obra que reúne as circulares emitidas por Dom Hélder Câmara durante o Concílio Vaticano II. “On constate que les fidèles se sentent encouragés quand l’Église leur dit que la mission de l’Église doit s’accomplir dans une collaboration de la hiérarchie et du laïcat, mais ces mêmes fidèles deviennent méfiants dès que cette idée est institutionnalisée d’une manière trop exclusive dans une organisation existante. Il paraît donc nécessaire de réserver le terme ‘Action Catholique’ à l’idée elle-même, sans l’appliquer aux organisations institutionnalisées.”

¹⁶⁶ Composta pelos Capítulos 1. Missão da Igreja; 2. O povo de Deus; 3. A constituição hierárquica da Igreja e em especial o Episcopado; 4. Os leigos; 5. A vocação de todos à santidade na Igreja; 6. Os religiosos; 7. A índole escatológica da Igreja peregrina e a sua união com a Igreja celeste; 8. A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja; e Notificações do papa.

¹⁶⁷

Disponível

em

https://arquiidioceserp.org.br/downloadpastoral/1446052719artigosobreovaticanoiiinformacaorp1_1446052719.pdf. Acesso em 12 out 2016.

Eis porque se fala do laicato católico como 'ponte' entre a Igreja e a sociedade [...] a ponte é necessária [...] pois numerosos outros fiéis do laicato católico, organizado ou não, realizam esta função que consiste em colocar vida religiosa da Igreja em comunicação com a vida profana da sociedade temporal. (Cf. Igreja em foco. N.19, 1964 apud DALE, 1985.p.136)

Posteriormente ao Concílio, o Secretariado do Estado do Vaticano realizou uma consulta sobre o Decreto *Apostolicam Actuositatem* e a decisão de se constituir na Santa Sé um Secretariado Especial para este fim, para acompanhar com mais afinco o apostolado leigo. A respeito da criação desta Secretaria, o Secretariado de Estado do Vaticano desejou conhecer o parecer dos bispos e, por intermédio deles, das organizações do apostolado dos leigos dos diversos países sobre os pontos: a) quais deveriam ser as finalidades de um organismo como o que prevê o esquema conciliar? Que serviços poderiam prestar aos bispos e às organizações de apostolado dos leigos? b) como deveriam ser sua organização, sua composição (sobretudo no que se refere à representação das organizações nacionais e organizações internacionais? c) como deveriam ser suas relações com os organismos da Cúria Romana? d) como deveriam ser suas relações com as Confederações Episcopais e com a hierarquia local? E uma última questão anexa: como se solucionariam os problemas do seu financiamento (Consulta da Secretaria de Estado, [1965]).

No que tange ao Brasil, a consulta foi recebida por Dom José Gonçalves da Costa, secretário geral da CNBB, em 27 de abril de 1965, que a encaminhou para o presidente da Ação Católica Brasileira. Outras organizações laicais também receberam, como o Movimento Familiar Cristão e as Congregações Marianas, com opiniões divergentes entre si quanto à composição do Secretariado.

A ACB¹⁶⁸ e o Movimento Familiar Cristão¹⁶⁹ desejavam um Secretariado constituído por leigos, tendo o clero apenas um papel consultivo e colaborativo; a Congregação Mariana¹⁷⁰, por sua vez, desejava um Secretariado constituído por leigos, tendo o clero o papel de decisão e poder.

A Ação Católica Brasileira viu-se implicada nas reflexões propostas pelo Concílio, produzindo uma série de circulares, questionários, textos opinativos, além de explicações sobre o próprio Concílio, sua motivação e estrutura¹⁷¹. Ainda, davam-se notícias sobre a própria reformulação da CNBB realizada para

¹⁶⁸ Uma das respostas a este questionário, sem assinatura, datada de 11 de maio de 1965, deu a seguinte sugestão na ordem das perguntas. Ao item A) a finalidade é apenas normativa ou de orientação, de coordenação e auxílio às Hierarquias. Cabe à Hierarquia em cada circunscrição eclesial, devido às características próprias de cada região e ao direito e ao dever do laicato católico de cada comunidade, valorizar a sua própria missão apostólica específica salvaguardada assim a legítima liberdade das Hierarquias locais e das comunidades leigas locais e regionais. Dentro das finalidades do referido Organismo, caberiam ainda: 1) representar o pensamento do laicato seja junto da Santa Sé, seja junto de outras organizações permanentes ou transitórias não estritamente eclesiais de âmbito internacional; 2) ditar as normas de filiação, reconhecer oficialmente e filiar os organismos nacionais e internacionais que devem constituir a sua Assembleia Geral. No que tange ao item B), a resposta dizia que, sendo um Secretariado destinado a coordenar o apostolado específico de leigos, deve esse Organismo ser constituído especificamente de Leigos, já “os clérigos e religiosos de ambos os sexos devem com ele colaborar, assessorar etc., porém não integrá-lo[...]”. Sobre o item C), diz que não seria fácil prever as relações desse organismo com a Cúria Romana antes de se conhecer a própria organização da Cúria romana preconizada pelo Santo Padre Paulo VI, porém crê-se que a Comissão Post Conciliar de Apostolado de leigos seja a intermediadora entre a Santa Sé e este novo órgão a ser criado. E sobre o item D) “as relações entre esse organismo e as Conferências Episcopais ou a Hierarquia local nunca seriam diretas, mas através dos Secretariados Nacionais de Apostolado dos Leigos a serem mantidos constituídos junto de cada Conferência Episcopal, e através dos Secretariados Diocesanos a serem constituídos em cada circunscrição Eclesial”. E por fim, ao item E) responderam como possibilidade de contribuição financeira a este Secretariado quotas dos órgãos filiados. (Carta resposta ao Esquema *Apostolarum*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1965)

¹⁶⁹ Dizia a resposta que o Secretariado poderia resolver o problema de que muitos movimentos não dialogam entre si e lhes falta uma coordenação única, “atropelam-se em suas atividades apostólicas”. (Carta de Jorge e Anna Luiza Hue, casal presidente, em 14 de maio de 1965). Acervo Centro de Documentação e Informação da CNBB.

¹⁷⁰ Dizia a Congregação Mariana: “[...] para conseguir uma decisiva promoção do laicato e a consciência da sua responsabilidade no apostolado da Igreja, seriam necessárias normas mais autorizadas ou mesmo mais autoritativas (sic), que não poderiam prover de um simples Secretariado [...]. Contraditoriamente, “[...] não vemos nenhuma razão teológica que vete aos leigos tal participação mais direta no governo da Igreja, dependendo apenas de um mandato mais amplo da Santa Sé” (Carta de Antônio e Maria, Secretaria Geral, e padre Paulo Souza, Assistente, em 11 de maio de 1965. Acervo Centro de Documentação e Informação da CNBB).

¹⁷¹ São circulares e outros documentos que citaram nomes de personalidades que poderiam versar sobre o assunto, percorrendo-o nas publicações da Ação Católica Brasileira ou nas conferências, palestras e nos eventos de formação. São citados Cônego José Cristóforo em São Paulo, considerado o maior apóstolo do Concílio. Os padres José Lamartine Soares e Danilo Geraldo Lins e Luiz Alberto Gomez de Souza, este leigo e ex-Secretário Geral da JEC-Internacional. Além de uma série de publicações e reuniões periódicas sobre a coordenação do apostolado leigo (publicação *Que Será o Concílio*).

atender às demandas de pastoral incitadas pelo Concílio e mais tarde pelas Constituições que decorreram dele.

Para responder à demanda de sugestão de um temário pós-conciliar, a JUC elaborou uma proposta mais enfática quanto à situação jurídica dos movimentos e a encaminhou para o Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira¹⁷²:

Leigos
 Constituição de uma equipe de leigos autênticos em plano paroquial, diocesano, nacional e mundial;
 Maior liberdade à Ação Católica
 Liberação dos assistentes
 Subvenção para os movimentos cristãos leigos
 Maior estímulo dos bispos aos leigos para participação nos órgãos de classe
 Maior participação dos leigos nas estruturas
 Trabalho apostólico junto às classes dirigentes
 Criação de Centros para a formação de leigos
 Bolsa de estudo para formação de líderes
Dar caráter jurídico à Ação Católica, visando os padres e bispos que ainda a ela se opõem
 Diminuir o número de associações religiosas
 Promoção do diaconato
 Direção da imprensa católica com os leigos,
 Unificação da imprensa católica. (Juventude Universitária Católica. Texto de sugestões para o Concílio Ecumênico, s/l, s/d. 2p.) (grifos nossos)

Continuava acentuada a sensibilidade de alguns quanto à não existência de um caráter jurídico claro em relação à ACB no interior da própria Igreja.

¹⁷² Não somente sobre a questão jurídica da AC, mas outras sugestões foram dadas para a hierarquia quanto ao seu posicionamento em relação à falta de uma visão mais realista dos problemas sociais, sendo apontadas ainda a necessidade de se reformar a mentalidade do clero e das ordens religiosas, “[...] atualização das vestes dos sacerdotes e religiosas – despojar os bispos das suas pompas; eliminar toda a pompa da Igreja, inclusive dando destino social à fortuna que por acaso possuam algumas dioceses, menos imagens nas Igrejas [...]”.

5.2. A Ação Católica Brasileira a caminho da cruz

Notícias sobre o avanço do comunismo na América Latina deixavam os bispos atentos. Em 1959 Cuba tornava-se um Estado comunista. Em 1961 o Brasil sofria com a renúncia de seu presidente Jânio Quadros, que havia condecorado Ernesto Che Guevara (guerrilheiro revolucionário) e restabelecido políticas com a URSS. Por sua vez, a posse de João Goulart não era aceita por militares e pelas classes dominantes. A exemplo do que aconteceu na Europa, diante destes sinais, a Igreja brasileira refugiava-se no seu discurso anticomunista (BEOZZO, 1994. p.19-22; DUSSEL, 1989.p.39-40).

O núncio Dom Armando Lombardi, na Assembleia da CNBB no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de abril de 1962, expressava que, de modo geral, os países da América Latina tinham as mesmas condições políticas, econômicas, morais e religiosas que existiram em Cuba; portanto, haveria de se recobrar o cuidado para que o movimento comunista não se tornasse um obstáculo para a Igreja brasileira (BEOZZO, 1994.p.22).

As encíclicas sociais *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) eram utilizadas como mecanismos para frear os ideários comunistas, com “a aplicação prática da doutrina social da Igreja será possível opor um dique sólido ao perigoso avanço do marxismo ateu” (BEOZZO, 1994.p.39). Para praticar tal doutrina, o episcopado brasileiro deveria implantar um plano no campo pastoral e outro no campo econômico social, os quais seriam apoiados pela Ação Católica.

Não obstante, esta tendência não era unânime. A publicação da *Mater et Magistra*, por exemplo, que falava sobretudo da questão agrária, fez crescer um debate ideológico no interior da Igreja. Dois bispos, Dom Castro Mayer, de Campos (RJ), e Dom Proença Sigaud, de Diamantina (MG), com a colaboração de leigos, como Plínio Correa de Oliveira e Luiz Eduardo Mendonça de Freitas, criticaram a orientação esquerdista de setores da igreja no livro “*Reforma Agrária, questão de consciência*” (BANDEIRA, 2000.p.233; BEOZZO, 1994.p.50; SOUZA, 1984. p.66).

A Igreja brasileira vivia uma divisão ideológica e ao mesmo tempo um avanço na sua estruturação. Os movimentos especializados da ACB estavam

também articulados nacionalmente. Havia uma convocação dos fiéis para uma tarefa no campo social e os setores da ACB a cumpriam. Evitava-se “dar azo aos inimigos da Igreja para acusá-la de não se preocupar com as necessidades materiais dos homens” (Carta de João XXIII à CNBB apud BEOZZO, 1994.p.40).

Era sensível o protagonismo dos movimentos especializados da ACB. Isto levou a que definitivamente o Secretariado Nacional da ACB exercesse o papel de articulador entre os movimentos, principalmente os de Juventude, e a Comissão Episcopal. Exercia também a função de dialogar com os Secretariados Arquidiocesanos da ACB – poucos bem estabelecidos, como em São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro –, de manter contatos internacionais e representar o movimento quando necessário. Este cenário já vinha se configurando nos anos 1950.

Na década 1960, somava-se ainda a todas essas funções o auxílio dado à implantação de políticas da CNBB para a reorganização da Igreja e do apostolado leigo. Dessa forma, o Secretariado da ACB trabalhava a partir de demandas da Comissão Episcopal da ACB, do Secretariado Nacional de Apostolado Leigo e da própria Conferência Nacional dos Bispos. Para atingir tais fins propostos, o Secretariado pautava-se no desenvolvimento de eventos e na elaboração de documentos circulares que buscavam firmar compromissos entre os leigos e o episcopado.

Havia se solidificado a internacionalização do movimento de Ação Católica Brasileira. Na virada dos anos 1950 para os 1960, o Secretariado Nacional da ACB realizava contatos com diferentes Ações Católicas pela América Latina e Central (Argentina, Chile, Paraguay, Cuba e México) e pela Europa (Itália e Portugal). A perspectiva era a de se familiarizar com os estatutos, regimentos e publicações dessas outras associações católicas, tanto quanto participar de eventos no estrangeiro. Eram também articulados dentro de organismos mais amplos como o Movimento Internacional de Juventude Agrária Católica (MIJARC), Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI), Federação Internacional de Intelectuais Católicos Pax Romana, Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), além de agências de cooperação e auxílio financeiro como Misereor e Adveniat.

Na produção e execução de suas tarefas, o Secretariado da ACB acentuava sempre que possível as notas essenciais da Ação Católica. Eram

expressões: “a Ação Católica é uma organização de leigos com funções e responsabilidades executivas”, “nítida a distinção entre a AC e as outras associações religiosas e civis”, “possui funções religiosa e apostólica”, “é instituída pelo certificado oficial do mandato” que liga o movimento à Igreja hierárquica, derivando seus direitos e garantias. As notas eram lembradas para sugerir o equilíbrio entre o engajamento pessoal do militante e a sua posição dentro do movimento de Ação Católica Brasileira, que na “qualidade de movimento mandatário pela Igreja segue nisto a posição própria da Igreja”. Assim, enquanto militante da ACB deveria continuar agindo à luz do evangelho e em união estreita com os bispos¹⁷³. Ou seja, a ACB reproduzia ainda o sentido de ligação estreita com a Hierarquia, ainda que os movimentos especializados se opusessem a essa conformação.

Na intermediação dos conflitos entre bispos, assistentes eclesiásticos e leigos, que nesses idos de 1960 eram mais acirrados, o Secretariado Nacional foi aquilo que o assistente geral eclesiástico, Dom Hélder Câmara, tinha como política de mediação. Ao presidente leigo da ACB, mesmo que opinasse, cabia-lhe mais executar as tarefas propostas pelo então assistente geral da ACB e por outros bispos. Com isso não se quer minimizar o papel do leigo no Secretariado Nacional, mas sim demonstrar que parte das disputas que existiram ao longo da Ação Católica era por divergências dentro da própria Hierarquia, portanto era natural que as negociações sobre essas mesmas partes se circunscrevessem no âmbito dos sacerdotes envolvidos com a ACB.

Como exemplo disto, na VII Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, ocorrida no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de maio de 1961, basicamente refletiu-se sobre o papel político e social dos movimentos da Ação Católica Especializada. Isto porque o Secretariado Nacional da ACB¹⁷⁴ esperava que nesse encontro os assistentes nacionais dessem um depoimento sobre o que tinham sido os seus trabalhos, “seus condicionamentos, e o que se esperava para sempre melhor desempenho de sua missão junto aos Movimentos de AC”. Para a preparação

¹⁷³ Mensagem da Comissão Episcopal da ACB. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1961 apud Dale, p.131-2; Reflexões sobre a Ação Católica, no Encontro de AEIOU, Alto da Boa Vista, em 07 de abril de 1962.

¹⁷⁴ Carta de 24 de março de 1961, assinada por padre José Lamartine, vice-assistente geral de ACB.

do evento foi perguntado aos assistentes: “o que gostaria cada um de levar de conhecimento e submeter à deliberação da Comissão Episcopal”.

O resultado do tal inquérito feito entre os assistentes eclesiais do Brasil¹⁷⁵ foi apresentado pelo padre José Lamartine Soares à Comissão Episcopal da ACB. O relatório demonstrava que os assistentes desejavam discutir o tema sobre a realidade brasileira, sendo os subtemas educação integral, educação de base, reforma universitária e reforma agrária. A respeito destes assuntos, era nítida a sobreposição dos problemas da realidade sobre os de evangelização, preocupação que caracterizava o perfil de Dom Hélder Câmara e dos movimentos da ACB desde os idos de 1950. Portanto, os assistentes eclesiais queriam ter mais subsídios políticos e sociais para dar orientações aos movimentos especializados que lhes eram submetidos.

Diante disso, Dom Jaime Câmara, Dom José Vicente Távora (arcebispo de Aracaju), Dom João Claudio Colling (bispo de Passo Fundo), Dom Manuel Pereira da Costa (bispo de Nazaré da Mata) chegaram à conclusão que

ACB atua em plano de evangelização e sob a dependência da Hierarquia, nos meios estudantil secundário e universitário, no meio independente, no mundo operário e rural, tendo em movimentos de juventude, em pleno desenvolvimento, como em movimentos de adultos, que já apresentam resultados apreciáveis. [...]. Mesmo que atuem diretamente no temporal, mas colocados em contextos de plano divino. (Mensagem da Comissão Episcopal da ACB. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1961 apud DALE, 1985. p.131-2) (grifos nossos)

Isto significava que havia cautela da Comissão Episcopal para com o senso de ação dos movimentos especializados estimulado pelo Secretariado

¹⁷⁵ Pe José Lamartine Soares (vice-assistente geral de ACB) despachou uma série de inquéritos, pedindo aos assistentes eclesiais dos vários setores de ACB o seu depoimento. As respostas vieram de São Paulo: Presidente Prudente, SP, Ribeirão Preto, assistentes paroquial da JAC, JEC-F, JUC; Minas Gerais: Belo Horizonte, Teófilo Ottoni, assistente de JEC-F; Rio Grande do Sul: Porto Alegre, São João, Caxias do Sul, assistente diocesano de ACE, JOC-F e JEC-F, JIC e JOC-F; Bahia: Livramento, Ilhéus, Conceição de Almeida, Sete Lagoas, assistente de JEC-F assistentes de JIC, JOCF e MFC; Rio Grande do Norte: Caicó, Caraúbas, respondeu antes de ser assistente, pretende ser da JAC-F, Pré-JAC, MFCRural; assistente de JEC; Ceará: Sobral, assistente de JOCF; Pará: Montenegro, assistente de JEC; Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, assistentes de JICF JOCF; Maranhão: São Luiz, assistente de JUC; Rio de Janeiro: Rio, diretor geral das Ligas Católicas, foi JOC e ACB; JIC, Piauí: Teresina, assistente de JIC; Bahia: Santa Catarina: Florianópolis, diretor de Congregação Mariana e Legião de Maria; Pernambuco: Recife, assistente regional de JUC.

Nacional da ACB, tanto que se reforçou o sentido de dependência e o contexto do plano divino da missão apostólica.

Por outro lado, esse laço estreito entre os bispos e os leigos que era tão enfatizado pela Igreja, como se ressentisse da não efetiva vinculação do leigo à Hierarquia, não era entendido somente por esta via. Os leigos também ressentiam a falta da presença de párocos e de assistentes eclesiásticos próximos de si, que sustentassem o movimento, bem como de uma formação mais apropriada para eles, para tanto o Secretariado Nacional da ACB solicitava uma solução em nome dos movimentos especializados.

O Senhor é o assistente geral da AC na diocese. É 'vice-bispo' para os movimentos apostólicos. E os movimentos apostólicos devem ser também da Igreja (desculpe...). Devem ser, ainda, dos padres. Pronto! – E, muitas vezes, os padres precisam ser conquistados, precisam ser educados, treinados para serem assistentes. Precisam, não raro, ser convertidos [...] O Senhor está no seminário; pode influir muito na formação dos futuros padres. Com os atuais, talvez muitos seus colegas e amigos, não valeria pensar em um grupo de estudos, em reuniões periódicas, para ver a situação da diocese, para pensar no apostolado dos leigos? (Carta de Osmar Fávero para padre José Armando, 28/01/1962)

Em outras circunstâncias as equipes nacionais acentuavam para o Secretariado Nacional da ACB uma crise nas organizações especializadas de AC quando da troca de assistentes de maneira contínua. Eram citadas várias situações desta natureza, “em que padre Manuel Barreto entregou a coordenação da AC ao senhor bispo Silke”; “padre Sena se afastou do cargo de assistente de AEIOU” e “padre Brasil não comentou mais sobre a situação no Rio Grande do Norte”. Isso era preocupante, pois os assistentes tinham um papel fundamental no interior das organizações.

Segundo Souza (1984.p.204), a partir de 1962 os contatos entre os assistentes nacionais de JUC, por exemplo, e bispos eram esporádicos. Noutras circunstâncias eram as dificuldades de se encontrarem nomes para continuarem a coordenação do Nordeste, onde eram mais expressivas as contradições da Hierarquia. Portanto, se era conhecida a ação mais proeminente no campo temporal dos assistentes e de alguns bispos nos Estados nordestinos e se os mesmos não foram poupados, era possível que a Comissão Episcopal os tivesse

demovidos de seus cargos. Porque não seria de interesse do Secretariado Nacional da ACB, nem do seu então assistente geral Dom Hélder Câmara, tão menos dos movimentos especializados que encontravam força nestes sacerdotes. Porém, as percepções não eram as mesmas, havia quem se desculpasse que os sacerdotes se afastavam dos movimentos porque “como dizem os bispos do Norte e do Sul, em que faltam responsabilidades nos dirigentes (leigos)”¹⁷⁶.

Apesar do sucesso que a VII Semana Nacional representou em termos do envolvimento dos sacerdotes para com os movimentos especializados¹⁷⁷, via-se que os mesmos iam deixando os seus cargos dentro da Ação Católica Especializada. Essa situação era em parte então pelo descompasso que passava a se acentuar entre a Comissão Episcopal da ACB, presidida por Dom Jaime Câmara, conhecido pela sua linha mais conservadora, entre os assistentes e bispos, de modo geral, e o Secretariado Nacional da ACB.

Além da situação contraditória entre os assistentes eclesiais, que mesmo elogiados por sua qualidade de atuação eram demovidos de seus cargos, a crise também se deflagrou no próprio Secretariado Nacional da ACB, com a saída de Dom Hélder Câmara, que já era citada nos meios em 1962, contudo, concretizada em 1963. Em nota, Luiz Eduardo Wanderley, secretário geral da ACB, dizia que havia uma expectativa que com o bispo pudessem ser sanadas as dificuldades que “sempre tivemos com a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira”. No lugar de Dom Hélder, os assistentes, dirigentes e militantes dos movimentos especializados da ACB eram informados quanto à

¹⁷⁶ Respectivamente informações dos documentos: carta manuscrita a Osmar Fávero, Secretário da Ação Católica, em 1962; escritos da conversa de Osmar, padre Lamartine e padre Sena sobre o Secretariado Regional do Nordeste, 08/03/1962; e, Carta de Osmar Fávero, em 15/03/1962.

¹⁷⁷ Contudo, o cenário apresentado pela VII Semana Nacional não era uniforme. Exemplo disso era a situação relatada pelo Cônego de Gravatá (PE), que enviou uma carta ao Secretariado Nacional que dizia que “acreditava que aplicava os moldes ainda de uma Ação Católica Geral e não de uma Especializada”. Portanto, alguns bispos, em consideração ao que os estatutos previam, podiam adotar ainda o modelo antigo de AC geral (Carta de 11 de julho 1962).

nomeação de Dom Cândido Padim¹⁷⁸, como assistente geral, de maneira positiva¹⁷⁹.

O Secretariado Nacional da ACB representava naquele momento o legado deixado por Dom Hélder Câmara, que havia adotado uma linha de atuação católica envolvida com as questões temporais. As diferenças com a Comissão Episcopal, que era mais cautelosa quanto à ação militante no temporal, resvalaram no próprio assistente, que foi demovido do cargo. Ainda assim, como os leigos sabiam que a submissão à Hierarquia era uma das notas essenciais da ACB, o Secretariado Nacional desejava a presença de outro assistente eclesiástico no lugar para assim cumprir esse elo para com o bispado. Sabia-se que sem a presença de um sacerdote assistindo a ACB corria-se o risco de com isso cessarem as atividades da associação.

A falta de presença de clero assistindo a Ação Católica começava a ser cada vez mais acentuada e atividades eram programadas para firmar a presença do assistente eclesiástico. Em 1963, relatava-se a importância do papel do assistente na formação e sustentação do militante, jovem e adulto, e que cada setor devia ser acompanhado por um sacerdote devidamente informado das decisões¹⁸⁰. Pedia-se apoio aos cardeais, arcebispos e bispos, dizendo que “[...] os militantes, no entanto, não encontram padres preparados para lhes dar essa formação e esse apoio de que necessita”; com isso, “a AC não poderá também se desenvolver e formar líderes cristãos sem a presença animadora de um assistente”. Do mesmo modo, mesmo que não totalmente preparado, a presença do sacerdote era justificada também para colocar os “movimentos no caminho originalmente traçado” – o de ação apostólica.

Mesmo que não se vislumbassem os possíveis problemas que poderiam decorrer da presença de qualquer sacerdote como assistente eclesiástico, o qual

¹⁷⁸ Bispo titular de Tremítonte (Chipre) foi sagrado no dia 05/08/1962, em São Paulo, transferido para o Rio de Janeiro. Dom Cândido tinha experiência pastoral, tendo sido ex-assistente da Ação Católica em São Paulo. O Cônego José Lamartine então era o vice-assistente nacional. (Carta, 22 de agosto de 1962, Secretariado Nacional de ACB).

¹⁷⁹ Na carta de 1º de agosto de 1962, Rio de Janeiro, da ACB, assinada por Osmar Fávero (então Presidente Nacional) e por Conego José Lamartine Soares (vice-assistente nacional) e enviada a Dom Carlos Carmelo (SP) e Dom Augusto Silva (Salvador), membros da Comissão Episcopal de AC e do Apostolado Leigo, dizia que “[...] agradecemos o Presidente da Comissão Episcopal da AC e do Apostolado dos Leigos, a escolha de Dom Cândido Padim OSB, recentemente eleito Bispo Auxiliar de V. Excia.”

¹⁸⁰ Carta dirigida a Luiz Eduardo Wanderley, presidente da ACB, 13 de janeiro de 1963; carta de Dom Cândido Padim, assistente geral da ACB, em março de 1963.

poderia ser de uma linha política ou dogmática contrária à ACB, o Secretariado Nacional não deixava de exprimir e desejar um sacerdote no interior dos movimentos especializados. Por outro lado, esperava-se que a formação do assistente eclesiástico sobre as particularidades da ACB o convertesse para o que se compreendia de ação apostólica social e política.

Somando à desistência de sacerdotes do papel de assistentes eclesiásticos, ocorreu a própria desestruturação do Secretariado Nacional da ACB em decorrência da saída de outros membros.

[Carlos Libânio – atualmente conhecido por frei Betto] está passando por um momento difícil de opção vocacional – pediu dispensa imediata da AC, Jane também pediu afastamento para resolver problemas financeiros, Osmar, alegando uma série de motivos ponderáveis, prefere ficar numa espécie de assessoria às equipes nacionais”; “quanto a mim, nem precisaria dizer que a minha presença, em termos de Hierarquia, se deve à boa vontade do Senhor, mas minha permanência daqui para frente só lhe traria incômodo e desgostos com a maioria dos bispos. (Carta de Luiz Eduardo Wanderley para Dom Cândido Padim, Rio de Janeiro, novembro de 1964)

Em especial, o ano de 1964 foi marcado na ACB pela presença do Secretariado Nacional do Apostolado Leigo da CNBB, sob a direção de Dom Vicente Scherer, mais próximo da uma linha conservadora como a de Dom Jaime de Barros Câmara, presidente da Comissão Episcopal da ACB. Era sobre esta Hierarquia que se referia Luiz Eduardo Wanderley e mesmo assim pensava em ficar na ACB até fins de dezembro de 1964. Para substituí-lo posteriormente, sugeriu o nome de Tibor Sulik para o cargo, pois este “sem desgastes [com a Hierarquia] e com boa representação para Adultos”.

[...] quanto às eleições da CNBB, apesar de todas as justificações e otimismo, foi um choque violento no que diz respeito à Diretoria escolhida. Quanto ao bispo liberado para o Apostolado dos Leigos, nada feito. Agora, apesar da observação do Senhor e de Dom Hélder, nas cartas, ficamos rezando para que permaneça como Assistente Geral da AC (mas todo mundo está com a pulga atrás da orelha). Enviamos uma carta de saudação a Dom Vicente Scherer, por ter sido escolhido, assinada pelos coordenadores e assistentes [...] O próprio Dom Scherer, conversando com Padre Pretto aqui no Rio, disse que não entendia porque não se arrumava dinheiro para a AC; mesmo sabendo que ele critica a AC foi procurá-lo quase

sempre para pedir dinheiro... Jair parece que enviou a Roma, ao lado do pedido da CNBB, um orçamento base para a AC; sobre os assistentes que deixaram as Juventudes. Há uma preocupação com o esquema de apostolado dos leigos... Qual a posição do Brasil? (Carta de Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley a Cândido Padim, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1964.)

Concomitantemente, forjava-se uma crise financeira em torno do movimento, desarticulando mais o grupo, pois a CNBB não mais transferia valores significativos para a manutenção da ACB. Eram comuns as solicitações de apoios financeiros para entidades de ajuda mútua católica da Europa. A Pax Romana, o MIEC e o Adveniat foram contatados nos momentos de crise. Os aportes, quando aprovados, serviam para a manutenção dos movimentos de juventude especializada, como o pagamento de locação de imóveis (sede das equipes nacionais e moradia dos militantes permanentes).

As disputas entre os leigos participantes do Secretariado Nacional da ACB e os dirigentes das equipes nacionais dos movimentos especializados não eram comentadas no Secretariado em questão. O que se perfilava ainda em 1964 era que o Secretariado Nacional da ACB cumpria o papel de interlocutor entre os leigos e a Comissão Episcopal¹⁸¹, representando as diretrizes da Hierarquia e divulgando-as por meio de circulares expedidas periodicamente. Mesmo que, paradoxalmente, opiniões e divergências como apontadas pelo presidente leigo do Secretariado Nacional e a Hierarquia fossem públicas.

Claro que com o golpe de Estado em 1964, com a deposição do Presidente João Goulart pelos militares, o episcopado afastou-se de parte de seus compromissos assumidos diante de uma doutrina social e a ACB sofreu com isto. Optou-se por recuar. A Comissão Episcopal demoveu os padres Luiz Viegas, padre Almeri Bezerra e padre Luís Gonzaga Sena do país, para protegê-los de perseguição política. De 1964 a 1966 a JUC, por exemplo, foi privada de assistente (SOUZA, 1984.p.204; 213). Nesse período de crise entre a Juventude

¹⁸¹ A título de exemplo desta interlocução, na carta circular 02/1964, da ACB às Equipes Nacionais, aos Secretariados Regionais de Ação Católica e à CNBB, discutiu-se o que foi a reunião do Secretariado Nacional, em 20 de agosto de 1964. A composição neste momento ainda contava com Carlos Libânio Christo, coordenador das equipes nacionais dos movimentos de juventude e coordenador dos secretariados regionais e diocesanos; Dom Cândido Padim, então assistente geral da ACB e coordenador dos Assistentes Nacionais; padre Raimundo Caramuru de Barros, vice-assistente geral da ACB; Osmar Fávero, presidente da ACB, relações internacionais e responsável pela Livraria Dom Bosco, e até uma arquivista, Joana Angélica D'Ávila Melo, que cuidava da biblioteca e arquivos da AC.

Universitária Católica e o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo (CNBB), entidades como a Pax Romana e o MIEC eram consultados para oferecer dados sobre as demais associações católicas estudantis, novas interpretações sobre a autonomia dos movimentos especializados em relação à Hierarquia e à missão do apostolado cristão.

Assim temos no texto “*Sentido, linha de ação e método dos movimentos especializados*”¹⁸², de maio de 1964, assinado por Dom Cândido Padim (assistente geral de ACB), padre Raimundo Caramuru de Barros (vice-assistente geral da ACB), Osmar Fávero (presidente da ACB), Luiz Eduardo Wanderley (vice-presidente da ACB):

[...] uma certa crise no seio do laicato em face do fenômeno ideológico, por causa de grupos que buscam ligar à Igreja as suas posições e opções políticas e apresentá-las, em nome da Igreja, como a única opção possível para o cristão, apesar da advertência da Comissão Central da CNBB em sua mensagem de 30 de abril de 1963. (Cadernos da ACB. Documento Base. Rio de Janeiro. Secretariado Nacional de ACB, 1964 apud DALE, 1985. p.140).

A advertência da Comissão Central da CNBB para com a Ação Católica Brasileira era para conscientizá-la de que continuava sendo uma organização do laicato oficial subordinada à Hierarquia da Igreja¹⁸³.

O leigo tem na Igreja um papel e uma ação que lhe são próprios, mas esta ação só é plenamente ação da Igreja na sua referência e na sua comunhão com o Bispo da diocese e com o colégio episcopal, tendo o papa como chefe, na Igreja Universal. Esta ação do leigo [que] a planeja, realiza e desenvolve sob sua própria responsabilidade. O modo visível e concreto de manifestar e realizar esta comunhão com o bispo será diferente

¹⁸² “Iniciou-se a elaboração do documento-base após o regresso das equipes nacionais, trazendo os elementos colhidos durante os encontros regionais. Isso ocorreu a partir dos primeiros dias de março de 1964, concluindo-se a redação logo após a santa páscoa. [...] Encaminhado à deliberação da Comissão de Ação Católica e Apostolado dos Leigos, reunida juntamente com a Comissão Central da CNBB a 28 de maio deste ano, foi considerável para nortear a atuação da ACB, desde que feitas algumas explicações, julgadas necessárias por alguns Exmos. Srs. Bispos presentes.” (DALE, 1985.p.135)

¹⁸³ Sobre a divulgação e a leitura deste documento-base por parte dos associados de Ação Católica, alguns levantaram qual seria a posição do Movimento Familiar Cristão (MFC) face à AC e da Congregação Mariana que foi considerada oficialmente como sendo da AC e estava, inclusive, se especializando por meios (na ocasião fundaram a Federação Mariana Universitária). (Carta do Secretariado Nacional da ACB às Equipes Nacionais de AC, Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1964, de Luiz Eduardo Wanderley).

segundo o objetivo da ação: construção da comunidade humana, vivência teologal e testemunho apostólico de engajamento, ação no interior da comunidade da Igreja [...] no caso da AC, sua íntima vinculação ao bispo diocesano exige que a atuação militante se faça em permanente comunhão com o pastor, sucessor dos apóstolos. (Cadernos da ACB. Documento Base. Rio de Janeiro. Secretariado Nacional de ACB, 1964. DALE, 1985.p.154-5)

Paralelamente a toda esta desestruturação da Ação Católica Especializada e do Secretariado Nacional da ACB, ainda cabia à ACB auxiliar na implantação da política de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O esquema traçado foi apresentado na V Conferência Geral Ordinária, realizada no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de abril de 1962. A CNBB discutiu e aprovou o Plano de Emergência para a Igreja do Brasil¹⁸⁴, considerando como pontos relevantes: a) Pastoral: procurando a renovação paroquial, dos educandários, do ministério sacerdotal e um esforço de pastoral do conjunto; B) Econômico-social: procurando desenvolver o movimento de educação de base, as frentes agrárias e o sindicalismo rural, a formação de líderes e a aliança eleitoral pela família.

Preparando-se para as novas reformulações, a CNBB criou, neste período, os Secretariados Regionais¹⁸⁵ e solicitou que a ACB reforçasse em várias circulares que era

¹⁸⁴ O Plano de Emergência para a Igreja do Brasil foi elaborado pela CNBB durante a conjuntura do papa João XXIII, em janeiro de 1962, que pediu um plano de pastoral ao episcopado brasileiro. O Brasil, segundo os Bispos, vivia uma situação favorável à implantação de um novo modelo de pastoral, devido ao despertar do laicato, principalmente estimulado pela Ação Católica Especializada, pela atualização do clero e pela ação em conjunto dos Bispos reunidos há pelo menos 10 anos na CNBB. Diante deste contexto, lançou-se o Plano de Emergência com o intuito de desenvolver: a) de modo orgânico os 4 setores de ação da Igreja: pastoral liturgia da palavra, ação missionária e promoção humana; b) orientar a ação pastoral para atingir os grupos humanos; c) dinamizar e integrar numa ação complementar e comunitária todos os membros do povo de Deus (sacerdotes, religiosos, leigos, paróquias, instituições religiosas e movimentos apostólicos); d) colocar o Bispo como o centro de unidade da ação pastoral. Isto posto, o Plano buscava a renovação paroquial, do ministério sacerdotal, educacional e um plano socioeconômico mais amplo. A implantação do Plano fez surgir uma Comissão de Teologia, o Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social, CERIS, o Instituto de Pastoral e as pastorais; assim como a execução de uma estrutura de Secretariados Regionais. In: CNBB: Relatório da VI Assembleia Ordinária, em Roma, setembro a novembro de 1964. (Acervo Centro de Documentação da CNBB)

¹⁸⁵ Foram os Secretariados e seus responsáveis: Nacional/Geral: Dom Hélder Câmara; Regional Norte, D. Alberto Ramos; Regional Nordeste, D. Eugenio Salles e Mons. Expedito Medeiros e Madre Maria Fidel Werfinger; Regional Leste, padre Lamartine Soares, Dom Timóteo e Irmã Maria Amália Rangel; Regional Leste 2, D. Serafim Fernandes, padre Franz Victor Rudio e Irmã Odete Leny; Regional Centro Oeste, D. Fernando Gomes e D. José Pereira de Maria; Regional Sul e São Paulo, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Madre Maria Joaquina de Sion, padre Dario

importante que cada Equipe Regional dos diversos setores da ACB se pusesse em contato com o Secretariado Regional da CNBB correspondente. É importante que cada Equipe Diocesana, principalmente os Secretariados Diocesanos da ACB correspondentes às solicitações de ambos para realização de planos. (Carta-circular, n.6, mai-jun. 1962)

O referido estudo¹⁸⁶ foi promovido pelo Secretariado Nacional da ACB de 1 a 3 de novembro de 1962, com o objetivo de analisar o Plano de Emergência da Igreja do Brasil e planejar uma ação específica da ACB dentro das novas diretrizes.

As discussões decorreram em um clima de grande franqueza, mas foram prejudicadas pela preparação ainda insuficiente e pelo não conhecimento das experiências em curso, assim como por um certo radicalismo nas opiniões e depoimentos. Os estudos foram introduzidos pelo tema Pastoral do Conjunto [...] A Comissão encarregada apresentou conclusões formando o papel da Ação Católica Especializada diante da Pastoral do Conjunto [...] Seriam fixadas tarefas do leigo militante da AC na Pastoral de Conjunto, definidas claramente as atividades da ACE, como movimento de pastoral paroquial. (Carta-circular n.9, nov-dez, 1962)¹⁸⁷

Significou dizer que os movimentos de juventude ficariam limitados como um movimento de pastoral paroquial, com preocupações mais imediatas de evangelização e de reformas de uma situação social e ou econômica mais pontual. Também sofreriam com um controle mais efetivo dos bispos. Além disso, deveriam se integrar aos respectivos Secretariados Regionais da CNBB, dissolvendo aos poucos aquela ideia de movimentos autônomos, com representatividade nacional e regional. Passariam os movimentos a ser retratados em outros âmbitos pelos tais Secretariados.

Aconteceram outros encontros preparatórios para discutir a questão da ACB e o Secretariado Nacional propunha que se seguissem as orientações da Hierarquia quanto ao Plano de Emergência, ainda que alguns dirigentes dos

Bevilacqua e padre Romeu Alberto Dale; e, Regional Sul 2 e Porto Alegre, Dom Edmundo Kuntz, padre Afonso Gregory e Madre Livia Maria Agostini. (CARTA, 30 de junho de 1962).

¹⁸⁶ Foram divididos os temas em: "Plano Pastoral: renovação paroquial – JAC e JOC; renovação de educandos – JEC; pastoral de conjunto – movimentos de adultos; ministério sacerdotal – assistentes; plano econômico-social – MEB; frentes agrárias e sindicato rural; formação de líderes – a escolher; aliança eleitoral pela família – Secretariado Nacional da AC". Cada secretariado diocesano de AC devia enviar um representante, se possível com a presença dos assistentes. (Carta de Luiz Eduardo Wanderley, 28 de setembro de 1962)

¹⁸⁷ Cabe esclarecer que aqui se dizia ainda tema pastoral do conjunto. Este tema era formalizar de fato o Plano de Pastoral de Conjunto em 1966.

movimentos especializados achassem que deveriam se colocar mais a respeito, como no caso de Belo Horizonte¹⁸⁸. Já em São Paulo, a situação era contrária, relatou-se que poderia favorecer o movimento caso houvesse conciliação com o Secretariado Regional Sul e São Paulo:

[...] o Conselho mostrou-se preocupado com a ação dentro do Plano de Emergência. Especialmente porque nenhuma equipe regional teve a preocupação de atualizar sua ação com a Regional da CNBB. O Secretariado Regional de Apostolado dos Leigos está constituído pelo padre Dario, pelo Soeiro e pelo Kalil [...] Este Secretariado deveria reunir-se com representantes da Ação Católica, Associações de Religiosas (Congregações, Filhos de Maria etc.) e outras associações (Círculos Operários, Graal, etc.). Entretanto, parece que o Secretariado está parado. No que concerne à AC nem sequer temos representante. Assim o problema é duplo. A CNBB agora não nos procura e ao mesmo tempo nós não procuramos a CNBB Regional [...] acredito que a inserção da AC na ação da CNBB Regional poderá favorecer muito o diálogo com o Episcopado. (Carta do Secretariado Diocesano em São Paulo, por Janete, 04 de novembro [1962]).

Em fevereiro de 1965 a CNBB possuía os seguintes dados sobre a adoção do Plano de Emergência: 93 circunscrições eclesiais adotaram de fato e 73 simpatizaram com a questão. Decorreu do Plano de Emergência o Plano de Pastoral do Conjunto, com o qual a CNBB criava meios e condições para que a Igreja se ajustasse aos moldes estabelecidos pelo Concílio Vaticano II. Havia a previsão de que até 1970 a Igreja brasileira estaria já ajustada ao novo modelo teológico.

O Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) foi elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II. De fato, as diretrizes do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto foram inspiradas pelos principais documentos do Concílio, dando origem às seis grandes “linhas” de trabalho da Igreja: 1) Unidade visível da Igreja Católica (*Lumen Gentium*, *Christus Dominus*, *Presbyterorum Ordinis*, *Optatam Totius*,

¹⁸⁸ Foram respostas às cartas assinadas por Osmar Fávero (de 03 de novembro de 1962) solicitando a atenção às circulares. No caso, Lourdes (de Belo Horizonte) pensava numa tomada de posição dos dirigentes das Equipes Nacionais em relação ao Plano de Emergência da CNBB e à preparação de outro plano mais completo para atender às necessidades do apostolado do Brasil (carta, 7 de novembro de 1962).

Perfectae Caritatis, Apostolicam Actuositatem); 2) Ação Missionária (*Lumen Gentium, Ad Gentes*); 3) Ação Catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica (*Dei Verbum*); 4) Ação Litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*); 5) Ação Ecumênica (*Unitatis Redintegratio*); 6) Ação da Igreja no mundo (*Gaudium et Spes, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate, Gravissimum Educationis, Inter Mirifica*) (CNBB, 2004.p.2)

Em suma, a preocupação do Secretariado Nacional da ACB para que se estabelecesse uma relação dos movimentos especializados com os Secretariados Regionais da CNBB e a promoção da Pastoral do Conjunto provocava mais controvérsias com a Comissão Episcopal. Devia a AC Especializada determinar suas bases comuns, porém estava difícil respeitar ao mesmo tempo a orientação da Hierarquia e o engajamento temporal dos militantes. Os movimentos especializados se perguntavam qual era a função da Ação Católica na Pastoral de Conjunto e respondiam com as ações de evangelização no meio. Contudo, havia controvérsias quanto a isto, uma vez que os bispos se encontravam divididos sobre o que seria de fato essa ação no meio social.

Por outro lado, para a implementação do Plano de Pastoral de Conjunto não foi chamada somente a ACB. Foram “chamados para o posto de subsecretários, teólogos e pastoralistas tirados dentre sacerdotes, religiosos e religiosos”. Assim como para o Plano de Emergência da Igreja, os leigos da ACB não eram mais o principal instrumento, “mas sim a equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor” (BEOZZO, 2001.p.245).

Em meio a toda essa reestruturação, a Ação Católica Brasileira continuava com os seus ritos, como a renovação do compromisso, um ato público de aceite da sua missão apostólica. Até mesmo nessa renovação, os leigos não deixaram de reivindicar sua participação nas discussões que ocorriam no episcopado sobre a própria ACB,

[...] estamos aguardando – e aguardamos já há mais de 1 ano – as decisões conciliares e as episcopais a respeito do apostolado dos leigos e da posição da AC dentro da pastoral brasileira [...]. Havíamos sido convidados para refletir sobre o esquema do apostolado dos leigos e colaboramos com nossa parte junto à CNBB, mas sentimos que hoje os leigos estão longe quando o Episcopado se prepara para debater os problemas de um dos

movimentos que é vanguarda na pastoral brasileira. Acreditamos que, após a *Lumen Gentium* não seja mais possível tratar do leigo e de seu apostolado sem que ele esteja presente, ou melhor, com que seja tratado por ele. (Carta de José Roberto C. Soeiro e Tibor Sulik pelo Conselho da ACB em 31 de outubro de 1965).

Mesmo diante dos relevantes serviços prestados, o Secretariado Nacional da ACB não foi poupado com a sobreposição de um Secretariado de Apostolado dos Leigos ligado à Conferência dos Bispos do Brasil.

A instalação do Secretariado para o Apostolado Leigo foi mais bem refletida na Assembleia Geral da CNBB ocorrida durante o Concílio Vaticano II, sobretudo com a presença dos bispos da Ação Católica Brasileira. Nela foi discutida uma nova estrutura para a Conferência e outra para a ACB. Na oportunidade, cogitou-se que um bispo eleito iria cuidar de todos os assuntos referentes ao apostolado dos leigos no Brasil e assim se extinguiria a Comissão Episcopal de Ação Católica e Apostolado dos Leigos, instalada na CNBB.

A denominação “Comissão de Ação Católica Brasileira e de Apostolado dos Leigos” sugeria a existência de duas naturezas de apostolado e a preservação da especificidade da ACB. Por sua vez, a denominação “Comissão de Apostolado dos Leigos” representava que a ACB estaria incluída ou dissolvida entre as demais formas de apostolado. Com isso, o movimento ACB perderia a presença exclusiva de um bispo presidente dirigindo-a e de um assistente eclesialístico nacional assistindo-a. Consequentemente haveria um esgarçamento do elo com a Hierarquia e o Secretariado Nacional da ACB correria o risco de perder sua razão de existir.

Diante desse processo controverso, ao longo dos anos 1960, não se assistiu, por parte do Secretariado Nacional da ACB, a busca por uma redefinição jurídica da ACB ou o questionamento da transmutação da natureza da associação. Suas atividades circunscreveram-se em colaborar com a Hierarquia e também com os movimentos especializados. Sobre a redefinição jurídica e a essência da ACB, ocupou-se a Hierarquia.

5.3. O calvário da Ação Católica Brasileira

O Concílio Vaticano II (1962-1965) não apenas possibilitou rediscutir a Igreja como um todo, mas ofereceu uma oportunidade para que os bispos brasileiros se reunissem e elaborassem uma remodelação para a Igreja e para a Ação Católica no Brasil. Duas Assembleias Gerais da CNBB aconteceram nos dois últimos anos do Concílio, em Roma, e foram extremamente significativas para a transmutação da ACB. Ainda que revelem muito de uma Ação Católica Especializada, as reuniões resvalaram também no Secretariado Nacional da ACB, uma vez que parte do que lhe cabia, a articulação dos movimentos especializados, estava prestes a desaparecer.

Para contribuir com a primeira Assembleia, em 1964, o Secretariado Nacional da ACB compilou um relatório e o entregou para Dom Cândido Padim, assistente eclesialístico geral da ACB. O material foi preparado para a reunião¹⁸⁹ ocorrida entre os dias 27 a 30 de setembro, em que o bispo apresentaria a situação e as principais dificuldades enfrentadas pelos movimentos especializados.

Em síntese, relatava-se que os movimentos especializados estavam em crescente colaboração com as organizações políticas no meio estudantil, rural e operário. Diante disso, os bispos, mesmos os mais reformadores, solicitavam aos leigos para que não se comprometessem com as questões temporais sem que houvesse uma ligação direta com o múnus pastoral que lhes era delegado; portanto, sem fugir da orientação da Hierarquia. O que já era uma realidade nos anos 1950 acentuava-se nos 1960.

Desvelava-se a falta de compreensão do trabalho dos assistentes eclesialísticos por parte dos leigos e bispos; a falta de formação doutrinal dos poucos assistentes; as críticas dos bispos em relação aos assistentes e leigos, gerando inclusive afastamento entre as partes; e, por fim, as críticas dos leigos em relação à Hierarquia. Alguns bispos queixavam-se da interferência do Secretariado Nacional e dos Regionais da ACB nos Secretariados Diocesanos, entendidos como suas esferas de atuação tais quais as dioceses. Segundo

¹⁸⁹ Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, Roma, 26 de setembro de 1964. (Acervo Centro de Documentação da CNBB).

Padim, os sacerdotes comentavam que o Nacional e o Regional estavam a serviço do Diocesano e não ao contrário.

Dom Jaime de Barros Câmara, presidente da Comissão Episcopal da ACB, diante de tantas críticas, respondeu aos presentes pedindo “desculpas pelas deficiências de sua atuação”. Ademais insistiu no ponto que era nevrálgico para a ACB nos anos 1960, que era o de conservar a sua organização, devendo “agir em plano diocesano de acordo com o bispo local”. Naquele momento, a preocupação que os bispos tinham em relação à interferência da ACB nas políticas da diocese, fazia com que quisessem limitá-la. Pensavam em retirar-lhe os Secretariados mais amplos, como o Nacional e os Regionais, que estatutariamente deveriam intervir nos Secretariados subordinados, como os Diocesanos – hierarquia explicada no capítulo 2.

Dom Vicente Scherer pediu um voto de confiança à ACB. Especialmente nesta reunião defendeu que não se modificasse a atual estrutura da Ação Católica em suas esferas internacionais, nacionais e regionais, mas que houvesse a presença de bons assistentes eclesiais para orientar melhor os movimentos especializados. Mesmo com este posicionamento, a escolha de Dom Vicente Scherer para o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo, em 1964, foi extremamente comentada dentro da Ação Católica Brasileira. Conhecido da ACB por ser crítico às posturas mais temporais das Juventudes Católicas, ele parecia ser um obstáculo para a continuidade da Ação Católica nos moldes especializados em que ela se encontrava.

De outro lado, havia a situação política do Brasil, com o golpe militar de 1964, sobre o qual setores da Igreja procuravam não se envolver apesar de alguns assistentes darem apoio aos movimentos operários e rurais com tendências mais esquerdizantes. Outros grupos católicos por sua vez apoiavam o golpe no sentido de assim frear o comunismo. O clero mais conservador realizava as campanhas do rosário em família e marchas da família por Deus e pela liberdade, dando apoio à revolução (SOUZA, 1984.p.225-6).

O ano de 1965 foi tenso para os movimentos. Uma série de reuniões foi realizada com Dom Vicente Scherer a fim de dar novos rumos à Ação Católica. Ainda que o movimento não fosse totalmente democrático, os bispos solicitavam aos dirigentes das Equipes Nacionais sugestões e aprovações quanto à remodelação que diziam ser necessária.

Em Roma, em 1965, uma segunda reunião do episcopado brasileiro foi realizada entre os dias 27 e 30 de setembro. Nela foram pronunciadas várias percepções a respeito da ACB, já que o encontro tinha o intuito de rediscuti-la¹⁹⁰. Era Dom Vicente Scherer dizendo que o clima melhorara, mas que havia ainda queixas de “erros e desvios” que geravam desconfiança para com a AC; eram outros bispos dizendo que a Ação Católica apenas se reportava à Hierarquia para solicitar dinheiro¹⁹¹, ou mesmo, estava comprometida demais com o temporal.

Os bispos mais próximos da ACB, Dom Hélder Câmara, Dom Fernando Gomes, Dom Cândido Padim, Dom José de Medeiros Delgado, Dom Antônio Batista Fragoso, Dom Edmundo Kuntz e Dom Bernardo José Bueno Miele, defenderam-na justificando-a e propondo reformulação de seus estatutos¹⁹².

Dom Vicente Scherer dirigiu a reunião e solicitava aos bispos responsáveis pelos Secretariados Regionais da CNBB dados sobre a ACB em sua região. No entanto, os mesmos procuraram apenas apontar dados referentes à AC da arquidiocese de seus cuidados, demonstrando certa cautela e a falta ainda de um entrosamento entre o Secretariado Regional da ACB e os da CNBB na transferência das informações. Assim, sucessivamente os bispos foram comentando suas percepções positivas e negativas. Dom Alberto Ramos (Belém do Pará) reclamava da interferência do Secretariado Nacional na arquidiocese, inteiramente à margem do arcebispo; Dom Luiz Victor Sartori (Santa Maria do Rio Grande do Sul) dizia sobre a imaturidade dos assistentes eclesiais que eram levados pelos leigos a cometerem erros, como exemplos.

Por sua vez, algumas soluções eram forjadas quando da “desobediência” dos movimentos de ACB, como a que Dom Augusto Álvaro da Silva relatava que

¹⁹⁰ Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, Roma, 30 de setembro de 1965. (Acervo Centro de Documentação da CNBB).

¹⁹¹ De fato, viu-se serem recorrentes os pedidos de ajuda financeira, nesses anos principalmente. São exemplos as cartas que solicitam apoio para moradia e alimentação dos permanentes, para o pagamento dos salários dos funcionários da Secretaria e do assistente eclesial (equivalente a um salário mínimo), para a publicação de informativos e outros meios de comunicação, para material de escritório, custeio de viagens, correios etc. Porém, a ACB também buscava apoio externo, dado que em 1966, Dom Paul Hoffacker enviou uma carta para Monsenhor Roquette, da ACB, para informar que repassou dinheiro para a ACB não para a aquisição de um prédio para o Secretariado Nacional, mas sim para o custeio da manutenção, cujo dinheiro viera da Adveniat (Ação Advenista). A sra. Nisa Roquette confirmou a recepção do relatório parcial da aplicação da subvenção do Adveniat para as atividades da AC no Brasil.

¹⁹² Relatório da Reunião dos Bispos em Roma apud SOUZA, 1984. p.221-2.

AC na Bahia havia sido extinta em dado momento. Depois de retomada, a AC “submeteu-se docilmente [ao Bispo] e, por isso, [era] um mês depois restaurada”. Já na Arquidiocese de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos contou que a JEC ficara marcada pelos distúrbios de 1963 e havia sobre ela uma desconfiança por parte dos educandários, por essa razão era introduzido o movimento Comunidade de Jovens Cristãos nas escolas, o qual havia sido bem aceito e também recebia ex-integrantes da JEC em seus quadros, “desejosos de reabilitação”. Dizia ainda que havia restaurado os Benjamins de AC e apoiado as Congregações Marianas no sentido de lhe atribuir o título de Ação Católica (Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, em Roma, 30 de setembro de 1964).

Igualmente, Dom José Vicente Távora (Arquidiocese de Aracaju) que vinha buscando equiparar o Movimento Familiar Cristão às condições exigidas para serem de AC. Além disso, Dom Bernardo Bueno Miele, da Arquidiocese de Campinas (SP), aspirava fomentar e ampliar “o apostolado leigo em função do plano ‘de comunidades de base’, para o qual não são suficientes os quadros especializados”, julgando assim a necessidade de revisão dos quadros nacionais.

Isto posto, os bispos passaram a apresentar soluções e formas de organização laical no lugar da Ação Católica Brasileira, buscando equiparações de movimentos já existentes aos requisitos de AC, coordenados por eles próprios. Ou incrementando outros na tentativa de preencher o lugar vago deixado pelos movimentos especializados. Ou ainda os indícios do surgimento das “comunidades eclesiais de base” sendo fomentadas a partir de quadros dos movimentos da ACB - sinais da transmutação das formas de organização dos leigos incentivadas por alguns membros da Igreja.

No discurso de defesa da ACB proferido por Dom Cândido Padim, baseado no que entendeu sobre o Decreto do Apostolado Leigo, para “muitos senhores bispos ainda não são suficientemente explicitados a natureza e os objetivos da AC”, por isso pairava uma contradição entre o que se esperava da ACB e seus fins: “o fim imediato da AC é o próprio fim apostólico da Igreja, a evangelização e a santificação dos homens”, por isso seria natural a ação no plano temporal a qual não foi exorbitada pela AC.

Para Dom Adelmo Machado Cavalcanti (Arquidiocese de Maceió) e para outros bispos, a interpretação dada a tal Decreto era equivocada, sobre a qual dizia que a ACB não deveria agir no temporal.

[...] era preciso distinguir o Apostolado dos Leigos, como gênero, e a AC, como diferença específica, como um tipo, uma espécie de Apostolado dos Leigos. O esquema do Apostolado dos Leigos [...] tratando dos fins do apostolado dos leigos *in genere* diz que seu campo de ação é no temporal e no espiritual, isto é, a sacralização do mundo e a evangelização. Mas, em outro capítulo, o esquema acrescenta que há vários tipos e modos de apostolado dos leigos, entre os quais está a AC, cujas notas entre outras, são a dependência da [à] Hierarquia e a evangelização e a formação da consciência cristã. Assim, a AC, **como tal**, não pode preferir uma ideologia, nem tomar atitudes no temporal, que comprometem a Hierarquia, uma vez que seu fim, conforme o esquema, está na ordem da evangelização [...]. (Ata da Reunião Plenária do VII Assembleia Geral Extraordinária da CNBB. Roma, 30 de setembro de 1965) (grifos do autor)

Dom Edmundo Kuntz¹⁹³ foi o único a apresentar objeção com teor jurídico sobre a Ação Católica na reunião, para endossar a revisão dos estatutos com base nos documentos do Concílio (SOUZA, 1984.p.222).

Dom Edmundo Kuntz acreditava que a Ação Católica, à luz do novo Decreto sobre o Apostolado Leigo, pelo conjunto de suas características essenciais, e não somente pelo mandato, estaria sob a supervisão geral da Hierarquia.¹⁹⁴ Assim, refutava a ideia de que outras associações de fiéis que não possuíam o mandato e outros caracteres pudessem ser elevadas à categoria de “Ação Católica”.

[...] como uma forma de apostolado associado... guardando uma união estreita com a Hierarquia, perseguem fins propriamente apostólicos. O fim da ACB não pode ser a animação temporal nem os outros dois tipos de apostolado geral ou de ação caritativa, mas a evangelização [...]. (APOSTOLADO DOS

¹⁹³ Bispo Auxiliar de Porto Alegre compôs uma comissão designada por Dom Vicente Scherer para, à luz da *Lumen Gentium* e do esquema conciliar *De Apostolatu Laicorum*, sugerir reformulações nos Estatutos da ACB. Fizeram parte também Dom Fernando Gomes dos Santos, Dom José Medeiros Delgado, Dom Cândido Padim e Dom Bernardo José Bueno Miele. (Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Ordinária da CNBB, Roma, 30 de setembro de 1965). Acervo Centro de Documentação da CNBB.

¹⁹⁴ “o fato de serem as organizações da Ação Católica associações religiosas eclesiais, canonicamente erigidas ou aprovadas, com estatutos especiais, estabelece a semelhança dela com as associações do Código e a organização hierárquico-mandatária dá-lhe a diferença específica.” (ORTIZ, 1947, p. 62)

LEIGOS E ACB. Observações preliminares. Dom Edmundo Kuntz, s/d apud SOUZA, 1984. p.224)

Assim, baseado no direito canônico (sem o citar), Dom Edmundo reforçou a presença dos tipos de associações de leigos que já estavam previstos: a) as associações de leigos em geral, legitimamente erigidas ou aprovadas, portanto de apostolado geral; b) as associações de fiéis em particular, portanto as caritativas, sendo elas as ordens, as confrarias e as uniões pias. Contudo, acrescentou um terceiro tipo, não previsto no código, que seriam as associações com fins de evangelização como se configurava a ACB.

Ou seja, a imprecisão de uma definição jurídica perdurou sem solução alguma, pois bem se sabe que esta terceira forma de associação não existia no direito canônico. Definitivamente, a ACB não se ajustava aos moldes jurídicos da Igreja de 1917.

A este propósito, Dom Fernando Gomes apontava que “o Código do Direito Canônico [deveria] ter um capítulo sobre o apostolado dos leigos em geral e sobre a AC, especificamente”. Era expressa a mesma expectativa de valorização dos leigos por vários outros bispos, dentre eles o próprio Secretário do Apostolado Leigo, Vicente Scherer¹⁹⁵, a quem muitos viam com resistências.

Enfim, em novembro de 1965, Dom Vicente Scherer apresentou às Equipes Nacionais os resultados das discussões, lançando uma ideia “da descentralização” da Ação Católica, com o fortalecimento das estruturas regionais e a redução das equipes nacionais a uma simples tarefa de coordenação”, e outra de novos estatutos para a ACB. (SINTESE DA SITUAÇÃO DA ACB, 1966 apud SOUZA, 1984.p.224)

Concomitante a essa situação de crise, houve a saída de Dom Cândido Padim em 1965¹⁹⁶ e o Secretariado Nacional de ACB enviou um memorando ao episcopado brasileiro solicitando um bispo liberado para assistir aos movimentos

¹⁹⁵ Assim também Gregório Warmeling (Joinville-SC), Walmar Battu Wichrowski (Santos-SP), José de Medeiros Delgado (São Luiz-MA), Augusto Álvaro da Silva (Salvador-BA), Avilar Brandão Vilela (Teresina-PI). Afonso M. Ungarelli (Pinheiro-MA), Antonio C. do Aragão (Petrópolis-PE), Carlos E. Sabóia Bandeira de Mello (Palmas-PR). (BEOZZO, 2001.p.85)

¹⁹⁶ “Ninguém sabe porque Dom Cândido Padim deixou o cargo de Assistente Geral da Ação Católica [...] numa reunião com o Episcopado mineiro, em 1964, Dom Cândido se queixou de que não havia identidade de pontos de vista no Episcopado brasileiro relativamente aos problemas de AC.” (Ata da Reunião Plenária da VII Assembleia Geral Extraordinária da CNBB, Roma 30 de setembro de 1965). Acervo Centro de Documentação da CNBB.

de AC, uma vez que a experiência de Dom Cândido como assistente geral comprovava essa necessidade, ainda mais em tempos de reestruturação.

Com tudo isso, os movimentos dos leigos ressentiram-se e Dom Vicente Scherer solicitou então novas sugestões para a reestruturação da ACB. As equipes nacionais das Juventudes e Adultos responderam então alguns pontos sobre evangelização, engajamento e hierarquia e o bispo refutou-os com a seguinte ideia dos leigos:

AC Hierarquia: documento pretensioso por afirmar que a AC foi quem promoveu o laicato [...] foi a hierarquia que convocou e presidiu toda a evolução [...] tudo que a AC fez foi obra da hierarquia, a AC é movimento que depende totalmente da hierarquia, dever ser o que a hierarquia deseja, hierarquia pode julgar e decidir sobre o engajamento concreto do militante [...] a hierarquia tem o direito de negar-se ao diálogo e determinar a melhor posição dos militantes no engajamento [...]. (Relatório de reunião de Dom Vicente Scherer, s/d)

Nesta indignação de Dom Vicente, via-se claramente sua noção de Ação Católica. Para o bispo, a ACB não fora promovida pelo laicato e sim canonicamente erigida, por isso gozava de um status maior diante de outras associações; pois era considerada eclesiástica. Posto assim, o bispo não corroborava com a ideia defendida no Concílio Vaticano II, de que a AC era uma associação leiga, próxima à Hierarquia por reconhecimento e não por ter sido criada por ela.

Em outro ponto, para o bispo a ação apostólica da AC era obra da Hierarquia e, portanto, o *laicato participava como obra do apostolado hierárquico*. Dessa forma, Dom Vicente Scherer recuperava o conceito de Dabin (1937):

[...] é como obra que a ação do laicato participa no apostolado da hierarquia [...] “De mais, os próprios termos dessa definição esclarecem-se uns aos outros. Uma obra ou uma operação, participa apenas em uma obra ou uma operação. E como operação e obra que a ação do laicato participa no apostolado (também ele obra e operação) da hierarquia. (DABIN, 1937. p.140)

Nessa corrente de pensamento, os leigos eram a causa instrumental do apostolado hierárquico que dele se servia para cumprir mais facilmente a sua

missão de evangelizar. Usando desse tipo de argumentação, Dom Vicente Scherer quis retomar as origens do movimento de Ação Católica.

A Hierarquia brasileira não tinha um discurso homogêneo quanto à solução da ACB. A ideia de Alves (1974) de que “o que chama mais a atenção nos ataques contra a Ação Católica é a ausência total de referências teológicas e o desequilíbrio entre as queixas dos bispos e os textos que eles mesmos estão votando naquele momento de Concílio” (p.128 apud SOUZA, 1984.p. 223¹⁹⁷) não era verdadeira. Existiam sim referências teológicas mesmo que não homogêneas entre os bispos. Talvez, como explicou Souza (1984),

Aparentemente, é como se sua consciência não tivesse ainda absorvido o novo clima conciliar e, em suas discussões sobre a AC, permanecem no período anterior, com seus preconceitos e atitudes de anos atrás. Ou talvez estejam [...] muitos deles estejam fazendo uma leitura autoritária dos resultados do Concílio e do problema da colegialidade. (p.223)

De fato, conviveram entre si várias formas combinadas de eclesiologia, as quais não eram claramente explicitadas¹⁹⁸. Dom Vicente Scherer e Dom Edmundo Kuntz vinham apresentando uma conceituação de AC que transitava entre a eclesiologia jurídica, em que “os leigos eram considerados como simples fiéis por subordinação à autoridade, como objetos e beneficiários das ações hierárquicas” (FONTES, 2011.p.190), e a eclesiologia do ‘corpo místico’ apresentada na encíclica *Mystici Corporis Christi* (1943) e disseminada no Concílio Vaticano II (1962), em que a participação de toda pessoa batizada no ‘corpo místico’ de Cristo é dada pela fé.

A teologia do laicato, desenvolvida por Yves Congar, podemos auferir, foi absorvida em partes nesse momento. Inicialmente na nomenclatura do Secretariado Nacional para o Apostolado Leigo, na incorporação de outras associações ao conceito de apostolado leigo, no entendimento de uma autoridade própria e do espaço temporal de atuação como lhe sendo próprio. Porém, isto apenas por alguns bispos, sobretudo por aqueles que defendiam os

¹⁹⁷ ALVES, Márcio M. *L'Église et la politique au Brésil*. Paris: Ed. du Cerf, 1974.

¹⁹⁸ Mas isto não era somente referente à ACB. Alguns bispos mais refratários à renovação litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano ainda realizavam missas em latim, como exemplo as que eram celebradas na diocese de Campos (RJ), organizadas por Dom Castro Mayer.

movimentos especializados de AC. O que também não significou preservar a Ação Católica Brasileira de seu fim.

Estas contradições não significaram que Dom Vicente Scherer e demais bispos quisessem propriamente o fim da ACB. Até demonstravam que a ACB tinha uma missão apostólica de vanguarda e que vivenciava as exigências da evangelização do Brasil em processo de transformação radical. O que existia na verdade era uma defesa da continuidade da ACB nos seus moldes primordiais, que retornasse à sua missão inicial e à sua subordinação à Hierarquia.

Em decorrência de todas estas situações e principalmente das reuniões do episcopado brasileiro em Roma para decidir sobre a ACB, deflagrou-se uma série de atos buscando saber o que se decidiu sobre a Ação Católica Brasileira. As expectativas sobre as possíveis deliberações causavam alvoroço nas equipes nacionais dos movimentos especializados.

Em 1966 as equipes nacionais dos movimentos especializados tratavam de forma direta com o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, sem intermediação alguma do Secretariado Nacional da ACB. Até os presidentes da ACB, Luiz Eduardo Wanderley e Osmar Fávero, aos poucos eram também conduzidos para o Movimento de Educação de Base (MEB), que era ligado aos bispos.

Mesmo assim, o Secretariado Nacional da ACB articulava encontros e debates. Neles a questão era forjar uma solução para o movimento a partir de interpretações principalmente dos itens 20 e 24¹⁹⁹, do Decreto do Apostolado Leigo, que tratavam da “maioridade dos leigos”.

Para os leigos, alguns bispos brasileiros não reconheciam a maturação dos movimentos especializados de ACB. Por outro lado, também compreendiam que a tal “maturidade” e o tal “apostolado próprio do laicato” opunham-se de

¹⁹⁹ “20. Há não poucos decênios, em muitas nações, os leigos, cada vez mais consagrados ao apostolado, uniram-se em várias formas de ação e associação que, em união mais estreita com a Hierarquia, dedicaram-se e dedicam-se a fins especificamente apostólicos. Entre estas e outras instituições semelhantes mais antigas, merecem especial menção as que, seguindo embora diferentes métodos de ação, tendo sido justamente recomendadas e fomentadas pelos Sumos Pontífices e por muitos Bispos, receberam deles o nome de Ação Católica e, com muita frequência, foram declaradas como cooperação dos leigos no apostolado hierárquico. [...] 24. [...] Deste modo, a Hierarquia, ordenando o apostolado de diversas maneiras segundo as circunstâncias, vai unindo mais intimamente ao seu próprio múnus apostólico uma ou outra das suas formas, respeitando, porém, sempre a natureza e a distinção de ambas as partes, e sem com isso se tirar aos leigos a necessária liberdade de ação. Em vários documentos eclesiais se dá a este ato da Hierarquia o nome de mandato. ”

maneira paradoxal ao que a Ação Católica tinha de diferencial, o mandato. Porque à medida que os movimentos de AC agiam na dimensão social e temporal mais se afastavam de sua missão original de evangelização, para a qual recebiam o mandato que os legitimavam. Contraditoriamente chegavam à conclusão de que o mandato era para os militantes o meio de exercer uma pastoral de igual valor à pastoral sacerdotal; portanto, perdê-lo significaria ter um rebaixamento da autoridade laical no interior da Igreja, porém mantê-lo significaria não se emanciparem.

[...] seria o mandato uma limitação, uma minoridade do leigo que se põe mais diretamente a serviço da Igreja ao invés de ser um apoio um aumento dos meios de liberdade e de reconhecimento do papel que o Concílio atribui aos leigos no momento que vivemos? [...] Acreditamos que o mandato que desejamos conservar e não repudiar deveria ser um diálogo efetivo entre pessoas adultas e responsáveis, ainda que em diferentes posições. Assim a Hierarquia – concebida hoje em termos de serviço e não de poder – mandatando o leigo cujos problemas ela conheceria por um diálogo real, ao invés de limitá-lo em sua atividade, poderia solidarizar-se com a equipe mandatada nos riscos que ela corre em defesa da justiça. Ousamos julgar que essa solidariedade faz parte do seu múnus pastoral.” (Carta, São Paulo, 19 de maio de 1966)

Para os sacerdotes assistentes eclesiais da ACB, por sua vez, a “maioridade” adquirida pelos leigos não dizia propriamente sobre a AC, mas às demais formas de apostolado. Assim concluíam que

1 – [...] parece ser evidente, olhando o conjunto das reflexões que o Concílio faz em torno do leigo, da missão dos leigos, do Apostolado dos Leigos, e de que o **leigo realmente adquiriu na Igreja de hoje a sua maturidade**. Com missão própria dentro do Foro de Deus, todos agora são convocados diretamente por Deus, **a partir do Batismo e da Confirmação para exercerem seu lugar na construção do Reino, quer individualmente, quer de maneira organizada. A partir daí se impõe a conclusão sobre a importância do incentivo e do apoio que se deve dar às diferentes formas de apostolado dos leigos [...]** (Relatório II Encontro Regional dos Assistentes, 22-24 de março de 1966.p.3) (grifos nossos)²⁰⁰

²⁰⁰ O II Encontro Regional dos Assistentes que fora coordenado pelo Secretariado Regional Sul da ACB, de 22 a 24 de março de 1966, tivera a participação de quase 60 assistentes de AEIOU, ACI, ACO, dentre eles a presença de Dom Edmundo L. Kuntz, como delegado especial do Secretário Nacional do Apostolado dos Leigos, de Dom Ivo Lorscheiter, sub-secretário Regional da CNBB e também do Secretário Nacional do Apostolado dos Leigos e Secretário Regional da

Portanto, os novos apostolados de leigos seriam diferentes da ACB. Estes possuiriam coordenação própria e o bispo seria o centro integrador e não mais um assistente de AC e ou mandatário.

2 – A partir daí igualmente a coordenação destas diferentes organizações não deve, em nosso entender, ser feita pela CNBB, simplesmente através de um Departamento, como se novamente a Hierarquia tivesse que convocar os leigos para o Apostolado. (Esta convocação é realizada sim na AC). Parece-nos teologicamente mais acertada uma coordenação própria dos leigos, que, com o Conselho Nacional dos Bispos e dos Religiosos, porém sempre integrados, planeje e execute as tarefas pastorais da Igreja, tendo como centro o bispo [...]. (Relatório II Encontro Regional dos Assistentes, 22-24 de março de 1966.p.3)

Todavia, a ACB continuaria submissa à Hierarquia e continuaria a necessitar da presença de um assistente eclesiástico para acompanhá-la e assim o sacerdote continuaria com aquele status que o movimento lhe aprouvera.

3 – Por outro lado [...] o esvaziamento da Ação Católica hoje seria um desastre para os leigos e para a Igreja em geral do Brasil [...] É preciso que se faça justiça reconhecendo grande e quem sabe quase exclusivo o papel da AC especializada na formação do laicato [...]

6 – Já que por natureza a AC tem uma ligação mais estreita com a Hierarquia (Decreto do Apostolado dos Leigos, nº 20 e 24), e a fim de favorecer o diálogo das duas partes, especialmente na atual situação, achamos sumamente necessário que a Hierarquia designe inicialmente um bispo como Assistente Nacional da Ação Católica. (Relatório II Encontro Regional dos Assistentes, 22-24 de março de 1966.p.3 e 4)

Isto posto, para os assistentes eclesiásticos conviveriam duas formas de apostolado. Uma forma mais genérica, sem a necessidade de um bispo diretamente responsável, e outra forma mais específica, tal como a ACB.

Já para o padre Frederico Stein, que produziu algumas interpretações do Decreto de Apostolado Laico, também em 1966, algumas objeções surgiam em relação às características sugeridas no próprio documento para que um movimento fosse chamado de Ação Católica. Observou que o ‘AEIOU’ (os

CNBB, Dom Vicente Scherer. No final do relatório apresenta-se a seguinte nota ‘O Seminário’, n.209. jul-ago, 1966. p 269-284. Não se sabe se o documento foi publicado nesta publicação.

movimentos especializados) estavam voltados para a ação temporal e não propriamente para a evangelização. Como “consequência disso tudo [...] tal movimento não convém o nome de Ação Católica”.

O fim **imediato** dessas organizações é o apostolado da Igreja, i.e visando à evangelização etc. Ora, - JEC e JUC do Brasil (mais JOC?JAC?ACO? ACI?) tem-se proposto muitas vezes como fim imediato a ação no temporal [...]

b) [...] agem sob a orientação superior da própria Hierarquia..., traduzimos a palavra ‘moderamen’ por ‘orientação’ poder-se-ia traduzir também por uma palavra mais forte, como por exemplo ‘direção’. Aí a autonomia do leigo, que parecia ser afirmada no item b [do decreto] é colocada novamente em cheque. Não poderá cada bispo alegar este ponto para dar à AC a sua orientação pessoal? Aliás caberá à Hierarquia julgar se tal movimento merece ou não o nome de Ação Católica. Trata-se aqui da Conferência dos Bispos de cada país (no caso de um movimento de âmbito nacional) ou de cada bispo para a sua diocese? (Decreto conciliar sobre o apostolado leigo, [1966].s/p) (grifos do autor)

Com a circularidade dessas interpretações diferenciadas, sobre o Decreto e sua respectiva relação com a Ação Católica Brasileira, forjadas pelo alto e baixo clero e pelos leigos, a solicitação de reuniões e de informações²⁰¹ aos bispos passou a ser mais frequentes nesses idos de 1966. Ainda mais que nada se sabia sobre o que foi decidido pela CNBB durante o Concílio Vaticano II, que já se passava um ano.

Nas diversas reuniões com as equipes nacionais, os bispos Dom Vicente Scherer, Dom Edmundo Stein, Dom José de Medeiros Delgado e Dom José Rezende Costa insistiam “na redução das equipes nacionais, no fortalecimento dos regionais e numa coordenação nacional da ACB, ligada à CNBB” e na

²⁰¹ Na carta circular de 30 de maio de 1966, da Equipe Nacional às Equipes Diocesanas e Regionais, dentre os assuntos relatou-se sobre uma reunião de 20 de maio passado daquele mesmo ano, em que o Conselho Nacional da AC, representando os movimentos de Juventude e Adulto, esteve reunido com Dom Vicente Scherer a fim de discutir as relações atuais do movimento com a Hierarquia; para o que novamente dizia “em breve enviaremos o pequeno documento que o Conselho elaborou para encaminhar a reflexão sobre a experiência do movimento”. Na mesma direção, numa carta de Tibor Sulik, então da Ação Católica Operária (movimento de adultos) para Dom Cândido Padim (ainda Assistente Geral da ACB), do Rio Janeiro, em 28 de junho de 1966, temos que não havia, apesar das informações, uma decisão da Hierarquia quanto à situação da Ação Católica “que nos diz a respeito da reunião da CNBB? Até agora, somente conhecemos detalhes, mas uma resolução objetiva sobre a linha de interpretação dos Srs. Bispos da ACB, não sabemos. É duro continuarmos o trabalho, ficando tudo meio no ar, mas é certamente provincial.”

“descentralização”. Dom Fernando Gomes defendia que os movimentos tivessem um caráter nacional.

Em 1966, foi votada a descentralização e aprovada pelos bispos presentes na Comissão Central. Depois da reunião, Dom Vicente Scherer, através de uma missiva, de 22 de junho de 1966, informou aos bispos que:

[...] em vista do auspicioso desenvolvimento dos vários secretariados regionais da CNBB [...] estrutura-se a ACB de maneira que as suas coordenações regionais, em íntima colaboração com as respectivas autoridades diocesanas e regionais, assumam a responsabilidade principal da orientação e das iniciativas dos movimentos. (apud SOUZA, p.227)

Concomitantemente à aprovação da descentralização ou em decorrência dela, os ramos especializados de adultos - Homens e Senhoras de ACB, Liga Independente Católica Feminina, LICF e Movimento Operário de Ação Católica, MOAC -, em 18 de janeiro de 1966, separaram-se da ACB e da Hierarquia²⁰². Esses movimentos reuniram-se e apresentaram seu pedido de desmembramento para o Conselho Nacional da ACB, em São Paulo. A CNBB foi consultada sobre tal situação e foi-lhes concedida a desagregação baseada no que se compreendeu do Decreto do Apostolado Leigo. Contudo foi-lhes tirado apoio financeiro vindo da CNBB²⁰³ e o mandato, já que desejavam agir por própria iniciativa. Não obstante, isto não significou que esses movimentos não se vinculassem mais à Igreja.

No §24 do Decreto Apostolicam Actuositatem sobre o Apostolado dos Leigos está o conceito claramente exposto, quando diz que a ‘hierarquia orientando de diversos modos o apostolado’ conforme as circunstâncias, une mais estreitamente com seu múnus ‘apostólico alguma forma dele, conservando, no entanto, **a natureza e a distinção entre a ação hierárquica e leiga**, e não suprimindo’, tampouco, a faculdade necessária dos leigos de agirem por própria iniciativa [...]. (Consulta a CNBB sobre a situação da ACI, de 15 de junho de 1966.p.1) (grifos do autor)

²⁰² Depois de algum tempo foram reestruturados e passaram a funcionar como Renovação Cristã Brasileira.

²⁰³ Dom Vicente Scherer resolveu proibi-la de usar os bens da CNBB, conforme carta assinada por Lourdes Barreto da Silva e Iranilde Viana Pereira, do Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1966.

Ademais, as equipes nacionais foram informadas pelo rádio sobre a reestruturação da ACB, pelo programa Voz do Pastor, e pela publicação do comunicado no Correio do Povo de Porto Alegre (SOUZA, 1984. p.227). A Comissão Central da CNBB resolvia então modificar a estrutura da ACB substituindo as equipes nacionais por um Comitê Nacional de Coordenação.

Diante de tais circunstâncias, a JUC decidiu em 1966 dissociar-se da hierarquia eclesiástica passando a assinar como Ex-JUC. Assim como a JEC que também se desvinculou da ACB.

No texto sobre a situação da Ação Católica Brasileira, escrito por Carlos Alberto Christo (frei Betto), de 22 de setembro de 1966, esboçou-se uma síntese de como se encontrava a ACB e a percepção sobre o desenvolvimento da crise. Para ele foi forjada de fato nas bases especializadas, devido a uma linha de orientação dos movimentos que polarizou tanto os leigos quanto os sacerdotes. Achava que a Ação Católica Brasileira pode ter impedido o surgimento de outros movimentos de leigos e por isso ela acabou por ter a maior expressividade entre os fiéis – o que vimos não ser consensual entre os bispos, já que estes a todo o momento anunciaram a presença de outras associações laicais, como as Congregações Marianas²⁰⁴.

Paradoxalmente, o autor do documento apresentava como solução para a Ação Católica Brasileira o voltar-se para o seu sentido original e avaliar-se. Dessa forma, conjugava com a Hierarquia da Igreja e confirmava as ideias de Dom Vicente Scherer a respeito da ACB ser uma associação eclesiástica.

[...] forma de apostolado que está além de sua missão conforme a Igreja entende. Portanto, é preciso voltar à definição de AC que explica o tipo de ação apostólica que seus militantes devem desenvolver como participação no apostolado oficial da Igreja [...] Só esta definição [...] mostrará se os nossos movimentos especializados permanecem fiéis ao conceito que a hierarquia tem de AC [...] pois é sabido que a AC é uma instituição oficial da Igreja. (Texto Em Busca de um caminho para os leigos militantes: Ação Católica e Apostolado dos Leigos, São Paulo, 1966. s/p)

²⁰⁴ Texto Em Busca de um caminho para os leigos militantes: Ação Católica e Apostolado dos Leigos, São Paulo, 1966. s/p.

Havia uma frente, fosse de militantes, fosse de bispos, que desejava o retorno ao conceito original de Ação Católica como uma saída para o fim, que se demonstrava ser premente a todos. Outros viam de maneira contrária. Luiz Eduardo Wanderley, então presidente da ACB, tinha a percepção de que já se anunciava que a AC voltaria para o campo paroquial, o que representaria que os bispos teriam um controle maior sobre os leigos militantes. Depois de uma reunião com Dom Agnelo Rossi, Dom José Lamartine Soares e com Dom Cândido Padim, Luiz Eduardo concluiu que

[...] era apenas mais um ano e nos libertaríamos da CNBB. Mas a questão não era dinheiro e sim o Episcopado achava que os Nacionais eram uns [sic] cobras, escolhidos a dedo, que impunham uma linha às bases, da qual eles discordavam; tinham bispos que achavam que as bases iam muito para o temporal, quando faziam opção marxista". "entra o[?] dizendo que o compromisso da AC era com os pobres e que isto não significa dar tiara nem cruz peitoral, mas era um compromisso até as últimas consequências. Dom Avelar [Brandão Vilela, de Viçosa (MG)] diz que quer diminuir o número de permanentes para salvar a AC, se quisesse salvar que viesse falar conosco e não formar ideias fora. [...] Dom Cândido Padim diz que não ficaria muito tempo na AC, porque isto atrapalharia a AC falar com o Núncio de uma situação e o **Núncio enfatizar a AC paroquial**. (Carta de Luiz Waldemarin Wanderley a Osmar Fávero, s/l.[1966]) (grifos nossos)

A presença do núncio na conformação final da ACB de novo demonstrava a política da Santa Sé de moldar a experiência laical no que considerava ideal. Portanto, o Vaticano, a Hierarquia e alguns leigos partilhavam da concepção de que a Ação Católica Brasileira deveria voltar para as paróquias, de onde começou.

Outro sinal que também demonstrava uma linha de Igreja que Roma queria implantar no Brasil foi o de formação da comissão brasileira que participou II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín (Colômbia), em 1968. A comissão teve o predomínio de bispos moderados e até conservadores, eleitos pelo núncio apostólico, ainda que o tom do evento fosse marcado pelo termo "libertação" dos povos, que poderia ser conquistada além das vias políticas, pela via de uma teologia também libertadora. Mesmo assim, essa Hierarquia moderada não deixou de estimular as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (BEOZZO, 1994.p.157).

Por outro lado, era outro o clima no interior da Igreja brasileira em meio ao período de regime militar em que o país se encontrava. Para este mesmo evento, foi realizada uma eleição para escolher os bispos que representariam o Brasil em Medellín. Dom Vicente Scherer e Dom Agnelo Rossi, mais conservadores, foram eleitos pelos próprios votos dos bispos, deixando Dom Hélder Câmara, que estivera por 12 anos dirigindo a ACB, por exemplo, Dom Fernando Gomes e Dom José Maria Pires, os quais eram reformadores, aquém dos primeiros mais votados (BEOZZO, 1994.p.157).

Conforme relata frei Betto, nas eleições para a mesa diretora da CNBB, em 1964, os bispos renovadores foram derrotados dando lugar a um grupo mais conservador,

De um lado, Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio, apoiado por Dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, criticaram os militares por desrespeito à Constituição e à ordem democrática. De outro, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), exigiam Te Deum por ter a Virgem de Aparecida escutado os clamores do povo e livrado o Brasil da ameaça comunista. Venceu esta segunda posição. A CNBB deu seu apoio oficial aos militares golpistas. (Igreja Católica e o Golpe de 1964. In: Brasil de Fato, 20 de março de 2014. s/p)²⁰⁵

A Ação Católica Brasileira foi se esvaindo na medida em que os movimentos especializados foram se tornando autônomos. A Ação Católica Especializada sofria com a desintegração devido a conflitos do afeto colegial, experimentados pelo episcopado brasileiro durante a década de 1960 (INP, 2003. p.41-4).

Não somente isto, a ACB também se desarticulou à medida em que o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo foi se consolidando e a opção pela desarticulação nacional foi se efetivando. Segundo Beozzo,

A força da Ação Católica, entretanto, era a sua articulação nacional. Na hora em se deixou para cada diocese manter ou não o movimento, evidentemente, este não tinha mais como prosperar [...]. Então, quando se cortou essa forma de organização, decretou-se a falência do organismo todo, embora a decisão fosse: 'Cada bispo decide na sua diocese'. (INP, 2003.p.142)

²⁰⁵ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/27826/>. Acesso em 10 out 2017.

Sobre o valor da Ação Católica, segundo Dom Marcelo Pinto Carvalheira (1983.p.23), os documentos pontifícios *Lumen Gentium* (1964), *Gaudium et Spes* (1965), *Apostolicam Actuositatem* (1965) e, enfim, o conjunto das reflexões advindas pós Concílio Vaticano II consagraram de modo solene e oficial a vivência eclesiológica e missionária da Ação Católica pelo mundo. No tempo do Concílio Vaticano II, a ACB tinha 30 anos e a Ação Católica no mundo tinha 40 anos, o que “para o laicato [o Concílio] foi o grande momento de definição do seu estatuto próprio e de reconhecimento oficial de sua prática eclesial, abrindo, ao mesmo tempo, novas perspectivas [...]”

Para Souza (2006.p.57) as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Pastoral da Juventude e o Conselho Nacional são continuadores da Ação Católica Brasileira. Para Dom Raimundo Caramuru e para Dom Marcelo Pinto Carvalheira (INP, 2003.p.57-8), também as CEB's vieram como um substituto da Ação Católica:

[...] uma vez que esta, com os avanços do Concílio [Vaticano II], já não tinha condições de continuar. O patrimônio da Ação Católica é assimilado pela CNBB e, para que os leigos participassem, as CEB's foram o grande instrumento. Inclusive, elas até respondiam a um problema que a AC nunca chegou a resolver, que era o da inserção nas paróquias. De fato, como decorrência do Concílio surge uma nova maneira de ser Igreja, na qual as CEB's vão se inserir plenamente. (p.57)

De fato, a Ação Católica Brasileira deixou o seu legado de experiência à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e às Comunidades Eclesiais de Base. Especificamente, o Conselho Episcopal da Ação Católica Brasileira pode ter sido substituído pela CNBB e a Ação Católica Especializada pelas Comunidades de Base.

Para preencher uma lacuna deixada pelo fim da Ação Católica Brasileira, talvez o Conselho Nacional do Laicato seja o modelo mais próximo. Pelo menos foi assim criado pela própria CNBB em 1970, para cumprir o papel de articulador de associações laicais, em decorrência do Concílio Vaticano II (CNBB, 2016).

6. A natureza do espólio documental da Ação Católica Brasileira

[O papa Leão XIII abriu os arquivos do Vaticano para eruditas investigações]. Isso foi um ato de coragem, inspirado pela consciência da Igreja sobre o passado, da certeza de que 'a história, estudada em suas diversas fontes livre de paixão e preconceito, pode gerar de forma espontânea a mais bela apologia da Igreja e do papado'. De fato, humanamente falando, ele sabia, e, dada a vastidão dos fundos de arquivo [...] ninguém poderia, ou pode mesmo saber antes, se alguma vez talvez houvesse ou se vai encontrar qualquer coisa inadequada para a dignidade e honra da Igreja. [...]
(Discurso do papa Pio XII aos participantes na I Reunião de Funcionários dos Arquivos Eclesiásticos Italianos. Roma, 5 de novembro de 1957) (tradução livre)

6.1. A gênese e acumulação documental: formação do fundo ACB

Ao longo dos capítulos anteriores desenvolveu-se a história institucional da Ação Católica Brasileira, com seus conflitos e suas contradições. No intuito de distender mais algumas problemáticas a respeito da natureza da entidade, é indispensável debruçar-se sobre o espólio documental na perspectiva da sua produção, acumulação e arquivamento²⁰⁶ para observarmos as impressões deixadas pela instabilidade jurídica e pela compreensão dogmática de Hierarquia e de laicato que permearam toda a sua existência.

Para atingir tal fim, antes faz-se necessário esclarecer que o “arquivo” é objeto científico da Arquivística²⁰⁷ (SILVA, 2009. p.211-7). A ciência tem fundamentos e metodologia que lhe são próprios para analisar o “arquivo enquanto conjunto de documentos” e o próprio “documento de arquivo” (CRUZ MUNDET, 2011.p.76). É a partir dos prismas teóricos dessa área do conhecimento que se exploram as características do fundo²⁰⁸.

Segundo Vitoriano (2011, p.13), “antes de tornar-se produto de arquivo, o documento é produto de uma decisão administrativa, à qual ele dá corpo e

²⁰⁶ O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996.p.4) conceitua arquivamento como o “conjunto das operações de acondicionamento e armazenamento de documentos”. Ainda que o arquivamento faça parte do conjunto de operações da Arquivística, todos os princípios pertinentes à Arquivística, enquanto Disciplina, não foram aplicados aos arquivos da Ação Católica Brasileira quando correntes (ativos).

²⁰⁷ Disciplina que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996.p.5).

²⁰⁸ A autora Clarissa Moreira dos Santos Schmidt compilou e analisou as diferentes vertentes teóricas que permeiam a Arquivística, que ora a classificam de Disciplina ou de Ciência. Ver SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: Arq-SP, 2015.

perenidade, até chegar ao arquivo e adquirir sua função comprobatória, testemunhal ou informativa”.

Para se alcançar o entendimento desta “decisão administrativa”, analisa-se o contexto de produção documental e as atividades exercidas pela entidade geradora do arquivo.

O itinerário da gênese documental pode ser dividido em etapas: nasce de uma iniciativa, seguida das devidas pesquisas e consultas; depois, de uma deliberação (momento de ação), do controle dessa deliberação para que o documento produza as consequências esperadas (criar, manter, extinguir, mudar situações etc). Isso implica, obviamente, na escolha do tipo documental adequado e, finalmente, chega-se ao momento da execução (momento da documentação). Esta será conseguida pela construção da escrita formal ou informal, em obediência à configuração própria do tipo documental adequado, para o que há modelos, mais ou menos fixados pelo direito administrativo, pela burocracia ou pelas sistemáticas internas. (BELLOTTO, 2014.p.338)²⁰⁹.

Desse ponto de vista, deve-se considerar a função dos documentos no momento de sua gênese. Contudo, em relação à Ação Católica Brasileira, que se encontra com sua produção documental cessada, é por meio de estudos retrospectivos que se consegue reconstituir a gênese documental e executar as funções arquivísticas de classificação e de descrição. Segundo Yeo (2016, p.144), “para os serviços arquivísticos desprovidos de influência sobre a vida inicial dos arquivos, trata-se da única opção”; ainda assim, não é possível alcançar fielmente os motivos que levaram a ACB elaborar um tipo documental e não outro para registrar a ação desejada pelo movimento.

²⁰⁹ A autora aborda a gênese e as funções do documento de arquivo. Na obra, entende-se por gênese o nascimento do documento dentro do seu lugar de proveniência e de organicidade. Ou seja, “implica na ‘relação entre a natureza da ação jurídica ou administrativa e a forma da configuração do ato’” (CARUCCI, s/d, p.26 apud BELLOTTO, 2014.p.336). Entende-se por função do documento de arquivo “a vocação de servir de prova da ação que ele registra” (CHABIN, 1999.p.40 apud BELLOTTO, 2014.p.340). Para cumprir a sua função, o documento possui uma estrutura e uma substância. “A estrutura, relativa ao físico, (...), ao volume, ao suporte, ao formato, à forma, ao gênero. A substância ligada à proveniência, ao contexto, à atividade que o determina, à datação” (op.cit.p.340). CARUCCI, Paola. *Genesis del documento: redaccion, clasificacion y valor jurídico. Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona, Universidad Internacional Menéndez Pelayo, p.63; CHABIN, Marie Anne. *Tout est archive,. Je pense, donc j’archive: l’archive dans la société de l’information*. Paris, L’Harmattan, 1999.p.40

Tal retrospectiva parte da análise do objeto imediato e material, ou seja, dos documentos. Pela leitura crítica dos conjuntos documentais, busca-se pelos indícios dos vínculos que tiveram com o órgão que os produziu e entre si, os quais podem ter sido perdidos em processos de acumulação e arquivamento inapropriados.

Subjaz uma metodologia científica para isso, própria da área do conhecimento arquivístico, que investiga a história da entidade relacionada à produção do arquivo a partir de sua missão, de sua estrutura organizativa, de suas funções e atividades. Assim como identifica os conjuntos documentais a partir de suas características extrínsecas e intrínsecas.

Os caracteres extrínsecos dizem respeito à estrutura física e à forma de apresentação do documento. São considerados como elementos externos: o suporte material sobre o qual as informações foram registradas, o formato, a forma e o gênero²¹⁰. Os caracteres intrínsecos relacionam-se à proveniência e à função do documento, respectivamente dizem respeito ao titular responsável pela sua produção e pela sua acumulação e às razões e às atividades pelas quais levaram a sua elaboração. Igualmente, os elementos internos são o conteúdo ou o assunto de que trata o documento, o topos e a data (BELLOTTO, 2002.p.25).

Uma parcela desta história administrativa e do contexto de produção documental pode ser recuperada tendo como base os estatutos e regulamentos do movimento. Segundo eles, a Ação Católica Brasileira obedecia a seguinte estrutura formal: Comissão Episcopal, Conselho Nacional, Junta ou Secretariado Nacional, Junta ou Secretariado Diocesano e Junta ou Secretariado Paroquial. Havia também outros setores instalados provisoriamente, como as Comissões que eram criadas antes da fundação de um núcleo acista dentro de uma paróquia. Cada uma das unidades produzia e acumulava documentos pertinentes à sua esfera de poder e atuação, como explorado no capítulo 2.

²¹⁰ Formato: "configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado (caderno, cartaz, livro, mapa etc)"; Forma: "estágio de preparação e de transmissão de documentos (cópia, minuta, original, rascunho)"; Gênero: "configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo (audiovisual, fonográfica, iconográfica etc.)". (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996. p.39; 41).

Para pôr em prática sua nota essencial e função primordial - “apostolado leigo subordinado à Hierarquia da Igreja” -, a ACB organizou-se de maneira a incluir a Hierarquia dentro de sua estrutura. Cabia aos bispos, reunidos na Comissão Episcopal do movimento, desempenhar as atividades de direção.

A Comissão Episcopal estava incumbida de expedir e produzir os próprios estatutos e regimentos da ACB, as diretrizes, as resoluções, os mandatos, os programas educativos, a correspondência, além de outros papéis típicos da rotina burocrática. Em termos gerais, o órgão cumpria a função de constituição e controle jurídico da ACB e também comando dos associados e assistentes eclesiais da entidade.

Por sua vez, ao Secretariado Nacional, órgão composto por leigos, cabia divulgar as diretrizes e resoluções emanadas da Comissão Episcopal, expedir correspondência de toda natureza e formular relatórios gerais de atividades do movimento. Produzia também uma série de documentos destinados ao controle financeiro, como os relatórios de contas, os projetos de obtenção de recursos para o apostolado de leigos, controle das coletas financeiras do diocesano, da contribuição dos membros e de possíveis doações de terceiros. Era igualmente responsável pelos programas educativos para a formação de novos e antigos militantes, pelos controles de produção e distribuição de bandeiras, dos diplomas de agregação, dos distintivos, das carteiras de sócios, bem como do relatório de visitas às dioceses, programas e relatórios de eventos, publicações oficiais e anuários da ACB. Também colecionava publicações cujos temas serviam de base para a instrução de militantes e de assistentes.

Ademais, cabia ao Secretariado Nacional responder às obrigações junto ao Estado, como realizar o pagamento de tributos e das taxas de serviços públicos, por exemplo. Em termos gerais, o Secretariado Nacional cumpria a função de gestão administrativa da entidade, por meio das atividades de ampliação e formação de quadros e planejamento das ações estratégicas de apostolado leigo, controle dos recursos materiais (uso de suprimentos para as tarefas diárias e para a elaboração dos mecanismos de militância) e controle dos recursos financeiros.

Os Secretariados Diocesanos possuíam funções semelhantes e proporcionais ao âmbito de sua atuação. Cabia a eles a produção de

documentos de mesma tipologia dos elaborados pelo Secretariado Nacional, contudo limitados às suas esferas.

De igual modo, às Juntas Paroquiais, que depois foram suprimidas com os novos estatutos em 1956, transformando-se em um Conselho, cabia a produção de documentos referentes ao alistamento de futuros militantes e ao controle das atividades de estágio, que incluía a preparação do material de estudo, controle da distribuição de textos de religião e de técnica de apostolado, avaliação do estagiário, pedido de admissão, carteira de membro, controles da entrega do distintivo, do compromisso e do diploma de filiação. Em suma, cumpria a função executiva do movimento.

Nos núcleos acistas, como informam os estatutos e regulamentos, desenvolviam-se os apostolados divididos por ramos e especializações, ou seja, os movimentos de adultos e jovens católicos, reunidos por meio social – agrário, estudantil, independente, operário e universitário. Por essa condição, de relativa autonomia, de terem locus próprio de atuação e seus próprios documentos jurídicos de fundação, os conjuntos elaborados nessa esfera estão reunidos nos fundos dos respectivos ramos e seções. Com isso, lembramos que o Secretariado Nacional da ACB tinha a missão de coordenar suas divisões e lógico que acumulou documentos enviados pelos núcleos acistas e, depois, dos segmentos de adultos e jovens já autônomos.

Mesmo que no ordenamento estatutário e regimental estivessem elencados os órgãos, as funções e os potenciais documentos que os mesmos elaborariam, outros fatores influenciaram na conformação do seu arquivo. Portanto, a busca pela gênese documental, como um meio para compreender o arquivo, perpassa também por elucidar mecanismos internos da Ação Católica Brasileira que foram forjados pelos seus membros de maneira a imprimir marcas na documentação.

A começar pela própria denominação do movimento. A ampliação da experiência da Ação Católica Brasileira em diferentes dioceses influenciou a maneira de os bispos se referirem ao movimento ao longo da sua trajetória, como mencionado no capítulo 2. As dioceses possuíam níveis de compreensão díspares em relação à entidade, repercutindo na designação “Ação Católica Brasileira” enquanto titular dos documentos.

Inicialmente, havia o hábito de chamar de “ação católica”, no sentido lato, as diversas formas de obras e associações. Isso fez com que os bispos utilizassem o termo “Ação Católica Oficial” para contrapor a este costume. Por outro lado, alguns bispos diziam que a ideia do qualificativo ‘oficial’ era do próprio Pio XI e lastimavam que não tivesse “ainda vingado no campo literário, e muito menos na prática” (SANTINI, 1937.p.80-1).

À medida em que a ACB se tornou mais conhecida, principalmente depois dos decretos promulgados pelo Concílio Brasileiro, em 1939, que recomendavam a instalação dos núcleos acistas nas paróquias, esta denominação AC Oficial desapareceu. De igual modo, quando se consolidou a Ação Católica em níveis especializados, era comum referir-se à ACB como “Ação Católica Geral”. Nesse sentido, a entidade produtora e acumuladora desses documentos apresentou diferentes denominações ao longo do seu devir.

É importante ressaltar que não compreender essa dinâmica pode dar a impressão de que existam fundos de proveniências distintas: um de uma “Ação Católica Oficial”, outro de uma “Ação Católica Geral”, mais um de uma “Ação Católica Brasileira” e um diverso para a “Ação Católica Especializada”. De igual modo, levar a conclusões precipitadas de que a ACB “definiu durante os anos 1940” devido à “proeminência” dos movimentos especializados (KADT, 2003.p.95), quando na verdade a Ação Católica encontrava-se ativa na administração geral dos ramos e das seções católicas.

Um segundo elemento é que a produção documental contava com seus pressupostos religiosos. Tal qual o discurso dogmático que permeou as notas essenciais da Ação Católica Brasileira, a atividade escriturária era incentivada porque a palavra registrada era como um mecanismo de perpetuação da religiosidade cristã católica, a exemplo das epístolas de Paulo e dos livros dos evangelhos e atos dos apóstolos – ambos do novo testamento bíblico.

Nos manuais de Ação Católica eram sugeridos então que os militantes usassem “cartas, imprensa, opúsculos e folhas de propaganda” a fim de divulgar dados da atualidade, da religiosidade católica (festas, preceitos pascais, santificações etc.) e da moralidade.

A palavra escrita fará o que nem sempre, nem em todas as partes pode fazer a palavra falada. E aqui também temos

diversas formas e maneiras [...] a carta é um grande meio educativo. A carta permanece, pode reler-se, conserva-se e podemos tê-la entre as mãos, depois de muitos anos. A carta diz coisas que não poderíamos falar de viva voz. (CIVARDI, 1938. p.72)

Isso permite entender a presença expressiva de correspondência no fundo.

Igualmente, a função religiosa que era dada às publicações sugere um olhar diferenciado sobre a biblioteca do movimento, que se não inclusa no fundo, deva ao menos ser considerada anexa e ou complementar. Dizia Civardi (1938.p.74) “em nosso apostolado deve o livro ocupar um lugar privilegiado”, além de que “copiosa se vem tornando, dia a dia, a literatura sobre a AC” (ORTIZ, 1947.p.3) ²¹¹. Como desdobramento disso, observa-se o acúmulo de documentos financeiros em torno da produção de publicações da Ação Católica, elaboradas pela própria editora do movimento, sendo exemplares as “notas fiscais de compra de papel para confecção de opúsculos”.

Por estarmos mais próximos das fontes e mais ligados às organizações, cumpre-nos recolher, analisar e publicar documentos, informações, notícias sobre temas do apostolado e da Igreja [...] Conseguir a publicação regular de um Boletim para a Ação Católica, procurando completar os boletins dos movimentos especializados. Conseguir, ainda, algumas publicações gerais (curso de cinema, caderno de orações...) [...] (Uma estrutura para o Secretariado Nacional da ACB – em 1960 – objetivos e preocupações, 1960. p.2.)

Outrossim, a Ação Católica utilizava-se dessa produção escriturária para alcançar o maior número de fiéis e aproveitava-se dos mecanismos modernos da comunicação para atingir a esse fim. Usava da tipografia para edição de livros e boletins, dos telégrafos para a expedição de mensagens, máquinas de datilografia e mimeógrafos para a produção de textos e replicação de documentos, os quais eram referidos nas “relações de patrimônio” da entidade. Ainda assim, registros manuscritos e marcados com diversas rasuras faziam parte do modo escriturário do movimento.

²¹¹A ACB ainda mantinha uma biblioteca com obras estrangeiras e nacionais sobre os temas da Igreja. Nela também se reuniam os impressos periódicos, nacionais e internacionais. Toda a produção tinha a anuência do episcopado, com a devida aprovação expressa na folha de rosto das publicações. Eram impressos pela própria ACB, por outras editoras católicas, como a Ave Maria de São Paulo, e pelos movimentos especializados.

O método ver-julgar-agir, implementado por frei Joseph Cardijn em 1926, na Bélgica, com a Juventude Operária Católica e depois adotado pelas diversas Ações Católicas pelo mundo, permeou a produção documental da Ação Católica Brasileira, antes mesmo da consagração dessa técnica pela Encíclica *Mater et Magistra* (1961)²¹². Essa metodologia tornou-se tanto uma linha de ação quanto um exercício de reflexão espiritual.

Como consequência da prática do ver-julgar-agir, a ACB e os seus movimentos de juventude e de adultos elaboravam documentos denominados de “inquéritos sobre o meio” no qual estavam inseridos, “planos de atividades” de intervenção nessa realidade e “relatórios das ações” realizadas, os quais eram evidências do planejamento de atividades.

Em decorrência dos exercícios de reflexão, o movimento redigia as “revisões de vida”. Eram relatórios acerca do posicionamento individual ou de grupo em relação ao meio e ao compromisso cristão, a partir de pressupostos religiosos e à luz do evangelho. Neste caso, portanto, o exercício de reflexão espiritual e o registro documental do resultado desta ação recebiam a mesma denominação. Outros documentos derivavam da “revisão de vida” (figura 1), eram eles os “roteiros de revisão de vida”, “textos de revisão de vida” e “folhetos de revisão de vida”, os quais “fornecem o método, as vantagens e as dificuldades e o espírito para a realização da revisão de vida do militante dentro do movimento” (CEDIC, 1998.p.18; 2003.s/p).

²¹² Comentado no capítulo 5 da tese.

Figura 1 – Texto de análise e revisão “A revisão de vida vista por um assistente”, por Pe. Alberto Depienne. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Essa ação e o registro documental derivado da “revisão de vida” foram ambos marcas de identidade dos movimentos de Ação Católica pelo mundo. Segundo Federico Ruiz Salvador (1996.p.550),

revisões de vida é uma das formas mais bem caracterizadas [de dinâmica espiritual]. Recebe nome e estrutura nos grupos de Ação Católica [...]. Posteriormente, aplicou-se a contextos diferentes e tem sua influência na vida religiosa e sacerdotal.

Um terceiro elemento é o da própria dinâmica institucional, que no reorganizar setores e funções fez com que surgissem tantos outros documentos necessários para a execução das ações. Isto é sentido quando os segmentos agrário, estudantil, independente, operário e universitário foram se instituindo. Cabia ao Secretariado Nacional da ACB exercer controle sobre eles, para tanto cobrava-lhes “relatórios de atividades”, os quais passaram a ser elaborados com a denominação de “relatórios de aeiou” – cada letra do alfabeto representava um movimento especializado. Tal produção e denominação documental tornaram-se recorrentes tanto para fixar a compilação das atividades realizadas por todos eles, como para resumir os eventos e reuniões nos quais participavam e ou promoviam (figura 2).

Figura 2 - Circular relatando a reunião de AEIOU. Secretariado Nacional da ACB, 1960. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

É possível avaliar que apesar de todas essas características particulares, o arquivo da Ação Católica Brasileira é composto por séries de espécie e de tipos documentais²¹³, sobretudo das atividades meio, semelhantes a outras instituições públicas ou privadas. Normalmente, sobre essas atividades meio pesam as exigências de uma escrituração mais formal e convencionada pelas funções que as norteiam - administrativa, financeira e jurídica (CEDIC, 1998.p.18).

Além disso, essa formalidade pode ser explicada pela necessidade da ACB de cumprir com rigor as determinações impostas pela própria Igreja. A entidade prestava informação de âmbito administrativo, legal ou financeiro para a própria Hierarquia e também para o Estado. A presente tese indaga se haveria outros documentos mais padronizados sob a responsabilidade da Comissão Episcopal, cujo arquivo não foi possível localizar.

Visto assim, pelo conjunto do espólio documental da Ação Católica Brasileira, podemos sim dizer que havia um equilíbrio entre os modelos fixados pelas sistemáticas do próprio movimento, em consonância com a sua essência, e os fixados pelo direito administrativo e pela burocracia de um modo geral.

A título de exemplo do que pronunciamos acima, mesmo que o conteúdo não fosse elaborado de maneira formal, a espécie ou tipo documental pareceu ser adequado para o fim pretendido no momento da escrituração do ato administrativo ou jurídico. Como exemplo, respeitada a nomenclatura dada pela ACB às suas espécies documentais, temos que “declarações” (1964), “autorizações” (1965), “procurações” (1965) foram elaboradas, respectivamente, a fim de designar, autorizar, delegar poderes a pessoas para representar o movimento junto a outras entidades para tratar de assuntos administrativos, receber valores etc. (CEDIC, 1998.p.18, 2003.s/p).

Outro exemplo são as “atas de reunião” (figura 3) cuja configuração, em regra, respeita “o registro resumido das ocorrências de uma reunião e das decisões tomadas por seus membros”, segundo Vitoriano (2011.p.198)²¹⁴. Em

²¹³Espécie documental “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”; tipo documental: “é a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou”. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996.p.34;74)

²¹⁴ Tomamos como base a obra de Vitoriano (2011) por apresentar as espécies e tipos documentais comumente elaboradas por organizações privadas. Ainda que o foco da autora seja

comparação, tem-se no Inventário da ACB a descrição que são "[...] atas de reuniões do Conselho Nacional, contendo local, data, horário, nomes de participantes e as decisões tomadas, como as relativas à preparação de eventos" (CEDIC, 2003. s/p).

Figura 3 - Ata de reunião do Conselho Nacional da ACB. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1961. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

as de cunho empresarial, alguns documentos são igualmente produzidos por qualquer outra entidade privada.

Situação também observada para com os estatutos, compreendido pelo “conjunto de normas jurídicas que expressa formalmente os princípios que regem uma pessoa jurídica” (VITORIANO, 2011. p.200). Em relação à ACB, encontramos que os “estatutos promulgados (...), discorrendo sobre a constituição, atribuições, organizações, membros e alguns pontos específicos em cada estatuto, conforme a natureza do órgão ou Movimento” (CEDIC, 2003.s/p.). Ainda, a ACB acumula o “dossiê²¹⁵ Projeto de Reforma dos Estatutos da ACB”, composto por

anotações e observações ao projeto, ofícios, projetos, correspondência, memorandos, textos de sugestões para a reforma, pareceres sobre a reforma, questionário sobre os estatutos da ACB, relatórios de reunião e relatórios das respostas recebidas. (CEDIC, 2003.s/p)

Podemos apresentar outros exemplos de similaridade a conjuntos documentais encontrados em instituições de outras naturezas, como os são os regimentos, as resoluções, os planos de ação - os quais são produzidos na execução das funções de direção institucional, definição de políticas e normas. O que é normal já que se trata de documentos relativos a atividades meio. Diferente são os documentos das atividades fins, os quais são elaborados em consonância com as particularidades da entidade.

Ou seja, ainda que se trate de uma entidade que não tivera com exatidão sua institucionalidade demarcada dentro do conjunto das demais instituições católicas existentes, isto não representou descuidar do registro de suas ações jurídicas, financeiras e administrativas. Portanto, a natureza institucional da Ação Católica Brasileira não imprimiu um maior ou menor rigor na produção e acumulação dos seus documentos. Talvez tenha influído no arquivamento e na preservação do espólio documental.

Quanto à atividade do Secretariado Nacional de realizar o controle financeiro da ACB, apresentamos uma noção do que representava a organização em termos orçamentários. Segundo o relatório da Conferência

²¹⁵ “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996.p.32)

Nacional dos Bispos do Brasil, em 1953, a previsão orçamentária²¹⁶ para o Secretariado Nacional da ACB era de CR\$ 720.000,00 e para o Secretariado Nacional da CNBB era de CR\$ 386.000,00. Passados 10 anos, em 1963²¹⁷, o movimento custava CR\$ 9.406.624,80. Não significava mais uma estrutura cara, se comparada com os gastos da CNBB com seu Secretariado Nacional de Educação e Cultura e com o Secretariado de Fé e Moral, que juntos no mesmo período custaram CR\$ 4.524.852,90.

No cômputo desse dispêndio com a ACB, havia os aluguéis das casas para permanentes e da sede do Secretariado, situados à Rua das Laranjeiras, n. 32 (apartamento 804) e n. 206 (apartamento 904), Rua Pinheiro Guimarães, 106/8 e Rua Benjamim Constant, 61 (apartamento 201), todos no Rio de Janeiro. Além de gastos com pessoal, no valor de CR\$ 855.500,00²¹⁸.

A Ação Católica Brasileira acumulou os documentos comprobatórios dos pagamentos dessas despesas. Os “recibos de contas”, tais quais os dos aluguéis, consumo de gás, energia elétrica, telefonia, água, serviços tipográficos e de serviços prestados à ACB, foram arquivados. Também a elaboração de documentos que compilhassem tais pagamentos, como os “balancetes gerais”, “boletins diários de caixas”, “boletins mensais de caixas” (figura 4) e os “planos de aplicação de verbas”, esses últimos “para pagamentos de despesas, como os de pessoal e de manutenção da sede da equipe nacional da Ação Católica Operária” (CEDIC, 2003. s/p). Como pagavam o aluguel das sedes, recolhiam e acumulavam “estatutos do inquilinato promulgados à regularização de locação de prédios urbanos, incluindo a tabela para o cálculo do aluguel” (CEDIC, 2003. s/p).

²¹⁶ Relatório da CNBB, 1953 (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação da CNBB).

²¹⁷ Ata da VI Assembleia Ordinária da CNBB, em Roma, setembro a novembro de 1964 (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação da CNBB).

²¹⁸ Para referência, o salário mínimo era de CR\$ 21000,00. Ou seja, em torno de 40 salários mínimos. Dados disponíveis em http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm. Acesso em 18 jul 2017.

Caixa			Mês JANEIRO de 1961		
DATA	DESCRIÇÃO	DEVE	DATA	DESCRIÇÃO	HAVER
1	Saldo de	29 707,70	6	Contas de Luz	24 190,00
6	Aluguel - mesa de trabalho	4 000,00	6	Despesa de água - manutenção (se houver)	24 250,00
6	Despesa - manutenção elétrica	1 200,00	6	Despesa prof	24 10,00
14	Além - manutenção elétrica	600,00	24	Despesa prof - pagamento de luz	24 1 000,00
26	Despesa - p. manutenção (des. de luz)	10 000,00	26	Despesa de sal. p. manutenção (des. de luz)	24 1 000,00
30	Despesa de água - manutenção	900,00	30	Despesa de sal. p. manutenção (des. de luz)	24 1 000,00
30	Despesa - p. manutenção	150 000,00	30	Despesa de sal. p. manutenção (des. de luz)	24 1 000,00
30	Despesa - p. manutenção	100 000,00	30	Despesa de sal. p. manutenção (des. de luz)	24 1 000,00
30	Despesa - p. manutenção	13 500,00	30	Despesa de sal. p. manutenção (des. de luz)	24 1 000,00
				Saldo para Arquivo	5 966,30
		326 467,70			326 467,70

Figura 4 - Boletim Mensal de Caixa, janeiro de 1961. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Desdobra-se daí, na virada dos anos 1950 a 1960, a presença acentuada de cartas solicitando ajuda às agências financeiras internacionais. Quando eram recebidos os recursos, elaboravam-se “quadros demonstrativos de recebimento de verbas”, os quais eram descritos como sendo:

[...] da Comissão Episcopal Adveniat, bem como seu uso em pagamentos de despesas, tais como alimentação de pessoal, material e conservação da casa, pagamento de pessoal e de diversos dos movimentos de Ação Católica Especializada. Contemplam os quadros as seguintes informações: data, comprovante, histórico, parcelas, débito e crédito. (CEDIC, 2003. s/p)

A atividade de controle financeiro exigia também a elaboração de normas para a confecção de certos documentos. Como a que podemos ver nas “relações de siglas do caixa geral” da Ação Católica. Tais listas demonstravam a padronização adotada para a feitura dos relatórios financeiros, indicando o uso das nomenclaturas e respectivas siglas para “ordenados dos permanentes” - ‘OP’; publicações - ‘P’; bancos - ‘B’, etc.” (CEDIC, 2003. s/p).

Não obstante, ainda que tentassem, acabavam por não cumprir as próprias regras. Podemos pensar se isto se devia à novidade institucional da Ação Católica no bojo das demais instituições católicas, sobre a qual os católicos

envolvidos não refletiam a importância da elaboração dos documentos no calor das suas ações. Igualmente, se as novas responsabilidades dadas ao leigo e ao sacerdote dentro da organização e a transitoriedade dos funcionários/militantes incumbidos pudessem influir no cumprimento dos atos administrativos do movimento.

Por sua vez outros documentos possuem caracteres particulares ainda que fossem produzidos para o cumprimento de funções que pudessem parecer corriqueiras, já que são vistas em muitas instituições, de natureza pública ou privada.

Limitando-se então ao ramo privado, podemos realizar comparação entre a função “gestão de pessoal, recrutamento e seleção de empregados, treinamento e desenvolvimento profissional” de uma empresa (VITORIANO, 2011.p.234-239) e a de “ampliação de quadros e formação de militantes” da Ação Católica Brasileira – designada nos estatutos. Ainda que essa comparação deva considerar que o recrutamento e seleção são ações de natureza diversa se analisado o relacionamento da pessoa recrutada com uma empresa ou um órgão associativo.

Ao se observarem atentamente os regimentos do movimento, havia uma estratégia também de “recrutamento, seleção e treinamento de militantes comprometidos com a missão apostólica de cristianização do meio social”. Devido à essência associativa e apostólica, os documentos que se originaram dessa função possuem características que são próprias da Ação Católica Brasileira.

Se para uma empresa pode ser comum a produção de “apostila de treinamento ou curso” (VITORIANO, 2011. p.238-9), a ACB produziu, por exemplo, “programas do estagiário”, “programas de aspirantes” (figuras 5 e 6) ou seja, instrumentos que ofereciam “entendimento para o exercício do apostolado leigo, formação religiosa, adestramento nos assuntos técnicos da Ação Católica e preparação de novos militantes, considerados como estagiários de AC” (CEDIC, 2003.s/p). Elaborou e acumulou publicações periódicas e não periódicas, além dos “cadernos de cursos e círculos de estudos”, “contando com as finalidades, lições destinadas aos militantes”, “textos de reflexão e análise” e os “textos de formação”, com conteúdo que

subsidiar a formação dos militantes conforme o cargo e funções que possuem, logo são escritos com temas específicos a cada grupo de membros, como por exemplo, textos de formação que só se dirigem aos assistentes e dirigentes. Os textos perpassam pela linha do Movimento, diretrizes religiosas, a relação entre o meio e o militante, o papel a cumprir pelos dirigentes e assistentes. (CEDIC, 2003. s/p)

Figura 5 – Programa de estágio da Juventude Feminina Católica, 1948. Fundo ACB. Acervo CEDIC

Figura 6 – Programa para aspirantes da Juventude Feminina Católica, 1947. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Claramente os textos que subsidiaram a formação e a ampliação de quadros de militantes e sacerdotes registram conteúdos religiosos devido à

esfera devocional do movimento (não somente, há aqueles com conteúdos sociológico, político e econômico).

Da mesma maneira, encontram-se outros exemplares de documentos típicos da Igreja cumprindo a mesma função de formação. Por exemplo, os “folhetos litúrgicos”, ou seja, impressos elaborados com o conjunto de normas e formas rituais (gestos e discursos) que deve ser obedecido em alguma cerimônia religiosa²¹⁹. Segundo CEDIC (2003)

preparados para os cultos católicos em ocasiões de Natal, Páscoa, renovação de compromisso do militante cristão e renovação do casamento, para os domingos e dias santos de guarda, em comunidades rurais, constando de orações que permeiam toda a cerimônia das missas (s/p.).

Também são os “santinhos”, ou seja, pequenos impressos produzidos em grande quantidade que retratam a imagem de um santo a ser venerado²²⁰. Diferente do que vulgarmente ficou conhecido, podemos defini-lo como:

panfleto com formato de impresso de comunicação em folha avulsa com informações sucintas, de conteúdo político, polêmico ou satírico. Também denominado de santinho quando se refere à propaganda eleitoral, contendo retrato e nome de candidato. (VITORIANO, 2011. p.244).

Da mesma forma, as “cartas pastorais publicadas e escritas por bispos e arcebispos, cujos fins de meditar e analisar a realidade à luz da Igreja Católica; além de uma melhor definição do que seja o movimento de Ação Católica”. De modo igual, os “folhetos de orações”, utilizados “antes e depois das refeições, após as missas, pelo Concílio e nos Dias de Ação Católica” (CEDIC, 2003. s/p).

Em todas as situações acima, é possível perceber os vínculos originários do documento de arquivo. Tanto nos casos das espécies documentais que

²¹⁹ Constituiu-se tal tipo documental a partir do ritual e conceito de liturgia elaborados pela Igreja Católica. Disponível em <http://www.liturgiacatolica.com/dicionario.html>. Acesso em 30 de ago 2017.

²²⁰ “[...] O primeiro caso de veneração de um santo foi por volta de 160 d.c. [...]. Com Orígenes (253/254) inicia-se a fundamentação teórica da veneração. Como formas de veneração surgem o culto sepulcral, a consagração de igrejas, a celebração do dia da morte [...] elevação de relíquias para a ‘honra dos altares’, representações pictóricas e inscrições [...], peregrinações, adoção do nome do santo do dia do nascimento” (BEINERT, STUBENRAUTH, 2015. p.435). A forma de veneração também se aproveitou das técnicas de impressão, como a xilogravura, a litografia e a impressão manufaturada do século XX.

pareçam ser comuns à sociedade em geral – autorizações, declarações, estatutos etc. -, quanto nos casos dos tipos documentais particulares – folhetos litúrgicos, santinhos, revisões de vida, textos de formação, textos de reflexão etc. É exatamente por causa da “simbiose indivisível entre produtor-contexto-gênese-função” (BELLOTTO, 2014.p.330) que os documentos de arquivo, sejam quais forem, conseguem testemunhar atos de quem os produziu e acumulou. Se a documentação não tivesse sido mantida no fundo da ACB ou mesmo não tivessem sido respeitadas as funções que a originaram e a nomenclatura dada pelo próprio movimento, tais particularidades desapareceriam.

Igualmente, nos exemplos citados observa-se uma correlação direta entre a função/atividade e o documento que a ratifica. Todavia, nem sempre essa correlação é tão imediata. Para dizer das epístolas, que eram utilizadas para efetivar quase todas as ações do movimento. Isto porque foi comum encontrar numa única missiva o desencadeamento de várias atividades.

Nas cartas, concomitantemente, solicitavam-se publicações periódicas, davam-se notícias das atividades realizadas pelo movimento, planejavam-se as futuras semanas de estudos, contavam-se situações particulares dos relacionamentos interpessoais entre leigos e sacerdotes, realizavam balanços financeiros e registravam-se denúncias. É de se notar que a correspondência foi utilizada por todas as áreas das organizações e perpassou por todas as funções exercidas pela ACB, ainda mais com o protagonismo da Ação Católica Especializada, cuja espécie servia para responder a demandas por publicações, distintivos, bandeiras e por informações das mais gerais.

Nesse sentido, a correspondência é o conjunto documental que mais apresenta traços da personalidade que marcava a administração da associação. A subjetividade na formulação desses documentos, neste caso, é um importante suplemento que acrescenta detalhes íntimos sobre a organização do movimento, a exemplo:

Vamos aproveitar um momento de nossa folga a fim de mandar-lhe algumas notícias daqui. Não foi notícia até agora porque nossa secretária negou-se a lhe escrever. Ela é um dos gênios da ação católica, isto é, é muito geniosa. [...]. A Iná mandou você ajoelhar-se em grãos de milho e começar a implorar a Deus a sua misericórdia para o centro de São Paulo que estão dum tal modo que nem nós entendemos. O padre Lamartine pode

ajoelhar no feijão, que é mais suave, né? [...] (Carta do Secretariado Arquidiocesano, de Albanez para Osmar Fávero, São Paulo, 30 de maio de 1960).

Soma-se a essa realidade que muitas delas não possuem destinatário ou remetente explícito, bem como não situam local e data. Ainda que os órgãos administrativos responsáveis por produzir tal registro pretenderam normalizar a sua produção. Eram os casos, por exemplo, das “cartas-circulares” que foram elaboradas com um número sequencial seguido de ano (nº. /ano)²²¹ (CEDIC, 1998.p.18).

De outra forma, não havia clareza, assim pode se dizer, quanto às formas de tratamento e as referências dos cargos ocupados dentro da ACB quando citadas nas cartas e nos demais documentos. Era comum a designação do cargo que o sacerdote tinha dentro da Igreja, com a sua jurisdição, sobrepor ao posto que ocupasse dentro da Ação Católica Brasileira. Por exemplo, Dom Sebastião Leme era identificado como “Cardeal do Rio de Janeiro” ao invés de “Presidente da Comissão Episcopal da ACB”. Nos anos 1950, com Dom Hélder Câmara à frente, ora ele era identificado como Secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ora Assistente Eclesiástico Geral da Ação Católica Brasileira, ora bispo do Rio de Janeiro. Já os leigos da ACB não se preocupavam em indicar suas ocupações dentro do movimento de maneira uniforme e continuada.

Essas características da correspondência levam à difícil tarefa de identificar o órgão produtor ou acumulador da missiva em questão e de definir que função/ atividade particularizada se cumpriu por meio dela. Igualmente, repercutem na classificação pormenorizada do conjunto a partir das espécies documentais. O próprio termo “correspondência”, para referir-se ao conjunto documental, ainda que signifique o “ato e ou efeito de corresponder”, “troca de cartas, mensagens, telegramas etc. entre pessoas” e “conjunto de cartas, mensagens, telegramas etc. que uma pessoa envia ou recebe”²²² não retrata propriamente a denominação de uma única espécie documental, mas a reunião de um conjunto delas.

²²¹ Também foi considerada essa característica na organização das séries documentos dos fundos dos Movimentos de Juventude da Ação Católica. Ver CEDIC, 1998. p.18.

²²² Segundo Dicionário Michaelis. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/correspond%C3%Aancia/>. Acesso em 15 mar 2018.

Ademais, também “os tipos documentais não são estáticos, e podem sofrer mudanças de forma e de fundo, o que faz com que a nomenclatura também tenha se alterado” (CORTÉS ALONSO, 1986.p.420)²²³, ainda que os arquivos da Ação Católica Brasileira não possam demonstrar isso de imediato. Parte das séries documentais possuem poucos itens e datas limites não tão extensas, oferecendo poucos dados para se analisarem continuidades e mudanças de tipos documentais para o cumprimento das mesmas ações²²⁴.

Contudo, novas sistemáticas na produção dos documentos foram sendo adotadas, sendo elas perceptíveis no manuseio dos mesmos. Buscava-se produzir a correspondência em duas vias, preservando uma cópia da expedida, e sistematizar cabeçalhos nas estruturas das cartas, indicando nome da unidade e endereço.

A partir dos anos 1960, sobretudo no período marcado pelas movimentações políticas e sociais e pelo golpe militar, os documentos continuavam a ser elaborados de maneira a conter dados dos endereços das

²²³ Tradução livre.

²²⁴ De outro ponto de vista, ao se observar por períodos cronológicos, o espólio documental da ACB, as reminiscências da década de 1940 revelam uma produção em torno das semanas nacionais e congressos provinciais, estudos catequéticos entre outros eventos informativos. Existiu uma produção literária intensa, haja vista os boletins e os livros editados, assim como as cartilhas, folhetos dentre outros. Era a época em que a Ação Católica era geral, iniciava suas primeiras nucleações e necessitava formar os católicos a respeito da entidade. Foi marcado pelas polêmicas em torno da instalação de um movimento então que era novidade no meio católico. Tendo sido instalada pela Igreja nas dioceses e paróquias, era comum a utilização de insígnias religiosas que ornavam os opúsculos, como os brasões das arquidioceses a que estavam submetidos os ramos de adultos e jovens acistas. Nesse sentido, a execução de atividades em torno de uma função de “ampliação de quadros e formação de militantes” do movimento era mais expressiva. Tanto que para analisar os anos 1935 a 1945 não foram encontrados muitos documentos de caráter administrativo, como correspondência de toda a espécie (cartas, ofícios, circulares), atos, relatórios dentre outros, no fundo da ACB consultado, que servissem para averiguar convergências ou divergências em relação aos conceitos que circulavam por meio desses livros de grande envergadura que por ora foram estudados sobre a natureza da ACB. À medida que a Ação Católica foi se especializando nos movimentos agrário, estudantil, independente, operário e universitário, foram se expandindo para fora das paróquias, a documentação foi perdendo muitos dos sinais religiosos. Pelo que indica também, a produção e a acumulação documental já se mostravam menos intermitentes pelo Secretariado Nacional em relação às demais esferas do movimento, ainda que possam existir sinais de registros elaborados pelas arquidioceses, dioceses e paróquias. Nos anos 1950, a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil era expressiva nos documentos da Ação Católica. Eram identificadas parcerias na elaboração de relatórios de eventos, nos quais assinavam como coprodutores a CNBB, a Comissão Episcopal da ACB e o Secretariado Nacional da ACB. Assim era também com as equipes nacionais dos movimentos especializados, sendo coautoras de documentos com o Secretariado Nacional da ACB. Eram evocados os temas da época: Concílio Vaticano II, os Planos de Emergência para a Igreja no Brasil, Pastoral do Conjunto e reformas sociais (agrária e universitária, em especial).

sedes, nomes de dirigentes e assistentes eclesiásticos. Diferente dos partidos ou associações políticas que passaram à clandestinidade, que por necessidade de ocultação de dados, produziam documentos que não informavam sobre os locais onde funcionava a administração da organização ou nomes de militantes (LOPEZ, 1999.p.62). Contudo, isto não quer dizer que o arquivo da ACB não possa ter sofrido com a repressão política. Tanto que no

dia 1º de abril de 1964, a sede da Juventude Universitária Católica de Belo Horizonte foi invadida e desapareceram documentos. Nos dias seguintes, denúncias contra a AC e a JUC em particular apareceram na imprensa do país. (SOUZA, 1984.p.213).

Diante desse fato com o arquivo da JUC, podemos auferir que possam ter ocorrido outras subtrações do arquivo do próprio Secretariado Nacional da ACB.

Igualmente, em consequência do próprio golpe militar, os membros mais envolvidos com a administração dos movimentos, os dirigentes e os assistentes eclesiásticos, quando se engajavam demasiadamente em questões temporais, a Igreja tratava de demovê-los dos seus cargos. Essa situação acabava por influenciar a produção, a acumulação e a destinação final dos documentos, pois eram exatamente esses os membros incumbidos de administrar os arquivos.

Essa mesma situação histórica e política fez com que a Ação Católica Brasileira se ocupasse de colecionar artigos da grande imprensa para informar-se de como a sua imagem era reproduzida nos escritos jornalísticos, principalmente no que tange à sua vinculação com movimentos políticos.

Sendo o documento de arquivo um produto social,

“é uma ferramenta comunicativa de uma determinada sociedade. Por isso, as formas do documento evoluíram segundo a função que cumprem e segundo os progressos políticos, econômicos [...]” (TALLAFIGO, 2002. p.27 apud BELLOTTO, 2014. p.330²²⁵).

Quanto à tramitação documental, levando em consideração que a ACB era extremamente hierarquizada e nacional, ela era eficiente entre os diferentes

²²⁵ TALLAFIGO, Manuel R. *Historia del documento em la Edad Contemporanea: la comunicación y la representación del poder de la nación*. Carmona, S&C Ediciones, 2002. p.27.

setores do organismo. As diretrizes que emanavam da sede central, no Rio de Janeiro, deveriam ser expedidas para os demais secretariados diocesanos, ramos e setores espalhados pelo Brasil.

Inicialmente era comum utilizar o aparelho administrativo da Igreja para atingir tal fim. As arquidioceses emprestavam seus papéis timbrados e, provavelmente, os serviços de sua secretaria para expedir sobre os assuntos da Ação Católica Brasileira. Isto se modificou quando o Secretariado Nacional, nos anos 1950, melhor se estruturou.

Algumas cartas passaram a ser elaboradas com papel timbrado da Ação Católica Brasileira, no qual havia a indicação impressa do respectivo Secretariado e seu endereço (figuras 7, 8 e 9). Não obstante, quando os documentos eram elaborados pela Comissão Episcopal da ACB, por vezes, ainda se usava a estrutura da arquidiocese à qual o Presidente da Comissão estava vinculado.

Figura 7 –Carta expedida pelo Secretariado Nacional da ACB. Ainda sem papel timbrado e cujo local diz somente “Rio”. Secretariado Nacional da ACB. Rio de Janeiro, 1 de abril de 1958. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

ACÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA
ARQUIDIOCESE DE BELÉM-PARÁ
SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO
AVENIDA SÃO JERONIMO, 449 — TELEFONE, 4288

BIBLIOTECA
1961
2. 29. 2. 2. 2. 2.

N.º
RECEBIDA EM 1 140 164
RESPONDIDA EM / /
PELA C. L. *Ambr*
Osmar:

BELÉM, 27 de setembro de 1961.

Um abraço.

Como vai o movimento ? como se tem comportado na conjuntura por que passa o país ? Recebeste minha carta ? e meu telegrama sobre os distintivos ?

Venho pedir-te dois favores:

Helene ?
ela com Est. des

Primeiro: gostaria me mandasses os distintivos, conforme pedi, em tempo de chegar para a festa de Cristo-Rei. Lembro que pedi 300 broches, para serem enviados por reembolso aéreo pela Cruzeiro do Sul.

Segundo: estamos realizando uma série de palestras sobre a encíclica "Mater et Magistra"; será que podias mandar-nos um 300 exemplares desse documento; estou informado de que aí no Rio, há uma edição popular e barata; caso consigas, podes mandar da mesma forma que os distintivos, isto é, por reembolso aéreo.

Sem mais um grande abraço de
Alvaro Ribeiro

Figura 8 - Carta recebida pelo Secretariado da ACB, elaborada pelo Secretariado Arquidiocesano da ACB de Belém do Pará. Solicita distintivos, broches e exemplares do documento *Mater et Magistra*. Belém, 27 de setembro de 1961. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Figura 9 - Carta expedida pelo Secretariado Nacional da ACB. Enviada aos assistentes e dirigentes dos movimentos de ACB. Assinada por Dom Hélder Câmara, indicando seus respectivos cargos dentro da Igreja (secretariado geral da CNBB e assistente geral da ACB). Igualmente, assinada por Osmar Fávero, então presidente leigo da associação. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1961. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Mais tarde, com a institucionalização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Secretariado Nacional do Apostolado Leigo, diversos documentos da Comissão Episcopal da ACB eram elaborados com timbre desses órgãos (figura 10).

Figura 10 - Exemplo de declaração elaborada em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/ Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos/ Ação Católica Brasileira. Dossiê Semana Nacional de Ação Católica, Rio de Janeiro, 2 a 6 de maio de 1957. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Ainda que o Secretariado Nacional da ACB houvesse elaborado "listas de assuntos percorridos em correspondência"; pouco era o hábito de registrar algum protocolo de controle da expedição e ou do recebimento de determinada carta, relatório ou de qualquer outra espécie documental. Nas tais listas relatavam "os principais fatos descritos em correspondência, constando o cargo e a

procedência da pessoa que enviou a correspondência (remetente) e o destinatário" (CEDIC, 2003. s/p);

Somente em meados de 1960, alguns documentos apresentavam um carimbo com as informações: 'Recebida em' (espaço para colocação de data dia, mês e ano); 'Respondida em' (novamente espaço para colocação de data); e 'Pela C.I.' (espaço para assinatura de quem respondeu) (figura 11).

Figura 11 - Carta recebida pelo Secretariado Nacional da ACB. Diz a carta: "Papel timbrado de pobre é máquina a escrever. ACB." A missiva apresenta o carimbo da própria ACB protocolando o recebimento. Mais tarde, o último custodiador do

documento registrou o carimbo da instituição, no caso da Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral, CNBB. São Paulo 16 de outubro de 1962. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Em torno de 1964 registrou-se a presença de uma “arquivista”, Joana Angélica D’Ávila Melo²²⁶, que cuidava da biblioteca e dos arquivos da ACB que se encontravam na sede do Secretariado Nacional da ACB, no Rio de Janeiro; por coincidência foi nestes idos que apareceu o carimbo de “protocolo de recebimento” de correspondência.

Quanto aos documentos recebidos pelos membros acistas os regulamentos da ACB citam a “carteira de membro”, o “distintivo” e o “compromisso de apóstolo leigo”, além do “recibo de pagamento da conta anual” que lhe cabia enquanto sócio.

Ainda os militantes e os sacerdotes, por iniciativas próprias, produziam registros fotográficos dos eventos e reuniões sociais promovidos e participados que por vezes poderiam ser transferidos para os arquivos institucionais ou não²²⁷.

A par disso, deve-se ressaltar o valor do mandato implicado nesta produção documental. O mandato era uma carta oficial com as funções que a Ação Católica devia desempenhar, com isso “o mandatário pode executar as ordens recebidas, **em nome e sob a responsabilidade da Hierarquia**, dentro dos limites por ela estabelecidos, e sempre sob a sua dependência” (SANTINI, 1938, p.7 apud ORTIZ, 1947, p.33, grifos do autor). O mandato era dado ao movimento (CONGAR, 1966. p.551). No arquivo da ACB e nos dos movimentos de Juventude Católica não foi encontrada essa carta oficial. Segundo Luiz Eduardo Wanderley, secretário nacional da ACB, o mandato era “uma espécie de certificação sobre a orientação seguida, que era dada pelos bispos diocesanos às equipes a eles afetas” (WANDERLEY, 2005.p.438). A presente

²²⁶ A carta circular 02/1964, da ACB às equipes nacionais, aos Secretariados Regionais de Ação Católica e à CNBB, cita o nome desta militante e apresenta o que foi discutido na reunião do Secretariado Nacional, em 20 de agosto de 1964. Procurou-se a militante Joana Angélica D’Ávila Melo, por meio das redes sociais. Encontrou-se talvez uma homônima. Perguntada sobre, respondeu: “sinto não poder ajudá-la. Eu até fui da JUC no final dos anos 50/início dos 60, mas em Sergipe. E não era arquivista, era estudante de Letras. Portanto, seguramente não sou a Joana que [vc] procura. Boa sorte em sua pesquisa” (mensagem pessoal. Facebook, 17 jan 2017).

²²⁷ O Centro de Documentação e Informação Científica, CEDIC/PUC-SP, custodia as coleções fotográficas do Monsenhor Enzo Gusso, assistente de Juventude Universitária Católica, a título de exemplo.

tese indaga se haveria alguma lista de controle da expedição do mandato ou a certidão sob a responsabilidade da Comissão Episcopal, cujo arquivo não foi possível localizar.

O mandato era um dos meios jurídicos pelo qual a ação cristã pública dos leigos era organicamente assimilada e articulada com o apostolado hierárquico e a tornava propriamente uma ação oficial da Igreja. Dessa forma, a ocupação de cargos, desenvolvimento de atividades e a produção documental por parte destes leigos autenticavam não somente a própria Ação Católica, mas também constituíam prova de que a ACB era uma divisão da Igreja Católica e estreitamente ligada à Hierarquia (CONGAR, 1966. p.547).

Somada à importância do mandato, igualmente se a ACB fosse categorizada como “associação eclesiástica” (COSTA, 1937; ORTIZ, 1947) por consequência seu arquivo também seria considerado “arquivo eclesiástico”. Como não era unânime a conclusão sobre a situação jurídica da ACB, isto pode ter repercutido nas suas relações quanto à produção e acumulação documental, deixando mais a cargo do leigo as funções arquivísticas de criação, tramitação e arquivamento e menos a cargo de um escrevente delegado pelo bispo.

“O fato de serem as organizações da Ação Católica associações religiosas eclesiásticas, canonicamente erigidas ou aprovadas, com estatutos especiais, estabelece a semelhança dela com as associações do Código [Canônico] e a organização hierárquico-mandatária dá-lhe a diferença específica” (ORTIZ, 1947.p.62)

Quando do fim da ACB, seu Secretariado Nacional continuava com a sede no Rio de Janeiro. Ainda que desestruturado, membros e sacerdotes cuidaram da preservação e, de alguma maneira, da integridade de seu arquivo.

Embora se buscasse manusear diretamente a documentação, colocando-a em diálogo sobre o que se apreendeu da institucionalidade e da missão apostólica do movimento; bem como a comparando com a produção documental e funcionalidades de outras instituições privadas, a terminologia usada nesse item do capítulo para referir-se às funções e aos documentos foi elaborada pelo atual custodiador, o CEDIC, durante a organização do fundo²²⁸. Dessa forma, foi

²²⁸ Lembrando que faço parte da equipe técnica do CEDIC, parte da atual sistematização e análise a respeito do contexto de produção compõe texto metodológico sobre a ACB e seus movimentos de Juventude, presente no próprio Inventário dos Fundos JAC, JEC e JIC (CEDIC,

difícil escapar da nomenclatura e do ordenamento já dado aos conjuntos documentais pelo então quadro de arranjo do fundo..

Apesar disso, achamos que os estudos sobre a gênese documental de determinado fundo possam (ou devam) ser retomados ainda que os conjuntos documentais já tenham sofrido uma intervenção técnica assente em preceitos arquivísticos de organização e descrição.

1998) e Fundo ACB (CEDIC, 2003) e no artigo FERNANDES, 1999, citados no decorrer deste capítulo.

6.2. A história custodial dos arquivos da Ação Católica Brasileira e seus efeitos na integridade do fundo

A pertinência da história custodial do fundo da Ação Católica Brasileira deve-se ao fato de que, ao apresentar o elenco das transferências de guarda e ou propriedade, permite lançar questões a respeito da integridade e da autenticidade dos conjuntos.

A integridade é uma característica do princípio de proveniência, “segundo o qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, sem a retirada de partes ou sem o acréscimo indevido de outras. O reconhecimento da proveniência dos documentos auferir autenticidade aos mesmos, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo” (DICIONÁRIO, 1996. p.45; p.11).

Contudo, o entendimento do que seja “história custodial” no campo da Arquivística remete, antes de tudo, ao que se compreende de custódia por esta área do conhecimento e os procedimentos técnicos aplicados em torno desta ação.

A ideia de custódia sobre um acervo arquivístico refere-se ao zelo pela documentação enquanto bem, englobando a responsabilidade pela preservação física e pelo acesso. Tal conceito implica a transferência da guarda de um arquivo sem que isto, propriamente, represente a transmissão de propriedade.

Os Dicionários de Terminologia Arquivística (1996.p.21; 2005.p.62) conceituam custódia como a responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos. As condições de guarda e proteção sob as quais os documentos são mantidos dependem dos termos acordados quando da sua transferência. Tais termos podem garantir que legalmente a instituição custodiadora tenha autoridade para reproduzir e conferir autenticidade às cópias, por exemplo²²⁹.

Para cumprir tal responsabilidade jurídica, além dos termos de transferência, doação, compra ou permuta, existem os procedimentos técnicos

²²⁹ A autora Margareth da Silva (2015, p.41) revisou o termo custódia, pesquisando em diferentes tipos de dicionários (jurídicos, técnicos, linguísticos) e literatura especializada sobre o assunto. Encontrou que “os termos referentes à responsabilidade jurídica presentes na maioria das definições são um elemento central na definição de custódia, no sentido que um custodiante (pessoa ou entidade) assume o encargo de cuidar, proteger, tutelar e guardar os documentos, e impedir que alguém possa comprometer os documentos ou mesmo destruí-los ou adulterá-los”.

arquivísticos para o ingresso da documentação na entidade custodiadora. Portanto, é comum assentar em “notas de registro” referências quanto “às transações de recolhimento pelas quais os documentos deram entrada no arquivo”, compilando dados a respeito de possíveis responsabilidades assumidas por outras entidades e pessoas em relação ao mesmo conjunto documental. Também se registra sobre a localização de outros documentos que não estão sob a sua custódia imediata e que se enquadrariam no fundo ou coleção em questão. Ademais, tais “notas de registro” “consistem em documentos narrativos e descritivos de uma ou duas páginas que dão os principais fatos quanto à origem, à organização e às funções dos órgãos cujos documentos constituem os respectivos grupos” (SHELLENBERG, 2002. p.305).

Para Couture e Rousseau (1998, p.145), tais notas podem compor os “instrumentos de gestão”, os quais abarcam tanto os elementos físicos, quanto os factuais que caracterizam os documentos de uma pessoa física ou jurídica. Tais elementos facilitam conceber o tratamento documental a ser aplicado ao conjunto documental.

Observa-se que as “notas de registro” e ou os “instrumentos de gestão” cumprem papel importante nas rotinas de trabalho das entidades de custódia. Não somente isso, quando a entidade custodiadora faculta o acesso ao seu acervo, as informações constantes destas ferramentas de controle podem vir a compor os instrumentos de referência e pesquisa, destinados ao público em geral, ainda que alguns dados desses controles possam vir a ser resguardados por questões de restrições e ou sigilos.

Nesse sentido, as informações resultantes do processamento técnico da documentação tornam-se elementos, que somados a outros, contextualizam a origem, as transferências e o destino final do conjunto documental em questão. Dessa forma, possibilita que o arquivista, o usuário e ou o pesquisador lancem novas interpretações sobre o fundo e sua natureza, segundo seus respectivos campos de ação e de interesse.

Com o avanço científico e técnico da área, a comunidade arquivística buscou disseminar padrões para a elaboração de instrumentos de referência e pesquisa. Isto implicou difundir que as notas de controle dos processos de custódia comporiam um campo de informação delimitado e denominado de

“história custodial” e/ou “história arquivística”²³⁰. Tais acepções levaram à produção de textos informativos mais elaborados a respeito da tramitação e do destino final dos documentos.

Por meio, principalmente, dos padrões descritivos para elaboração de instrumentos de pesquisa recomendados pela ISAD(G), *International Standard Archival Description*²³¹, publicada em 1994, os termos “histórico custodial” e/ou “histórico arquivístico” disseminaram-se globalmente. Por exemplo, na versão canadense da ISAD (G) (1999)²³², “*archival history*” refere-se a “*to provide information on the history of the unit of description that is significant for its authenticity, integrity and interpretation*” (p.20)²³³.

Isto levou a que “história arquivística” e/ou “história custodial” aparecessem também como verbetes em alguns dicionários renomados da área, ainda que não pareça existir consenso entre os teóricos a respeito dos mesmos.

Por exemplo, o dicionário da Sociedade Americana de Arquivistas (SAA), publicado em 2005, apresenta como verbete o termo “*custodial history*” que remete a “registros da sucessão de instituições, famílias ou pessoas que detiveram os documentos desde o momento em que foram elaborados [...]” (tradução livre). Igualmente, diz o dicionário que o termo é um elemento de descrição

“usado para fornecer informações sobre a cadeia de propriedade dos materiais que estão sendo descritos, cadeia esta começada antes de chegarem ao último local de guarda [...]” “o histórico custodial pode ser usado para descrever a posse física e propriedade intelectual e fornecer detalhes de mudanças de propriedade ou custódia que são significativos em termos de autoridade, integridade e interpretação” (tradução livre)²³⁴.

²³⁰ Dissemina-se também o termo “história administrativa”, que tem por objetivo apresentar de maneira concisa e factual a natureza jurídica da entidade, âmbito de atuação, suas finalidades e competências ao longo de tempo, atividades e funções.

²³¹ A ISAD(G) foi publicada pela Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos, CIA. Mais tarde, transformada em Comitê de Normas de Descrição passando a integrar formal e permanentemente a estrutura do Conselho (NOBRADE, 2006.p.7).

²³² ISAD (G) : general international standard archival description : adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. Disponível em https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2000_Guidelines_ISAD%28G%29_Second-edition_EN.pdf. Acesso em 13 out 2017.

²³³ Tradução livre: “para fornecer informações sobre o histórico da unidade de descrição que seja significativo para a sua autenticidade, integridade e interpretação”.

²³⁴ Disponível em <http://www2.archivists.org/glossary/terms/c/custodial-history>. Acesso em 14 out 2017.

Nesse ponto, Cruz Mundet (2011.p.201) limita-se também a conceituar “história arquivística” como um elemento de ISAD (G) “que proporciona informação sobre as mudanças de propriedade e custódia da unidade de descrição”.

No Brasil, o Arquivo Nacional foi a instituição responsável pela tradução e disseminação da ISAD(G), realizadas em 1998, e adaptação e divulgação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, NOBRADE, em 2006. Na versão traduzida, o termo “*archival history*” foi tomado como equivalente à “história arquivística”. Os objetivos e as regras de composição da história são os de:

fornece informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para sua autenticidade, integridade e interpretação. Registre as sucessivas transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição e indique aquelas ações, tais como história da organização, produção de instrumentos de pesquisa, reutilização dos documentos para outras finalidades ou migrações de software, que tenham contribuído para sua estrutura e organização atuais. Indique, tanto quanto possam ser apuradas, as datas dessas ações. Caso a história arquivística seja desconhecida, registre essa informação. (ISAD(G), 2000. p.28)

Já na versão adaptada, na NOBRADE²³⁵, resumiu-se que a “história arquivística” deve

oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia. Identifique a natureza da acumulação do acervo e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição (NOBRADE, 2006.p.34).

Entre a tradução da ISAD (G) e a publicação da NOBRADE, o Arquivo Nacional também elaborou o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

²³⁵ ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em 13 out 2017; NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/textos/nobrade.pdf>. Acesso em 13 out 2017.

(2005), o qual não apresenta verbete referente à “história arquivística” e/ou à “história custodial”, significando que membros dos comitês de descrição e do dicionário não desenvolveram a questão.

Por esse ângulo, observa-se que o termo “história custodial” adotado pelos americanos e o termo “história arquivística” adotado pelo autor espanhol sugerem informações mais delimitadas, não se detendo à história da produção e acumulação do fundo em questão. Assim, apesar das divergências quanto à denominação do termo entre as comunidades arquivísticas de diferentes países, o Conselho Internacional de Arquivos (2013) estabeleceu uma sinonímia entre os termos “*custodial history*” e “*archival history*”²³⁶, como é possível ver no glossário de termos arquivísticos difundido pela entidade²³⁷.

Ante o exposto, o termo “história custodial” ou “história arquivística” surgiu em decorrência das normas de descrição. Portanto, o termo encontra-se muito mais disseminado como um “elemento de descrição da norma” do que propriamente como uma formulação teórica em relação à Disciplina História.

De qualquer maneira, segundo Cruz Mundet (2011.p.200) a Arquivística recorre à Disciplina História para tanto elaborar a sua própria história e, por outro lado, para compreender os documentos que são frutos das atividades de pessoas, físicas ou jurídicas, produzidos ao longo do tempo. Nesse sentido, é necessário conhecer a evolução da sociedade, no geral, e dessas pessoas, em particular. Assim, a organização de um arquivo exige o conhecimento profundo da história da pessoa física ou jurídica que o criou, para assim compreender a sua estrutura orgânica, suas funções e atividades, a forma e a ordem em que se produziu e acumulou os documentos, e o significado dos documentos e das agrupações documentais. Igualmente, Lodolini (1993.p.212-3) já assinalava que as informações referentes à organização interna, ao procedimento, às variações e evolução da entidade produtora do arquivo, as competências e o modo de

²³⁶ INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Multilingual archival terminology. Disponível em: <https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>. Acesso em 14 out 2017

²³⁷ Por outro lado, na concepção francesa o termo “archival history” foi traduzido por “historique de la conservation” e na concepção alemã foi traduzido por “*bestandsgeschichte*”, algo como a história do acervo/ estoque, parecendo mais sobre dados de origem e de guarda dos acervos arquivísticos. No site do Conselho Internacional de Arquivos são disponibilizadas as versões da ISAD (G) em diferentes línguas. Para saber mais, consultar: <https://www.ica.org/en/isadg-general-international-standard-archival-description-second-edition>.

funcionamento – “em uma palavra, [seria] a história da instituição aplicada ao arquivo”.

Dessa forma, o historial da custódia do fundo da Ação Católica Brasileira²³⁸ considerou também as impressões deixadas pela vulnerabilidade jurídica e pela assimilação dogmática de Hierarquia e de laicato que permearam toda a sua existência.

Por outro lado, devemos dizer que seguimos a diretriz americana de denominar aqui de “história custodial” dos arquivos da Ação Católica Brasileira. Ainda que exista a orientação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006.p.34) que sugere o uso do termo “história arquivística” e que o mesmo deva ser elaborado a partir das informações sobre a produção e acumulação do arquivo, conjuntamente com as de custódia.

Isto porque tratamos exclusivamente das sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição. Quisemos assim remontar de maneira individualizada as problemáticas da gênese documental e da custódia. Afinal, é essencial, para a apreciação de um documento qualquer, saber por que meios o fundo chegou até a unidade custodiadora (DUCHEIN, 1986.p.17) e essa questão deve ser respondida de maneira particular.

O espólio documental da Ação Católica Brasileira é originário, sobretudo²³⁹, da Arquidiocese de Recife. Foi levado por Dom Helder Câmara quando ele foi transferido do Rio de Janeiro para essa circunscrição em meados de 1962²⁴⁰. Tendo sido assistente geral da ACB por um longo período, 1946 a 1962, a documentação reunida é bastante expressiva sobre esses 16 anos. Por sorte, mesmo com lacunas, o fundo possui registros de anos anteriores e posteriores aos da gestão daquele sacerdote.

²³⁸ O capítulo 6 desta tese pode contribuir para a atualização da descrição arquivística do fundo ACB, realizada pelo CEDIC, atual custodiador e difusor do espólio documental. Para isso, seria necessário formatá-lo de forma sucinta e objetiva, como preconiza a Nobrade.

²³⁹ No caso do fundo ACB, a maior parte da documentação é oriunda do INP. Outras parcelas menores foram doadas ao CEDIC por militantes e sacerdotes. Muitos dos documentos doados por estes tratam-se de textos, publicações periódicas e não periódicas, cartas circulares. Existem outros documentos específicos, elaborados pela Arquidiocese de São Paulo, por exemplo.

²⁴⁰ Segundo relatos de Caroline Lustosa arquivista responsável pelo Centro de Documentação e Informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sediado em Brasília. Entrevista concedida dia 09 de fevereiro de 2017.

A Arquidiocese de Recife achou por bem transferir os arquivos então denominados de ACB para o Instituto Nacional de Pastoral (INP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil²⁴¹. No caso, até meados de 1990 o espólio estava sob os cuidados da Biblioteca deste Instituto, sediada na própria CNBB, em Brasília.

Depois de 1990, representantes do Centro de Documentação e Informação Científica, CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Instituto Nacional de Pastoral²⁴² consolidaram um projeto de organização, microfilmagem e difusão dos arquivos da Ação Católica Brasileira e de seus Movimentos de Juventude Especializados. Tal projeto implicou na transferência e na guarda provisória dos arquivos pelo CEDIC.

Um olhar mais atento sobre a documentação preservada pelo INP e atualmente custodiada pelo Centro de Documentação da PUC-SP revelou que falta um conjunto mais substancial dos documentos provenientes e acumulados pela Comissão Episcopal da ACB desde a sua instituição²⁴³. Ainda que tenha sido criada uma Secretaria exclusiva para ela por Dom Hélder Câmara, em caráter permanente e aprovada por decisão do episcopado em outubro de 1948²⁴⁴, também nada se tem após este período de instalação de uma unidade responsável pela administração da Comissão.

Assim, uma hipótese para que não se encontrem os conjuntos documentais da Comissão junto ao fundo da ACB é a de que o Presidente da Comissão Episcopal de 1935 a 1942, o então arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme²⁴⁵, tivesse “arquivado” ao seu modo os documentos e misturado nos arquivos da sua Arquidiocese. Essa interpretação é plausível diante do que

²⁴¹ Sem referência de data.

²⁴² Professora Dra. Yara Aun Khoury, então coordenadora do CEDIC, e padre Cleto Caliman, então assistente do INP.

²⁴³ Quisemos analisar mais profundamente os documentos oriundos do INP, uma vez que as demais parcelas dos documentos vieram de diversas doações particulares, de ex militantes e sacerdotes, como as doações feitas por Monsenhor Enzo Gusso, em 1986, Frei Romeu Dale, em 27 de outubro de 1992, 04 de fevereiro de 1993 e 17 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.pucsp.br/cedic/cedic1fundoscolecao.php?id=86&acervo=&por=todos&keyword=a%E7%E3o%20cat%F3lica>. Mesmo que somadas todas as parcelas, persiste a reflexão em questão.

²⁴⁴ A referida Secretaria foi citada na carta circular da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira, datada de novembro de 1948, divulgada durante a III Semana Nacional de ACB. Notas sobre a instalação também se encontram na REB 9 (1949), 2/4 apud QUEIROGA, 1977. p.175).

²⁴⁵ Pensou-se se os arquivos pessoais de Dom Sebastião Leme pudessem ter algum conjunto documental guardado, contudo não foi possível apurar essa hipótese. Igualmente, pensou-se se o Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, pudesse ter devido à presença de Alceu Amoroso Lima no Centro e na ACB.

se entendeu das responsabilidades e da autoridade do bispo em relação à ACB, bem como da confluência das múltiplas atividades que desenvolvia.

Essa suposição corrobora o pouco que sabemos sobre o arquivamento dos documentos. Notou-se que poderia ter algum plano de classificação e ordenação que justificasse a separação dos documentos da Comissão Episcopal, como observado por Dom Bernardo José Bueno Miele que “não tivera tempo de visitar o Secretariado para consultar ‘modelares arquivos e bibliotecas’”²⁴⁶. Mesmo que a adjetivação “modelares” por parte do autor da missiva pudesse ser jocosa e a carta seja datada em 1960, era então empregado algum tipo de organização aos documentos, os quais se encontravam separados do acervo bibliográfico.

Por outro lado, a documentação reunida pela Comissão Episcopal da ACB pode ter sido transferida para o então Secretariado Nacional de Apostolado Leigo que foi constituído com a instalação da CNBB, em 1952, e ao qual a ACB ficou ligada em 1956, conforme seus estatutos. Igualmente se deduz que enquanto a CNBB esteve sediada no Rio de Janeiro, no mesmo endereço da ACB, possa ter havido uma mescla da documentação, fazendo com que ela se perdesse no próprio arquivo da Conferência. Ademais,

no dia 31 de outubro de 1977, a Presidência da CNBB se reuniu em sua sede, à rua do Russel, 76, ou Ladeira da Glória, 99, no Rio de Janeiro, para oficializar a transferência da sede para Brasília. Na mesma ocasião, a Presidência decidiu transferir para Brasília a sede do Departamento Instituto Nacional de Pastoral, a partir de 1º de fevereiro de 1978. (INP, 2003. p.275)

Contudo, encontramos reminiscências da Comissão Episcopal da ACB nos documentos do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional. São nos registros dos estatutos e regulamentos, bem como no dossiê que relata as suas reformulações²⁴⁷. A título de exemplo, na reformulação dos estatutos em 1954, algumas cartas foram enviadas ao Cardeal Jaime Câmara enquanto Presidente

²⁴⁶ Carta de 19 de setembro de 1960, dirigida ao Secretariado Nacional da ACB.

²⁴⁷ O “Projeto de Reforma dos Estatutos da ACB” reúne cerca de 30 documentos produzidos entre os anos 1950 a 1964. Compõe o dossiê: anotações e observações ao projeto, ofícios, projetos, correspondência, memorandos, textos de sugestões para a reforma, pareceres sobre a reforma, questionário sobre os estatutos da ACB, relatórios de reunião e relatórios das respostas recebidas (CEDIC, 2003. s/p).

da Comissão Episcopal da ACB e membro da CNBB. No caso, essas cartas ficaram reunidas juntas com às do Secretariado Nacional, com aquelas recebidas por Dom Helder Câmara, enquanto assistente nacional, e com aquelas recebidas por outros membros do Secretariado. Igualmente, encontramos a presença da Comissão nos documentos elaborados em conjunto com o Secretariado Nacional. Contudo, não se percebeu uma documentação orgânica que revelasse as ordens emanadas da Comissão. Como demonstrado no capítulo 2, cabia à Comissão a delegação do mandato, o alto controle e a coordenação geral, a nomeação de presidentes e dirigentes leigos nos respectivos ramos e setores especializados, além de seus assistentes nacionais, e a deliberação de todas as ações da ACB.

Outra situação a ser considerada é a da realidade de organização da própria Igreja em termos de circunscrições (arquidioceses, dioceses, prelazias e paróquias), que durante os anos de experiência da ACB passaram por várias remodelações²⁴⁸. Do mesmo modo, são os relatos de fracionamento dos fundos eclesiais e a transferência de partes para outras instituições, além dos riscos ambientais que levaram à destruição de volumes documentais expressivos (SANTOS, 2005; BERTO, 2012)²⁴⁹.

²⁴⁸ A título de exemplo, a província eclesial de Goiás e a prelazia de São José do Alto Tocantins pareciam participar efetivamente da Ação Católica, as quais responderam a respeito da reformulação dos Estatutos da ACB, por exemplo. Na ocasião, a província de Goiás era bastante extensa, porém possuía apenas 5 circunscrições: Porto Nacional, Jataí, São José do Alto Tocantins, Ilha do Bananal e Tocantinópolis. Em 1956, Dom Manuel Gomes de Oliveira, solicitou à Santa Sé uma melhor divisão para atender às demandas dos clérigos e fiéis. Assim, a estrutura passou a contar com a arquidiocese de Goiânia, as dioceses de Goiás, Porto Nacional, Jataí e Uruaçu e as prelazias de Tocantinópolis, Cristalândia e Formosa. A documentação que foi da antiga Província de Goiás foi transferida para a Arquidiocese de Goiânia e por lá permaneceu por muito tempo, “sendo que uma pequena parte dela foi posteriormente transferida para o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)” (SANTOS, 2006. p.62-3), ligado à Universidade Católica de Goiás. Com isso temos a dimensão do quanto a ACB pode ter sofrido com as circunstâncias impostas pelo devir da Igreja Católica.

²⁴⁹ Para a realização do trabalho, diz o autor que “foram visitados vários centros de guarda da Igreja Católica e a situação encontrada foi praticamente a mesma. Apesar de alguns muito organizados, faltam, na maioria, instrumentos de pesquisa, retratos credíveis dos acervos. Pode-se citar como um trabalho introdutório e geral para o tema, uma das poucas reflexões feitas sobre o contexto brasileiro, a dissertação de mestrado de Cristian José Oliveira Santos, *Os Arquivos das primeiras Prelazias e Dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica*. (UnB, Brasília, 2005). Outro trabalho de destaque é o relatório feito pela Fundação Histórica Tavera, fundação espanhola cujo objetivo é desenvolver projetos e ações que concorram para o conhecimento da memória histórica dos países ibero-americanos, contratada pelo Banco Mundial para realizar um levantamento sobre a situação do patrimônio documental na América Latina, no ano de 1999. Neste estudo inédito, aponta para a situação “dramática” em que se encontram os arquivos eclesiais neste território, especialmente no

Isto pode ter causado grande impacto, uma vez que, conforme decreto 364 promulgado no I Sínodo de Belo Horizonte, em 1944,

A Ação Católica é essencialmente diocesana, dependendo diretamente do bispo e, não obstante ter suas bases na paróquia, transcende os limites da mesma, e da diocese, para seu caráter universal.

§ único – afirmar que é essencialmente diocesana, não é desligá-la da obediência aos párocos ou desconhecer o seu caráter convenientemente paroquial. (ORTIZ, 1947.p.91)

Ainda consideradas essas possibilidades, as entidades católicas possuem o poder e a competência legal para recolher, eliminar ou transferir os arquivos que estão sob sua guarda (jurisdição arquivística é o termo segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996. p. 46), e o fundo ACB não escapou dessa prerrogativa.

Também a historiografia sobre os movimentos especializados de ACB nos dá indícios que a repressão política sofrida pelas associações pode ser um dos motivos para a perda de parcelas dos documentos destes fundos (SOUZA, 1984.p.213). Talvez isto não se aplique literalmente à ACB. Contudo, essa hipótese pode ser cogitada diante das lacunas temporais de algumas séries ou de documentos dos núcleos de base, principalmente das juventudes especializadas. A situação política levou a que os militantes praticassem ora a eliminação, ora a ocultação de material que pudesse incriminá-los, como dissemos no item anterior.

A par disso, a Ação Católica Brasileira inflava o espírito de militância de seus membros, os quais eram movidos a trabalhar pelo movimento impulsionados mais pela crença e menos pelo cargo burocrático que viessem a ocupar. Com isso, o arquivamento pode ter sofrido com o limite tênue entre a profissão de fé individual e o compromisso de apostolado público, levando a que parte do arquivo pudesse ser avaliado como de cunho pessoal e, portanto, preservado no âmbito privado de seus militantes. Isto pode ser auferido pelas doações de parcelas documentais feitas por leigos e sacerdotes para serem incluídas no fundo.

Brasil, apesar da valorosa documentação, válida não somente para a História da Igreja, mas para a compreensão da cultura, economia, sociedade e política". (BERTO, 2012.s/p).

Na busca por encontrar outras partes do espólio documental em diferentes arquivos e centros de documentação, nada se encontrou do arquivo da Comissão Episcopal ou mesmo do Secretariado Nacional da ACB no atual Centro de Documentação e Informação da CNBB, em Brasília²⁵⁰. O fundo da CNBB inicia-se com a ata de instalação da Conferência, em 1952, portanto não se tem mesclado nele documentos oriundos da Ação Católica Brasileira.

Quanto ao arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, cidade de origem e sede da ACB, “a documentação referente à Ação Católica está localizada na “Série Pastas Temáticas” que, infelizmente, não foi tratada [...]”. Localizaram 6 volumes datados de 1946 a 1968²⁵¹, podendo talvez possuir indícios da Comissão Episcopal nesse conjunto documental.

Igualmente foram examinadas as arquidioceses que eram sedes das seções regionais da CNBB em meados de 1965 – a saber, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A Arquidiocese de Belo Horizonte “listou” as séries que possuem o termo “Ação Católica”, dizendo que possui “Correspondências 1933-1949, Semana regional 1938, Textos 1948, Diretrizes 1949, Painel 1950, Circular 1952, Portaria 1959-1962, Mensagem 1973, Boletim 1979, Regulamento, Curso liderança 1948, Relatórios 1965-1979, Manual de ação católica parte 2 – Mons. Luigi Civardi, Carta Pastoral de D. Cabral – A Ação Pastoral Católica 1943, Regionais - dossiê 1936-1963”²⁵². Pela resposta dada, o critério adotado na pesquisa, por “assunto Ação Católica”, deu-nos a ideia de que os documentos citados pertençam a diferentes fundos, portanto advindos de diversas proveniências e, não propriamente, de um possível “fundo ACB”.

A Arquidiocese de São Paulo também possui frações de documentos intitulados de “Ação Católica”. Ainda, teve-se resposta negativa quanto a possíveis parcelas do fundo da ACB na Arquidiocese de Porto Alegre, onde se destacou a figura de Dom Vicente Scherer, então Secretário dos Leigos nos anos 1960²⁵³.

²⁵⁰ Visitou-se o referido Centro em 09 de fevereiro de 2017 e conforme relato de Caroline Lustosa.

²⁵¹ Conforme resposta de Márcia, Paulo e Sílvia. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida pela pesquisadora em 14 de março de 2017.

²⁵² Conforme resposta da responsável Olga Antunes. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por email pela pesquisadora em 24 de março de 2017.

²⁵³ [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por email pela pesquisadora em 08 de maio de 2017.

Outrossim, comparando os estatutos e regulamentos da ACB e seus 30 anos de existência com as atuais 30 caixas de arquivo reunidas, auferem-se o quanto são significativas as lacunas documentais.

Para o escopo da tese, que considerou que houve todo um *ethos* discursivo de distinção entre leigos e Hierarquia, a ausência de um conjunto documental orgânico e substantivo proveniente da Comissão Episcopal²⁵⁴, que era de fato o órgão da Hierarquia no interior da associação, é bastante simbólica – visto o que o órgão verdadeiramente representava.

Dependendo na sua orientação suprema da Hierarquia, a Ação Católica funciona sob a direção do papa e do episcopado. Essa direção faz-se praticamente através de órgãos oficiais, sob a imediata dependência da Hierarquia. Na capital de cada país deve haver um órgão nacional de direção da Ação Católica, recaindo sobre ele a inteira responsabilidade do movimento. No Brasil esse órgão é a Comissão Episcopal da AC, artigo 21 do Estatuto da ACB. O comando e a orientação em última análise parte desse órgão supremo. Ligada assim ao pensamento da Hierarquia, não corre a Ação Católica o perigo de empreender iniciativa que não reflita nitidamente o episcopado nacional. (COSTA, 1937.p..238).

Comparando com o que se entendia pelo Secretariado Nacional da ACB, torna-se mais evidente a diferenciação a que nos referimos entre leigos e Hierarquia: “a Junta Nacional [depois denominada de Secretariado Nacional] é o supremo órgão leigo da AC. Sua existência é exigida pela natureza mesma da AC” (COSTA, 1937.p.245).

A despeito da dispersão de parcelas substanciais e isto ter afetado a integridade do fundo, assim mesmo foi possível reconstituir o elo entre a Igreja e a Ação Católica Brasileira e evocar a experiência do movimento. Segundo a Arquivística, isto se dá porque, mesmo que fracionado o fundo, todo documento arquivístico é prova da execução de alguma atividade que envolveu a pessoa ou a instituição que o produziu.

²⁵⁴ Cabia à Comissão a delegação do mandato, o alto controle e a coordenação geral, a nomeação de presidentes e dirigentes leigos nos respectivos ramos e setores especializados, além de seus assistentes nacionais, e a deliberação de todas as ações da ACB. Era composta inicialmente por membros arcebispos, natos e eleitos. Ver no capítulo 2, quadro comparativo dos Estatutos no que concerne à Comissão Episcopal.

Cada documento, qualquer que seja o suporte ou a sua natureza e independentemente de qualquer outra consideração, pelo simples fato de existir, comprova uma ou mais informações nele encerradas e que, obviamente, nos dá a conhecer. É o valor da informação do documental. Além disso, o agrupamento de todos os arquivos de uma pessoa física ou moral [jurídica] num conjunto permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este conjunto volta a situar esse contexto ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspectivação. É este valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados [...] da vida da pessoa física ou moral [jurídica] que os constituiu. (COUTURE, ROUSSEAU, 1998.p.90)

Em suma, os documentos da Ação Católica Brasileira são representações persistentes de suas formas de estruturação e funcionalidade, tão quanto de sua mística e temporalidade. Por ter sofrido algumas ou todas as ocorrências ditas anteriormente, o que restou dos documentos arquivísticos da ACB passou a possuir valor cultural e histórico por servir de arquétipo do que foi o movimento – com suas contradições. “Os arquivistas gerenciam o resíduo, não a totalidade” (MILLAR, 2002.p.6 apud YEO, 2016. p.143²⁵⁵) de um fundo de arquivo.

²⁵⁵ MILLAR, L. *The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance of Archival Fonds*, Archivaria, n.54.p.6, 2002.

6.3. Intervenção arquivística: classificação e descrição do fundo Ação Católica Brasileira

As condições de guarda e proteção sob as quais os documentos são mantidos dependem dos termos acordados quando da sua transferência. Tais termos podem garantir que legalmente a instituição custodiadora tenha autoridade para reproduzir e conferir autenticidade às cópias. Destarte, a instituição custodiadora passa a ter “certos direitos e privilégios adicionais” em relação aos documentos.

[...] referem-se estes ao arranjo, à descrição e à publicação para fins que não aqueles para os quais [os documentos] foram originalmente criados – para servir a usos secundários de outras repartições e de particulares (SCHELLENBERG, p.169)²⁵⁶.

Nesse sentido, até meados de 1990, o espólio que se encontrava sob os cuidados da Biblioteca Instituto Nacional de Pastoral (INP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, sofria com a intervenção por parte de um corpo técnico, formado por bibliotecários. Os então custodiadores procuraram classificar os documentos da ACB por temas²⁵⁷ e acondicioná-los em pastas suspensas, tendo que para isso perfurar os papéis²⁵⁸ (CEDIC, 1998.p.15).

Depois de 1990, representantes do Centro de Documentação e Informação Científica, CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Instituto Nacional de Pastoral²⁵⁹ consolidaram um projeto de organização, microfilmagem e difusão dos arquivos da Ação Católica Brasileira

²⁵⁶ A argumentação do autor a respeito da custódia foi baseada no Projeto de Lei de 1939, elaborado pela *Society of American Archivists*, a respeito de normas de transferência e direitos e deveres das instituições custodiadoras (p.305).

²⁵⁷ Segundo os preceitos da Biblioteconomia, o arranjo de itens de uma coleção pode ser realizado segundo um sistema de classificação baseado nos assuntos específicos encontrados no teor dos documentos. (Ver verbete classificação em DICIONÁRIO DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA, 2008, p. 84.)

²⁵⁸ Novamente aqui debruçamos sobre a experiência institucional. Não sabemos sobre a organização aplicada pelos ex-militantes e assistentes ao que doaram ao CEDIC.

²⁵⁹ Professora Dra. Yara Aun Khoury, então coordenadora do CEDIC, e padre Cleto Caliman, então assistente do INP.

e de seus Movimentos de Juventude Especializados. Tal projeto implicou na transferência e, a princípio, na guarda provisória dos arquivos pelo CEDIC²⁶⁰.

No Centro novos parâmetros teóricos para a concepção da organização do arquivo denominado de ACB foram adotados, não sendo mais os da Biblioteconomia e sim os da Arquivística. Para tanto, um corpo técnico foi formado²⁶¹ a fim de identificar os limites da massa documental compreendida como sendo de proveniência natural da Ação Católica Brasileira, para assim distingui-la dos documentos das juventudes especializadas caso houvesse alguma mistura entre os arquivos.

O arquivo testemunha de modo privilegiado as atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento da ACB. Partindo desse pressuposto e da intenção de preservar estes vínculos, a Arquivística (disciplina que pautou a organização dessa massa documental) orienta o uso do “princípio de respeito à proveniência”²⁶², ou seja, instrui que devem se manter reunidos os conjuntos documentais originados e acumulados por uma mesma titularidade sem misturá-los a outros de origens diversas. Dessa forma, constituem-se os fundos.

Porém, conforme ressalta Michel Duchein (1986.p.18-33) ainda que o princípio de proveniência delimite o próprio arquivo, “mais fácil se torna enunciar-lo que defini-lo e defini-lo que aplicá-lo”. Mesmo que se reconheçam as vantagens de sua aplicação, especialmente quanto à preservação da integralidade do arquivo, um dos fatores que dificulta a sua aplicação é, por vezes, a falta de entendimento e clareza sobre a estruturação e as competências do organismo produtor do arquivo ao longo de sua existência.

Para tanto, é necessário que se tenha informações sobre os instrumentos legais que nortearam a existência jurídica do organismo ao longo da sua trajetória uma vez que as mudanças

²⁶⁰ O projeto tem como resultados os Inventários dos fundos da ACB e das Juventudes, além dos microfilmes de alguns dos fundos. Salientamos que o presente capítulo 6 é baseado principalmente nos Inventários publicados pelo CEDIC (1998; 2003) citados nas referências bibliográficas.

²⁶¹ Sob a responsabilidade técnica das Historiógrafas Viviane Tessitore, que elaborou o quadro de arranjo e o modelo de descrição a serem adotados, e Ana Célia Navarro de Andrade, que elaborou a metodologia de microfilmagem de preservação.

²⁶² Atribui-se a Natalis de Wailly a elaboração do “princípio de respeito ao fundo”, em meados de 1841. Historiador, arquivista e chefe da seção administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior da França, preocupado com a centralização em um único depósito de diferentes conjuntos documentais decorrentes de diferentes origens, regulamentou a chegada destes e a organização no interior do estabelecimento do arquivo.

por ele apresentadas estarão refletidas na sua produção documental. (CABRAL, 2010. p.5-6)

No caso da Ação Católica Brasileira, produziu-se um histórico administrativo, considerando a sua evolução institucional, suas estruturas e funções, que foi relacionado com o levantamento preliminar da documentação que por ora era denominada de “ACB” (CEDIC, 1998, p.15-9).

Para o histórico institucional²⁶³, foram utilizadas obras historiográficas sobre o tema e levantados alguns documentos do próprio espólio que poderiam apresentar informações sobre a entidade. Foram consultados principalmente os estatutos e regulamentos. Também se elaborou

[...] a ‘Ficha de levantamento da estrutura e funções de movimentos’ contendo os seguintes dados: fonte, indicando a origem da informação pesquisada; movimento, indicando a que movimento a informação se refere; órgão, indicando qual o nível de estrutura administrativa do movimento a que se refere a informação; subordinação, indicando outros níveis de estrutura aos quais o órgão ou cargo está subordinado; cargo, indicando a qual cargo existente dentro do movimento a informação se refere; histórico, indicando o percurso daquele movimento, órgão ou cargo dentro de um recorte temporal; e, atribuições e suas datas, indicando as funções e responsabilidades do movimento, órgão ou cargo dentro de um recorte temporal. (FERNANDES, 1999. p.133)

Seguiu-se com a identificação preliminar dos documentos que consistiu em descrever sucintamente os tipos encontrados na massa acumulada. Para realizar essa operação, foi necessário conhecer previamente a entidade (por isso o histórico administrativo) que os produziu para melhor identificar os sinais que comprovam que dado documento possui um elo orgânico com a entidade e a função que o originaram. Ou seja, “identificar supõe reconhecer pelos atributos essenciais, é uma análise intelectual ou estudo prévio, enquanto que a classificação e a formalização desse estudo estabelecendo as classes” (HERRERA HEREDIA, 2013. p.157).

²⁶³ Já problematizamos sobre a Arquivística recorrer à Disciplina para compreender os documentos que são frutos das atividades de pessoas, físicas ou jurídicas, produzidos ao longo do tempo, na seção 6.2 deste capítulo.

Assim, conjuntos documentais que fugiam do escopo estrutural e funcional da ACB foram colocados à margem e posteriormente entendidos como oriundos das seções especializadas de ACB, as tais Juventudes Católicas²⁶⁴. Esta operação de reintegração de documentos que estavam esparsos na ACB aos fundos de Juventudes não foi feita de maneira aleatória. Realizaram-se os mesmos procedimentos aplicados aos arquivos da ACB aos das Juventudes.

Com a classificação feita desta forma, foram constituídos seis fundos de arquivo, uma vez que tanto a ACB quanto as Juventudes eram entidades administrativas e juridicamente consolidadas, mesmo que subordinadas à Ação Católica (CEDIC, 1998.p.15). Isto porque, como propõe Duchein (1982, p.20):

- “a) para produzir um fundo de arquivos, no sentido atribuído ao termo pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos) um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica próprias, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução, etc) preciso e datado.
- b) deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar.
- c) sua posição na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição hierárquica mais elevada deve estar claramente estabelecida”.

Nesse sentido, os setores subordinados à Ação Católica Brasileira possuíam cada qual estatutos e regimentos precisos e datados. Além disso, a partir de 1946, foram considerados seções autônomas dentro do movimento, significando dizer que atuariam, ainda que em consonância com a ACB, de maneira particularizada devido às características do meio social no qual praticavam os seus apostolados, sendo eles o agrário, estudantil, independente, operário e universitário. Igualmente, era sabido a posição das entidades dentro do organograma geral da ACB.

Continua Duchein (1982) quanto à delimitação de fundos de arquivos:

- d) deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente ao seu nível hierárquico. Ou seja, capaz de tratar de assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior. (Isto não significa evidentemente, que ele deva gozar de poder de decisão em relação a todos os assuntos; certos assuntos importantes podem ser submetidos à decisão do escalão superior da hierarquia administrativa.

²⁶⁴ “Quando é preciso reconstituir um ou mais fundos ou restituir a ordem interna de um fundo, a aplicação do princípio de proveniência assume [...] o seu sentido oneroso, árduo e delicado”. (SANTOS, 2005.p.84)

Entretanto, para poder produzir um fundo de arquivo que lhe seja próprio, um organismo deve gozar de poder decisório, pelo menos, no que disser respeito a determinado assuntos).
e) sua organização interna deve ser, na medida do possível conhecida e fixada num organograma” (p.20).

As seções especializadas da Ação Católica Brasileira possuíam os cargos de presidente da entidade e de assistente eclesiástico nacional os quais eram providos de função executiva e decisória, ainda que consultassem o Conselho Nacional do próprio movimento e o Secretariado Nacional e a Comissão Episcopal da ACB. Dissemos já que os movimentos especializados se estruturavam de maneira semelhante à ACB, com uma Equipe Nacional e ou outras Equipes Regionais, Diocesanas e Pilotos (dependendo da complexidade atingida pelo movimento).

À luz disso, concluímos “[...] todo organismo que possuir existência jurídica e nível de competência próprios, produz um fundo de arquivos, mesmo estando subordinado a outro organismo de nível superior [...]” (DUCHEIN, 1982. p.21)

Como os fundos foram considerados distintos, foi possível vislumbrar, do ponto de vista da pesquisa histórica, as especificidades da Ação Católica tão somente, sem confundi-la com os demais movimentos que lhe eram subordinados. Logra-se então “[...]introduzir na Arquivística uma nova noção: a de uma hierarquia de fundos correspondendo à hierarquia dos organismos, acarretando a subordinação de fundos em relação a outros”. (DUCHEIN, 1982. p.21). Talvez, a partir daí podemos avançar na possibilidade do fundo Ação Católica subordinar a si os fundos dos ramos especializados, constituindo subfundos.

Lograda a demarcação dos limites de cada arquivo, aplicou-se aos conjuntos documentais da ACB um quadro de classificação²⁶⁵, reunindo-os em grupos e subgrupos²⁶⁶ segundo as estruturas organizativas do movimento e as funções que estas desempenhavam (CEDIC, 1998.p.16-17). O “[...] objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do

²⁶⁵ “Esquema pelo qual se processa a distribuição dos documentos de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora do arquivo”. (Ver verbetes classificação e plano de classificação do DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996. p. 16 e 60)

²⁶⁶ “Divisão de um fundo, definida de acordo com o método estrutural ou funcional” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996. p.41).

organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos” (GONÇALVES, 1998.p.12). Nesse momento, o fundo reúne documentos provenientes do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da ACB.

Sendo um organismo extinto, o fundo gerado pela Ação Católica Brasileira é involuntariamente fechado porque não serão acrescentados novos documentos. Ainda que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Secretariado Nacional de Apostolado Leigo tenham esvaziado parte das atribuições da ACB, podendo parecer que tenha havido uma continuidade da associação nesses novos organismos de então, ainda assim o fundo é fechado.

Os princípios arquivísticos operam a questão da seguinte maneira:

[...] se um organismo extinto C [a ACB] transfere suas competências a um organismo D [Secretariado Nacional de Apostolado Leigo], a qual já existia antes da supressão de C [ACB], o fundo do organismo C [da ACB] fica, então, encerrado; o fundo do organismo D [Secretariado Nacional] lhe dá continuidade, permanecendo, entretanto, distinto daquele. (DUCHEIN, 1986.p.25)²⁶⁷

De igual maneira, ainda que diversos autores ponderem que a Ação Católica Brasileira e seus movimentos especializados tenham sido continuados pelas Comunidades Eclesiais de Base ou pelo Conselho Nacional de Leigos, se esse organismo novo é criado para exercer as competências de vários organismos extintos, os fundos dos organismos estão encerrados e o fundo do organismo novo os sucede, diferenciando-se deles. Somente é considerado o fundo aberto se houver uma evidente e total continuidade entre um organismo e outro.

Mesmo o fundo da ACB sendo fechado, pode acontecer que parcelas que foram produzidas pela associação no passado cheguem à unidade custodiadora do acervo, por intermédio de doações de antigos militantes e assistentes. Após avaliação criteriosa, os conjuntos documentais podem vir a ser ajuntados ou não no fundo.

Dito já que o movimento foi complexo e que não temos a integridade dos arquivos oriundos dos seus diferentes Secretariados, permanentes ou

²⁶⁷ COUTURE e ROUSSEAU (1998.p.92) reforçam a percepção de Duchein.

provisórios, o quadro de classificação da ACB não é o espelho de seu organograma institucional (figura 1).

Figura 1 - Organograma da Ação Católica Brasileira. Fundo ACB. No primeiro nível encontra-se a Comissão Episcopal dos Bispos. Nos níveis abaixo, Junta Nacional de AC e Conselho Nacional de AC. Acervo CEDIC

Os primeiros níveis de classificação são o Conselho Nacional e o Secretariado Nacional, setores extremamente importantes para a execução das diretrizes emanadas pela Comissão Episcopal da ACB. Abaixo do Secretariado Nacional vêm novos níveis de divisão da documentação reunida exclusivamente por este órgão. Neste caso preferiu-se criar quatro macrofunções a partir das muitas atividades que a ACB cumpria: administração, ampliação de quadros e formação de militantes, participação em e promoção de eventos e planejamento e atuação. Cada classe funcional reúne séries (sequências) de documentos organizadas por espécie ou tipo, ou por dossiês²⁶⁸. Portanto, optou-se por um quadro de arranjo misto, estrutural e funcional²⁶⁹ (figura 2) (CEDIC, 1998.p.19).

²⁶⁸ Entende-se por série “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” e ou espécie; e dossiê “uma unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa para uma finalidade específica”. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996.p.32, p.69).

²⁶⁹ Os demais fundos de Juventudes Católicas custodiados pelo CEDIC receberam o mesmo tratamento. Contudo, alguns quadros de classificação apresentam maior complexidade, com mais seções estruturais e a adição do subgrupo elaboração e divulgação de publicações, em alguns casos.

FIGURA 2 - QUADRO DE ARRANJO DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA²⁷⁰

²⁷⁰ Quadro de arranjo adaptado do “Inventário dos Fundos Juventude Universitária Católica Brasileira e Ação Católica Brasileira”. São Paulo: CEDIC/PUC-SP.

Segundo o Inventário do Fundo da Ação Católica Brasileira, os subgrupos funcionais correspondem às funções:

administração - engloba as atividades de organização e controle de pessoal, de infraestrutura e de finanças;
 ampliação de quadros e formação de militantes - engloba as atividades doutrinárias, que incluem além da autorreflexão e análise, também as que versam sobre o meio social em que cada Movimento especializado atua, utilizadas como mecanismos de auto promoção e de consequente cooptação de novos membros;
 participação em e promoção de eventos - engloba as atividades de produção e realização de pequenos e grandes eventos, além da participação naqueles promovidos pelos próprios Movimentos, como em outros de diferentes instituições;
 planejamento e atuação - engloba as atividades de organização estrutural e funcional, bem como as de elaboração de programas e roteiros de atividades dos Movimentos a partir de metodologias próprias. (CEDIC, 2003. s/p).

No estudo de Lopez (1999.p.65), a partir da análise de entidades como a Ação Integralista Brasileira e o Partido Comunista Brasileiro, que foram contemporâneas da ACB, sugere-se que os arquivos das instituições partidárias ou associativas políticas que ficaram na clandestinidade por algum motivo ou período devam ser arrançados a partir de um plano funcional, já que suas estruturas não foram uniformes ou mesmo permanentes ao longo do seu devir.

Diferentemente dessas associações e partidos, a Ação Católica Brasileira continuou rigidamente hierárquica, independente dos fenômenos sociais e políticos que a circundavam. A Hierarquia da Igreja buscou sempre investir, sobretudo, nos órgãos superiores do movimento para manter a identidade e integridade da ACB. Mesmo quando outros níveis estruturais foram implantados ou quando esses não funcionavam de maneira perene, a Comissão Episcopal da ACB, o Secretariado Nacional e o Conselho Nacional mantiveram-se firmes.

As entidades estudadas por Lopez também desempenharam a função de formação de militantes, para o que o autor denominou de “educação política de base” e definiu:

formação/doutrinação dos militantes por meio da divulgação detalhada do programa, das propostas, das resoluções políticas, da leitura da realidade feita pelo partido, visando instrumentalizar ideologicamente (no nível do discurso) os

militantes para discussões intra e extrapartidárias. (LOPEZ, 1999.p.124).

Semelhante ao que foi formulado para a função “ampliação de quadros e formação de militantes” da Ação Católica Brasileira.

ampliação de quadros e formação de militantes - engloba as atividades doutrinárias, que incluem além da autorreflexão e análise, também as que versam sobre o meio social em que cada Movimento especializado atua, utilizadas como mecanismos de auto promoção e de consequente cooptação de novos membros. (CEDIC, 2003.s/p).

Como partidos e associações políticas contemporâneas à Ação Católica Brasileira – para nos restringir ao diálogo proposto entre AIB e PCB – possuíam objetivos similares de cooptação e formação de militantes, natural que as funções que desempenhassem fossem também semelhantes. Contudo, não queremos afirmar que a Ação Católica fosse um partido ou associação política.

Se fizemos um estudo comparativo com outras associações religiosas católicas, também encontraríamos a função de formação, senão de “militantes”, mas de seus “sócios”, como também eram chamados os integrantes da Ação Católica Brasileira. Igualmente, não estaríamos a afirmar que a ACB fosse uma associação religiosa. Assim como não afirmamos que a ACB fosse uma empresa, na comparação que fizemos mais acima na seção 6.1.

Ainda assim, os estudos arquivísticos sobre a questão podem suscitar possíveis diretrizes gerais para a organização e descrição de fundos com complexidades semelhantes. Porém, cada entidade será única e cada qual com uma respectiva proposta de classificação de seu fundo.

Considerando que o trabalho de arranjo documental se iniciou aproximadamente 20 anos após o encerramento das atividades da associação, avalia-se, do ponto de vista arquivístico, que se obteve êxito ao se conseguir espelhar a forma administrativa desenvolvida pela ACB. Porque se sabe que os fundos podem chegar ao seu destino final num estado total de desorganização ou reorganização, em alguma medida, promovida pelos próprios produtores e por terceiros.

Isto é claramente sentido por algumas anotações de arquivamento feitas durante o percurso da ACB e por outras que surgiram após a cessação das

atividades do movimento, quando então o arquivo passou a ser custodiado por outras entidades (Arquidiocese de Recife e Instituto Nacional de Pastoral até onde se soube). São anotações manuscritas, no extremo superior das folhas, que sugerem uma possível classificação. Normalmente possui a sequência de campos: nome do titular do fundo, o assunto a que se refere o documento e a data (ano), ou seja, temos em muitos “ACB – [assunto] – [ano]”. São alguns dos assuntos: hierarquia, formação, pastoral, seminários, assistentes eclesiais etc. (figura 3)

Figura 3 - Texto de análise sobre a situação da ACB "Consultas sobre a AC". Acima, ao centro, identificação "ACB - hierarquia - 1949". Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Do mesmo modo, houve a tentativa de utilizar o modelo de classificação por assunto decimal, da Biblioteconomia, para um ou outro documento. A título de exemplo tem-se um programa de estudos da ACB que levou a identificação

“641.1” (figuras 4 e 5). Tal referência pode ter sido gerada a partir do Código de Classificação Dewey, que é um sistema universal que tem como função organizar hierarquicamente a totalidade do conhecimento em classes decimais. Mas também pode ter sido utilizado o Código de Classificação Universal, o CDU. Em ambos os casos, as classificações são atualizadas com novos assuntos e desdobramentos. Para ter a certeza a que assunto foi remetido o programa de estudos, teria que se saber quando a classificação foi realizada. De qualquer maneira, se fosse hoje, assuntando os referidos códigos, o tal programa seria considerado pelo CDD como “administração do lar e familiar” e pelo CDU “gênero alimentício e seu valor nutricional”. O que difere muito da percepção arquivística de classificação, pois cada plano de arranjo é baseado nas informações orgânicas dos documentos, portanto não tem caráter universalista. Igualmente, somente sofre atualizações se o corpo documental sofrer mudanças.

Figura 4 - Programas de Estudos da Ação Católica Brasileira. Arquidiocese de Belo Horizonte. Acima, no lado direito, referências de classificação biblioteconômica. Belo Horizonte, 1947. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Figura 5 - Programa de Estudos da Ação Católica Brasileira, 1948. Acima, no lado direito, referências de classificação biblioteconômica. Ao centro, à caneta, "formação, 1948", além do carimbo "DOC Ação Católica JOC Brasil". Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Segundo T.R.Schellenberg (2002), quando escreveu a obra "Arquivos Modernos: princípios e técnicas", em 1956²⁷¹, vinham sendo destinados às bibliotecas os papéis privados de pessoas e "entidades de várias espécies, instituições culturais, comerciais, igrejas etc.". Dizia que "até bem pouco tempo, nos Estados Unidos" os bibliotecários estavam acostumados a formular as metodologias de tratamento para os "papéis privados". Não obstante, essas coleções de "papéis privados" assemelhavam-se aos arquivos, devido à relação orgânica que as peças documentais tinham entre si. Como a quantidade desse

²⁷¹ Título original em inglês *Modern archives: principles and techniques*. Tendo sido sua primeira edição traduzida no Brasil em 1973.

tipo de material crescia, na percepção do autor isto levou a que os bibliotecários recorressem à metodologia arquivística de organização e descrição uma vez que não era mais possível classificá-los como unidades avulsas, tais quais os livros a que estavam acostumados (p.269).

Dessa forma, optava-se por denominá-los como “coleções naturais” para situar a problemática de que estes, no seu conjunto, possuíam uma natureza distinta da dos arquivos acumulados por entidades públicas. Tais coleções “são o produto de atividade orgânica [...] Para todos os fins os termos ‘arquivos’ e ‘coleção natural’ poderiam ser usados indiferentemente [...] o termo ‘arquivos’ é muitas vezes reservado para designar os documentos de uma repartição pública [...]” (SHELLENBERG, 2002.p.270). O que o autor considerava arbitrário²⁷².

Com isto, observamos que deixar aos cuidados de bibliotecários os “papéis privados” foi também uma solução da Igreja para com os arquivos da Ação Católica Brasileira, inicialmente.

De modo geral, as “coleções de papéis privados

[...] compõem-se de várias classes de documentos. As peças audiovisuais e cartográficas encontram-se muitas vezes intercaladas com os documentos textuais. A classe de documentos textuais, por sua vez, também pode consistir em muitos tipos físicos [...]. Os tipos mais comuns são os livros de conta, cartazes, recortes, correspondência, diários, diários comerciais, impressos, jornais, títulos de propriedade, livros de contabilidade, cartas [...], minutas, livros de encomendas, folhetos, patentes, petições, plantas, [...] protocolos, recibos, sermões, discursos [...]. (SHELLENBERG, 2002.p.272)

Esses tipos mais comuns, em um primeiro momento, no fundo da Ação Católica Brasileira, encontravam-se num estado de desordem. Dessa forma, as séries documentais das quais essa pesquisa se ocupou não estavam evidentes quando as mesmas chegaram ao repositório. Assim como, com o novo critério de classificação, que levou em conta a proveniência e a função que o documento cumpriu no interior do organismo, as marcas de classificação biblioteconômicas anteriormente aplicadas ao fundo da ACB acabaram por ficar diluídas.

Para determinar o agrupamento destas peças documentais, é necessário analisar o fundo como um todo para se alcançar as relações orgânicas que as

²⁷² Apenas para situar a questão, o autor vai usar o termo “coleções naturais” ao longo do capítulo, apesar de discordar.

partes que lhe são constituintes estabelecem entre si. No que tange à ACB, por se tratar de uma entidade, os documentos foram lidos em relação às suas estruturas e funções, para que assim os documentos pudessem esclarecer como se iniciou a organização, que atividades foram desempenhadas e seus resultados.

Mesmo que o fundo tenha sido organizado de forma a espelhar a antiga estrutura da ACB para atender demandas de pesquisa, as quais são originadas por temas de interesse individuais, percebe-se que se a ordenação fosse temática, cronológica ou geográfica,

faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que afinal, o deformaria aos olhos do consulente. Em muitos casos pode vir ao encontro da pesquisa muito mais a natureza e o significado do documento dentro do conjunto orgânico do que a informação nele contida. (BELLOTTO, 1988.p.87)

Como foi demonstrado acima, a perspectiva de organização temática que fora adotada inicialmente não logrou sucesso, pois muitos são os assuntos que permeiam um único documento. Igualmente, o documento de arquivo – ao contrário de um objeto de coleção, como o é um livro de uma biblioteca – não tem razão de ser se analisado isoladamente, como é pressuposto na biblioteconomia.

O documento de arquivo jamais é concebido, de início, como um elemento isolado. Possui sempre caráter utilitário, o que qual será aparente se conservado em seu lugar dentro do conjunto de documentos que o acompanham. (DUCHEIN, 1986.p.17)

Nesse sentido, a leitura do documento do ponto de vista arquivístico difere do ponto de vista biblioteconômico, pois procura “saber com exatidão quem o produziu, em que circunstância, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário” (DUCHEIN, 1986. p.17).

Uma experiência similar de organização a citar é a da Ação Católica Espanhola, cujos arquivos das Juntas Nacionais estão concentrados em uma

mesma instituição detentora²⁷³ que os organizou separadamente, respeitando as proveniências dos movimentos especializados subordinados à ACE.

Por sua vez, o pesquisador português Paulo Fontes (2011), que analisou a Ação Católica Portuguesa²⁷⁴ a partir de uma documentação que não estava organizada, pensou em elaborar um quadro de arranjo que considerasse a existência de um único fundo, intitulado ACP, e no nível imediatamente abaixo estivessem os subfundos representados pelos demais movimentos, pensando assim em reproduzir a subordinação estatutária e regimental que existia entre eles – subordinação essa que era semelhante à ACB e às demais Ações Católicas que existiram pelo mundo.

Mesmo que cada qual classifique esses fundos de uma determinada maneira, tem sido um ponto de vista comum empregar o respeito à proveniência e, ao menos, aplicar as divisões estruturais mais expressivas.

Assim vemos que 'o arquivista analisa o material em termos de: 1. Proveniência; 2. História da entidade [...] produtor dos documentos; 3. Origens funcionais – atividades específicas das quais os documentos resultam; 4. Conteúdo – a extensão dos vários tópicos, eventos e períodos; 5. Tipos de material'. (GRACY II, 1977. p.15 apud BELLOTTO, 1991. p.89²⁷⁵)

Cabe ainda salientar que o enfoque arquivístico difere do historiográfico. Para elucidar, a título da própria proposta dessa tese e dos capítulos anteriores, a temática sobre a essência da Ação Católica encontrava-se difusa entre as diferentes atividades desenvolvidas pelo movimento. Achava-se nas entrelinhas da correspondência e dos relatórios de atividades ou mais objetivamente nos textos e publicações impressas destinadas à formação de militantes. Para a pesquisa histórica, pode-se privilegiar um conjunto de séries documentais, como as tantas cartas utilizadas e publicações.

Em relação ao tratamento de arquivos, não se privilegia uma ou outra série documental no momento de compreensão do que seja aquela entidade.

²⁷³ Localizada na calle Alfonso XI, é a própria Accion Católica Española que é a detentora do acervo pois ainda a associação persiste (MONTERO, 2005).

²⁷⁴ Os arquivos da Acção Católica Portuguesa e dos Movimentos Especializados de Adultos e Juventudes Católicas encontram-se sob custódia do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica de Lisboa.

²⁷⁵ GRACY II, David B. *Archives & Manuscripts: arrangement & description*. Chicago: Society of American Archivists, 1977.p.4

Todas elas, no seu conjunto, trazem sinais da estrutura organizacional do movimento e da execução de suas atividades. Isto porque a “qualidade primordial do documento de arquivo, a sua função primeira, é a de ser prova. E consegue ser prova por causa da simbiose indivisível entre o produtor - contexto – gênese – função” (BELLOTTO, 2014.p.329-30).

As séries documentais podem ser estabelecidas com base nas suas relações para com a atividade da entidade (SCHELLENBERG, 2002.p.282). Ainda assim o CEDIC optou por um quadro de arranjo que classificasse as séries documentais a partir das macro funções dos órgãos da ACB, sem propriamente detalhar as atividades que se originam delas. Logo, os documentos foram classificados por algumas das unidades estruturais da Ação Católica e pelas funções por elas desempenhadas.

Se o quadro de arranjo então aplicado à época lograsse incluir mais um nível de classificação abaixo dos níveis funcionais, definiria assim as atividades desempenhadas pelo Conselho Nacional e pelo Secretariado Nacional da ACB. Caso fosse elaborado um quadro mais complexo, uma possibilidade é apresentada no esboço que se segue:

ESBOÇO DE QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS, FUNÇÕES, ATIVIDADES E SÉRIES DOCUMENTAIS²⁷⁶

Fundo	Ação Católica Brasileira
--------------	---------------------------------

Grupo	Conselho Nacional
Função	Planejamento e funcionamento dos Conselhos
Atividade	Plano e execução das reuniões
Série(s)	Agendas de reuniões Convocações Pautas de reuniões Programas de atividades Regulamentos de funcionamento Relatórios de atividades Roteiros preparatórios

Grupo	Conselho Nacional
Função	Consulta e deliberação
Atividade	Análise das proposições e deliberação
Série(s)	Atas de reuniões Texto de conclusões

²⁷⁶ Tomou-se como base as publicações " Ação Católica Brasileira: Estatutos e Regulamentos" (1946) e "Ação Católica Brasileira: Estatutos - Regulamento Geral – Regulamentos Especializados" (1956). As denominações das séries foram baseadas no Inventário da Ação Católica Brasileira (CEDIC, 2003), ainda que não tenham sido apreciadas todas as séries elencadas na referida publicação.

	Textos de reflexão Dossiês de deliberações específicas
--	---

Grupo	Secretariado Nacional
Função	Administração
Atividade	Gerenciamento de pessoal
Série(s)	Autorização Currículos Declarações Fichas de inscrição Folhas de pagamento às equipes nacionais e funcionários Listas de adiantamento salarial Notas sobre as funções de militantes e assistentes Listas de nomes e endereços Outorgações de poderes Quadros de assistentes
Atividade	Divulgação de diretrizes
Série(s)	Cartas Comunicados
Atividade	Regulamentação e estruturação da organização
Série(s)	Pedidos de reestrutura da ACB

	Projetos de estatutos Regulamentos dos movimentos católicos Relatórios de dados para elaboração de regulamentos Projetos de reforma dos estatutos da ACB
Atividade	Planejamento e controle financeiro
Série(s)	Balancetes gerais Boletins diários de caixa Comunicados de lançamentos em conta corrente Duplicatas Extratos de ligações telefônicas Guias de receita federal Listas de contribuições financeiras Listas de donativos recebidos Notas de débito Notas fiscais Orçamentos financeiros Plano de aplicação de verba Quadro demonstrativo de recebimento de verbas Recibos de contas Relatório de siglas do caixa geral Relatório de prestação de contas
Atividade	Planejamento e fornecimento de infraestrutura e suprimentos
Série(s)	Notas de entrega de material Pedidos de material Pedidos de assinatura de publicações Relatório de boletins remetidos Relatório de patrimônio da ACB

Grupo	Secretariado Nacional
Função	Ampliação de Quadros e Formação de Militantes
Atividade	Cooptação de membros
Série(s)	Cartas abertas Folhetos de cerimoniais para recepção de membros
Atividade	Formação doutrinária e treinamento
Série(s)	Cânticos Cartas pastorais Esquemas de publicações Folhetos de formação Folhetos de oração Folhetos de revisão de vida Guias do estagiário Históricos dos movimentos católicos Listas bibliográficas Publicações periódicas Publicações não periódicas Santinhos Temários de discussão Textos de análise e revisão Textos de análise sócio-político

Grupo	Secretariado Nacional
Função	Participação em e Promoção de eventos
Atividade	Planejamento e organização de congressos, semanas, cursos e campanhas nacionais e internacionais
Série(s)	Agendas Cadernos preparatórios de eventos Confirmação de reuniões Convites de sessão solene Convocações Fichas de inscrição Folhetos de divulgação Inquéritos preparatórios Pautas de reuniões Regulamentos Projetos de cursos Textos preparatórios
Atividade	Participação de congressos, semanas, cursos e campanhas nacionais e internacionais
Série(s)	Anotações Atas de reuniões Avisos Cadernos de cursos Cartas abertas Comunicados Dossiês de eventos Folhetos circulares Folhetos de acompanhamento em peregrinações Folhetos de cânticos Informes

	<p>Listas de participantes Ordens do dia Panfletos Planos de trabalho em eventos Programas de atividades em eventos Relatórios de conclusões Relatórios gerais Resoluções aprovadas Roteiros de estudos Temários Textos de discussões</p>
--	---

Grupo	Secretariado Nacional
Função	Planejamento e Atuação
Atividade	Preparação de atividades
Série(s)	Informes Inquéritos Planos de ação Programas de atividades Textos base para ação Textos de sugestões de atividades Textos de sugestões para formulação de questionários
Atividade	Execução, revisão e avaliação de atividades
Série(s)	Relatórios de atividades Relatórios de estudos de casos Textos de revisão de atividades

Não obstante, ainda que tenha se optado por um quadro minimalista, isto não foi tarefa fácil. Para citar um exemplar, a série documental “correspondência”²⁷⁷ reúne toda sorte de espécies que se relacionem com o ato de

comunicação escrita, recebida (passiva) ou expedida (ativa), apresentada sob várias formas (cartas, cartões postais, ofícios, memorandos, bilhetes, telegramas), podendo ser interna ou externa, oficial ou particular, ostensiva ou sigilosa (ABNT95) (...). (DICIONÁRIO.2008, p.110).

Assim mesmo foram relacionadas e reunidas sob o jugo da atividade administrativa da Ação Católica, apesar de também cumprirem outras funções concomitantes, como dissemos anteriormente. Sensivelmente a série correspondência é a que possui o maior número de peças documentais que, segundo o Inventário da ACB (CEDIC, 2003. s/p), perfaz 1476 documentos. Ainda que não revisadas a organização e a descrição do fundo, a princípio tem-se como caracterização dessa série documental:

A série compõe-se de cartas, cartões, bilhetes, telegramas, circulares, tendo como destinatário-remetente militantes, padres, bispos e arcebispos, estudantes, presidente dos Homens da Ação Católica (HAC), assistentes e dirigentes dos movimentos especializados de jovens e de adultos, entre outros. Tem-se como assuntos centrais debatidos na correspondência a formação dos militantes, os relatos de eventos, reuniões e viagens realizadas pelos movimentos, convites para eventos, situação dos movimentos nas diversas regiões, problemas administrativos, situação financeira e andamento das publicações periódicas nas regiões, problemas pessoais, datas comemorativas, além de outros temas. (CEDIC, 2003. s/p).

“A partir do arranjo, as tarefas operacionais serão obrigatoriamente a descrição e a disseminação da informação” (BELLOTTO, 1991.p.108). No caso, as descrições “são criadas de forma retrospectiva, depois que os documentos são transferidos para os arquivos” (YEO, 2017.p.142), da mesma forma como foi realizada a pesquisa sobre a gênese documental em relação a este espólio documental.

²⁷⁷ Já discutida a questão no time 6.1 deste capítulo.

A descrição arquivística é a elaboração de uma representação precisa de uma unidade de descrição, mediante a análise, organização, compilação e registro da informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar os documentos de arquivo, o seu contexto de produção e o seu conteúdo²⁷⁸.

A descrição comporta a elaboração de instrumentos de pesquisa ao acervo. O instrumento de pesquisa é

obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo. (DICIONÁRIO, 1996. p.45).

No caso o CEDIC, como atual custodiador, elaborou para o Fundo Ação Católica Brasileira seu inventário (figura 6) ao qual nos reportamos ao longo da pesquisa, ainda que o fundo já tivesse sido referenciado no Guia do Acervo da instituição, no qual são apresentados elementos básicos para a sua compreensão e acesso - histórico administrativo do titular, datas-limite, quantidade, história arquivística e descrição sumária do âmbito e conteúdo do fundo ²⁷⁹.

²⁷⁸ Alusão ao proposto pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006. p.11.

²⁷⁹ Disponível em www.pucsp.br/cedic. Acesso em 03 de set 2017.

discos será revertida para a campanha contra a fome.

Ordenação: cronológica.

Notação: FACB R D

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação, Artigos Jornalísticos, Goiás, São Paulo

DOSSIÊ PROJETO DE REFORMA DOS ESTATUTOS DA ACB

Datas-limite: 1950-1964

Quantidade: 30 documentos

Caracterização: O dossiê compõe-se de anotações e observações ao projeto, ofícios, projetos, correspondência, memorandos, textos de sugestões para a reforma, pareceres sobre a reforma, questionário sobre os estatutos da ACB, relatórios de reunião e relatórios das respostas recebidas.

Ordenação: cronológica.

Notação: FACB R D

Observações: Existem documentos em duplicata.

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Administração, Projeto de Reforma dos Estatutos da ACB

SUBGRUPO 2. AMPLIAÇÃO DE QUADROS E FORMAÇÃO DE MILITANTES

SÉRIE ARTIGOS JORNALÍSTICOS

Datas-limite: 1940-1966

Quantidade: 12 documentos

Caracterização: A série compõe-se de artigos jornalísticos de órgãos de Ação Católica na Arquidiocese de Goiás, O Metropolitano, O Estado de São Paulo, Juventude Trabalhadora e Correio do Povo, tratando das atividades evangelísticas contra o comunismo, reflexões sobre espiritualidade e formação cristã.

Ordenação: cronológica.

Notação: FACB R D

Observações: Existem documentos em francês.

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação, Artigos Jornalísticos, Goiás, São Paulo

SÉRIE BIOGRAFIAS

Datas-limite: 1956

Quantidade: 1 documento

Caracterização: A série compõe-se de dados biográficos, tais como idade, local de nascimento, atividades escolares e profissionais, e participação em eventos, de membros de delegações internacionais.

Ordenação: não há.

Notação: FACB R D

Observações: Existe documento em espanhol.

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação de Militantes, biografias

SÉRIE CÂNTICOS

Datas-limite: sem data

Quantidade: 1 documento

Caracterização: A série compõe-se de folhas avulsas de cânticos que se estruturam com várias repetições de estrofes (bis) e de cunho religioso.

Ordenação: não há.

Notação: FACB R D

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação de Militantes, Cânticos

SÉRIE CARTAS ABERTAS

Datas-limite: 1951-1967

Quantidade: 8 documentos

Caracterização: A série compõe-se de cartas destinadas a todos os militantes, assistentes, jovens trabalhadores e presidente da república contando-lhes sobre suas responsabilidades, a situação do meio e as necessidades de mudança. Há, por exemplo, uma mensagem de Pablo Neruda destinada à juventude da América Latina.

Ordenação: cronológica.

Notação: FACB R D

Observações: Existem documentos em espanhol.

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e

Formação de Militantes, Cartas Abertas, Cuba, Alemanha, Brasil, Ação Católica Operária

SÉRIE CARTAS PASTORAIS

Datas-limite: 1938-1958

Quantidade: 3 documentos

Caracterização: A série compõe-se de cartas pastorais publicadas e escritas por bispos e arcebispos, cujos fins são de meditar e analisar a realidade à luz da Igreja Católica, além de uma melhor definição do que seja o Movimento de Ação Católica.

Ordenação: cronológica.

Notação: FACB R D

Observações: Existem documentos em duplicata.

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação de Militantes, Cartas Pastorais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Belo Horizonte

SÉRIE CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO

Datas-limite: sem data

Quantidade: 1 documento

Caracterização: A série compõe-se de cartilhas de alfabetização elaboradas para erradicar o analfabetismo no país, cujo método de aprendizado baseia-se no uso dos meios de comunicação, tais como rádio e televisão, para o analfabeto aprender a ler e a escrever em 3 meses.

Ordenação: não há.

Notação: FACB R D

DESCRIPTORES: Ação Católica Brasileira; ACB; Secretariado Nacional, Ampliação de Quadros e Formação de Militantes, Cartilhas de alfabetização.

SÉRIE CATÁLOGOS DE PUBLICAÇÕES

Datas-limite: 1960

Quantidade: 1 documento

Caracterização: A série compõe-se de catálogos de publicações vendidas por entidades sociais, tais como a Oficina Internacional do Trabalho, cujos artigos são preparados para se ter conhecimento do conteúdo das publicações vendidas, valores unitários e de assinatura por um período e periodicidade da publicação.

Ordenação: não há.

Notação: FACB R D

Figura 6 – Excerto do Inventário do Fundo da ACB. (CEDIC, 2003.s/p)

Os instrumentos de pesquisa são o elo entre o acervo e o pesquisador. Os guias e inventários podem ser utilizados para de fato encontrar o documento de que o historiador necessita, mas podem ser utilizados de forma diversa: *“encontrar aquilo que não estou de fato procurando, e mesmo aquilo de cuja existência nem mesmo suspeito”*, como afirma Ginzburg (2005, p.163). Pois para o autor, partindo do pressuposto linguístico²⁸⁰, os guias e inventários são elaborados a partir de duas esferas de conhecimento, a *etic* e a *emic*.

Na esfera *etic*, o verbete ou a palavra de busca é construída a partir de termos elaborados pelo observador e de pressupostos teóricos que envolvem o tratamento do documento. Na esfera *emic*, o verbete ou a palavra de busca é

²⁸⁰ O autor analisa o catálogo eletrônico Orion, da Universidade de Califórnia em Los Angeles a partir das referências do linguista Kenneth L. Pike. O linguista e antropólogo passou a utilizar os termos *emic* e *etic* para identificar, respectivamente, as informações de cunho estrutural (internas ou do ponto de vista do grupo social observado) e as de cunho contextual (externas ou do ponto de vista do observador) dos objetos.

construído a partir da seleção de termos significativos dos próprios documentos, tais quais como se apresentam (2005, p.166).

Como exemplo de termos *etic*, os diversos textos da ACB foram conceituados como de “formação”, “análise sociopolítica” e “reflexão” (CEDIC, 2003. s/p). Essas definições partiram do arquivista quando da leitura e compreensão do texto, buscando não propriamente refletir sobre a problemática do tema proposto pelo documento, mas buscando sim enquadrá-la nas funções predefinidas pelo quadro de arranjo. Assim, forjou-se que estes textos cumpriam a missão de ampliação e formação de militantes.

Como exemplo de um termo *emic*, tem-se o de “revisão de vida”, cuja definição é dada pelo próprio movimento para os textos ou folhetos que “fornecem o método, as vantagens e dificuldades e o espírito para a realização da revisão de vida do militante dentro do movimento” (CEDIC, 2003. s/p).

O pesquisador deveria saber distinguir tais orientações para que assim refletisse sobre os próprios termos que os instrumentos de pesquisa enunciam, pois, parte deles diz mais sobre o observador do que sobre o observado (GINZBURG, 2005). No caso, aqueles que organizaram os documentos atribuíram significados aos mesmos, diante do que se compreendeu a respeito da organização e missão da ACB.

Na leitura dos documentos enxerga-se também o que não foi objetivamente explicado pelo instrumento de pesquisa. Por exemplo, os pormenores das etapas de um trabalho estratégico para a compreensão do meio social e atuação, como demonstram a junção das séries “inquéritos” com os “planos de inquérito” (figuras 7, 8, 9 e 10). Para chegar a este nível de percepção, é preciso criar novas ordens de leitura do inventário. Na sua forma lógica, abaixo das classes estruturais e funcionais, as séries documentais estão ordenadas entre si alfabeticamente. Por exemplo, no caso em questão, a classe “planejamento e atuação” possui as séries citadas acima; contudo, os “inquéritos” estão bem à frente dos “planos de inquérito”, por terem iniciais com letras “i” e “p”. Os inquéritos eram “destinados a analisar o andamento dos movimentos de juventude e de adultos especializados católicos [...]”. Já os

planos “analisam inquéritos passados e sua receptividade pelos militantes, a situação e a necessidade do meio [...]” (CEDIC, 2003. s/p)²⁸¹.

Figura 7 – Plano de Inquérito do setor autônomo Ação Católica Independente, 1965. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

²⁸¹ Aqui mencionamos o caso conceitualmente, uma vez que os planos de inquéritos e inquéritos foram produzidos por movimentos católicos distintos. Contudo, é possível prever como se dava o planejamento da ação no meio social.

INSTRUÇÕES SOBRE O QUESTIONÁRIO

As perguntas deste questionário deverão ser respondidas, na sua maioria, por meio de um X colocado no retângulo relativo ao item que contém a verdade de seu depoimento.

Um outro tipo de resposta deverá ser dado pela colocação do n.º 1, 2, 3, 4, de acordo com a prioridade e importância do conteúdo das questões.

Finalmente, o restante por preenchimento dos espaços em branco, conforme o que foi pedido e o que responde tiver a dizer.

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

Para um trabalho apostólico em profundidade no meio profissional, dentro do contexto em que vivemos - Brasil 1966 - torna-se necessário um conhecimento objetivo desse mesmo meio.

Gravosa que para obter esse conhecimento, a técnica mais adequada seria a usada nas pesquisas sociais.

Assim, elaboramos um questionário fácil de ser respondido e apto a fornecer a equipe de coordenação nacional os elementos necessários para fotografar aspectos da realidade do meio em que atuam ou deveriam atuar as equipes profissionais ou similares.

Cidade Diocese

Estado Data

I. O meio onde os militantes de sua equipe atuam, ou pretendem atuar, ou deveriam atuar, é sobretudo um meio (colocar um X no retângulo do item que contém a sua resposta)

- altamente burguês ☐
- classe média ☐
- classe média fronteira da classe operária ☐

II. Os elementos de sua equipe profissional são na maioria

- altamente burgueses ☐
- classe média ☐
- classe média fronteira da classe operária ☐

III. As classes dirigentes de sua cidade são marcadas por determinadas profissões ou ramos de atividade?

SIM ☐ NÃO ☐

Figura 8 – Exemplo de instruções para inquérito sobre o meio social da Ação Católica Independente, 1966. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO DA FÉ E DA MORAL
 PRAÇA PIO X, 335 - NATAL - R. N.

Rua São Antônio, 185 - Natal.
 (71)

- 1 - Padre Antonio Soares Costa
- 2 - Assistente de JEC e JUC - Arquidiocese de Natal
- 3 - Assistente há mais de 2 anos
- 4 - Ocupa varios outros cargos: secretário particular do Arcebispo, professor do Seminário e outros colégios, assistente do Secretariado Arquidiocesano da Fé e da Moral e ainda trabalho no rádio e no jornal da Arquidiocese e ainda capelão do Colégio Marista, e (aos domingos) do sanatório Getúlio Vargas.
- 5 - Houve com facilidade relat.
- 6 - a) o Seminário deu pouca coisa neste sentido
 b) consegui com estudo próprio, esforço pessoal e através de contatos com os varios setores de A. C. durante as minhas férias.
- 7 - Materialmente, não me está sendo possível. Daí uma angústia muito grande. Há um trabalho no sentido de ajudar quanto aos dois primeiros números e quanto ao terceiro (contato pessoal) vamos fazendo tudo para atender, mas não tem sido muito completo o trabalho. Isto em virtude de serem 2 movimentos para um único assistente.
- 8 - Sinto hoje uma grande diferença com relação ao tempo em que comecei. Sinto-me hoje mais maduro e mais seguro para orientar e ajudar a turma. Sinto ausência de uma ajuda de outro assistente.
- 9 - Na minha cidade e nas outras cidades (Caicó e Mossoró) existem outros assistentes. Não há, porém, um trabalho em equipe. Há planos de fazermos encontros frequentes.
- 10 - As reuniões do Clero aqui ~~xxx~~ ajudam muito ~~xxx~~ e são feitas na base de muita fraternidade e de um profundo espírito de equipe.
- 11 - Toda ~~após~~ compreensão tem sido dada aos movimentos de Ação Católica.
- 12 - As dificuldades de ordem econômica não tem faltado sobretudo quando temos que promover encontros ou participar de semanas de Ação Católica.
- 13 - Colocar os seminaristas em contato com Ação Católica, sobretudo com os "J". Um meio prático seria fazer as manhãs de formação nos seminários e fazer os seminaristas participar e debater com a turma.
- 14 - Através de semanas da Ação Católica e colocar elementos da Ação Católica para ajudar aos vigários em algum trabalho que esteja relacionado com o seu meio.
- 15 - Às vezes, falta conhecimento, mas pode ser resolvido. Ninguém pode esquecer um preconceito que se carrega do seminário. Mas, tem havido verdadeiras conversões de padres para a Ação Católica. O trabalho em excesso tem também contribuído para isto.
- 16 - Nada mais tenho a dizer. senão que os assistentes rezam pelo outro.

Figura 9 - Inquérito respondido pelo assistente eclesiástico de JEC e JUC da Arquidiocese de Natal, s/d. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

3. REPRESENTAÇÃO:

Qual é o sr. Bispo da (arqui)diocese responsável pela ac? Dom Jerônimo.....

..... Tem havido contacto regular com ele? Sim.....

Feito por quem? Representantes dos Setores, Equipes, de dioceses (quando necessário), militantes pessoalmente.....

Como? Em reuniões ou informalmente.....

.....

Tem havido contactos regulares com outras organizações (de apostolado ou não)? Sim.....

em casos de necessidade Quais?

.....

Feitas por quem? Como?

.....

Por que motivo?

.....

3. SERVIÇOS:

Quais os serviços organizados e mantidos pela A.C.B. na (arqui)diocese? (escritório, livreria, etc) De adultos, Crianças, Prisioneiros, Católicos, De jovens, Curso de Matrimônio, (etc) e Prisioneiros (que).....

Estão sendo mantidos e animados por quem? (movimento)

..... Responsáveis.....

.....

Por quantas assinaturas do boletim nacional da acb (à Cr\$200,00 cada)

Esse secretariado se responsabiliza para o corrente ano de 1962? Sim.....

.....

..... Ainda não houve oportunidade de divulgar entre os outros setores esse boletim, o que formos este ano.

4. COMPLEMENTANDO

Paga uma pequena e franca apreciação do trabalho de coordenação e representação executado por esse secretariado em 1961.

Em 1961 não houve secretariado organizado. A coordenação do trabalho foi feita por um elemento dos Movimentos de Adultos, em entrosamento com Dom Jerônimo. Mas julgamos que, apesar das deficiências, foram consideráveis os frutos do entrosamento entre os setores, principalmente dos dias de estudo em comum. As reuniões mensais de setores não deram grande resultado: muita gente, experiências por demais diferentes de adultos e juventude.

Em 1962 pretendemos sanar essas falhas, com a organização do Secretariado: Assistente: Dom Jerônimo; Representante dos Mov. de Adultos; Representante dos Mov. de Juventude. — Este Secretariado fará as reuniões de setores separadamente: adultos e jovens. Apenas os dias de estudo serão em conjunto. Outros planos para o secretariado estão sendo elaborados e serão submetidos à comissão católica brasileira e inquirido aos secretariados 1962 namente.

Figura 10 – Inquérito respondido pelo assistente eclesiástico a respeito do Secretariado Arquidiocesano de ACB de Belo Horizonte, 1962. Fundo ACB. Acervo CEDIC.

Para Lopez (1999) “os critérios de seleção e métodos de arranjo e descrição dos documentos são portadores de carga ideológica e podem condicionar a construção de uma memória embasada em elementos exógenos” (p.44). À medida que tais critérios se tornam transparentes podem ser elevados

a elementos de análise e interpretação, tanto quanto os próprios documentos. Não obstante, isso não invalida o trabalho de organização da documentação. Segundo o autor, o respeito à titularidade e às funções para as quais os documentos foram produzidos, princípio preconizado pela Arquivística, seja talvez um “aspecto que se aproxima de uma realidade objetiva” que cabe às organizações arquivísticas recuperar, contextualizar e fornecer aos historiadores (p.45).

Para Yeo (2016), os arquivistas

“descrevem as origens dos documentos e as ações dos criadores iniciais, mas muitas vezes deixam de documentar perdas decorrentes de atos posteriores de negligência ou alterações realizadas por detentores subsequentes de guarda, custódia, ou ainda os efeitos transformadores de sua própria avaliação ou decisões de arranjo” (p.149).

Logo, qualquer estudo por parte do pesquisador deveria atentar a todas essas perspectivas do trabalho arquivístico. Igualmente, sugere Lodolini (1993.p.207-8) que é necessário perguntar em uma instituição custodiadora: qual é a instituição/unidade competente para tratar o tema de que se tem interesse, quais os procedimentos que essa entidade usava, como produzia e organizava seus próprios documentos. “Também o usuário do arquivo, como o arquivista, deve basear, portanto, sua própria investigação na história das instituições, independente do campo que se refira a investigação”.

Abaixo quadro que reúne as espécies e tipos documentais comentados ao longo do capítulo.

QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DO FUNDO AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA²⁸²

UNIDADE	CONJUNTOS DOCUMENTAIS	DATAS-LIMITE
CONSELHO NACIONAL	Atas de reuniões, conclusões, convocações, pautas, programas de atividades, regulamentos, relatórios, roteiros para preparação do Conselho, textos, dossiê 'consulta da CNBB para a situação da ACB', dossiê 'sentido, linha, ação e método dos movimentos especializados'	1956-1967
SECRETARIADO NACIONAL/ ADMINISTRAÇÃO	Agendas, anteprojetos de estatutos, autorizações, balancetes gerais, boletins diários de caixa, códigos de ética da imprensa, comunicados, correspondência, currículos, declarações, estatutos, extratos financeiros, fichas de inscrição, folhas de pagamento às equipes nacionais, formulários, listas de donativos, listas de endereços, notas de débito, de encomenda, fiscais, notas sobre militantes e assistentes, organogramas de movimentos e instituições, outorgações de poderes, pareceres, pedidos, pedidos de reestruturação da ACB, planos de aplicação de verbas, portarias, processos de criação de cursos sindicais, procurações, projetos de estatutos, quadros de assistentes da AC, quadros demonstrativos financeiros, recibos, relações de boletins remetidos, regulamentos de movimentos católicos, relatórios,	1935-1968

²⁸² Compilação baseada no instrumento de pesquisa Inventário dos Fundos Juventude Universitária Católica Brasileira e Ação Católica Brasileira. São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2003. (impresso)

	relatórios de dados para elaboração de regulamentos, dossiê 'projeto de reforma dos estatutos da ACB	
SECRETARIADO NACIONAL/ AMPLIAÇÃO DE QUADROS E FORMAÇÃO DE MILITANTES	Artigos jornalísticos, biografias, cânticos, cartas abertas, cartas pastorais, cartilhas de alfabetização, esquemas de publicações, folhetos, fichários de assuntos, folhetos de oração, folhetos de revisão de vida, folhetos explicativos, folhetos litúrgicos, guias dos estagiários, históricos dos movimentos católicos, informes, listas bibliográficas, manifestos, notas de esclarecimentos, publicações periódicas, publicações não periódicas, santinhos, temários para discussão, textos de análise e revisão, textos de análise sócio político, textos de formação, textos de reflexão, transcrições de artigos jornalísticos	1935-1979
SECRETARIADO NACIONAL/ PARTICIPAÇÃO EM PROMOÇÃO DE EVENTOS	Agendas, anotações, atas, avisos, cadernos, de cursos, cadernos preparatórios, cartas abertas, comunicados, confirmações de reuniões, convites de formatura, convites para sessão solene, fichas, declarações, folhetos de cânticos, folhetos, guias de revisão, inquéritos, listas de participantes, notas para financiamento, ordens do dia, panfletos de eventos, pautas de reuniões, planos de trabalho, programas de atividades, projetos, regulamentos de eventos, relatórios de conclusões de eventos, relatórios de reuniões, relatórios gerais, resoluções aprovadas em eventos,	1935-1976

	roteiros de estudo, santinhos, temários, textos de discussões e textos preparatórios	
SECRETARIADO NACIONAL/ PLANEJAMENTO E ATUAÇÃO	Informes, inquéritos, instruções, guias de projetos, planos de ação, planos de inquérito, programas de ajuda mútua financeira, programas de atividades e estudos, programas de estágio, projetos de trabalho, publicações não periódicas, relatório de atividades, relatórios de estudos de caso, relatórios de pesquisa universitária, roteiros de viagens, textos base para ação, textos de revisão de atividades, textos de sugestões de atividades, texto de sugestões para feitura de questionário	1938-1974

6.4. A redenção religiosa dos arquivos da Ação Católica Brasileira

Tentar reconciliar a Ação Católica Brasileira com a Igreja por meio de seu espólio documental, aproximando-o dos demais arquivos eclesiásticos, leva-nos ao ato penitente de pensar e julgar sobre algumas circunstâncias em relação ao destino final dado aos seus arquivos.

À luz do código canônico de 1917, os bispos são os responsáveis pelos arquivos eclesiásticos. São eles que nomeiam os chanceleres (também notários e/ou secretários da cúria diocesana) que são os encarregados pela redação dos documentos e pela guarda nos arquivos. Cabe também aos bispos observar se os arquivos das igrejas catedrais, das colegiadas paroquiais e de outras existentes em seu território estão organizados, e se são produzidos os inventários da documentação para serem remetidos ao arquivo da cúria.

O bispo também autoriza o acesso, a cópia ou a circulação de determinado documento e procura organizar os arquivos diocesanos em três classes distintas: administrativa, secreta²⁸³ e histórica – cada qual com orientações específicas quanto ao tratamento da informação²⁸⁴. Nesse sentido, o bispo é uma figura bastante importante para a gestão dos arquivos eclesiásticos.

Se ampliarmos a discussão para o espólio que ficou sob os cuidados da Igreja nos dias atuais e pensarmos numa possibilidade de reinterpretação do destino final dado aos arquivos da ACB à luz do código canônico reformulado e

²⁸³ São exemplos de tipos documentais da Igreja que já nascem classificados como secreto, os livros de dispensas de impedimento oculto, ou seja, dispensas de limitações impostas pela Igreja e que não são públicas, concedidas no foro interno não sacramental (cân. 1082); os matrimônios celebrados secretamente, realizados por causa grave e urgente – em casos de ameaça injusta de deserdar alguém que se casasse com pessoa de condição inferior, por exemplo (cân. 1133); os registros de repreensões (cân. 1339 § 3); os autos de investigação e os decretos do Ordinário com os quais se inicia ou se conclui uma investigação, bem como tudo que precede à investigação (cân. 1719). (CÓDIGOS CANÔNICOS, 1983)

²⁸⁴ Em cada cúria, deve destacar um espaço seguro para o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e cuidadosamente fechados, os documentos relativos às coisas espirituais e temporais. Ainda, deve se fazer um inventário ou catálogo, com breve resumo de cada documento. O acesso direto somente é dado pelo bispo ou então do coordenador da cúria ou do chanceler, e o documento não pode ser retirado do lugar. O acesso à informação é dado a interessados aos documentos que são públicos e se referem ao próprio interessado. Os documentos podem ser destruídos. Sejam a cada ano aqueles que relatam causas criminais em matéria de costumes, cujos réus tenham falecido ou que tenham sido concluídas há dez anos. (Ver cânones 372 a 384 e 482 a 491, respectivamente nos CÓDIGOS CANÔNICOS, 1917 e 1983)

publicado em 1983, observaremos que nada mudou substancialmente em relação a esta matéria²⁸⁵. Assim mesmo, a situação enseja algumas possibilidades sobre o enquadramento dos arquivos da ACB.

Considerando que, segundo alguns sacerdotes e teólogos, a ACB foi erigida oficialmente pelo papa e, por conseguinte, pelos bispos, desse ponto de vista seria considerada pessoa jurídica pública²⁸⁶ porque foi constituída pela competente autoridade jurídica eclesiástica para atender aos fins prefixados, para desempenhar de acordo com as prescrições do direito, o próprio encargo a ela confiada em vista do bem público (can. 99 e 100. CÓDIGO CANÔNICO, 1917; can. 116 §1. CÓDIGO CANÔNICO, 1983).

Se assim fosse considerada,

“Extinta uma pessoa jurídica pública, o destino de seus bens, direitos patrimoniais e ônus rege-se pelo direito e pelos estatutos; se estes silenciarem a respeito, serão adjudicados à pessoa jurídica imediatamente superior, salvos sempre a vontade dos fundadores e doadores e os direitos adquiridos; extinta uma pessoa jurídica privada, o destino de seus bens e ônus rege-se pelos próprios estatutos” (Can. 1501 e can.123, Respectivamente CÓDIGOS CANÔNICOS, 1917 e 1983)

Segundo a interpretação feita pelos canonistas espanhóis²⁸⁷, em 1945, sobre a questão da extinção de que trata o código de 1917, observa-se

porém não se pode afirmar o mesmo quando se trata de outra classe de pessoas morais, exemplo as confrarias. Neste caso, parece o mais aceitável que a pessoa jurídica imediatamente superior é aquela que erigiu ou suprimiu a pessoa jurídica extinguida, segundo que a extinção tenha sido naturalmente ou mediante um decreto da autoridade legítima. (tradução livre). (p.569)

²⁸⁵ No Código de 1917 têm-se algumas particularidades quanto à ordenação e a recuperação de parcelas de arquivos. A organização do arquivo deveria ser cronológica e o bispo deveria buscar diligentemente os documentos que acaso tivessem sido extraviados ou dispersados, “fazendo quantos remédios fossem necessários a fim de que as ditas escrituras se reintegrassem ao arquivo”. (Ver can. 376 § 2. CÓDIGO CANÔNICO, 1917). Por sua vez, o código de 1983 baseou-se nas linhas fundamentais discutidas no Concílio Vaticano II, possuindo aspectos da nova visão teológica que foi elaborada e incorporada no discurso religioso.

²⁸⁶ O código de direito canônico utiliza-se dessa terminologia para referir-se às entidades erigidas pelo papa e pelos bispos. Não diz respeito ao status jurídico definido pela legislação brasileira.

²⁸⁷ Usamos para a tese o Código de Direito Canônico comentado e publicado pela Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, de 1957 (2ª edição).

Sobre o mesmo tema extinção, os comentários de padre Jesus Hortal baseados no código canônico de 1983 reforçam a mesma conclusão anterior.

Quando se trata de pessoas jurídicas subordinadas hierarquicamente, não é difícil dizer qual é a pessoa “imediatamente superior”. Assim, a província religiosa é imediatamente superior à casa; e a diocese o é a respeito da paróquia. Quando não existe essa subordinação, deve-se pensar que a pessoa imediatamente superior é a pessoa jurídica regida pelo superior que concedeu à inferior a personalidade. Por isso, as confrarias e fundações pias de âmbito diocesano reverterem seus bens, em caso de extinção, à diocese. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO DE 1983, 2001. p.53)

Em tese, ponderando apenas a partir do texto jurídico, se a ACB tivesse gozado de clareza no código canônico e se fosse categorizada de pessoa jurídica pública, ao lado das confrarias e fundações pias, por exemplo, talvez o bispado que a erigiu tivesse responsabilidade tanto sobre os bens, os direitos patrimoniais e, por conseguinte, sobre o seu espólio documental. Isto porque as associações de fiéis erigidas pela autoridade competente²⁸⁸ estão sob a vigilância da Igreja e seus arquivos devem ser cuidados.

Se por sua vez a ACB tivesse sido categorizada como pessoa jurídica privada²⁸⁹, ou seja, uma associação fundada por leigos e recomendada e aprovada pelo bispo; ou se ainda tivesse, além da aprovação, um decreto formal da autoridade eclesiástica, e a ACB se tornasse uma associação privada com personalidade jurídica na Igreja, em ambas as situações continuaria o bispo a ter responsabilidades sobre ela. Contudo seus bens e seu espólio documental ficariam a critério do que ficou estabelecido nos estatutos ou do que os leigos aprovassem.

Com essa perspectiva, o paradoxo da natureza da Ação Católica refletiu na custódia dos arquivos. Tem-se a impressão de que a Igreja possa ter descuidado de um arquivo que, tal qual o movimento, transformou-se em algo

²⁸⁸ Se a entidade é de caráter internacional, cabe ao papa erigi-la; se nacional, cabe à Confederação de Bispos; e, se local, ao bispo.

²⁸⁹ ²⁸⁹ O código de direito canônico utiliza-se dessa terminologia para referir-se às entidades fundadas por leigos. Não diz respeito ao status jurídico definido pela legislação brasileira.

de fato distinto e à margem da gama de outros arquivos produzidos pelas associações definidas e contempladas pelo código canônico²⁹⁰.

O código canônico de 1917 não citava as conferências episcopais como as entendemos hoje²⁹¹. Somente no código de 1983, já normalizadas como unidades da Igreja, aparecem algumas notas sobre a atuação das conferências no campo dos arquivos. No cânone 535, as paróquias guardariam os livros de registros (batizados, casamentos, óbitos e outros) de acordo com as prescrições da conferência dos bispos ou do bispo diocesano²⁹².

Segundo Corral Salvador (apud Santos, 2008, p. 30²⁹³), as conferências surgiram com uma nova esfera de arquivos: “os produzidos ou recebidos pelos diversos órgãos da conferência, para o exercício de sua própria atividade jurídica, administrativa, pastoral (...)”. O autor cita ainda que o órgão teria também uma função relativa à guarda de “fundos de documentos arquivísticos de diversas procedências”. Essa última função estava prevista no Concílio Vaticano II, em que havia uma Comissão para Arquivos Eclesiásticos e estudava-se transferir para as conferências episcopais dos distintos países as competências sobre os arquivos (GARCIA, 2004); não obstante, nada se avançou a respeito.

Mesmo assim, se baseado apenas no código canônico de 1983, somente por decreto os bispos submetem-se à Conferência Episcopal. Mesmo assim, os

²⁹⁰ A título de exemplo, tem-se o seguinte esboço de plano de classificação de uma cúria diocesana: 1) Câmeras eclesiásticas: livros, processos e avulsos; 2) Dos ordenados: livros e avulsos; 3) Comarcas eclesiásticas (vigarias da vara e foranias): livros, processos avulsos; 4) Das paróquias, curatos e capelas (livros, processos e avulsos); 5) Das irmandades e das associações (livros e avulsos); 6) Impressos diocesanos (periódicos e anuários); 7) Iconografia, 8) Biblioteca de apoio e outras seções necessárias como música, rituais etc. ABIB, Jamil. Proposta de classificação de arquivos eclesiásticos. In: Rio de Janeiro: Arquivo e Administração, 9 (1): jan-abr, 1981.pp3-4

²⁹¹ Apenas no cânone 292 sugeria que ao menos os bispos se reunissem a cada cinco anos para deliberar em comum acordo e ver quais medidas convêm adotar para promover “o bem da religião em suas dioceses” e preparar os temas dos assuntos que serão circulados nos concílios.

²⁹² Segundo comentário de Hortal (2001) “[...] não aparece mais a obrigação de enviar cada ano cópia dos livros paroquiais à cúria diocesana, medida que, a nosso ver, deveria ser conservada, por ser uma garantia contra roubos, extravios ou desastres. Cf., porém, o que se estabelece no can. 491 §1, sobre a necessidade de conservar na cúria diocesana um inventário ou catálogo dos arquivos paroquiais”. (p.159). Tal interação entre a competente autoridade eclesiástica e a civil solicita as Conferências Episcopais nacionais e regionais a promoverem uma orientação comum nas Igrejas particulares, a fim de coordenar as intervenções em favor dos bens histórico-culturais e, em particular, dos arquivos, embora na salvaguarda do poder legislativo de direito divino próprio do bispo diocesano 15. Cfr. CIC/1983, cân. 381; 375 § 1; 455 § 4, com as respectivas fontes.

²⁹³ CORRAL SALVADOR, Carlos. Arquivo. In: DICIONÁRIO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 1993. p. 61-65.

decretos são feitos apenas quando questões foram prescritas no direito geral, ou quando um mandato especial da Santa Sé o estabelecer (can.455 §4). Portanto, novamente, caberia ao bispo decidir submeter os arquivos da sua diocese a uma política de arquivos instituída pela Conferência.

Dito sobre a autoridade do bispo, da mesma forma a Igreja forjou sua própria teorização a respeito de seus arquivos. Denominada de “*Arquivística Eclesiástica*”, foi desenvolvida concomitantemente ao existir da Ação Católica pelo mundo.

Oriunda de uma prática já estabelecida muito antes, o Concílio de Trento (1545-1563) foi um marco para a elaboração das normas canônicas reguladoras dos arquivos eclesiais. Com a intenção de ter um controle minucioso da administração dos sacramentos, foram estabelecidas regras para os arquivos paroquiais, fundações pias, confrarias e irmandades. Depois de 65 anos do Concílio instituiu-se, em 1611, o Arquivo Secreto do Vaticano, enquanto unidade de preservação documental (ABREU, 2000. p.137-8)

Em 1727, Bento XIII publicou a Constituição *Máxima Vigilantia* orientada expressamente para regular o funcionamento dos arquivos diocesanos, mas com normas extensas aos restantes dos arquivos capitulares²⁹⁴, paroquiais, de colégios, seminários e hospitais. Nesse período realizou-se a produção de inventários e catálogos de controle da documentação em duas vias, de forma a enviar uma das cópias para o arquivo episcopal. É também nessa conjuntura que políticas de segurança e integridade do arquivo ‘secreto’ da Igreja disseminaram-se, uma vez que os instrumentos de controle então produzidos davam uma dimensão da natureza da documentação eclesial (ABREU, 2000.p.140-1)

A classificação de documentos eclesiais como secretos não inviabilizou a consulta pública aos arquivos da Igreja, uma vez que a palavra conotava mais o sentido de “privado”. Em 1881, Leão XIII abriu ao público o Arquivo do Vaticano, escalonando os documentos que poderiam ser pesquisados por todos. É desse período a vasta produção de instrumentos de pesquisa à documentação por parte dos arquivistas eclesiais (SANTOS, 2005.p.51)

²⁹⁴ Arquivo da assembleia de dignidades eclesiais e ou arquivo da corporação de cônegos de uma catedral. (NUNES, 2008. p. 33;36)

A partir de toda essa prática de controle da documentação, disseminou-se a “*Arquivística Eclesiástica*” durante o papado de Pio XI, com a institucionalização da Escola de Paleografia e Diplomática em 1923. Em 1927, o papa Pio XII, o mesmo que difundiu a Ação Católica, instalou a Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, a qual passou a ministrar disciplinas como a História da Igreja, “em que se desenvolviam os aspectos concernentes à formação arquivística, por meio do tema ‘Arquivística Geral e Pontifícia’” (MORENO, 2008, p.225). Contudo, houve mais uma preocupação por parte dos papas de estabelecer uma política arquivística para o Arquivo Secreto do Vaticano do que propriamente expandir uma metodologia para as igrejas particulares.

Todo esse processo de definição de normas regulamentadoras para o controle dos documentos levou a que o assunto tomasse o formato de 20 cânones espalhados no código de direito canônico de 1917. Tais cânones estiveram relacionados com a figura do bispo, como dito anteriormente.

Algumas associações arquivísticas eclesiásticas surgiram também nesse processo, como na Itália, em 1956, ou na Espanha, em 1971. A discussão nelas limitou-se aos arquivos eclesiásticos tais quais os prescritos nos códigos canônicos²⁹⁵.

Em 1988, o papa João Paulo II, baseado na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, nos artigos 99 a 104, instituiu a Comissão Pontifícia para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja e publicou a carta-documento “A formação dos futuros presbíteros e os bens culturais da Igreja” em 15 de outubro de 1992.

No pontificado do papa João Paulo II, foi criada, em 25 de março de 1993, a Comissão passou a receber o nome de Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja²⁹⁶ com o Motu Próprio “*Inde a Pontificatus Nostri Initio*”. As

²⁹⁵ Reflexão a ser mais bem desenvolvida. As observações aqui delineadas foram baseadas no site institucional da *Associazione Archivistica Ecclesiastica*, que apresenta a produção literária da entidade, no que tange à Itália. Quanto à Espanha, a *Asociación Española de Archiveros y Bibliotecarios Eclesiásticos*, que apresenta apenas os sumários das publicações. Ao longo da tese, usaram-se algumas referências de autores espanhóis, inclusive que discutem a *Acción Católica Española*, mas não analisam a situação conceitual dos seus arquivos.

²⁹⁶ A Comissão para os Bens Culturais da Igreja é um organismo independente e como tal possui as competências de presidir a tutela do patrimônio histórico e artístico de toda a Igreja (obras de arte, documentos históricos, livros e demais itens que se conservam no interior de igrejas, museus, bibliotecas e arquivos); colaborar na conservação deste patrimônio com as Igrejas particulares e os respectivos organismos episcopais, e promover sensibilização cada vez maior

cartas dessa Comissão comunicavam diretrizes gerais desse órgão à comunidade católica²⁹⁷, sendo conhecidas: "*As bibliotecas eclesiais na missão da Igreja*", de março de 1994, "*A função pastoral dos arquivos eclesiais*", de 02 de fevereiro de 1997, "*Necessidade e urgência de inventariação e catalogação do patrimônio cultural da Igreja*", 08 de dezembro de 1999, "*A função pastoral do museu eclesial*", 15 de agosto de 2001, e "*Inventário dos Bens Culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica: Algumas Orientações Práticas*", 15 de novembro de 2006. Notadamente, os documentos levam os títulos de três segmentos institucionais que são reconhecidos amplamente como detentores e preservadores de acervos conforme suas especialidades: bibliotecas, arquivos e museus.

Para a formulação da carta intitulada "*A função pastoral dos arquivos eclesiais*", tomou-se a declaração do papa João Paulo II presente na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, no artigo 101, que

entre os bens históricos têm particular importância todos os documentos e instrumentos jurídicos, que relatam e testemunham a vida e o cuidado pastoral, bem como os direitos e as obrigações das dioceses, das paróquias, das igrejas e das outras pessoas jurídicas, instituídas na Igreja. Este patrimônio histórico seja conservado nos arquivos como também nas bibliotecas, que devem em toda a parte ser confiados a pessoas competentes, a fim de que tais testemunhos não se percam.

Segundo Berto (2012.p.4)²⁹⁸, o objetivo dessas políticas de proteção aos bens da Igreja

"era o de afirmar os arquivos eclesiais como centros difusores de cultura e portadores de um imenso e precioso patrimônio. Assim se reconheceu que eles deveriam ser também propulsores de usos e práticas pastorais de evangelização da

na Igreja sobre estes bens (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 2001).

²⁹⁷ Segundo nota da carta circular *A função pastoral dos arquivos eclesiais*, antecede a este ato uma série de iniciativas para a salvaguarda dos arquivos eclesiais. Ver nota 1 da referida Carta.

²⁹⁸ O autor Berto (2012), no artigo "*As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiais no Brasil*" apresenta apontamentos para uma gestão integrada dos arquivos eclesiais. Para isso, remonta a história dos arquivos da Igreja, como os diferentes países católicos desenvolvem suas políticas quanto a esse tipo de acervo e elabora uma prospecção para o Brasil.

comunidade eclesial, já que possibilitam entrever o percurso da Igreja e sua tradição ao longo da história”²⁹⁹.

Em especial a carta “*A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*” expressou-se sobre o papel das Conferências Episcopais na promoção de uma orientação comum nas Igrejas particulares, “a fim de coordenar as intervenções em favor dos bens históricos e culturais e, em particular, dos arquivos”, embora reconhecesse o poder legislativo do próprio do bispo diocesano referente à questão.

O referido documento preocupou-se com a preservação dos arquivos dos mosteiros, das congregações religiosas, dos institutos de vida consagrada, das sociedades de vida apostólica, dos cabidos, dos centros de educação do clero (como seminários, universidades eclesiásticas e institutos superiores de vários tipos), das instituições hospitalares e escolásticas e das obras missionárias. Cita também os arquivos dos grupos e das associações dos fiéis, antigas e contemporâneas, como as confrarias. Apesar de reconhecer que

É deveras impossível descrever inteiramente a geografia dos arquivos eclesiásticos, os quais, embora na observância das disposições canônicas, são autônomos na sua regulamentação, diversos na organização [...].

Nessa perspectiva, a Comissão ampliou a noção de arquivo eclesiástico, incorporando os arquivos acumulados por associações erigidas ou não pela Igreja. Talvez ao ter chamado este acervo de “eclesiástico” transmitisse uma ideia subliminar de que é possível a Igreja incorporar ao patrimônio documental e à memória da Igreja uma gama de expressões religiosas e laicais, óbvio dentro do âmbito do catolicismo. Igualmente, tal ampliação da noção de arquivo sensibilizasse o bispado a respeito de outros arquivos além dos diocesanos. Todavia, conforme citado acima, ainda a carta se baseou nas associações

²⁹⁹ Além disso, como fruto de sua profícua relação com o Estado que lhe deu funções civis ao longo da história, os arquivos eclesiásticos custodiavam uma série de conjuntos documentais que não somente recontam a trajetória da Igreja Católica, mas que são capazes de reconstruir a história e o cotidiano das sociedades nas quais se inseriu. Ainda para além, mesmo com a perda de muitas dessas funções civis durante o final do século 19, a Igreja sempre se manteve em diálogo constante com o Estado, sugerindo diretrizes na condução da vida política, econômica e social desses muitos países.

delimitadas pelo código canônico, que em tese são apenas de duas naturezas: erigidas ou recomendadas.

A carta valorizando o patrimônio arquivístico da Igreja despertou o interesse fora do âmbito da própria instituição, gerando discussões a respeito em diferentes países. Como exemplo, em Portugal houve o Curso Arquivística Religiosa, realizado em 1997 e 1998, pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa (UCP), numa parceria com a Conferência Episcopal Portuguesa. Gerou-se daí a obra *Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão*, publicada em 2000, cujo texto “*Archives Religieuses et Recherche Historique*”, de Brigitte Waché (pp.11-52), cita os arquivos dos movimentos de leigos como objetos de atenção especial por parte do Centro Nacional do Arquivos da Igreja da França.

No Brasil vale destacar a Mesa Arquivos Religiosos, promovida pelo Arquivo Nacional (RJ), em 1999, que interligou a problemática da preservação dos arquivos eclesiásticos presente na carta “*A função...*” com o art. 16 da Lei Nacional de Arquivos n. 8159, promulgada em 1991, tratando apenas dos registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil como de interesse público e social e não abrangendo outras naturezas de registros e de arquivos de outras entidades católicas.

No âmbito da Igreja³⁰⁰, são muitas as Comissões de Bens Culturais pelo mundo. No Brasil, as várias Comissões estão presentes nos âmbitos diocesano e regional. Essas normalmente realizam inventários sobre uma gama de bens, desde mobiliário, objetos sacros, documentos, paramentos a objetos pessoais dos religiosos. Também promovem eventos sobre a questão e outras atividades de formação³⁰¹.

Somente recentemente foi criada uma comissão de âmbito nacional, em 04 de maio de 2017, a Comissão Episcopal Especial para os Bens Culturais, que tem como “papel fomentar o cuidado com o patrimônio material e imaterial da

³⁰⁰ Segundo padre Jamil Abib (1981), o Concílio Plenário Brasileiro de 1939 insistiu na guarda e segurança dos documentos abstendo-se de determinar normas objetivas para a sua ordenação.

³⁰¹ A título de exemplo, dentre os cursos temos “Organização de Arquivos Eclesiásticos”, promovido pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção/ PUC-SP e pela Cúria Metropolitana de São Paulo, desde 2009; assim como outros das Comissões de Bens Culturais da CNBB, especialmente da Região Leste 2, onde se situa o estado de Minas Gerais. Outras iniciativas fora da Igreja também foram realizadas em torno da Carta “*A função dos arquivos eclesiásticos*”. Embora já tenha havido inúmeras ações de interesse e de preservação dos arquivos eclesiásticos por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Igreja no Brasil, em diálogo com os órgãos governamentais e eclesiais especializados”. Vinculada à Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e a Educação da CNBB, procurará também articular as comissões diocesanas e regionais a fim de apoiar e dar prosseguimento aos trabalhos já feitos.

Ainda que muitas Comissões pelo Brasil, não foi encontrada nenhuma teorização mais profunda sobre a natureza dos arquivos eclesiásticos, pois as Comissões parecem debruçar mais sobre o patrimônio edificado, os bens móveis e raridades documentais. À vista disso, nada se tem sobre os arquivos da Ação Católica e de seus movimentos.

A CNBB, segundo informações do Centro de Documentação e Informação da própria entidade, não possui uma política nacional dos arquivos eclesiásticos. Atualmente, dispõe de uma política institucional praticada no interior da própria Conferência, a qual poderia servir de orientação prática de caráter exemplificativo às demais igrejas particulares.

Outrossim, diz a carta “*A função...*” que um arquivo histórico eclesiástico pode recolher fundos de arquivos privados “de cada um dos fiéis da Igreja ou de pessoa jurídica eclesiástica privada”, ou seja, novamente aqui custodiar os arquivos das associações laicais aprovadas pelo bispo.

A propriedade desses arquivos permanece do fiel ou da entidade depositária, salvo particulares direitos adquiridos no ato de concessão do fundo (como, por exemplo, a tutela da sua integridade, as normas para a conservação em lugar à parte, os critérios de consulta). Ao acolher esses fundos no arquivo eclesiástico, dever-se-ão pôr na ata oficial de convenção cláusulas sobre a exata observância das disposições do arquivo que o recebe. Se depois esses fundos caem sob a competência civil, seguir-se-ão as normas vigentes na nação. (*A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*, 1997).

Mesmo assim, se ampliasse o escopo dos objetos a serem acolhidos, e a sugestão fosse aplicada pela CNBB e pelas igrejas particulares, talvez tornasse mais sistemática a incorporação de outros fundos e reminiscências das diversas experiências católicas. Com isso, talvez promovesse mais estudos sobre a questão arquivística e sobre a própria Igreja. Isto poderia valer também para os arquivos arquidiocesanos e diocesanos.

O Instituto Nacional de Pastoral da CNBB, que negociou a transferência de parte do fundo da ACB e dos movimentos de juventude católica para o CEDIC

da PUC-SP, para a realização do tratamento documental, tem uma preocupação mais ampliada sobre os arquivos. Antecipando-se ao que a carta *“A função pastoral...”* anunciava em termos de preservação de outros fundos de arquivos privados católicos, os arquivos da Ação Católica e de seus movimentos especializados ficaram sob os cuidados da Biblioteca desse Instituto. Ainda que na Biblioteca, tem sido compreendido que os arquivos da ACB e de seus Movimentos são fundamentais para os assuntos teológicos pastorais, para a ação evangelizadora e a formação de agentes de pastoral, a pesquisa e a reflexão teológica (INP, 2003). Vale ressaltar que ainda não existia o Centro de Documentação da CNBB, o qual poderia ou pode vir a custodiar, em definitivo, os arquivos da ACB³⁰².

A realidade é bastante complexa, sendo difícil esboçar todos os significados dos atos de preservação (e de expurgo) por parte da Igreja em relação aos arquivos das entidades católicas. Desenhamos nesta tese somente alguns cenários.

³⁰² Não significaria perda dos arquivos por parte do CEDIC, pois a transferência dos arquivos visava dar “tratamento comum ao material documental provindo de ambos os acervos”, realizar descrição e processo de microfilmagem que apresentem “conjunto integrado, registros de ambas as procedências. Uma vez devolvidos os documentos originais ao INP, os microfilmes custodiados, tanto por este, quanto pela CEDIC, preservarão a riqueza e complexidade de dados e informações que essa reunião favoreceu” O CEDIC permanecerá com a sua parte (CEDIC, 1998.p.10).

Considerações finais

Numa tentativa de interpretação a respeito da natureza da Ação Católica Brasileira (ACB) e a consequente configuração de seus arquivos, dentro do contexto da própria Igreja Católica que fundou este movimento e herdou parte do seu espólio, apresentamos algumas possibilidades de leitura de uma realidade que já nos ultrapassa.

A Ação Católica Brasileira e, principalmente, seus movimentos especializados de juventude, mesmo que tenham sido muito apreciados e estudados na sua vertente de movimento social, antes de tudo, foram movimentos religiosos a serviço do projeto católico de recristianização da sociedade. Foi a partir dessa inclinação religiosa que conseguiram estimular a discussão a respeito do posicionamento do leigo dentro da Igreja.

Portanto, as análises históricas e as arquivísticas não podem deixar de considerar que a Ação Católica Brasileira possuía uma mentalidade teológica, modelada pela mística da religião católica a qual imprimiu uma organicidade particular ao movimento, tornando-o semelhante à própria Igreja enquanto instituição. Daí a importância dada às questões doutrinárias ou teológicas no tratamento do tema. Essas reverberaram na ACB, a qual não tinha um simples trabalho social, mas um trabalho que deveria ser entendido como apostólico – resultado da compreensão e manifestação de uma identidade religiosa e parte integrante do corpo místico de Deus.

Por isso, assinalamos como objetivos iniciais da pesquisa desvendar os fundamentos religiosos e teóricos que permearam a instalação da Ação Católica no Brasil e seu desenvolvimento; articular os conflitos e as tensões dentro do movimento em torno da questão da sua natureza e institucionalidade e, por último, o de encadear tais problemáticas a seus arquivos.

A Ação Católica Brasileira nasceu sob o paradoxo de ser apresentada como uma associação exclusivamente laical dirigida por um leigo, contudo presidida por um bispo, assistida por um sacerdote, limitada pelo mandato e investida de uma missão apostólica. Como associação de leigos, a Ação Católica Brasileira serviu-se de vários mecanismos para formar os seus membros,

oferecendo-lhes uma vivência moral e espiritual e encorajando-os para o combate da reconquista cristã da sociedade.

O apelo aos fiéis estava assente no pressuposto de que era possível regenerar a sociedade a partir da conversão católica de indivíduos e de instituições e de que a Ação Católica Brasileira era uma forma especial de apostolado capaz de realizar essa missão. Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra (1882-1942), influenciado pela vivência em Roma, conseguiu firmar essa ideia em meio à sociedade brasileira, ainda que houvesse bispos e leigos católicos mais receosos à novidade.

Dentro da Ação Católica Brasileira havia a percepção de que ela havia sido canonicamente erigida, ou seja, constituída por uma autoridade eclesiástica, no caso pelo arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme e pelo papa Pio XI, e obtida a aprovação e o reconhecimento de seus estatutos e regulamentos pela Santa Sé. Portanto, seria uma **associação eclesiástica**. Soma-se a isso outro elemento, o de posse de um **mandato** que tinha valor jurídico no âmbito público, afirmando mais ainda sua natureza “eclesiástica”.

Contudo, se canonicamente erigida, não poderia ter um dirigente leigo. Outrossim, as associações até então eretas não possuíam mandato. Logo, parecia ser contraditório chamar a Ação Católica de associação eclesiástica.

Não obstante, também a Ação Católica não poderia ser chamada de **associação laical**, pois eram os bispos que de fato detinham o poder de reconhecer os núcleos acistas que eram fundados pelos ordenados nas paróquias. Ainda que os leigos fossem chamados de dirigentes, não possuíam autonomia e autoridade, mesmo que oficialmente mandatados pelo bispo. A AC na Igreja era uma cooperação como apostolado leigo “feito” sob a direção e o controle da Hierarquia (CONGAR, 1966.p. 581).

Logo, foi erigido algo que não existia no código canônico e que era complexo para se explicar.

Conforme orientação papal, a Ação Católica Brasileira, a exemplo de outras Ações Católicas, era um tipo de apostolado institucionalmente bem organizado e devidamente hierarquizado. As demais associações piedosas e sociais pré-existentes foram categorizadas de “obras auxiliares” da nova organização. Tal tendência levou a que conflitos acontecessem, sobretudo com as Congregações Marianas.

Isso foi uma celeuma que norteou a relação da Ação Católica Brasileira com as demais associações laicais em toda a sua história. Porque, conforme o entendimento mais adotado dentro da Igreja de que a Ação Católica era uma entidade *sui generis*, nenhuma das associações presentes no código canônico, em rigor, por ela poderiam organicamente ser absorvidas. Por outro lado, quando eram consideradas “auxiliares à ACB” o termo criava constrangimento, denotando-as inferiores. Conquanto, isto foi se modificando ao longo da experiência da ACB. À medida que o clero tentava enquadrar de alguma maneira outras experiências de apostolado na senda da AC, acabava por dissimular as suas características essenciais.

Suas peculiaridades advinham da definição teológica elaborada por Pio XI de que a Ação Católica era “participação do apostolado leigo no apostolado hierárquico”. Mais tarde, Pio XII preferiu designá-la como “colaboração dos leigos no apostolado hierárquico”, o que num primeiro momento pareceu significar uma diminuição no grau de interação dos leigos com a Hierarquia, passando de agentes participantes para colaboradores.

Essa tensão entre “participação” e “colaboração”, além da própria novidade que se configurava a Ação Católica, levou a que se teorizasse a respeito das especificidades do apostolado leigo e suas contribuições para a missão salvífica da Igreja Católica. A ‘teologia de Ação Católica’, remetida a Paul Dabin (1937), teólogo jesuíta, subsidiou a elaboração de uma fundamentação teórica abrangente que mais tarde denominou-se de ‘teologia do laicato’. Essa última corrente, elaborada principalmente por Yves Marie Joseph Congar (1966), teólogo dominicano, firmava as características própria do apostolado leigo e sua responsabilidade perante a Igreja.

Não obstante, a “teologia de Ação Católica” e a “teologia do laicato” foram espécimes de uma teorização que nascia para fixar com precisão os limites da expressão “participação e ou colaboração no apostolado hierárquico”. Ambas procuravam dirimir falsas afirmações de que o laicato gozava de certa autoridade efetiva por participar da Ação Católica. Portanto, um *ethos* discursivo religioso foi elaborado para reforçar a necessidade da participação dos leigos na ação apostólica, porém sem que estes tomassem parte do poder jurídico hierárquico da Igreja.

Os Congressos Mundiais de Apostolado Leigo, em 1951 e 1957, evidenciaram a controvérsia em torno da participação dos fiéis no apostolado hierárquico da Igreja. Tornou-se premente cunhar um discurso unívoco a respeito do conceito de apostolado leigo para dirimir conflitos entre as diferentes organizações católicas de então e possíveis enfrentamentos para com a Hierarquia. O avanço da experiência e das discussões em torno do laicato alcançou o apogeu no Concílio Vaticano II, durante os anos de 1962 a 1965, com a apresentação do Decreto *Apostolicam Actuositatem* (1965).

As discussões teológicas e as experiências de outras Ações Católicas pelos países reverberavam na Ação Católica Brasileira, sobretudo a respeito da especialização do movimento por meio social. Com a evolução do movimento, a ACB firmou-se mais como um agente conciliador entre a Hierarquia e os movimentos agrário, estudantil, independente, operário e universitário, os quais se tornaram seções autônomas e independentes no final dos anos 1940. Mesmo com a popularização da denominação Ação Católica Especializada dada ao conjunto desses movimentos e o seu protagonismo, a Ação Católica Brasileira nunca deixou de existir.

Para melhor adaptar a Ação Católica Brasileira à realidade e atualizá-la, foram reformulados duas vezes os seus estatutos. Com todas essas oportunidades, não houve nenhum intento de melhor denominá-la como associação, movimento, entidade ou outro termo mais específico, sobretudo quando havia divergências em torno de sua natureza eclesial ou laical. Nos estatutos e nos regimentos continuou denominada de “participação organizada do laicato católico”.

Também não se viu a presença dos leigos na reformulação dos estatutos e regimentos, quando realizada anos de 1946 e 1956. Os mesmos somente foram consultados na última alteração - a respeito da desintegração dos quadros nacionais -, quando a Ação Católica Brasileira estava próxima do fim.

Sabemos que fatores históricos e sociais agregaram transformações ao movimento. Diante de um contexto político brasileiro que cativava as organizações a participarem do debate social, fez com que os movimentos especializados se assumissem como movimentos sociais. Até um certo momento isto foi desejado por uma corrente de bispos reformadores. Ainda que a Ação Católica Brasileira, entendida de maneira particularizada, não tivesse

diretamente um protagonismo político, como havia tido a Juventude Universitária Católica, não deixava de acompanhar as etapas de transfiguração dos seus movimentos especializados, por meio das contribuições do Secretariado Nacional da ACB e da aprovação do Conselho Nacional.

O vislumbre de uma ação nacional e de um protagonismo social dos movimentos católicos deveu-se sobretudo aos bispos do Nordeste, reconhecidamente na figura de Dom Hélder Câmara (1909-1999), nos anos 1950. Contudo, essa forma de assistir a Ação Católica não era uniforme. Existia na Igreja uma linha conservadora, tendo sido Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999) expoente do grupo que defendia uma estrutura de Ação Católica paroquial/diocesana, com o bispo à frente coordenando as ações apostólicas. Na confluência desses fatos, a presença da Ação Católica Brasileira fez emergir disputas de poder entre bispos e baixo clero, entre leigos e Hierarquia, entre religiosos e a AC.

Apesar dessas ambiguidades e tensões, a Ação Católica Brasileira conseguiu reunir os bispos em torno de si e foi protagonista de mudanças também significativas no seio da Hierarquia, como foi a instalação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952. Paradoxalmente, deu-se o começo de seu fim com o surgimento do Secretariado Nacional de Apostolado Leigo, instituído pela própria CNBB, dissipando parte das suas atribuições.

Aos poucos, os bispos mais conservadores foram conseguindo avançar na reformulação da Ação Católica Brasileira, tendo à frente Dom Vicente Scherer (1903-1996) como presidente do Secretariado Nacional de Apostolado Leigo, ao qual a ACB se vinculava. Se inicialmente estabelecida em âmbito nacional, a pedido da Hierarquia e diante da sua autoridade sobre a ACB, os movimentos de juventude e adultos findavam suas atividades à medida que eram limitados a atuar na esfera diocesana e paroquial. O replanejamento da organização do movimento apenas fortalecia o controle dos bispos sobre os leigos, ainda que se dissesse que era uma entidade dirigida pelo laicato.

Isto se deu porque mesmo que fosse desejado que os movimentos especializados extrapolassem as paróquias, isto levava a que a Ação Católica mais facilmente se autodenominasse de **movimento social**, devido ao contato mais estreito com outras entidades existentes nos meios sociais nos quais realizavam ação apostólica. Sem dúvida que as tensões políticas vividas nos

idos de 1960 reforçavam essa percepção de que o movimento vinha se envolvendo cada vez mais com questões temporais. O golpe militar de 1º de abril de 1964 reverberou na Igreja em vários aspectos, também sendo um fator a ser considerado para o fim da experiência da Ação Católica.

Por outro lado, a percepção religiosa do que se tratava propriamente a Ação Católica a partir do Concílio Vaticano II e do Decreto *Apostolicam Actuositatem*, *do nosso ponto de vista*, não fez com que a associação ascendesse a um espaço privilegiado dentro da Igreja, o que facilitou o seu fim, apesar da reconhecida importância dada à experiência acista.

A reflexão derivada do Decreto *Apostolicam Actuositatem* apontava que a Ação Católica era uma denominação dada à reunião de associações que foram criadas pelos próprios leigos, recomendadas e fomentadas pelos bispos. Portanto, era um título dado ao conjunto das associações laicais. Isto levava à percepção de que a Ação Católica não era uma organização particular e mandatada, tão pouco levava em conta as discussões antes jurídicas a respeito de sua natureza eclesiástica ou laical.

Assim podemos dizer que ela transmutou de uma possível entidade jurídica para uma entidade abstrata, conceitual, visto que não houve a ratificação dela como uma associação de fiéis diferenciada diante das já existentes no código canônico. Se antes havia um esforço de incluí-la como tal no Livro II, na parte III, intitulada Dos Leigos e das Associações, do código de direito canônico (DABIN, 1937; COSTA, 1937; ORTIZ, 1947), nos anos 1960 a Igreja fez o esforço de categorizar de Ação Católica qualquer daquelas associações existentes no código. Portanto, ao não atingir o status de uma unidade institucional, eclesiástica ou laical, a associação transformou-se numa categoria à qual outras organizações católicas poderiam ser inseridas.

Essa transubstanciação foi sugerida no Concílio Vaticano II aos bispos para com as suas Ações Católicas e isso acabou por acontecer com a Ação Católica Brasileira, que por fim desvaneceu. Ainda que, quando surgiu a Ação Católica, houvesse quem dissesse que a “Ação Católica evolui, com efeito, num sentido cada vez mais jurídico” (DABIN, 1937.p.16).

No Brasil, a Juventude Operária Católica persiste até hoje. Em outros países católicos, a denominação Ação Católica ainda subsiste e cada episcopado decidiu sobre a sua natureza jurídica, pelo menos do que consta dos

documentos institucionais de algumas. Como no caso da Acción Católica General da Espanha, que se apresenta como uma associação laical criada pela própria Igreja ou da Acción Católica Argentina, que se define como uma instituição eclesial, sem fins lucrativos, e que nasceu por iniciativa do episcopado argentino em 1931. Ou seja, ainda a natureza é definida pelo bispo.

A falta de uma categorização da natureza da própria instituição fez com que a Ação Católica Brasileira não contasse com um aparato jurídico canônico para o seu espólio documental. Dito assim, pareceu não ter havido uma transferência “natural” do espólio para outra entidade da Igreja que pudesse ter se responsabilizado pelas atribuições da ACB ou mesmo a substituí-la. Pareceu sim que a preservação dos arquivos dependeu mais do esforço de alguns ou de muitos, da compreensão particular de Igreja, de Hierarquia e de laicato.

Podem ser muitos os significados desse esforço de preservação por parte da Igreja, ainda assim cabem esforços para delinear alguns deles.

Certos setores da Igreja, como o Instituto Nacional de Pastoral/ CNBB, proprietário de parte do atual do espólio, intencionalmente ou não, acabaram por vincular o ato da preservação à ideia de transformar os arquivos dessas associações católicas em monumentos. Ou seja, a ‘monumentalização’ entendida como a conversão de um objeto materialmente nascido no passado para um exemplar significativo e representativo desse mesmo passado e que, mesmo impregnado de subjetividade, faz sentido no tempo presente de determinado grupo (KNAUSS, 2009). Dessa forma, ao mesmo tempo em que são propulsores de interesses diversos, tais unidades de custódia de acervo também são legitimadoras do que é relevante ou não relembrar entre o meio religioso e acadêmico. Também são coautores do discurso historiográfico uma vez que diz quais documentos são fontes e históricos.

Nesse sentido, os arquivos da ACB foram apropriados como bens culturais para dar margem à constituição de outras memórias sociais nas quais a Igreja possa participar (McEVOY, 2009. p.112-3)³⁰³.

³⁰³ A referida autora relata o processo por meio do qual um conjunto de documentos peruanos foi transferido ao Chile, durante os anos de ocupação de Lima (Guerra do Pacífico, 1879-1883), para compor uma coleção privada do político, jornalista e historiador Benjamin Vicuña Mackenna. Nesse caso usamos como referência a ideia de como se dá a apropriação cultural, por meio do que chamou de discurso civilizador, que tem como alicerce a apropriação dos bens culturais de povos a serem subjugados para mutilar a memória histórica, por meio de políticas etnográficas, de compreensão da cultura e de sua geografia e a apropriação de seus signos. Aqui, por se tratar

Visto desta forma, as parcelas documentais, mesmo que não deliberadamente escolhidas para serem preservadas, tornaram-se significativas para a construção da memória da Igreja, que no seu âmbito público confere nova conformação à História e à Memória Social em cada presente. Essas intenções, relativas aos arquivos e aos atos de preservação, podem estar “intimamente articuladas às disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico” (SCHWARTZ E COOK, apud CRUZ, TESSITORE, 2010.p.424)³⁰⁴.

Ademais, as entidades de custódia cumprem o papel de leitores e escritores de narrativas sobre determinados acervos que preservam. Ao possuírem o poder de custódia desses arquivos, fazem a leitura do objeto e o classificam conforme a dimensão e o alcance de seus olhos. Essas iniciativas geram um tipo de escrita, no seu sentido mais amplo, que define o titular, ordena documentos, aponta fatos de interesse social, memoriza atos e possibilita ao historiador desenvolver o seu ofício.

A título de exemplo, o próprio Instituto Nacional de Pastoral, proprietário de parte dos fundos da ACB e das Juventudes, esboçou um projeto em 2005 de “Seminário sobre os 50 anos de Ação Católica”. O evento quis identificar linhas pastorais e missionárias da ACE úteis para a Igreja ainda hoje. Procurou chamar ex-dirigentes da ACE, ex-assistentes, níveis regionais e nacionais e membros do Episcopado, enfatizando que

“Precisamente há 50 anos o episcopado brasileiro oficializava a criação da ACE no Brasil. A ACE era o único instrumento de que dispunha a Igreja nas circunstâncias para tentar acompanhar em termos missionários esse ritmo acelerado de crescimento econômico de expansão de territórios e de fluxos migratórios. A ACE teve consciência de suas limitações para fazer em face desses desafios e estimulou a criação da CNBB, como instrumento adequado para articular a ação da Igreja”. (Carta, 2005)

Tal evento teve como objetivo identificar e caracterizar a atuação da Igreja no Brasil no início do século XXI à luz da experiência da ACB no século XX.

de um objeto distinto de análise, não vejo se configurar uma mutilação da memória histórica da ACB, contudo, a ideia de apropriação cultural pareceu adequada.

³⁰⁴ SCHWARTZ, Joan M., COOK, Terry. Archives, Records, and Power: The making of Modern Memory. Archival Science, Toronto, Kluner Academic Publishers, nº 2, p. 1-19, 2002.

Contudo, o seminário valorizava a experiência da AC especializada (agrária, estudantil, independente, operária e universitária) e por isso os 50 anos, já que se a homenagem fosse prestada à ACB seriam 70 anos de experiência. Portanto, setores da Igreja de hoje ainda redimensionam o protagonismo social dos movimentos especializados, deixando de lado a Ação Católica Brasileira na sua particularidade. De qualquer maneira, a AC foi compreendida como uma “ação pastoral da Igreja” para se fazer presente e atuante na dimensão política e social.

Essa avaliação da Ação Católica Brasileira por setores da Igreja não é recente. Desde que instituída, a Hierarquia já lhe dava dimensão e instruções pastorais.

Já no Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP, o atual custodiador desses arquivos e também o principal promotor de estudos sobre - e lembrando que eu faço parte do corpo técnico -, foi comum que pesquisadores da instituição, nos eventos arquivísticos, apresentassem o acervo e as técnicas de organização e descrição aplicadas como que especializadas aos ‘arquivos de movimentos de leigos ligados à Igreja’, ‘movimentos ligados à Igreja’, ‘práticas sociais de grupos de militantes, mediadas pela ação da Igreja Católica’ (CEDIC, 1991 e 1998; FERNANDES, 1999), reforçando as mesmas perspectivas da historiografia corrente. Ainda que os históricos elaborados pelo Centro a respeito dos movimentos de juventude para os Inventários de seus fundos apresentassem a dinâmica religiosa em que os mesmos se encontravam envolvidos, contudo enfocando que a ideia era “[...] criar e preservar espaços de memória de Movimentos Sociais no Brasil [...] colocar em evidência práticas sociais de grupos militantes, mediadas pela ação da Igreja [...] (CEDIC, 1998.p.9). Apenas mais recentemente o Centro passou a utilizar o termo ‘arquivos de movimentos leigos’ e outros estudos historiográficos passaram a se referir sobre o tema como ‘movimentos sociais eclesiais’³⁰⁵.

Toda essa ressignificação por parte do INP e do também proprietário de parcelas do fundo e do atual custodiador do arquivo não foi arbitrária.

³⁰⁵ Como exemplo, o *Department of Religious Studies* da *Florida International University* (FIU), tendo à frente Ana Bidegain, vem promovendo estudos sobre os movimentos católicos, incluindo a Ação Católica, denominando-os de “movimentos sociais eclesiais”, como propagado no evento que lançou ainda em 2017. Disponível em <https://history.fiu.edu/events/2017/symposia-on-latin-american-socio-ecclesial-movements-of-liberation-history-continuity-1968-2018/09-14-conference.pdf>. Acesso 20 set 2017.

Já dissemos que a evolução e a maior autonomia do apostolado leigo, sobretudo dos movimentos especializados da ACB e, simultaneamente, a vontade de um maior e mais direto protagonismo político em determinadas áreas da dinâmica social, levaram a que certos setores da militância católica se assumissem como parte integrante de movimentos sociais, em particular as juventudes católicas nos meios estudantil e operário. Dessa forma, à medida que se valorizou a ação temporal e laical das juventudes e adultos, buscou-se também valorizar o papel da Igreja na sociedade.

Por sua vez, os aspectos religiosos dos movimentos ficaram obscurecidos por tratarem de temas que parecem circunscritos à própria Igreja, renegados e confinados a um plano estritamente espiritual. Outros assuntos burocráticos e regimentais também foram pouco esclarecidos por essas entidades. Com isso, a própria Ação Católica Brasileira, que não tinha assumidamente um papel político, nos termos da Juventude Universitária Católica, como já reforçado, acabou por desaparecer em sua individualidade.

Em especial, no centro de documentação universitário³⁰⁶ ainda subjaz uma natureza de apropriação que é a de trazer para o espaço físico da academia a ‘experiência vivida por esses movimentos’, retirando-a do terreno da práxis religiosa que lhe foi natural; assim, o centro de documentação tem sido também um espaço que recria o cenário para incursões ‘etnográficas’ a esses movimentos católicos por parte dos pesquisadores.

Desse ponto de vista, os lugares de custódia de patrimônio documental empregam procedimentos técnicos que podem ser ‘emuladores’ de um passado e que “sabem dizer” sobre os fundos de arquivo que custodiam. Esta reflexão traz novas interpretações em relação aos quadros de arranjo e aos instrumentos de pesquisa aos arquivos, pois os mesmos podem representar uma espécie de inteligibilidade em relação à ACB e uma transmissão de um tipo de conhecimento sobre.

³⁰⁶ Autores debatem a constituição dos centros de documentação e memória no interior das Universidades brasileiras principalmente sob dois prismas: político, preocupação de fato com arquivos privados e públicos que se encontram em risco e com o desenvolvimento de pesquisa a partir de fontes documentais; técnico, melhor pontuação da instituição detentora de acervos junto a programas de avaliação acadêmica e científica e consequente participação nas linhas de financiamento público (CAMARGO, 1999; KNAUSS, 2003; CRUZ, 2010).

Isto posto, o escrito histórico deveria também ser entendido como resultado de uma determinada cultura social, de um tempo presente e de uma relação com o próprio objeto que lhe é conteúdo. Porém não é assim compreendido, porque essa trama é obscurecida pelo efeito dessa inteligibilidade em relação ao outro – no caso o passado –, articulando um saber-dizer sobre.

Para Terry Cook (2012.p.128) os arquivos organizados também são uma forma de narração, cuja preocupação da preservação, aplicada a alguns conjuntos e não a outros, e dos arranjos documentais é a de construir um discurso coerente e harmônico para aqueles que os consultam – pesquisadores ou cidadãos. Assim o texto que emana das entidades de custódia deve ser elucidado a partir das relações de poder de quem o escreve que, de alguma maneira, quer controlar a memória social e construir verdades históricas.

Dessa forma, para empreender qualquer pesquisa que use fontes documentais arquivísticas ou mesmo outros vestígios sociais é necessário compreender as correntes sociais que os criaram e os preservaram. Pois os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por pessoa física ou jurídica no decorrer de suas atividades na sociedade estão em consonância com o meio político, econômico, social e cultural (COOK, 2012. p.137),

Todas essas considerações devem ser levadas em conta quando buscamos algum tipo de categorização para a natureza dos arquivos da Ação Católica Brasileira, pois as classificações já existentes ora são excludentes ou ora são inclusivas em relação a esse tipo de arquivo cabendo problematizá-las.

Os arquivos podem ser classificados por seus atributos ou características comuns, em decorrência da natureza jurídica e do ramo no qual a entidade se encontra inserida. “Essas agrupações e essas características comuns nos permitiriam um reconhecimento, uma representação e uma recuperação fáceis na hora de gerir, de forma útil e adequada, os documentos e suas informações e também os Arquivos”, na definição de Antonia Herrera Heredia, baseando-se no “*Diccionario de la Real Academia española de la lengua*” (2013.p.144)³⁰⁷.

Ainda que a Igreja tenha formulado o seu conceito de “arquivo eclesiástico”, desenvolvido ao longo do seu código jurídico, como cânones 486

³⁰⁷ Tradução livre.

a 495 que, em resumo, regulam a constituição e a consulta dos arquivos restritamente diocesanos e paroquiais, podemos pensar em novas formulações. Igualmente, podemos refletir sobre a própria “arquivística eclesiástica”.

Para o autor James O’Toole (1984) não existem diferenças entre os arquivos religiosos e os demais arquivos de outras instituições. Dentre alguns pontos, observou que difundir uma arquivística religiosa, e ou profissionais ditos arquivistas religiosos, poderia significar que as crenças religiosas se sobrepunham aos princípios arquivísticos ou significar uma aparente incompatibilidade do trabalho arquivístico com as crenças religiosas. Assim defendia a unidade conceitual e a unidade da profissão. Igualmente, Dom Francesco Marchisano, em *“El archivo, el archivero y la archivística eclesiástica”* (ABREU, 2000.p.99-113) reforça a opinião de que não existem diferenças no tratamento aplicado aos arquivos de diversas entidades privadas e públicas em relação aos arquivos eclesiásticos.

Apesar dos arquivistas, de modo geral, objetarem em relação à “arquivística eclesiástica”, por outro lado, tem sido comum para teóricos da Arquivística que o termo “arquivos eclesiásticos” seja reservado aos arquivos essencialmente da Igreja Católica (CRUZ MUNDET, 2011.p.81, DICIONÁRIO, 2008.p.26, GLOSARIO, 2011.p.19).

Raramente encontra-se o conceito atrelado a outros segmentos religiosos, ainda que haja algo assim formulado por Faria e Pericão (2008.p. 99): “arquivo eclesiástico é o conjunto de documentos de uma ou mais instituições religiosas; costumam se dividir em catedralícios, monacais e paroquiais”. Mesmo que diga genericamente instituições religiosas, normalmente os termos catedralícios, monacais e paroquiais dizem respeito à Igreja Católica Romana.

Não obstante, também é possível encontrar outras categorias que englobem os mesmos arquivos eclesiásticos em conjunto com outros oriundos também de diversas denominações religiosas. Como na flexibilidade percebida na categoria “arquivos das instituições religiosas” que

engloba principalmente os arquivos das dioceses, das paróquias e das comunidades religiosas. Nos planos diocesano e paroquial, os arquivos são principalmente constituídos por documentos financeiros, correspondência de bispos e dos padres ou pastores, por relatórios e registros paroquiais e por documentos relativos às celebrações paroquiais. Encontram-se

neles também os títulos de propriedade das igrejas e templos, bem como as séries mais importantes dos registros de batismo, de óbito e de casamento. Salvo no caso das dioceses mais importantes, é muito raro que as paróquias e dioceses tenham podido dotar-se de serviços de arquivo. Contudo, fazemos que os arquivos são nelas, em geral, bem conservados e que é cada vez mais fácil ter acesso a eles. (COUTURE, ROUSSEAU, 1998. p.210-1)

Nessa acepção os autores situam também as ‘comunidades religiosas’, cujo “arquivo compõe-se de documentos relativos ao seu funcionamento e organização, às relações com as autoridades da comunidade ou com outras comunidades” (COUTURE, ROUSSEAU, 1998. p.211). O termo “comunidade religiosa” pode ser entendido de maneira genérica como “pessoas que se unem pelo mesmo ideal religioso”³⁰⁸. No âmbito da religião católica, o autor Pedro Pentead, no texto *“Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística”* (ABREU, 2000.p.165-88), a título de exemplo, classificou na categoria de “arquivos religiosos” os arquivos das confrarias e das irmandades, assim podemos dizer também das ordens, dos monastérios e das congregações, por exemplo. Ou seja, a categoria “arquivos religiosos” englobaria outras entidades associativas católicas previstas no código canônico.

Isto posto, tanto em uma categoria mais restritiva quanto em uma outra mais flexível, ambas não poderiam ser empregadas aos arquivos da Ação Católica Brasileira e aos dos seus movimentos especializados de juventude e de adultos, diante de toda a problemática já desenvolvida em relação a sua natureza.

Em contrapartida, outras categorias mais amplas podem englobar a experiência da ACB. Por exemplo, para Bellotto (1991, p.170-1), no âmbito dos arquivos privados encontram-se os “arquivos econômicos”, os “arquivos pessoais” e “arquivos sociais”. Esses últimos

³⁰⁸ Não quisemos problematizar o termo “comunidade”, pois existe uma vasta discussão no âmbito da Filosofia, Sociologia e Psicologia Social. Segundo Sawaia (2000. p.50), o sociólogo Robert Nisbet, na obra *“The sociological tradition”* (1973), foi quem melhor conceituou: “comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] continuado no tempo” In: Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. Em R. H. F. Campos (Org.). A psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes.p.35-53.

abrangem um grande número de importantes arquivos, sobressaindo-se os arquivos religiosos, os arquivos notariais e os arquivos de movimentos e entidades políticas, instituições privadas de educação, associações de classe, beneficentes e culturais.

Para Vitoriano (2011.p.33), baseando-se na obra *“Les archives privees – manuel pratique et juridique”*, das autoras Christine Nougaret e Pascal Even (2008.p.28), os arquivos privados podem ser categorizados em “arquivos pessoais e familiares”, “arquivos empresariais” e “arquivos de associações e organizações”. Nos arquivos das associações

inclui todas aquelas entidades e pessoas que se reúnem para desenvolver atividades em benefício de um grupo. Essas organizações podem incluir associações de classe, entidades educacionais e beneficentes, culturais e todas as outras possibilidades [...] incluindo os sindicatos e as ordens religiosas.

Ambas acepções alcançariam então os arquivos da Ação Católica Brasileira e de seus movimentos de juventude e de adultos católicos. Por outro lado, esses termos parecem novamente destacar somente as características temporais da entidade.

Como vimos tratando a Ação Católica Brasileira em relação à própria Igreja Católica, podemos então também compreender os arquivos da ACB à luz do pensamento teológico que a circundou. Se refletirmos seus arquivos em relação à teoria da ‘hierarcologia’, podemos dizer que se trata de “arquivos de movimentos ou associações laicais”, por assim se opor à Hierarquia. Se refletirmos à luz da ‘eclesiologia do corpo místico’, trata-se de “arquivos eclesiais”, ou seja, da Igreja, na sua soma de clérigos e leigos.

Em perspectiva, o termo “arquivos eclesiais” poderia abranger a totalidade dos arquivos das associações fundadas por leigos e recomendadas e aprovadas pelo bispo, como normalmente são algumas Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais, cujos espólios documentais não são considerados, “arquivos eclesiásticos” – ainda que esse posicionamento possa variar de bispo para bispo.

Outrossim, avaliações mais precisas quanto à história institucional do Secretariado Nacional do Apostolado Leigo, do Conselho Episcopal de Leigos e do Conselho Nacional do Laicato do Brasil possam dizer mais a respeito sobre

quais dessas (ou outras) acabaram por herdar parte das atribuições da Ação Católica Brasileira.

Ainda que exploratório, sabemos que o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo se incumbiu da missão de coordenar aquelas associações ora subordinadas ora auxiliares de Ação Católica Brasileira, além de subordinar a ACB aos seus quadros. Já ao Conselho Episcopal de Leigos, semelhantemente ao Conselho Nacional da ACB, coube decidir sobre o apostolado leigo. Essas duas entidades existiram concomitantemente à ACB.

Após 10 anos do fim da Ação Católica Brasileira, a partir de 1976, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, definiu como missão congregar e representar “o laicato brasileiro na sua diversidade e riqueza de movimentos, pastorais e associações dos mais variados tipos” junto à Igreja e à sociedade. O órgão se diz herdeiro do papel da ACB (SOUZA, 2006. p.57).

Esses dados podem suscitar novos estudos arquivísticos e historiográficos.

De qualquer maneira, trata-se do espólio da Ação Católica Brasileira, cuja titularidade não lhe é usurpada independente da categoria que lhe possa ser atribuída por qualquer bispo ou leigo.

Fizemos igual ao que o padre Bernardo Bueno Miele tentara um dia fazer: redigir a história da Ação Católica Brasileira.

Como vv. podem ver os apontamentos estão bastante “indigestos” e “amontoados” [...]. Quanto aos dados dos últimos 10 anos limitei-me ao essencial. Vv. poderão completar melhor aí se quiserem [...]. Vejam bem o que está escrito sobre a “crise” do Plínio Correia, para verificar se é oportuno publicar [...]. Como vv. não têm muito que fazer... e podem até pensar em história... **mudem, rabisquem, corrijam, acrescentem o que quiserem**, “servata veritate”. [...]. (Carta de padre Bernardo Bueno Miele a padre José Lamartine Soares e Osmar Fávero. São Paulo, 19 de setembro de 1960) (grifos do autor)

Seis anos depois da data da referida missiva, a Ação Católica Brasileira era dissolvida.

Passados 51 anos do seu findar, agora distinta dos demais movimentos especializados, possam a Ação Católica Brasileira e o seu fundo alcançar luz própria para que surjam novos apontamentos sobre sua história e seus arquivos.

Referências Bibliográficas

ABIB, Jamil Nassif. Arquivos eclesiásticos. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/documento_final_portugus.pdf. Acesso em: 12 out 2012.

_____. Proposta de classificação de arquivos curiais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, 9 (1), p.3-4, jan-abr. 1981.

ABREU, José Paulo. A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983. In: ROSA, Maria Lourdes; FONTES, Paulo F. O. (Coords.). **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000. p.27-162.

ALMEIDA, Antônio José de. Lumen Gentium: a transição necessária. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Leigos em quê?** Uma abordagem histórica. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

ALVES, Flávio Luis. **A Ecclesiologia Latino-americana como acolhimento criativo do Vaticano II**: Um caminho para uma nova recepção da herança conciliar. 2011. 173f. Dissertação. (Mestrado em Pós-Graduação em Teologia). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

AMARAL, Alexandre Gonçalves. **Três Discursos sobre a AC**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular da JUC ao PC doB**. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias sociais**. In: Arquivística.net. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.185-196, ago./dez 2006. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em 06 out 2012.

AZEVEDO, Josimar. Leigo como sujeito eclesial: da teologia do laicato à teologia do povo de Deus. In: **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v.5, n.10, p.151-196, jun. 2007.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época: 1930-1964. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008. tomo II, vol.3-2

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

BEINERT, Wolfgang, STUBENRAUCH, Bertram. **Novo Léxico de Teologia Dogmática Católica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Como fazer, vol.8)

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte, UFMG, 2014.p.329-44.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**: história da JUC e da AP. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

_____. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia, 1959-1965**. 2001..463f. Tese. (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

_____. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

BERTO, João Paulo. **As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil**: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada. Disponível em:

http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429#_edn1.

Acesso em: 30 set 2012.

BIRCK, Afonso José. **Um mundo a construir**: o apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1975.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, Ltda, [1993].

BORGES, Jussara, SILVA, Ana Aparecida Gonzaga. Arquivos Secretos Eclesiásticos em Salvador. In: **Inf. Inf., Londrina**, v. 14, n. 2, p. 38 - 61, jul./dez. 2009.

BRASIL. Decreto BRASIL. Decreto-lei nº 2162, de 1 de maio de 1940. Institue o salário mínimo e dá outras providências. Senado Federal: 1940. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37717>. Acesso em 19 mai 2016.

BETTO (Frei). Igreja Católica e o Golpe de 1964. Brasil de Fato, 20 de março de 2014. s/p. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/27826/>. Acesso em 10 out 2017.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**. São Paulo, ano XVI, v.30, n.62, p.261-94, 1965.

BRIGHENTI, Agenor. **A Ação Católica e o novo lugar da Igreja na sociedade**. s/l, s/d. 10p. Disponível em: ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Acao%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf. Acesso em 10 mai 2016.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Ed. Loyola, 1974.

_____. **Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário**. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

CABRAL, Bruna Marques. **“Do clero e para todo o clero”**: a Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964). 2015. 96 f.Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

CABRAL, Dilma. **A importância da história administrativa no tratamento da informação pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em <http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2012/02/A-import%C3%A2ncia-da-hist%C3%B3ria-administrativa-no-tratamento-da-informa%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica.pdf>. Acesso em 17 jan 2017.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord).. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivo, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999. p.49-64.

_____. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (Org.). **CPDOC 30 Anos**. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2003, p. 21-44.

CARDIJN, Joseph. **Leigos nas Linhas de Frente**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1967.

CARONE, Edgar. **A República Nova: 1930-1937**. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

_____. **O Estado Novo: 1937-1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHEIRA, Marcelo Pinto. Momentos históricos e desdobramentos da ACB. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v.43, n. 169, p.10-28,1983.

ESCARTÍN CELAYA, Pedro. **Apuntes para la Historia de la Acción Católica en España**. Ed. Acción Católica General, Madrid 2010, Disponível em: http://www.accioncatolicageneral.es/index.php?option=com_content&view=article&id=311:apuntes-para-la-historia&catid=1:noticias&Itemid=19. Acesso em 17 jun 2016.

CEDIC. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA. **Guia de Pesquisa: Igreja e Movimentos Sociais**/ coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: Com-Arte:PUC/CEDIC, 1991. 198p. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, 1).

_____. **Inventário Juventude Operária Católica**: acervo do Instituto Nacional de Pastoral - CNBB/ coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: Com-Arte:PUC/CEDIC, 1991. 158p. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, 2).

_____. **Inventários dos Fundos**: Juventude Agrária Católica do Brasil, Juventude Estudantil Católica do Brasil, Juventude Independente Católica do Brasil/CEDIC/PUC/ coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. 172p.

_____. **Inventários dos Fundos Juventude Universitária Católica e Ação Católica Brasileira**. São Paulo: CEDIC, 2003. (impresso). CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-106.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Curso de direito canônico**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1971.

CIVARDI, Luis. **Apóstolos no próprio ambiente**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1945.

_____. **Formação para o apostolado**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1948.

_____. **Manual de Ação Católica**. Rio de Janeiro, ABS Ltda, 1937.

CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO Y LEGISLACIÓN COMPLEMENTARIA: texto latino y version castellana, com jurisprudência y comentários 1917. Madrid: La Editorial Catolica AS, 1952.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO 1983. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

COMITE PERMANENTE DE CONGRESOS INTERNACIONALES PARA EL APOSTOLADO DE LOS LAICOS. **Los laicos em la Iglesia**. Documentos de el Segundo Congreso Mundial para el Apostolado de los laicos. Roma, 1958.

CONGAR, Yves Marie-Joseph. **Os leigos na Igreja**: escalões para uma teologia do laicato. São Paulo: HERDER, 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2016. (coleção documentos da CNBB, 105)

_____. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil**, 1963. São Paulo: Ed. Paulinas, 2004. (Cadernos da CNBB, n.1). Disponível em http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183649.pdf. Acesso em 13 jan 2016.

_____. **Plano de Pastoral de Conjunto**, 1966-1970. São Paulo, 2004. Disponível em http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183626.pdf. Acesso em 13 jan 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação arquivística brasileira**. Conarq (Org.). Rio de Janeiro: Conarq, 2012. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/coletanea-da-legislacao.html>. Acesso em 12 mai 2012.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.3, n.2, p.3-27, jul-dez.2012.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-49, 1998. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39. Acesso 12 set 2009.

CORRAL SALVADOR, Carlos (Org.). **Dicionário de Direito Canônico**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Difusão e territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. **Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol.10, n.218 (65), ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>. Acesso em 19 mai 2016.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de analyses documental. In: Boletín de La Anabad, tomo 36, n.3.p.419-34, 1986. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=802380>. Acesso em 30 ago 2017.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. **A AC: defesa social da família cristã**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.

COSTA, João Batista Portocarrero. **Ação Católica**: conceito, programa, organização. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Ltda, 1937.(Biblioteca de Ação Católica, n.4)

COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. Cap.5. As unidades de trabalho. In: **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p.129-54 (Nova Enciclopédia, 56)

CRUZ, Heloísa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Revista Projeto História**. São Paulo, 40, 423-45p. 2010.

CRUZ MUNDET, José Ramón. Diccionario de Archivística. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e Escola Pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 17, p. 20-37, jun. 1993.

DABIN, Paul. **O apostolado leigo**. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Ltda, 1937.

DALE, Romeu. **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Ed. Loyola-CEPEHIB, 1985.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916 – 1964. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 12, p. 5 – 52, abr-jun, 1975.

_____. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p.14-33, abr. 1982.

DUSSEL, Enrique. **A História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

_____. **Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Ed. Paulinas/ Cehila, 1992.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**: da escrita ao livro electrónico. Coimbra: Almedina, 2008.

FARIAS, Damião Duque. **Em defesa da Ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: USP/Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. Tomo 3. vol.10.

FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun Fontes para o estudo dos movimentos dos leigos da Igreja Católica no Brasil: 1920-1980. **Revista Projeto História**. São Paulo, n.7, p.127-167, fev. 1987.

FERNANDES, Simone Silva. Arquivos permanentes de movimentos sociais: novos procedimentos de arranjo e descrição. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, FAPESP, 1999. p.131-138.

FERREIRA, Ademilson Luiz. **O exercício da colegialidade nos primórdios da ação evangelizadora da CNBB à luz da teologia do Concílio Vaticano II: Contribuições para a prática colegial da Igreja**. Dissertação de mestrado em Teologia. FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/190612-va20y4x75rr10.pdf>. Acesso em 10 ago 2016.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

FONTES, Paulo Oliveira. A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade. **Lusitania Sacra**. Lisboa: 2ª série, 6, p. 61-100, 1994.

FONTES, Paulo Oliveira. **Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica, 1940 a 1961**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral – Estudo Genético-Interpretativo**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997. (Col. Fé e Realidade)

FUGUERAS, Ramon Alberch. **El archivo, entre la memoria historica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

GALÁN, Lola; MORA, Sérgio. Os papéis do Vaticano. **Folha Online**: El País Semanal, 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u700.shtml>. Acesso em 30 set 2012.

GARCIA, Eduardo Fournier. Los Archivos de La Iglesia Catolica, pasado y futuro: el caso de Costa Rica. In: **Revista Historia**, n. 49-50, enero-diciembre, pp.221-242. 2004. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/1787>. Acesso em 30 set 2012.

GINZBURG, Carlo. Conversando com Orion. **Revista Esboços**. UFSC, v.12, n.14, p.163-70, 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como fazer, 2)

_____. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Revista Historiae**. Rio Grande, vol, n.3, p.27-46, 2012. Disponível em <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em 30 set 2012.

GONELLA, Guido. **A reconstrução do mundo: anotações às mensagens de S. Pio XII publicadas por L'Osservatore Romano**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1945.

GONÇALVES, Mário Luiz Meneses. **Introdução ao Direito Canônico**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GUITTON, Jean. **Catolicismo: Ontem - Hoje – Amanhã**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1971.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HERRERA HEREDIA, Antonia. Cap. IV. Clasificación, cuadros de clasificación. La clasificación en la e-gestión documental. Ordenación e instalación. **Manual de Archivística Básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. p.141-80.

_____. Cap. V. La descripción archivística y su normalización. **Manual de Archivística Básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.p.181-244.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na América Latina e no Caribe: 1945-1995, o debate metodológico**. Rio de Janeiro: Vozes/São Paulo: CEHILA, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. CNBB. **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISAD (G) : general international standard archival description : adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. Disponível em https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2000_Guidelines_ISAD%28G%29_Second-edition_EN.pdf. Acesso em 13 out 2017.

_____. Multilingual archival terminology. Disponível em: <https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>. Acesso em 14 out 2017

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em 13 out 2017.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: **Ciência da Informação**. Brasília, vol.25, n.2, p.13, 1995.

JUDT, Tony. Primeira Parte: Pós-Guerra, 1945-1953. In: **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.p.27-248.

_____. Segunda Parte: O mal estar na prosperidade, 1953-1971. In: **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.p.251-453.

KADT, Emanuel de. Cap. 4. A Igreja e os movimentos dos católicos progressistas. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p.83-126

KHOURY, Yara Aun; VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo. Movimentos sociais, documentação e história oral. **Revista Projeto História**. São Paulo, 8/9, p.103-9, mar.1992.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e universidades. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, 40, ano 22, p.9-16, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Alceu Amoroso. **Elementos de Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

_____. **O cardeal Leme: um depoimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro, Editora ABC, 1935.

LOPEZ, André Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

LOURENÇO, Luiz Gonzaga. **Direito Canônico, em perguntas e respostas**. Santos: Leopoldianum/ Loyola, 2010.

LODOLINI, Elio. Cap.10. El inventário y la investigacion por parte del usuário del archivo. La signatura archivística. In: **Archivística: princípios y problemas**. Madrid: ANABAD, 1993.p.205-18.

MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org). **Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia**. São Paulo: EDUSC, 2003. p.209-31.

_____. O mito do Brasil Católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 28, p. 55-75, 1998. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2036/showToc>. Acesso em 30 ago 2015.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã**. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

MARQUES, Luis Carlos (org.) **Dom Hélder Câmara: Circulares pós-conciliares**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2015. Tomo I-IV.

MARTINS, Ismênia de Lima. Um livro sobre arquivos e história. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 149-154, jan/dez 2007. pág.149-54.

MAYENCE, Abbé André. La qualification juridique de l'Action catholique. **Nouvelle Revue Théologique**, Bruxelles, 85/4, p. 387-409, 1963. Disponível em <http://www.nrt.be/docs/articles/1963/85-4/1710-La+qualification+juridique+de+l%27Action+catholique.pdf>. Acesso em 30 ago 2015.

MAYEUR, Jean-Marie. Emile Poulat: Intégrisme et catholicisme intégral. Un réseau secret international antimodernist, la « Sapinière » (1909-1921). **Revue d'histoire de l'Église de France**. Paris, tome 56, nº156, p. 163-170, 1970. Disponível em http://www.persee.fr/doc/rhcf_0300-9505_1970_num_56_156_1838_t2_0163_0000_3. Acesso em 19 mai 2016.

McEVOY, Carmen. Guerra, civilização e identidade nacional: uma abordagem do colecionismo de Benjamín Vicuña Mackenna, 1879-1884. In: PAMPLONA, Marco; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.157-186.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

MONTERO, Feliciano. Cap. V. Origen y evolución de la acción católica española. In: VILLAYERDE, Angel Luis López (coord). **Clericalismo y asociacionismo católico en España, de la Restauración a la Transición : un siglo entre el palio y el consiliario**. Castilla-La Mancha : Universidad de Castilla-La Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Manch, pp. 133-159. 2005.

Disponível em <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/8832/Origen%20Evoluci%C3%B3n.pdf?sequence=1>. Acesso em 30 ago 2015.

MONTENEGRO, Jeferson. **Os arquivos eclesiásticos como fonte para a pesquisa genealógica no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul**. 2012 59f, (trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Arquivologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54325/000855550.pdf?sequence=1>. Acesso em 30 set 2015.

MORAIS, J.F. Regis de. Cap.1. Igreja, Igreja Latino-Americana e Igreja Brasileira. In: **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982. p.16-43.

MORENO, Agustín Vivas, ORTIZ, M^a Guadalupe Pérez. Análisis de la estructura temporal de la Archivística Eclesiástica. **Revista General de Información y Documentación** 225, 18. 213-237, 2008. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0808110213A>. Acesso em 22 ago 2015.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude Operária Católica (JOC)**. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, 97)

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça: Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Em Defesa da Ação Católica**. São Paulo: Artpress Papéis e Artes Gráficas Ltda, 1983 (2^a edição). Disponível em <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/EmDefesadaA%C3%A7%C3%A3oCat%C3%B3lica.pdf>. Acesso em 22 jan 2017.

ORTIZ, Ramon. **A Ação Católica no Direito Eclesiástico**. Editora do Autor, 1947.

PAPALI, Cirilo Bernardo. **O Apostolado Seglar**. 1962. Disponível em <https://accioncatolicaqueretaro.wordpress.com/category/laicos/apostolado-seglar-por-p-cirilo-bernado-papali/>. Acesso em 22 jan 2017.

PEARCE-MOSES, Richard. A Glossary of archival and Records Terminology: EUA: SAA. Disponível em: <http://archivists.org/glossary/index.asp>. Acesso em 14 de out 2017.

PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja Católica em “tempos mundanos”**: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960). 2008. 242 f.

Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em <http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertacoes/Dissertacao%20de%20LUCIANA%20DE%20%20LIMA%20PEREIRA.PDF>. Acesso em 25 jan 2017.

PIÉ-NINOT, Salvador. O laicato: os cristãos leigos, Igreja no mundo. **Revista Lumen Veritatis**. Mairiporã, n.7, p.11-28, abr-jun, 2009. Disponível em <https://lumenveritatis.org/ojs/index.php/lv/article/view/110/43>. Acesso em 30 out 2012.

PINHEIRO, Antonio Cesar Caldas. **A documentação eclesiástica e o Código do Direito Canônico**. Disponível em: <http://www2.ucq.br/flash/artigos/060407documento.html>. Acesso em 06 out 2012.

O'TOOLE, James. What's different about religious archives. *The Midwestern Archivist*. Vol. IX, n.2, 1984. p.91-101.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977.

RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. **De Leão XIII a João Paulo II: Cem Anos de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. Cem anos de Doutrina Social da Igreja: aproximação histórica e ensaio de síntese. In: BINGEMER, Maria Clara L. (org.). **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. p.23-42.

REINERT, João Fernandes. **Pode hoje a paróquia ser uma comunidade de base? Renovação da instituição paroquial no contexto urbano**. Dissertação de Mestrado. 133f. Departamento de Teologia, Programa de Estudos Pós-Graduação em Teologia da PUC-RJ. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946)**. 2006. 318 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2006.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 286f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, São Paulo, 2011.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v.9, nº 17, p.85-91.1996.

RUIZ SALVADOR, Federico. Dinâmica Espiritual. In: **Compêndio de teologia espiritual**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. p.523-60.

SAEZ GOYENECHEA, Jaime. La situacion Juridica actual de la Accion Catolica. **Revista Española de Derecho Canónico**. Salamanca, 1946, vol. 1, n. 3. p. 583-613, 1946. Disponível em <http://summa.upsa.es/high.raw?id=0000003759&name=00000001.original.pdf&attachment=0000003759.pdf>. Acesso em 12 ago 2016.

_____. Las Asociaciones de fieles del Código Canonico y la Accion Católica. **Revista Española de Derecho Canónico**. Salamanca, vol. 2, n.º 6, p. 899-945, 1947. Disponível em <http://summa.upsa.es/high.raw?id=0000003817&name=00000001.original.pdf&attachment=0000003817.pdf>. Acesso em 12 ago 2016.

_____. Las Congregaciones Marianas y la Accion Catolica a la luz de la “Bis Saeculari”. **Revista Española de Derecho Canónico**. Salamanca, vol. 4, n.12, p. 851-914, 1949. Disponível em <http://summa.upsa.es%2Fhigh.raw%3Fid%3D0000003927%26name%3D0000001.original.pdf%26attachment%3D0000003927.pdf>. Acesso em 12 ago 2016.

SANTIAGO, Francisco Célio da Silva. **Preservação digital do Arquivo Diocesano de Tianguá** – Ceará: protótipo de um sistema de gestão de arquivo eclesiástico. 2011. Dissertação (Mestrado Integrado Profissional em Computação Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Ceará, 2011.

SANTINI, Cândido. **Curso de Acção Catholica**: edição científico-jurídica para seminaristas, assistentes, dirigentes. Petropólis: Ed. Vozes, 1937.

SANTOS, Cristian J. Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. 2005. 237f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2005.

_____. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): Diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação RBB**. São Paulo, v.3, n.1 p. 25-47, jan-jun. 2007.

_____. Arquétipos da memória religiosa e gestão arquivística: uma análise comparada dos arquivos eclesiásticos nos Códigos de Direito Canônico de 1917 e de 1983. **Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 15, 2008. Goiânia: Associação de Arquivistas do Estado de Goiás, 2008.

_____. Conhecer para conservar a constituição e dispersão dos fundos arquivísticos da Igreja Católica na cidade de Goiás (GO). **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 52-69, ago./dez. 2006. Disponível em www.arquivistica.net. Acesso 06 out 2012.

SARANYANA, Josep-Ignasi. El debate teológico sobre la secularidad Cristiana. **AHlg: Anuario de Historia de la Igreja**. Pamplona, n.13,p. 151-176, 2004. Disponível em

<http://dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F893795.pdf>. Acesso em 12 ago 2015.

SARMENTO, Thaíse Monteiro. **Descrição arquivística entre normas e práticas**: contraponto entre a teoria e a realidade de um arquivo eclesiástico. 2009. Monografia (conclusão de curso de bacharelado em Arquivologia), Graduação em Arquivologia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande Sul, 2009.

SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: ARQ-SP, 2015. (Série Thesis, 3)

SIGRIST, José Luiz. A **JUC no Brasil evolução e impasse de uma ideologia**. São Paulo: Ed. Cortez, Unimep, 1982.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da e BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador. **Informação & Informação**. Londrina, v. 14, n. 2, p. 38 - 61, jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/2858/4146>. Acesso em 09 set 2012.

SILVA, Armando Malheiro da. Cap.3. Uma ciência da Informação. In: **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 203-39.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos**. Tese Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas. **Anais Associação Brasileira de História da Religião**. v.13. 2012. Disponível em <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/456/391>. Acesso em 19 mai 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2007.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

SOUZA, Ney de. A Ação Católica: a militância leiga no Brasil, méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, v. 14, n. 55, p. 39-59, abr-jun. 2006.

TABORDA, Francisco. **A Igreja e seus ministros**: uma teologia do ministério ordenado. São Paulo: Ed. Paulus, 2011.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar Centros de Documentação**. São Paulo: IMESP, 2003. (Coleção Como fazer, 9)

_____. **Os Arquivos fora dos Arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Coleção Scripta, 4)

TORRES-LONDONO, Fernando. Cincuenta anos de estudios historicos sobre la Iglesia en America Latina: 1945-1995. In: **Simpósio Internacional de Teologia da la Universidad de Navarra**, 16, Pamplona, 1995. Disponível em <http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/5218/1/FERNANDO%20TORRES%20LONDO%C3%91O.pdf>. Acesso em 12 jun 2012.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental em organizações privadas**. 2011. Tese Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

ZANI, Rubens Miraglia. O Direito canônico e o patrimônio cultural da Igreja. **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, n. 39, p. 91-108, abr./jun. 2002.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p.135-69.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja Católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata Cristão. In: VILHENA, Maria Angel, PASSOS, João Décio. **A Igreja em São Paulo: presença católica na história da cidade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2005.p.431-453.

Documentos Pontifícios

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**. Roma, 02 de fevereiro de 2001.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A catedral e os seus bens culturais**. Roma, 6 de outubro de 2007.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A formação dos futuros presbíteros à atenção para com os bens culturais da Igreja**. Roma, 15 de outubro de 1992.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral do museu eclesiástico.** Roma, 15 de agosto de 2001.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **As bibliotecas eclesiásticas na missão da Igreja.** Roma, março de 1994.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Apostolicam Actuositatem.** Roma, 1965. Disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html. Acesso em 25 jan 2015.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Ad Petri Cathedram.** Roma, 1959. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html. Acesso em 21 ago 2015.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra.** Roma, 1961. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em 26 ago 2015.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Pacem in Terris.** Roma, 1963. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em 26 ago 2015.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Princeps Pastorum.** Roma, 1959. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_28111959_princeps.html. Acesso em 21 ago 2015.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso à Juventude Católica Feminina de Ação Católica de Roma,** 1º de junho 1962. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/es/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19620601_gioventu-femminile.html. Acesso em 21 ago 2015.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum.** Roma, 1891. Disponível em https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 25 jan 2015.

PAULO VI, Papa. **Carta ao Episcopado da Argentina e à Assembleia Nacional das Associações Católicas.** Roma, 12 de abril de 1964. Disponível em http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/letters/1964/documents/hf_p-vi_let_19640412_episcopato-argentino.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Ad Catholici Sacerdotii.** Roma, 1935. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19351220_ad-catholici-sacerdotii.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Dilectissima Nobis**, Roma, 1933. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_03061933_dilectissima-nobis.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Dilectissima Nobis**. Roma, 1933. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_03061933_dilectissima-nobis.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri**. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Divini Redemptoris**. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Firmissam Constantiam**. Roma, 1937. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370328_firmissimam-constantiam.html. Acesso em 26 nov 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Ingravescentibus Malis**. Roma, 1937. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370929_ingravescentibus-malis.html. Acesso em 26 nov 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Mens Nostra**. Roma, 1929. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19291220_mens-nostra.html. Acesso em 26 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Mit Brennender Sorge**. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Non Abbiamo Bisogno**. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html. Acesso em 29 ago 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**. Roma, 1931. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Ubi Arcano Dei**. Roma, 1922. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XII, Papa. **Carta Encíclica Evangelii Praecones**. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones.html. Acesso em 21 ago 2015.

PIO XII, Papa. **Carta Encíclica Mystici Corporis Christi**. Roma, 1943. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XII, Papa. **Carta Encíclica Summi Pontificatus**. Roma 1939. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html. Acesso em 26 nov 2015.

PIO XII, Papa. **Constituição Apostólica Bis Saeculari** Die. Roma, 1948. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19480927_bis-saeculari.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XII, Papa. **Constituição Apostólica Provida Mater Ecclesia**. Roma, 1947. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/es/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19470202_provida-mater-ecclesia.html. Acesso em 25 jan 2015.

PIO XII, Papa. **Discurso à Ação Católica Italiana**, 03 de maio de 1951. Roma, 1951. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1951/documents/hf_p-xii_spe_19510503_azione-cattolica.html. Acesso em 15 mai 2015.

PIO XII, Papa. **Discurso ao I Congresso Mundial de Apostolado de Leigos**, Roma 14 de outubro de 1951. Roma, 1951. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1951/documents/hf_p-xii_spe_19511014_apostolato-laici.html. Acesso em 15 mai 2015.

PIO XII, Papa. **Discurso ao II Congresso Mundial de Apostolado de Leigos**, Roma 05 de outubro de 1957. Roma, 1957. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1957/documents/hf_p-xii_spe_19571005_apostolato-laici.html. Acesso em 15 mai 2015.

Documentos da Ação Católica Brasileira

2ª parte da Reunião dos Assistentes com a Comissão Episcopal de Ação Católica. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatórios de Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Ação Católica Brasileira: estatutos e regulamentos. s/l, 1946. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Estatutos de Movimentos Católicos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Ata de reunião do Conselho Nacional da ACB. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1961. Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Conselho Nacional/ Série Atas do Conselho. Acervo CEDIC.

Boletim Mensal de Caixa, janeiro de 1961. Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Balancetes Gerais. Acervo CEDIC.

Carta “Centenário de Pio XI em 31 de maio de 1957”. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta “Dia da Ação Católica”, 03 de abril de 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta “escritos da conversa de Osmar, padre Lamartine e padre Sena sobre o Secretariado Regional do Nordeste”, 08 de março de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de 24 de março de 1961, assinada por Pe. José Lamartine, vice-assistente geral de ACB. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Dom Cândido Padim, assistente geral da ACB, março de 1963. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Dom Geraldo de Provença Sigaud, Jacarezinho, 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1954. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Frei José Alvarez, de Lábrea (AM) para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 16 de maio de 1954). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de José Roberto C. Soeiro e Tibor Sulik pelo Conselho da ACB. 31 de outubro de 1965. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Lourdes Barreto da Silva e Iranilde Viana Pereira. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley a Cândido Padim. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1964. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Luiz Eduardo Wanderley para Dom Cândido Padim, novembro de 1964. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Luiz Eduardo Wanderley. 28 de setembro 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Luiz Waldemarin Wanderley a Osmar Fávero, s/l.1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Osmar Fávero para Pe. José Armando, 28 de janeiro de 1952. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Osmar Fávero, 15 de março de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Osmar Fávero. 03 de novembro de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de padre Bernardo Bueno Miele a padre José Lamartine Soares e Osmar Fávero. São Paulo, 19 de setembro de 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta de Tibor Sulik para Dom Cândido Padim. Rio Janeiro, 28 de junho de 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta dirigida a Luiz Eduardo Wanderley, presidente da ACB, 13 de janeiro de 1963. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Arcebispo de Mariana para Dom Jaime de Barros Câmara, Presidente da ACB, em 05 de maio de 1954. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Arcebispo de Mariana para Dom Jaime de Barros Câmara, Presidente da ACB, em 05 de maio de 1954). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Bispo da Diocese de Ponta Grossa Dom Antônio Mazzarotto para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 04 de junho de 1954). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Bispo de Caratinga (MG) Dom João Batista Cavati para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 20 de maio de 1954). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Bispo de Caratinga (MG), Dom João Cavati, a Dom Hélder Câmara, em 20 de maio de 1954). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Bispo de Parnaíba (PI) Dom Felipe Benito Cundurú Pacheco para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB, em 27 de maio de 1954. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Secretariado Diocesano em São Paulo, por Janete. [1962]. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta do Secretariado Nacional da ACB às Equipes Nacionais de AC. Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1964. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta expedida pelo Secretariado Nacional da ACB. Rio de Janeiro, 1 de abril de 1958. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta expedida pelo Secretariado Nacional da ACB. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1961. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta manuscrita a Osmar Fávero, 11 de janeiro de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta para Dom Hélder Câmara, Assistente Geral da ACB. Curitiba, 07 de junho de 1954. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta recebida pelo Secretariado da ACB, elaborada pelo Secretariado Arquidiocesano da ACB de Belém do Pará. Belém, 27 de setembro de 1961. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta recebida pelo Secretariado Nacional da ACB. São Paulo 16 de outubro de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta resposta ao Esquema Apostolacum. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1965. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta, 11 de julho 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta, 1º de agosto de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta, 22 de agosto de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta, 7 de novembro de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta. 30 de junho de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta-circular 02/1964, da ACB às Equipes Nacionais, aos Secretariados Regionais de Ação Católica e à CNBB. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta-circular da Equipe Nacional às Equipes Diocesanas. 30 de maio de 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta-circular n.6. mai-jun. 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Carta-circular n.9. nov-dez, 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Circular relatando a reunião de AEIOU. Secretariado Nacional da ACB, 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Consulta a CNBB sobre a situação da ACI. 15 de junho de 1966. (Fundo ACB/ Conselho Nacional/ Administração/ Série Dossiê. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Consulta da Secretaria de Estado [1965]. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Análise e Revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

CONSULTAS SOBRE A AÇÃO CATÓLICA. Conferência da Província Eclesiástica de Belo Horizonte. Guaxupé, 24 de abril de 1954. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional)

Consultas sobre a Ação Católica. s/l. [1949]. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Análise e Revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Declaração elaborada em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/ Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos/ Ação Católica Brasileira. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Evento/ Dossiê Semana Nacional de Ação Católica, Rio de Janeiro, 2 a 6 de maio de 1957. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Decreto conciliar sobre o apostolado leigo, 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Estatutos – Regulamento Geral – Regulamentos Especializados. Rio de Janeiro, 1956. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Estatutos de Movimentos Católicos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Estatutos da Ação Católica Brasileira promulgados para a Arquidiocese de São Paulo. São Paulo: Ed. Ave Maria Ltda, 1956. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Estatutos de Movimentos Católicos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Estatutos da Ação Católica Brasileira, 1946. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Estatutos de Movimentos Católicos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Folheto “Assim como meu Pai me enviou, Ide”. s/a. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Folhetos Litúrgicos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

I Semana de Estudos do Clero, São Paulo, 1952. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Dossiês de eventos Acervo CEDIC/PUC-SP)

I Semana Nacional da Ação Católica Brasileira. 1937. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Dossiês de eventos Acervo CEDIC/PUC-SP)

II Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, 1946. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Dossiês de eventos Acervo CEDIC/PUC-SP)

II Semana Nacional de ACB. Belo Horizonte, 31 de agosto a 7 de setembro de 1947. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatórios de Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Inquérito respondido pelo assistente eclesiástico a respeito do Secretariado Arquidiocesano de ACB de Belo Horizonte, 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Inquéritos. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Inquérito respondido pelo assistente eclesiástico de JEC e JUC da Arquidiocese de Natal, s/d. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Inquéritos. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Instruções para inquérito sobre o meio social da Ação Católica Independente, 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Inquéritos. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Mensagem e Diretrizes do Episcopado Nacional ao Apostolado Leigo e à ACB, por ocasião do Retiro do Episcopado. Curitiba, 08 de maio de 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatórios de Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Organograma da Ação Católica Brasileira. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Plano de Inquérito do setor autônomo Ação Católica Independente, 1965. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Inquéritos. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Programa de estágio da Juventude Feminina Católica, 1948. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e Atuação/ Série Programa de atividades. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Programa de Estudos da Ação Católica Brasileira, 1948. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Planos de atividades. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Programa de Estudos da Ação Católica Brasileira. Arquidiocese de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1947. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e atuação/ Série Planos de atividades. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Programa para aspirantes da Juventude Feminina Católica, 1947. Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Planejamento e Atuação/ Série Programa de atividades. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Rascunho de carta de Dom Hélder Câmara intitulado “Responderia ao Exmo. Sr. Bispo de Campos”. s/l. s/d. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Relatório “Uma estrutura para o Secretariado Nacional da ACB – em 1960 – objetivos e preocupações”, 1960. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatório de reunião. CEDIC/PUC-SP)

Relatório do AEIOU: Estudos. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Administração/ Série Correspondência. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Relatório do Encontro de AEIOU. Alto da Boa Vista, em 07 de abril de 1962. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Análise e Revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Relatório II Encontro Regional dos Assistentes. 22-24 de março de 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatórios de Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Relatório Reunião de Dom Vicente Scherer com as equipes nacionais. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Relatórios de Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Relatório Reunião dos Bispos em Roma. 30 de setembro de 1965. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Reunião de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Resoluções do 1º Congresso Provincial de Ação Católica de Belo Horizonte, de 07 a 12 de agosto de 1943. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Resoluções de eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Texto “AMDG”. s/l.s/d. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Análise e Revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Texto “Em Busca de um caminho para os leigos militantes: Ação Católica e Apostolado dos Leigos”. São Paulo, 1966. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e formação de militantes/ Série textos de análise e revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Texto “Os Assistentes nos Movimentos de Ação Católica”, [1959]. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Formação. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Texto de análise sobre a situação da ACB (sem título, com a identificação “ACB – hierarquia - 1949”). (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de Análise e Revisão. Acervo CEDIC/ PUC-SP)

Texto de análise e revisão “A revisão de vida vista por um assistente”, por Pe. Alberto Depienne. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Textos de análise e revisão. Acervo CEDIC/PUC-SP)

VII Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, 1961. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Participação em e Promoção de Eventos/ Série Dossiês de Eventos. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Publicações periódicas e não periódicas da Ação Católica Brasileira

Boletim Oficial da Ação Católica. Rio de Janeiro, ano III, n.3, p.69-71, mar.1940. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações Periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Boletim Oficial da Ação Católica. Rio de Janeiro, ano III, n.4, abr.1940. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações Periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Boletim Oficial da Ação Católica. Rio de Janeiro, ano IV, n.8, ago. 1941. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações Periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Boletim Oficial da Ação Católica. Rio de Janeiro, ano VI, n.2-3. jul-ago, 1943. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações Periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

CIVARDI, Luis. **Apóstolos no próprio ambiente**. Petrópolis: Editora Vozes, 1945. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

FONTENELLE, R. **Catecismo da AC**. Rio de Janeiro: s/e, 1941. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

_____. **Pequeno Catecismo da Ação Católica: o mistério da Igreja**. Paris, s/e.1925. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

LELLOTE, Fernand. **Para realizar a Ação Católica: princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

LEME, Sebastião. **Ação Catholica Brasileira na Archidiocese do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s/e. 1935. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

LOSCHI, João A. **Guia do Estagiário**. Campinas: s/e, 1948. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

LOSCHI, João A. **Guia do Estagiário: religião e ação**. Campinas, s/e. 1952. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

MAGALDI, Feliciano. **AC: pequeno catecismo: princípios e disposições gerais**. Rio de Janeiro: Fides Brasiliae, 1939. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

ORTIZ, Carlos. **Catecismo da ACB**. Rio de Janeiro: Ed. Da Boa Imprensa, 1938. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

PAPEL DO Sacerdote na AC. Santa Maria: Livraria e Tipografia Juventus, 1947. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

ROSSI, Agnelo. **Formação de Estagiários da AC**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1944. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

WILL, José. **A Acção Catholica**: fundamento bíblico e dogmático. Petrópolis: Ed. Vozes, 1932. (Fundo ACB/ Secretariado Nacional/ Ampliação de Quadros e Formação de Militantes/ Série Publicações não periódicas. Acervo CEDIC/PUC-SP)

Documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, Roma, 26 de setembro de 1964. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)

Ata da Reunião Plenária da VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, Roma, 30 de setembro de 1965. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)

Carta de Antônio e Maria, Secretaria Geral, e Pe. Paulo Souza, Assistente, em 11 de maio de 1965. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)

Carta de Jorge e Anna Luiza Hue. s/l, 14 de maio de 1965. (Fundo CNBB. Acervo do Centro de Documentação/ CNBB)

Carta, 2005. (Fundo CNBB. Acervo do Centro de Documentação/ CNBB)

Comunicado Mensal da CNBB. Rio de Janeiro, n.19, abr.1954. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)

Comunicado Mensal da CNBB. Rio de Janeiro: CNBB, n.24, set.1954. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)

Relatório da VI Assembleia Ordinária, em Roma, setembro a novembro de 1964. (Fundo CNBB. Acervo Centro de Documentação/ CNBB)